



UNIVERSIDAD PABLO DE OLAVIDE

PROGRAMA OFICIAL DE DOCTORADO EN INVESTIGACIÓN SOCIAL APLICADA AL MEDIO AMBIENTE

TESIS DE DOCTORADO

Título:

“ESTUDIO DE CASO SOBRE EL TIPO DE USO, EXPLOTACIÓN Y GESTIÓN DE LAS AGUAS TERMALES DE ALHAMA DE GRANADA (ANDALUCÍA): UN ANÁLISIS DESDE LA PERSPECTIVA DEL DESARROLLO SOSTENIBLE”

“ESTUDO DE CASO SOBRE O TIPO DE USO, EXPLORAÇÃO E GESTÃO DAS ÁGUAS TERMAIS DE ALHAMA DE GRANADA (ANDALUCÍA): UMA ANÁLISE PARTINDO DA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL”

DIRECTORES:

F. JAVIER ESCALERA REYES

DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGÍA SOCIAL,
PSICOLOGÍA BÁSICA Y SALUD PÚBLICA
UNIVERSIDAD PABLO DE OLAVIDE

J. RAÚL NAVARRO GARCÍA

ESCUELA DE ESTUDIOS HISPANO-AMERICANOS
CONSEJO SUPERIOR DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS

DOCTORANDO:

FREDERICO ALVIM CARVALHO

SEVILLA, 2015

Programa Oficial de Investigación Social aplicada al Medio Ambiente

Universidad Pablo de Olavide

Sevilla, España

Tesis doctoral:

Estudio de caso sobre el tipo de uso, explotación y gestión de las aguas termales de Alhama de Granada (Andalucía): un análisis desde la perspectiva del desarrollo sostenible

(Estudo de caso sobre o tipo de uso, exploração e gestão das águas termais de Alhama de Granada (Andalucía): uma análise partindo da perspectiva do desenvolvimento sustentável)

Autor:

Frederico Alvim Carvalho

Directores:

D. Javier Escalera Reyes y D. Jesús Raúl Navarro García

Como Diretores de la tesis doctoral de Frederico Alvim Carvalho, emitimos Visto Bueno de la misma

Francisco Javier Escalera Reyes

Universidad Pablo de Olavide

Jesús Raúl Navarro García

CSIC - Escuela de Estudios Hispano-Americano

Fecha de Depósito: Noviembre de 2015

Con solicitud de la mención europea en el título de Doctor

Estancia de investigación en la Universidade de Lisboa – Instituto de Ciências Sociais (3 meses)

Dissertação apresentada por Frederico Alvim Carvalho à Universidade Pablo de Olavide (Sevilha, Espanha) para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do título de doutor no Programa Oficial de Doutorado Europeu em Pesquisa Social aplicada ao Meio Ambiente. Diretores: Dr. Francisco Javier Escalera Reyes (UPO) e Dr. Jesús Raúl Navarro García (CSIC/EEHA).

Linha de pesquisa: Desenvolvimento sustentável e aproveitamento de recursos hídricos termais e minero-medicinais.

O desenvolvimento deste trabalho foi possível graças a bolsa de estudo do Programa de Mestrado da Universidade Pablo de Olavide (2007-2008) e também da bolsa de doutorado incorporada no projeto coordenado pelo Dr. Jesús Raúl Navarro García titulado “Andalucía y América Latina: Intercambios y Transferencias Culturales” (HUM 03215), financiada pela “Consejería de Innovación, Ciencia y Empresa de la Junta de Andalucía del Plan Andaluz de Investigación, Desarrollo e Innovación (PAIDI)”, com o apoio da Escola de Estudos Hispano-Americanos (EEHA) e do Conselho Superior de Pesquisa Científica da Espanha (CSIC).

Instituições onde foram realizados estudos complementares durante a realização do doutorado: Florida International University (Departamento de História) e Universidade de Lisboa (Departamento de Ciências Sociais).

Supervisores no exterior: Dr. Victor Uribe Uran (professor da Florida International University) e Dra. Cristiana Bastos (pesquisadora da Universidade de Lisboa).

Créditos fotográficos: arquivo privado de Andrés García Maldonado, Miguel Angel Orti, Renate Mann e Frederico Alvim Carvalho.

Sevilha, Espanha
2015

Memoria presenta por Frederico Alvim Carvalho para optar al grado de doctor en “Investigación Social aplicada al Medio Ambiente” por la Universidad Pablo de Olavide. Directores: Dr. Francisco Javier Escalera Reyes (UPO) y Dr. Jesús Raúl Navarro García (CSIC/EEHA).

Líneas de investigación: Desarrollo sostenible y aprovechamiento de recursos hídricos termales y minero-medicinales.

El desarrollo del presente trabajo ha sido posible gracias a la beca del Programa de Máster de la Universidad Pablo de Olavide (2007-2008) y a la beca predoctoral incorporada al proyecto coordinado por el Dr. Jesús Raúl Navarro García titulado “Andalucía y América Latina: Intercambios y Transferencias Culturales” (HUM 03215), financiado por la Consejería de Innovación, Ciencia y Empresa de la Junta de Andalucía del Plan Andaluz de Investigación, Desarrollo e Innovación (PAIDI), con el apoyo de la Escuela de Estudios Hispano-Americanos (EEHA) y del Consejo Superior de Investigaciones Científicas de España (CSIC).

Instituciones en las cuales han sido realizados estudios complementares durante la realización del doctorado: Florida Internacional University (Departamento de Historia) y Universidade de Lisboa (Departamento de Ciencias Sociales).

Asesoramiento en el exterior: Dr. Victor Uribe Uran (profesor de la Florida International University) y Dra. Cristiana Bastos (investigadora de la Universidade de Lisboa).

Créditos fotográficos: archivo privado de Andrés García Maldonado, Miguel Angel Orti, Renate Mann y Frederico Alvim Carvalho.

Sevilla, España
2015

“De nuestros miedos nacen nuestros corajes y en nuestras dudas viven nuestras certezas. Los sueños anuncian otra realidad posible y los delirios otra razón. En los extravíos nos esperan hallazgos, porque es preciso perderse para volver a encontrarse”.

Eduardo Galeano

Dedicatória:

*Aos moradores de Alhama de Granada, pela experiência,
carinho e tempo.*

*À minha família, o grande tesouro da vida, milhões de
palavras seria pouco para agradecer-lhes.*

*Aos diretores desta tese, Raúl Navarro García e Javier Escalera Reyes, por tudo: apoio incondicional,
confiança, aprendizagem, tempo e enorme paciência durante meu demorado processo de
“amadurecimento científico”.*

Aos amigos Marcelo e Silvia, pelo grande apoio desde o início desta “viagem”.

Resumen:

El objetivo central de este estudio es analizar como el tipo de uso, explotación y gestión de las aguas termales del municipio español de Alhama de Granada viene influyendo en su actual proceso de desarrollo sostenible. La metodología de esta investigación se enmarca dentro de los principios fundamentales del "estudio de caso". Su originalidad e importancia se encuentra en el abordaje interdisciplinar del fenómeno de apropiación del recurso hídrico termal en el marco de otras discusiones teóricas importantes con la del agua como bien común utilizando un enfoque integrador de las dimensiones social, económica, cultural, política y ambiental del desarrollo.

Palabras claves: Aprovechamiento de aguas termales, desarrollo sostenible, Alhama de Granada

Resumo:

O objetivo principal deste estudo é analisar como o tipo de uso, exploração e gestão das águas termais do município espanhol de Alhama de Granada está influenciando no seu atual processo de desenvolvimento sustentável. A metodologia desta pesquisa tem como base os princípios fundamentais do “estudo de caso”. Sua originalidade e importância residem na abordagem interdisciplinar do fenômeno de apropriação do recurso hídrico termal no marco de outras discussões teóricas importantes tais como a água como bem comum e partindo de um enfoque integrador das dimensões social, econômica, cultural, política e ambiental do desenvolvimento.

Palavras chaves: Aproveitamento de águas termais, desenvolvimento sustentável, Alhama de Granada

ÍNDICE

Introducción.....	17
Introdução.....	31

PRIMEIRA PARTE - MARCO CONCEITUAL, TEÓRICO E METODOLÓGICO

Capítulo 1

1. ÁGUA TERMAL E TERMALISMO: ESTADO DA ARTE NA PERSPECTIVA DE NOSSO OBJETO DE ESTUDO

1.1. Águas termais: uma aproximação conceitual.....	47
1.2. Águas termais: algumas referências bibliográficas fontes de inspiração e conhecimento durante esta pesquisa.....	52
1.3. Termalismo, turismo e desenvolvimento: estado da arte.....	61

Capítulo 2

2. ALGUNS PRINCÍPIOS QUE GUIARAM NOSSO ESTUDO A PARTIR DA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

2.1. Em busca de uma fundamentação teórica relacionada com o conceito de desenvolvimento sustentável: breve histórico.....	72
2.2. O enfoque multidimensional da sustentabilidade: entendendo o desenvolvimento sustentável a partir da retroalimentação das dimensões econômica, social, ecológica, política e cultural.....	79

Capítulo 3

3. FORMAS CONVENCIONAIS DE APROVEITAMENTO DOS RECURSOS NATURAIS: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS APLICADAS À PESQUISA RELACIONADA AOS RECURSOS HÍDRICOS

3.1 Introdução a algumas concepções sobre a gestão dos recursos naturais e a “teoria dos bens comuns”.....	93
3.2 Teoria dos bens comuns e o processo de mercantilização e apropriação privada dos recursos hídricos.....	101

Capítulo 4

4. MARCO METODOLÓGICO DA PESQUISA

4.1 Introdução ao marco conceitual e epistemológico do estudo qualitativo.....	112
4.2. A metodologia do “estudo de caso” e o desenho desta pesquisa.....	116
4.3. Técnicas e passos seguidos para a análise e a narração do caso estudado.....	126

SEGUNDA PARTE – PARTE EMPÍRICA

Capítulo 5

5. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: O MUNICÍPIO DE ALHAMA DE GRANADA E SUA REGIÃO

<i>5.1 Contextualização histórica e geográfica em torno da formação do município.....</i>	<i>135</i>
<i>5.2. Breve contextualização do turismo em Alhama e sua comarca</i>	<i>155</i>
<i>5.3. Introdução ao turismo termal da população alhamenha.....</i>	<i>158</i>

Capítulo 6

6. CARACTERIZAÇÃO DA IDENTIDADE COLETIVA E DA CULTURA DA ÁGUA TERMAL DE ALHAMA DE GRANADA

<i>6.1. Introdução sobre as relações de identidade entre a população alhamenha, as águas termais e o balneário.....</i>	<i>174</i>
<i>6.2. Algumas notas etnográficas sobre o protagonismo identitário da água termal e do balneário para os moradores de Alhama.....</i>	<i>183</i>

Capítulo 7

7. ALHAMA DE GRANADA E SUAS ÁGUAS TERMAIS COMO REALIDADE COMPLEXA: APROPRIAÇÃO PRIVADA DO RECURSO HÍDRICO

<i>7.1 Aspectos históricos relacionados com as etapas da apropriação da água termal de Alhama de Granada: transformações de um recurso público em um recurso privado</i>	<i>196</i>
<i>7.2. Uma nova etapa do conflito relacionado com o tipo de aproveitamento das águas termais e do balneário de Alhama: a chegada da especulação urbanística no município.....</i>	<i>213</i>

Capítulo 8

8. ÁGUA TERMAL: UM ELEMENTO DE ARTICULAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

<i>8.1. Retornando ao marco teórico do estudo: o enfoque multidimensional da sustentabilidade aplicado ao tipo de aproveitamento das águas termais de Alhama de Granada.....</i>	<i>225</i>
<i>8.2. Reflexões finais sobre o tipo de aproveitamento das águas termais e a importância de se considerar o enfoque da retroalimentação das dimensões da sustentabilidade.....</i>	<i>241</i>

CONCLUSÕES.....	247
------------------------	------------

CONCLUSIONES.....	255
--------------------------	------------

BIBLIOGRAFIA.....	262
--------------------------	------------

APÊNDICES.....	282
-----------------------	------------

AGRADECIMENTOS.....	312
----------------------------	------------

INTRODUCCIÓN

La actividad conocida como “termalismo” está basada en las diversas formas de aplicación y aprovechamiento de las aguas termales en establecimientos conocidos como “balnearios”, siendo en diferentes territorios y en el flujo del tiempo, un recurso estratégico para el desarrollo de muchas poblaciones (Vargas e Gil, 2002; Martins, 1993). En otras palabras, el termalismo explotado a partir de formas y dinámicas bien articuladas entre los diferentes sectores de una sociedad puede actuar como una herramienta imprescindible en el proceso de innovación y mejora de comunidades que ven las aguas termales, no solo, como un mero recurso endógeno de crecimiento económico, sino también, como un elemento convergente de potenciales modelos de diversificación de las actividades en áreas rurales. Asimismo, un elemento generador de potenciales sinergias que puedan contemplar el desarrollo sostenible de las comunidades en que están insertos (Gonçalvez-Escada, 1999; Brenner, 2005).

No obstante, es cierto que en muchos territorios los sistemas convencionales de aprovechamiento de aguas termales, principalmente de uso público y carácter comunitario, continúan bajo el paradigma científico mecanicista-reduccionista¹. Este paradigma, acaba por reforzar la ética de dominio de los seres humanos sobre la naturaleza y la apropiación progresiva de este recurso como propiedad privada. O sea, dominio y el control privado que, en

¹ Por “*paradigma científico mecanicista-reduccionista*” nos referimos a un marco metodológico y epistemológico que postula que los sistemas complejos (ya sean sociales, económicos, físicos, biológicos, etc.) pueden ser analizados y explicados mediante un simple análisis por separado de sus partes y propiedades. Es decir, en este caso, no teniendo en cuenta el estudio del sistema como un “todo” integrado y global. Este paradigma científico es con frecuencia considerado el opuesto al marco epistemológico denominado “*holismo*” (del griego *hólos*: “todo”, “por entero”, “totalidad”) que valora que para explicar el funcionamiento de la totalidad, es necesario observar y evaluar la sinergia entre todas las partes del “todo”. Sobre este asunto, ver Teixeira, E. (1996).

determinadas situaciones pueden llegar a ser mecanismos de exclusión y marginación para los habitantes de una comunidad (Galizoni y Ribeiro, 2004).

En este sentido, desde un enfoque direccionado a la perspectiva “privada” del tipo de aprovechamiento de aguas termales, algunas poblaciones pueden llegar a sufrir un estilo de desarrollo amenazador, no solo en relación al punto de vista ambiental, biofísico, sino también, sobre el punto de vista sociocultural (Escalera y Porrah, 2011). Nuestra investigación se incluye en esta tendencia, es decir, en el convencimiento de que, más que nunca, sin tener en cuenta la dimensión sociocultural de una comunidad en relación a sus recursos naturales – como es el caso de las aguas termales – no podemos pensar en un efectivo proceso de desarrollo sostenible. En otras palabras, un modelo de desarrollo que distribuya los beneficios generados a través de la explotación de las aguas termales de forma equitativa, buscando asegurar la integridad ambiental, económica, sociocultural y la mejora de la calidad de vida y el bienestar de la población en su conjunto, así como el mantenimiento de su identidad, factor fundamental, como apunta Manuel Castells (1999), para alcanzar un auténtico desarrollo endógeno, integral y sostenible.

El inicio de la investigación y algunas de sus principales motivaciones

De acuerdo con la cuestión acabada de mencionar, conviene citar que esta investigación tuvo inicio en el año 2008, todavía como estudiante del programa de máster titulado “Investigación Social aplicada al Medio Ambiente” (Departamento de Ciencias Sociales, Universidad Pablo de Olavide)² y recién incorporado como becario del Consejo Superior de Investigaciones

² En dicho máster realicé un trabajo que llevó el título de “*Resiliencia y sostenibilidad: transformaciones medio ambientales y cambios sociales. Un estudio de caso de la comunidad del delta del río Paraíba do Sul, Rio de Janeiro (Brasil)*”, en el que analicé las formas de vida de este caso estudiado a partir del marco teórico de resiliencia socio-ecológica; es decir, me interesaron las relaciones e interrelaciones entre los diferentes actores sociales y las instituciones involucradas, buscando reconstruir la historia de las personas, su conocimiento sobre

Científicas - Escuela de Estudios Hispano-Americanos (vinculado al Proyecto de Investigación “Andalucía y América Latina. Intercambios y transferencias culturales”³). Ese mismo año de 2008 tuve la oportunidad de participar en las *I Jornadas sobre el termalismo de Andalucía* realizadas en el municipio termal de Lanjarón, situado en la provincia de Granada. En esta ocasión pude asistir a interesantes conferencias interdisciplinares sobre el termalismo español y sus diversas facetas relacionadas con el desarrollo y la sostenibilidad de pequeños municipios. Fue así como durante aquella semana de jornadas técnicas y científicas sobre el “universo termal”, descubrí que, además de que las aguas termales tienen una importancia económica y social fundamental en muchos municipios que las explotan (por ejemplo, posibilidades de creación de empleos y dinamización de la economía local), ellas constituyen también un elemento central desde el punto de vista cultural, patrimonial e identitario de muchas sociedades. Y fueron exactamente estas manifestaciones culturales e identitarias del agua termal⁴, las que desencadenaron mi motivación e inspiración para bucear en el “océano de conocimientos” vinculados al termalismo, en cuanto actividad milenaria convertida en nuestros

su espacio natural y su principal problemática ambiental actual (el continuo avance del mar sobre la costa).

³ El proyecto de investigación “Andalucía y América Latina. Intercambios y transferencias culturales” (HUM 03215), dirigido por el investigador J. Raúl Navarro García (EEHA-CSIC), fue aprobado por resolución definitiva de la Secretaría General de Universidades, Investigación y Tecnología, Junta de Andalucía, de 21 de diciembre de 2007, desarrollándose a lo largo de cinco años (2008, 2009, 2010, 2011, 2012). En él tuve la oportunidad de participar activamente en grupos de investigación interdisciplinares, redes internacionales de intercambio académico vinculadas a la gestión del agua (Red Waterlat), además de dos másters (Universidad Pablo de Olavide, 2007-2008 y Universidad Internacional de Andalucía, 2009-2010, título del trabajo final presentado: “*El conocimiento ecológico tradicional sobre las aguas termales y mineromedicinales de Alhama de Granada: un análisis a partir del concepto de etnoecología y resiliencia*”), publicar tres artículos, colaborar en dos Revistas Científicas (de España y Brasil), presentar nueve ponencias en congresos nacionales e internacionales y, finalmente, estancias de investigación como las que realicé con la Asociación Termalismo de Andalucía (con sede en Alhama de Granada) y otros centros de excelencia de los Estados Unidos (Florida International University), Portugal (Universidade de Lisboa) y Brasil (Universidade de Brasília, Universidade Federal de Minas Gerais y Universidade Estadual do Norte Fluminense).

⁴ Manifestaciones culturales e identitarias del agua termal en el sentido de propiciar expresiones de sociabilidad, de interrelación entre personas y grupos que en gran medida heredaron una especie de “cultura del agua termal”, soporte y bagaje presentes desde la convivencia de sus ancestros (asunto que será discutido con detalle en el capítulo 6 de este trabajo).

días en recurso y producto turístico, cuya materia prima, el *agua termal*, es un elemento fundamental de la dinámica del desarrollo de muchas comunidades.

Con todo, cabe apuntar que en el inicio de esta investigación, otras cuestiones también me intrigaban. Por ejemplo, “¿Cómo un recurso natural tan valioso como las aguas termales – usadas desde épocas ancestrales con un carácter comunitario, siendo un bien público de uso y disfrute de toda población local – había llegado a manos privadas?” y “¿En qué momento?”. Consecuentemente: “¿Cuáles podrían ser las implicaciones, a nivel social y cultural, de este dominio privado de las aguas termales?” y, finalmente, “¿Cómo un determinado tipo de aprovechamiento de las aguas termales puede influir en las posibilidades de desarrollo sostenible de un municipio?”

Así, estas fueron las principales premisas que guiaron el inicio de nuestra investigación. Un estudio que, además de abordar la sostenibilidad sobre el punto de vista relacionado con la identidad colectiva y la participación social, poco a poco fue desvelando, en el océano de manifestaciones culturales e identitarias sobre el agua termal, los vínculos que las personas establecen con las fuentes termales y con el balneario, o sea, el apego al recurso termal, al lugar de tratamiento hidro-terapéutico, la identificación social y la esfera simbólica del agua como hilo conductor de los procesos de socialización, orgullo e identidad colectiva de la población. Todos estos elementos me han llevado a constatar que las fuentes de aguas termales constituyen un emblema cultural y social importantísimo, capaz incluso de crear y establecer redes sociales entre aquellos que comparten una identidad en relación a este recurso excepcional (Tomás, 2001). De este modo surgió la idea del tema de esta tesis de doctorado. Un trabajo que tiene como objetivo principal responder a la pregunta ya mencionada: “¿Cómo *determinado tipo de aprovechamiento de las aguas termales puede influir en el proceso de desarrollo sostenible de una población?*”

Para contestar esta pregunta, confieso que al iniciar este trabajo poseía limitados conocimientos sobre la bibliografía existente en materia de *termalismo, uso, explotación y gestión de las aguas termales*. Además, también me faltaba un marco teórico y conceptual sobre trabajos relacionados con la sostenibilidad, más específicamente desde una perspectiva en la cual la articulación de la población, el apego al lugar y sus recursos naturales, el establecimiento de lazos identitarios, la implicación y participación de individuos en el proceso de defensa, reivindicación y lucha por los recursos naturales de carácter público-comunitario, fueran entendidos como elementos fundamentales para un auténtico desarrollo sostenible.

De este modo, elegir un valioso y complejo referencial teórico ha venido del encuentro con el proyecto titulado “*Turismo, recreaciones medioambientales y sostenibilidad en los espacios naturales protegidos andaluces: resiliencia socioecológica, participación social e identificaciones colectivas*”, apoyado por la Consejería de Innovación, Ciencia y Empresa de la Junta de Andalucía, España. Proyecto dirigido por uno de los directores del presente trabajo, el profesor Javier Escalera Reyes. Durante la ejecución de este proyecto, Javier Escalera y el investigador Huan Porrah, iniciaron un interesante trabajo que sirvió de base para organizar las ideas de esta tesis. Ambos investigadores estudiaron, a partir de la teoría de la resiliencia socioecológica, el turismo termal y los procesos de apropiación y patrimonialización del agua termal del municipio de Alhama de Granada, ubicado en el interior del Parque Natural de las Sierras de Tejeda, Almijara y Alhama. Este estudio se convirtió en un valioso material para poder iniciar mi estudio de doctorado sobre la actual realidad del paradigmático caso de Alhama de Granada: un caso que involucra un complejo proceso de apropiación del agua termal capaz de, por un lado, alejar cada vez más a la población local de este recurso y del balneario, y por otro lado, de crear un movimiento social en torno a la reivindicación y defensa del uso público de las aguas termales del municipio. Así, se trataba ciertamente de un caso complejo e interesante, una realidad que, sin duda, aguzó mi curiosidad desde los comentarios iniciales de los

profesores Escalera Reyes y Navarro García sobre la importancia y representatividad de este caso para el entendimiento de las formas de identificación e implicación colectiva de la población en relación a sus aguas termales y, de como esta implicación puede interferir en el proceso de desarrollo sostenible de su municipio. En síntesis, se trataba también de un caso que nos direccionó a las siguientes preguntas: “¿Dé que manera el agua termal puede ser un elemento capaz de generar identidad colectiva?” y “Cómo esta identidad puede ser un elemento fundamental en el proceso de desarrollo sostenible de una población que nace y se establece a partir de sus aguas termales?”

Sin embargo, esta situación y el contexto mencionado no fueron los únicos motivos importantes para la elección del municipio de Alhama de Granada como terreno empírico de este estudio, ya que la relevancia de esta elección también estuvo asociada al hecho de que las aguas termales y el balneario de Alhama (municipio andaluz de poco más de seis mil habitantes), fueran un caso significativo por su carácter referente para otros modelos de aprovechamiento de las aguas termales en otras partes de España, así como, en el extranjero. En el caso de los baños termales de Alhama de Granada nos encontramos con uno de los más antiguos del territorio español, además de ser un caso ejemplar según su naturaleza y según su problemática. El momento por el que atraviesa el balneario es complejo, y también lo es la situación del propio municipio pues los vecinos reivindican la recuperación de la titularidad y la propiedad del agua termal como recurso comunal. Unas destacadas características del agua y un balneario histórico monumental (privatizado en la década de 1830), son elementos de una enorme transcendencia en el sentido de ser capaces de generar una determinada historia e identidad, siendo estos elementos fundamentales para poder estudiar profundamente la dimensión sociocultural vinculada al termalismo, su importancia y aplicabilidad rumbo a un auténtico e integral desarrollo sostenible. Además, otra motivación para profundizar en el caso de Alhama estuvo vinculada a la posibilidad y oportunidad de estudiar un tema original bajo un

determinado modelo de gestión, explotación e incluso de propiedad del agua termal (de carácter, actualmente, privado), no teniendo en este caso – la población local prácticamente ninguna participación en los beneficios generados – en las decisiones tomadas en relación a un recurso que incluso da nombre a la propia ciudad⁵. De este modo, a lo largo de los años las aguas termales de este municipio han pasado a convertirse en un recurso generador de obstáculos respecto a un deseado desarrollo sostenible.

Por lo tanto, en este caso de Alhama de Granada hemos identificado que el agua termal y el control vecinal sobre ella ha ido perdiéndose a lo largo del tiempo. Y no solo el control y dominio del agua, sino también el derecho de uso público de estas aguas y la importante relación de la población con este recurso, un factor decisivo para potencializar las capacidades internas de esta población granadina.

En suma, el caso de Alhama destaca sobre el de otros municipios termales españoles porque la empresa privada monopoliza, por todos lados, la explotación del hotel, del balneario, su entorno y, paradigmáticamente, también el agua termal, siendo este monopolio y sobre todo, su lógica empresarial basada en el derecho de propiedad, un claro obstáculo para proyectar un verdadero y efectivo desarrollo sostenible en la localidad.

Por todo lo ya mencionado, no podemos hablar de sostenibilidad en una población como Alhama de Granada, que experimenta una lógica empresarial (privada) basada en una fuerte concentración de beneficios obtenidos a partir de la explotación de las aguas termales. Todo ello hace de este caso un terreno empírico dotado de una riqueza conflictiva importante, abriendo una línea de investigación de gran repercusión en nuestros días al estar siendo los recursos naturales controlados y dominados, cada vez más, a partir de una noción mercantilista.

⁵ El nombre “Alhama”, que significa “el baño” en árabe (del término *al Hamman*), representó en la Península Ibérica durante la *Época Andalusí*, algunos lugares donde había presencia de prestigiosos nacimientos y baños con aguas termales a elevadas temperaturas. Este ha sido el caso de Alhama de Granada (47°C) y también el de Alhama de Almería (47°C), Alhama de Murcia (45°C) y Alhama de Aragón (35°C).

Una noción que, desafortunadamente, impulsa la pérdida de las mayores riquezas socioculturales de carácter colectivo aplicado a la sostenibilidad, o sea, los rasgos culturales, históricos y patrimoniales de una población que nace y se establece como tal a partir de este “oro líquido” que son los manantiales de aguas termales. Aguas que, según muchos habitantes de Alhama, deberían ser usadas, explotadas y gestionadas con acciones orientadas a procesos de desarrollo que favorezcan la equidad económica, social y, obviamente, atendiendo de forma prudente los ámbitos ecológicos e identitarios de este recurso y del territorio donde nace.

Por eso, a partir de las complejas características que el caso de Alhama requería, además de las opciones teóricas sobre la sostenibilidad, desde el punto de vista de la identidad colectiva y de la participación social que lo delimitaron, la estrategia metodológica utilizada en nuestro trabajo fue la investigación cualitativa del *estudio de caso*. Sobre este aspecto es importante mencionar que al inicio de nuestro trabajo hubo la intención de realizar un estudio a nivel comparativo entre Alhama de Granada y otro municipio de Brasil, dado que esta investigación, como aludimos anteriormente, nace como parte de un proyecto de mayor envergadura titulado “Andalucía y América Latina: Intercambios y transferencias culturales”; no obstante, dada la complejidad del análisis requerido en relación al caso de Alhama de Granada, se decidió realizar un estudio en profundidad solamente en territorio español, teniendo en cuenta que este es un primer trabajo de investigación de una línea que continuará en el futuro abordando nuevos desafíos dentro del ámbito de análisis aquí desarrollado.

Metodología científica elegida para el desarrollo de nuestra investigación

Ahora, volviendo al tema de la estrategia metodológica adoptada (investigación cualitativa de estudio de caso), este método fue elegido por el hecho de ser, bajo nuestro punto de vista, el

más adecuado en relación a las circunstancias, el contexto y la problemática abordada en nuestro estudio. Una problemática de naturaleza pionera – muy poco trabajada en el campo científico de las ciencias sociales – y de gran relevancia social aplicada al bienestar de una población que, a lo largo de su historia, adoptó el agua termal como principal elemento emblemático e identitario de su vida en sociedad. En síntesis, un tema capaz de despertar toda una serie de estudios, teorías y marcos analíticos que permitan el entendimiento de diversas consecuencias sociales, ambientales, económicas y culturales, referida en nuestro estudio a un “caso único” en la medida en que es el primer municipio termal en ser investigado a partir de la problemática y el marco teórico aquí definidos y tratados.

Por lo tanto, el caso de Alhama, su problemática y su contexto relacionados al tipo de aprovechamiento de las aguas termales, es un caso relevante pues nos permitirá visualizar la importancia de la dimensión sociocultural aplicada a un deseado y benéfico desarrollo local (sostenible). De igual modo, nuestro estudio más que un carácter conclusivo o demostrativo de una teoría, recorre diferentes teorías, con el objetivo de explicar y dar sentido a la cuestión abordada, abriendo de esta manera una innovadora línea de trabajo, bajo la cual casi no existen estudios publicados. Más que tener un carácter conclusivo o demostrativo de una teoría, nuestra investigación utiliza herramientas teóricas interdisciplinarias relacionadas con el termalismo, considerando de especial relevancia los conceptos de identidad colectiva, cultura del agua termal, participación social, agua como bien común y desarrollo sostenible. Por todo lo anterior, creemos que la metodología de estudio de caso es la más adecuada para nuestro abordaje, que también tendrá, en gran medida, un carácter prospectivo de análisis. O sea, un enfoque basado en una visión que no pretende ser determinista, sino posibilitar la reducción de incertidumbres en un futuro. Así, Pedroso Neves (2003: 64) afirma que “quizá lo más importante de un ejercicio de prospectiva sea el proceso y no su resultado final. Es en ello que se buscaron consensos sobre el futuro a ser realizado o construido”. Eso es, un enfoque

prospectivo que establece las bases para el asentamiento de un panorama de futuros posibles, y que, como menciona Gomes de Nóbrega (2001: 3) “el propósito de la previsión es el de preparar el camino para el futuro, no buscando acertar en lleno la previsión del futuro sino permitir que decisiones más seguras e inteligentes sean tomadas hoy, en el sentido de influir mañana en la dirección deseada”.

De esta forma, el caso de Alhama es un caso relevante porque puede ser el primer estudio de todo un grupo de otros casos que tienen la misma problemática vinculada a la titularidad y la propiedad del agua termal. Todo ello en un municipio que surgió desde tiempos inmemoriales a partir de un recurso excepcional como es el agua termal. Un recurso que, como hemos mencionado en esta introducción, fue y sigue siendo el emblema y la marca principal de la comunidad alhameña, que dice mucho respecto a su identidad y a su patrimonio natural, histórico y cultural: tratándose, por lo tanto, de un elemento que ocupa un papel único en la vida de sus habitantes y, consecuentemente, en el proceso de su desarrollo sostenible local.

Estructura del documento

En relación a la estructura del trabajo, el lector en las próximas páginas encontrará un documento que consta de dos partes, con un total de ocho capítulos. En la primera parte describiremos el contexto, marco teórico y metodológico de nuestra investigación. Iniciamos con un primer capítulo, denominado “Agua termal y termalismo: estado de la cuestión desde la perspectiva del objeto de nuestra investigación”, que abordará, de manera general, el tema de nuestro estudio, partiendo de las principales referencias bibliográficas encontradas sobre el concepto de “aguas termales” y “termalismo”.

En seguida, los capítulos dos y tres, denominados, respectivamente: “Algunos principios que han guiado nuestro estudio a partir de la teoría del desarrollo sostenible” y “Formas convencionales de aprovechamiento de los recursos naturales: contribuciones teóricas aplicadas a nuestra investigación relacionada a los recursos hídricos” están dedicados al tratamiento del marco teórico de este trabajo. Un marco heterogéneo e interdisciplinar, basado, sobretodo, en una perspectiva crítica de autores europeos y latino-americanos que han publicado libros y artículos científicos, con una potente fundamentación teórica en conceptos y discusiones sobre desarrollo sostenible, gestión de los recursos naturales, la “teoría de los bienes comunes” y, finalmente, el proceso de apropiación y mercantilización de los recursos hídricos.

Finalizaremos esta primera parte con un capítulo dedicado a presentar la metodología cualitativa del estudio de caso. Una metodología que fue elegida por el hecho de que nos proporciona instrumentos más adecuados para tratar nuestra problemática y para contestar nuestra pregunta de investigación. En este caso, presentaremos de forma resumida el conjunto de instrumentos, categorías y procedimientos que utilizamos en este trabajo.

Ya en la segunda parte de este documento, presentaremos una descripción y posterior análisis de los datos e informaciones obtenidos. Iniciando con el capítulo cinco, “Caracterización del área de estudio: el municipio de Alhama de Granada y su región”, en el que describiremos algunos elementos históricos y geográficos de Alhama de Granada, presentando también un breve diagnóstico socioeconómico del municipio y de su actividad turística.

El capítulo seis, titulado “Caracterización de la identidad colectiva y de la cultura del agua termal de Alhama de Granada”, estará dedicado a la descripción y el análisis de los cambios ocurridos en el municipio, con un enfoque centrado en las relaciones históricas vinculadas a la población local, sus aguas termales y su balneario privatizado en la primera mitad del siglo XIX. En este capítulo también será presentada la vinculación identitaria de gran parte de la

población local con el agua termal, vinculación importante para entender mejor la implicación y participación social en las manifestaciones ocurridas en Alhama en torno a la reivindicación acerca de la titularidad y propiedad del agua termal, que la gran mayoría de nuestros entrevistados consideran como pública y de propiedad comunal.

En el capítulo séptimo, que lleva por título “Alhama de Granada y sus aguas termales como realidad compleja: apropiación privada del recurso hídrico”. En él hacemos una descripción del conflicto socioambiental vinculado a la gestión del agua termal, todo eso a partir del análisis de documentos, entrevistas y otros registros pertinentes al conflicto ocurrido en torno al agua termal y al balneario alhameño; además abordamos la compleja estructura institucional existente en Alhama. A través del papel representado por la “Plataforma en defensa del Agua Termal”, entenderemos el posicionamiento político de los diferentes grupos y agentes. Todos ellos pasan a actuar en la esfera política que gira en torno a la creciente apropiación del agua termal por parte de los dueños de la empresa Balnearios de Alhama de Granada S.A.

Finalmente, el capítulo ocho, “Agua termal: un elemento de articulación social y desarrollo sostenible”, tendrá un carácter conclusivo, tratando de analizar y discutir el modo por el cual el actual tipo de aprovechamiento de las aguas termales de Alhama está condicionando y obstaculizando un auténtico desarrollo sostenible en la localidad, fruto del “divorcio” abierto en los últimos años entre la empresa balnearia y la población local, con el resultado de una falta de reparto de los beneficios económicos generados a través de la explotación de un recurso común como el agua termal.

Finalmente, quiero mencionar que esta investigación es resultado de una larga trayectoria académica y de una gran experiencia personal. Es también resultado de un trabajo en equipo llevado a cabo a partir del bagaje de conocimientos adquiridos, especialmente, con nuestros

directores de tesis, habitantes de Alhama, y también a partir de la contribución de los profesores, investigadores y técnicos de diversas instituciones de España, Brasil y Portugal⁶.

⁶ Entre estas instituciones incluimos la Escuela de Estudios Hispano-Americanos (EEHA-CSIC), la Universidad Pablo de Olavide, Universidad Internacional de Andalucía, Universidad de Sevilla, Universidad Autónoma de Madrid, Universidad Complutense de Madrid, Instituto del Agua de Zaragoza, Instituto Geológico y Minero de España, Asociación Termalismo de Andalucía, Departamento de Producción Mineral de Brasil, Universidad de Brasilia, Universidad Federal de Minas Gerais, Universidad Estatal del Norte Fluminense, Universidad Internacional de Florida, Escuela Superior de Enfermería de Lisboa, Universidad Nueva de Lisboa y Universidad de Lisboa.

INTRODUÇÃO

A atividade conhecida como “termalismo” está baseada nas diversas formas de aplicação e aproveitamento das águas termais em estabelecimentos balneários, sendo em diferentes lugares e no fluxo do tempo, um recurso estratégico para o desenvolvimento de muitas populações (Vargas e Gil, 2002; Martins, 1993). Em outras palavras, o termalismo explorado de formas e dinâmicas bem articuladas entre os diferentes setores de uma determinada sociedade pode atuar como uma ferramenta imprescindível no processo de inovação e melhora de comunidades que enxergam a água termal, não apenas como um simples recurso endógeno de crescimento econômico, mas também, como um elemento agregador de potenciais modelos de diversificação das atividades das zonas rurais. Igualmente, gerador de potenciais sinergias que possam contemplar o desenvolvimento sustentável das comunidades em que se inserem (Gonzálvez-Escada, 1999; Brenner, 2005).

Entretanto, é certo que em muitos territórios os sistemas convencionais de aproveitamento das águas termais, principalmente de uso público e de caráter comunitário, continuam tributários do paradigma científico mecanicista-reducionista⁷. Esse paradigma, acaba por reforçar a ética do domínio dos seres humanos sobre a natureza e a mercantilização progressiva deste recurso como propriedade privada. Isto é, domínio e controle privado que, em

⁷ Por “*paradigma científico mecanicista-reducionista*” fazemos referência a um marco metodológico e epistemológico que postula que sistemas complexos (já sejam sociais, econômicos, físicos, biológicos, etc.) podem ser analisados e explicados por meio de uma simples análise separada de suas partes e propriedades. Isto é, neste caso, não observando e analisando o sistema como um “todo” integrado e global. Este paradigma científico é frequentemente considerado contrário ao marco epistemológico denominado “*holismo*” (do grego *hólos*: “todo”, “inteiro”, “totalidade”) que valoriza que para explicar o funcionamento da totalidade, seja necessário explorar e avaliar a sinergia entre as partes do “todo”. Sobre este assunto, ver Teixeira, E. (1996).

determinadas situações, pode ser capaz de excluir e marginalizar os habitantes de uma comunidade (Galizoni e Ribeiro, 2004).

Neste sentido, desde um enfoque direcionado à perspectiva “privada” do tipo de aproveitamento das águas termais, algumas populações podem vir a sofrer um estilo de desenvolvimento predatório, não só em relação ao ponto de vista ambiental, biofísico, mas também sobre o ponto de vista sociocultural (Escalera e Porrah, 2011). Nossa pesquisa se inclui nesta tendência, ou seja, no convencimento de que, mais do que nunca, sem levar em conta a dimensão sociocultural de uma comunidade com relação aos seus recursos naturais, como é o caso das águas termais, não podemos pensar em um efetivo processo de desenvolvimento sustentável. Em outras palavras, um modelo de desenvolvimento que distribua os benefícios gerados através da exploração das águas termais de forma equitativa, visando assegurar a integridade ambiental, econômica, sociocultural e a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar da população em seu conjunto, assim como a manutenção de sua identidade, fator fundamental, como aponta Manuel Castells (1999), para alcançar um autêntico desenvolvimento endógeno, integral e sustentável.

O início da pesquisa e algumas de suas principais motivações

De acordo com a questão descrita anteriormente, convém mencionar que esta pesquisa teve início no ano de 2008, ainda como estudante de mestrado do programa titulado “Investigação Social aplicada ao Meio Ambiente” (Departamento de Ciências Sociais, Universidade Pablo de Olavide)⁸ e recém incorporado como bolsista do Conselho Superior de Investigações

⁸ Neste trabalho de mestrado que levou o título de “*Resiliencia y sostenibilidad: transformaciones medio ambientales y cambios sociales. Un estudio de caso de la comunidad del delta del río Paraíba do Sul, Rio de Janeiro (Brasil)*”, foram analisadas, a partir do marco teórico da resiliência socio-ecológica, as relações e inter-relações entre os diferentes atores sociais e as instituições envolvidas, buscando reconstruir a história das pessoas, seu conhecimento sobre seu espaço natural e sua principal problemática ambiental atual (o contínuo avanço do

Científicas – Escola de Estudos Hispano-Americanos (vinculado ao Projeto de Investigação “*Andalucía y América Latina. Intercambios y transferencias culturales*”⁹), em que tive a oportunidade de participar das *I Jornadas sobre Termalismo em Andalucía* realizadas no município termal de Lanjarón, situado na província andaluza de Granada. Nesta ocasião, participei de interessantes conferências interdisciplinares sobre o termalismo espanhol e suas diversas facetas relacionadas com o desenvolvimento e a sustentabilidade de pequenos municípios. Assim, durante esta semana de jornadas técnicas e científicas sobre o “universo termal”, descobri que, além das águas termais terem uma importância econômica e social fundamentais em muitos municípios que as exploram (por exemplo, possibilidade de criação de empregos e dinamização da economia local), elas constituem também um elemento central sobre o ponto de vista cultural, patrimonial e identitário de muitas sociedades. E foram exatamente estas manifestações culturais e identitárias da água termal¹⁰, as que atuaram como o principal aspecto desencadeador da minha inspiração para mergulhar no “oceano de conhecimentos” vinculados ao termalismo, como atividade milenária convertida em nossos dias

mar sobre a costa).

⁹ O projeto de investigação “*Andalucía y América Latina. Intercambios y transferencias culturales*” (HUM 03215), dirigido pelo pesquisador J. Raúl Navarro García (EEHA-CSIC), foi aprovado através da resolução definitiva da Secretaria Geral de Universidades, Pesquisa e Tecnologia, Junta de Andalucía, de 21 de dezembro de 2007, sendo desenvolvido ao longo de cinco anos (2008, 2009, 2010, 2011, 2012). Nele, tive a oportunidade de participar ativamente em grupos de pesquisa interdisciplinares, redes internacionais de intercâmbio acadêmico vinculado à gestão da água (Rede Waterlat), além da conclusão de dois mestrados (Universidade Pablo de Olavide, 2007-2008 e Universidade Internacional de Andalucía, 2009-2010, título do trabalho final apresentado: “*El conocimiento ecológico tradicional sobre las aguas termales y mineromedicinales de Alhama de Granada: un análisis a partir del concepto de etnoecología y resiliencia*”), três artigos publicados, duas colaborações em Revistas Científicas (de Espanha e Brasil), nove palestras apresentadas em congressos nacionais e internacionais e, finalmente, estadias de pesquisa que realizei em instituições tais como a Associação Termalismo de Andalucía (com sede em Alhama de Granada) e centros de educação prestigiados de Estados Unidos (Florida International University), Portugal (Universidade de Lisboa) e Brasil (Universidade de Brasília, Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Estadual do Norte Fluminense).

¹⁰ Manifestações culturais e identitárias da água termal no sentido de propiciar expressões de sociabilidade, de inter-relação entre pessoas e grupos que em grande medida herdaram uma espécie de “cultura da água termal”, suporte e bagagem presentes desde a convivência de seus ancestrais (assunto que será discutido com detalhe no capítulo 6 deste trabalho).

em recurso e produto turístico, cuja matéria prima *água termal*, é um elemento fundamental da dinâmica do desenvolvimento de muitas comunidades.

Contudo, cabe apontar que no início deste estudo, outras questões também me intrigavam. Por exemplo, “como um recurso natural tão valioso como as águas termais – usadas desde épocas ancestrais tendo um caráter comunitário, sendo um bem público de uso e desfrute de toda população local – havia chegado às mãos privadas?” e “em que momento?”. Consequentemente: “quais poderiam ser as implicações, a nível social e cultural, deste domínio privado das águas termais?” e, finalmente, “como um determinado tipo de aproveitamento das águas termais pode influenciar nas possibilidades de desenvolvimento sustentável de um município?”

Desta maneira, estas foram as principais premissas que guiaram o início de nossa pesquisa. Um estudo que, além de abordar a sustentabilidade sobre um ponto de vista relacionado com a identidade cultural e a participação social, pouco a pouco foi desvelando, no oceano de manifestações culturais e identitárias sobre a água termal, os vínculos que as pessoas estabelecem com as fontes termais e com o balneário, ou seja, o apego ao recurso termal, ao lugar de tratamento hidro-terapêutico, a identificação social e a esfera simbólica da água como fios condutores dos processos de socialização, orgulho e identificação coletiva de uma população. Todos estes elementos nos levaram a constatar que as fontes de águas termais constituem um emblema cultural e social importantíssimo, inclusive, capaz de criar e estabelecer redes sociais – formais e informais – entre aqueles que compartilham de uma identidade em relação a este recurso excepcional (Tomás, 2009). Deste modo, surgiu a ideia do tema desta tese de doutorado. Um trabalho que tem como objetivo principal responder à pergunta já mencionada: “*como um determinado tipo de aproveitamento das águas termais pode influenciar nas possibilidades de desenvolvimento sustentável de uma população?*”

Para responder a esta pergunta, confesso que, ao iniciar este trabalho possuía limitados conhecimentos sobre a bibliografia existente em matéria de *termalismo, uso, exploração e gestão das águas termais*. Além disso, também faltava um marco teórico e conceitual sobre os trabalhos relacionados à sustentabilidade, mais especificamente sobre uma perspectiva na qual a articulação da população, o apego ao lugar e seus recursos naturais, o estabelecimento de laços identitários, a implicação e participação dos indivíduos no processo de defesa, reivindicação e luta pelos recursos naturais de caráter público e/ou comunitário, fossem entendidas como elementos fundamentais para um autêntico desenvolvimento sustentável.

Deste modo, eleger um valioso e complexo referencial teórico de pesquisa veio ao encontro do projeto titulado “Turismo, recreações ambientais e sustentabilidade nos espaços naturais protegidos andaluzes: resiliência sócio-ecológica, participação social e identificações coletivas”, apoiado pelo Conselho de Inovação, Ciência e Empresa da Junta de Andalucía, Espanha. Projeto dirigido por um dos diretores deste trabalho, o professor Dr. Javier Escalera Reyes. Durante a realização deste projeto, Javier Escalera e o pesquisador Huan Porrah iniciaram um interessante trabalho que serviu de base para organizar as ideias desta tese. Ambos pesquisadores estudaram, a partir da teoria da resiliência sócio-ecológica, o turismo termal e os processos de apropriação e patrimonialização da água termal do município de Alhama de Granada, situado dentro do Parque Natural das Serras de Tejeda, Almijara e Alhama. Este estudo converteu-se em um valioso material para poder iniciar meu estudo de doutorado sobre a atual realidade do paradigmático caso de Alhama de Granada: um caso que envolvia um complexo processo de apropriação da água termal capaz de, por um lado, distanciar cada vez mais a população local deste recurso e do balneário, e por outro lado, criar um movimento social em torno da reivindicação-defesa do uso público das águas termais do município. Assim, tratava-se certamente de um caso complexo e interessante, uma realidade que, sem nenhuma dúvida, aguçou minha curiosidade desde os comentários iniciais dos

professores Escalera Reyes e Navarro García sobre a importância e representatividade deste caso para o entendimento sobre as formas de identificação e implicação coletiva da população em relação às suas águas termais e, como esta implicação pode interferir no processo de desenvolvimento sustentável de seu município. Em síntese, tratava-se também de um caso que nos dirigiu às seguintes perguntas: “de que maneira a água termal pode ser um elemento capaz de gerar uma identidade coletiva?” e “como esta identidade pode ser elemento fundamental no processo de desenvolvimento sustentável de uma população que nasce e se estabelece a partir de suas águas termais?”

Porém, esta situação e contexto mencionados não foram as únicas razões pertinentes para a escolha do município de Alhama de Granada como terreno empírico deste estudo, uma vez que a relevância desta escolha também esteve associada ao fato de que as águas termais e o balneário de Alhama (município andaluz de pouco mais de seis mil habitantes) possuem caráter único e referencial para outros modelos de aproveitamento de águas termais em outras partes de Espanha, assim como em outros países. No caso dos banhos termais desta comunidade, além de serem apontados como um dos mais antigos do território espanhol, são também um caso exemplar, segundo sua natureza e problemática. Trata-se de um caso singular de demanda pela recuperação da titularidade e propriedade da água termal como recurso comunal. Uma água notável e um balneário histórico monumental (privatizado na década de 1830), ambos de enorme transcendência no sentido de gerar uma determinada história e identidade, sendo estes elementos fundamentais para estudar de forma aprofundada a dimensão sociocultural vinculada ao termalismo, sua importância e aplicabilidade rumo a um autêntico e integral desenvolvimento sustentável. Ademais, outra motivação para estudar em profundidade o caso de Alhama esteve vinculada à possibilidade e oportunidade de estudar um tema original, no que diz respeito a um determinado modelo de gestão, de exploração e inclusive de propriedade da água termal (de caráter, atualmente, privado), não tendo, neste caso, a população local

praticamente nenhuma participação nos benefícios gerados – ou decisões tomadas – em relação a este recurso que inclusive dá nome a sua própria cidade¹¹. Deste modo, ao longo dos anos as águas termais deste município passaram a converter-se em um recurso gerador de obstáculos em relação a um desejado desenvolvimento sustentável.

Portanto, no caso de Alhama de Granada notamos que a água termal e o controle sobre ela foi sendo perdido no fluxo do tempo. E não apenas o controle e domínio da água, como também foram se perdendo o direito de uso público destas águas e a importante relação da população com este recurso, fator decisivo para potencializar as capacidades internas desta população granadina.

Em suma, o caso de Alhama se destaca também de outros municípios termais espanhóis porque a empresa privada monopoliza, por todos os lados, a exploração do hotel, do balneário e, paradigmaticamente, também da água termal, sendo este monopólio e, principalmente, sua lógica empresarial fundada no direito de propriedade, um claro obstáculo para se pensar em um verdadeiro e efetivo desenvolvimento sustentável desta comunidade.

Por tudo já mencionado, não podemos falar de sustentabilidade de uma população como Alhama de Granada, que experimenta uma lógica empresarial (privada) baseada em uma forte concentração de benefícios obtidos a partir da exploração da água termal. Tudo isto faz deste caso um terreno empírico dotado de uma riqueza conflitiva importante, que abre uma linha de pesquisa de grande repercussão em nossos dias em que os recursos naturais estão sendo controlados e dominados, cada vez mais, por uma noção mercantilista. Sendo que esta (concepção mercantilista), infelizmente, impulsiona a perda das maiores riquezas

¹¹ O nome “Alhama”, que significa “o banho” em árabe (do termo *al Hammam*), representou na Península Ibérica durante a *Época Andalusí*, alguns lugares onde havia a presença de prestigiados nascimentos e banhos com águas termais a altas temperaturas. Este foi o caso de Alhama de Granada (47°C) e também Alhama de Almería (47°C), Alhama de Murcia (45°C) e Alhama de Aragón (35°C).

socioculturais, de caráter coletivo aplicadas à sustentabilidade, ou seja, os rasgos culturais, históricos e patrimoniais de uma população que nasce e se estabelece como tal a partir deste “ouro líquido” que são os mananciais de águas termais. Águas que, segundo muitos habitantes de Alhama, deveriam ser usadas e exploradas com ações orientadas a processos de desenvolvimento que favoreçam a equidade econômica, social e, obviamente, atendendo de forma prudente os âmbitos ecológicos e identitários deste recurso e do território onde nasce.

Por isto, decorrente das complexas características que o caso de Alhama requeria, a estratégia metodológica utilizada em nosso trabalho foi a pesquisa qualitativa de *estudo de caso*. Sobre este aspecto é importante mencionar que no início de nosso trabalho houve a intenção de realizar um estudo a nível comparativo entre Alhama de Granada e outro município do Brasil, dado que esta pesquisa, como aludimos anteriormente, faz parte de um projeto mais amplo titulado “*Andalucía y América Latina. Intercambios y Transferencias Culturales*”. Contudo, dada a complexidade de análise requerida em relação a Alhama de Granada, foi decidido realizar um estudo em profundidade somente em território espanhol, levando em conta que este é um primeiro trabalho de pesquisa de uma linha de investigação que acaba de começar e será uma contínua busca por novos desafios dentro do âmbito de análise aqui explorado.

Metodologia científica aplicada para o desenvolvimento desta pesquisa

Em relação à estratégia metodológica adotada (pesquisa qualitativa de estudo de caso), este método foi escolhido pelo fato de ser, sob nosso ponto de vista, o mais adequado em relação às circunstâncias, ao contexto e a problemática abordados em nosso trabalho. Melhor dizendo, uma problemática de natureza pioneira – muito pouco trabalhada no campo científico das

ciências sociais – e de grande relevância social aplicada ao bem-estar de uma população que, no decorrer de sua história, teve a água termal como principal elemento emblemático e identitário de sua vida em sociedade. Em síntese, um tema capaz de despertar toda uma série de estudos, teorias e marcos analíticos que permitiram o entendimento de diversas consequências sociais, meio ambientais, econômicas e culturais, referidas em nossa pesquisa a um “caso único” na medida em que é o primeiro município termal a ser investigado a partir da problemática e do marco teórico aqui definidos e tratados.

Portanto, o caso de Alhama, sua problemática e seu contexto relacionados ao tipo de aproveitamento das águas termais, é um caso importante, pois nos permitirá visualizar a relevância da dimensão sociocultural aplicada a um desejado e benéfico desenvolvimento local (sustentável). De igual modo, mais que um caráter conclusivo ou demonstrativo de uma teoria, nosso estudo irá recorrer a diferentes teorias, com o objetivo de explicar e dar sentido à questão abordada, abrindo desta maneira uma inovadora linha de trabalho, na qual quase não existem estudos publicados. Mais que apresentar um caráter conclusivo ou demonstrativo de uma teoria, esta pesquisa utiliza ferramentas teóricas interdisciplinares relacionadas ao termalismo, considerando os conceitos importantes como identidade coletiva, cultura da água termal, água como bem comum, participação social e desenvolvimento sustentável. Por tudo isto, acreditamos que a metodologia do *estudo de caso* seja a mais adequada para nossa abordagem, que também terá, em grande medida, um caráter prospectivo de análise. Dito de outro modo, um enfoque baseado em uma visão que não pretende ser determinista, mas sim possibilitar a redução de incertezas quanto a períodos futuros, baseando-se no conhecimento que as pessoas têm de determinados sistemas que serão “prospectados”, buscando assim, desvelar o provável comportamento dos indivíduos de um determinado território e sob uma situação específica na construção do seu futuro (buscando antecipá-lo). Assim sendo, Pedroso Neves (2003: 64) afirma que “talvez o mais importante de um exercício de prospectiva seja o processo e não o

resultado final. É nele que se buscarão consensos sobre o futuro a ser realizado ou construído”. Isto é, um enfoque prospectivo que estabelece as bases para o assentamento de um panorama dos futuros possíveis, e que, como menciona Gomes de Nóbrega (2001: 3) “o propósito da previsão é o de preparar o caminho para o futuro, não buscando acertar em cheio a previsão do futuro e sim permitir que decisões mais seguras e inteligentes sejam tomadas hoje, no sentido de influenciar o amanhã na direção desejada”.

Desta forma, o caso de Alhama é um caso relevante porque pode ser o primeiro estudo de um grupo de outros casos que seguem a mesma problemática vinculada à propriedade da água termal. Tudo isto em um município que se estabeleceu, desde tempos imemoriais, a partir um recurso excepcional como é a água termal. Um recurso que, conforme já supramencionamos nesta introdução, foi e segue sendo o emblema e a marca principal da comunidade alhamenha, no que diz respeito a sua identidade e ao seu patrimônio natural, histórico e cultural, tratando, portanto, de um elemento que desempenha um papel único na vida de seus habitantes e, conseqüentemente, no processo de seu autêntico desenvolvimento sustentável.

Estrutura do documento

Em relação à estrutura deste trabalho, o leitor nas próximas páginas encontrará um documento que consta de duas partes, com um total de oito capítulos. Na primeira parte pretendemos descrever o contexto, marco teórico e metodológico da pesquisa. Começamos com um primeiro capítulo, denominado “Água termal e termalismo: estado da arte na perspectiva de nosso objeto de estudo” que abordará, de maneira geral, o tema de investigação, partindo das principais referências bibliográficas encontradas sobre o conceito de “águas termais” e “termalismo”.

Na sequência, os capítulos dois e três, denominados, respectivamente: “Alguns princípios que guiaram nosso estudo a partir da teoria do desenvolvimento sustentável” e “Formas convencionais de aproveitamento dos recursos naturais: contribuições teóricas aplicadas a nossa pesquisa relacionada aos recursos hídricos” estão dedicados ao tratamento do marco teórico do estudo. Um marco heterogêneo e interdisciplinar, baseado, sobretudo, em uma perspectiva crítica de autores europeus e latino-americanos que publicaram livros e artigos científicos, com em uma potente fundamentação teórica em conceitos e discussões sobre desenvolvimento sustentável, gestão dos recursos naturais, “teoria dos bens comuns” e, finalmente, o processo de apropriação e mercantilização dos recursos hídricos.

Terminaremos esta primeira parte da pesquisa com o capítulo quatro, dedicado à abordagem da metodologia qualitativa do estudo de caso. Uma metodologia que foi escolhida pelo fato de nos proporcionar instrumentos mais adequados para abordar nossa problemática, bem como responder nossa pergunta de pesquisa. Neste caso, apresentaremos de forma resumida o conjunto de instrumentos, categorias e procedimentos que utilizamos.

Já na segunda parte deste documento, apresentaremos uma descrição e posterior análise dos dados e informações obtidos. Começando com o capítulo cinco, “Caracterização da área de estudo: o município de Alhama de Granada e sua região”, onde descreveremos alguns elementos históricos e geográficos de Alhama de Granada, apresentando também um breve diagnóstico socioeconômico do município e de sua atividade turística.

O capítulo seis, intitulado “Caracterização da identidade coletiva e da cultura da água termal de Alhama de Granada”, está dedicado à descrição e análise das mudanças ocorridas no município, com um enfoque centrado nas relações históricas vinculadas à população local, suas águas termais e seu balneário privatizado na primeira metade do século XIX. Neste capítulo também será apresentada a vinculação identitária de grande parte da população local com a água termal, vinculação esta importante para entender melhor a implicação e participação

social nas manifestações ocorridas em Alhama em torno à reivindicação sobre a titularidade e propriedade da água termal, que a grande maioria de nossos entrevistados consideram como pública e de propriedade comunal.

No sétimo capítulo, denominado “Alhama de Granada e suas águas termais como realidade complexa: apropriação privada do recurso hídrico”, faremos uma descrição do conflito socioambiental vinculado à gestão da água termal, a partir da análise de documentos, entrevistas e outros registros pertinentes ao conflito ocorrido em torno a água termal e ao balneário alhamenho; ademais abordaremos a complexa estrutura institucional existente em Alhama. Por meio do papel representado pela “Plataforma em Defesa da Água Termal”, entenderemos o posicionamento político dos diferentes grupos e agentes. Todos eles passam a atuar na esfera política que gira em torno à crescente apropriação da água termal por parte dos donos da empresa Balneários de Alhama de Granada S.A.

Finalmente, o capítulo oito, “Água termal: um elemento de articulação social e desenvolvimento sustentável”, terá um caráter conclusivo, tratando de analisar e discutir o modo pelo qual o atual tipo de aproveitamento das águas termais de Alhama está condicionando e obstaculizando um verdadeiro desenvolvimento sustentável na localidade, fruto do “divórcio” estabelecido nos últimos anos entre a empresa balneária e a população local, com o resultado de uma falta de distribuição dos benefícios econômicos gerados por meio da exploração de um recurso comum como a água termal.

Cabe mencionar que esta pesquisa é o resultado de uma longa trajetória acadêmica e uma grande experiência pessoal. Ela também é o resultado do trabalho em equipe feito a partir do aprendizado adquirido, especialmente, com nossos diretores de tese, habitantes de Alhama, e

também através da contribuição de professores, pesquisadores e técnicos das diversas instituições da Espanha, Brasil e Portugal¹².

¹² Estão incluídas entre essas instituições a Escola de Estudos Hispano-Americanos (EEHA-CSIC), a Universidade Pablo de Olavide, Universidade Internacional de Andalucía, Universidade de Sevilha, Universidade Autônoma de Madri, Universidade Complutense de Madri, Instituto da Água de Zaragoza, Instituto Geológico e Mineiro da Espanha, Associação Termalismo de Andalucía, Departamento de Produção Mineral do Brasil, Universidade de Brasília, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade Estadual do Norte Fluminense, Universidade Internacional da Flórida, Escola Superior de Enfermagem de Lisboa, Universidade Nova de Lisboa e Universidade de Lisboa.

PRIMEIRA PARTE - MARCO CONCEITUAL, TEÓRICO E METODOLÓGICO

CAPÍTULO 1

ÁGUA TERMAL E TERMALISMO: ESTADO DA ARTE NA PERSPECTIVA DE NOSSO OBJETO DE ESTUDO

Neste capítulo apresentaremos algumas referências bibliográficas que serviram de fonte de inspiração e conhecimento durante a realização desta pesquisa. Trata-se de um capítulo introdutório no qual citaremos, brevemente, algumas indicações literárias no campo das ciências humanas, jurídicas e naturais que proporcionaram várias informações e percepções sobre nosso objeto de estudo. Cabe mencionar que dada a necessidade de concisão que este tipo de trabalho requer, não foi possível referir aqui à totalidade das fontes consultadas, mas somente aquelas mais relevantes.

1.1. Águas termais: uma aproximação conceitual

A água termal é uma substância incolor, inodora, insípida, transparente e dotada de uma temperatura “anormalmente” alta. À primeira vista pareceria uma substância singela, mais um simples elemento da natureza. Entretanto, pelo fato de suas altas temperaturas de nascimento, ou captação, esta água “atípica” torna-se, como constataremos neste capítulo, um recurso complexo e não estabelecido de maneira unívoca. Um elemento capaz de caracterizar-se, assim, a partir de suas diferentes nuances, interpretações e significados (Cátedra Tomás, 2009).

Iniciamos este tópico recordando que é inquestionável o fato de que, desde os tempos pré-históricos, a água termal foi um elemento insubstituível no estabelecimento, configuração e desenvolvimento de um grande número de populações. Em outras palavras, seu caráter dotado de complexidade para indivíduos e grupos não encontra-se, apenas, a sua utilidade para a limpeza e cura do corpo (base terapêutica), mas também – e sobre o ponto de vista de que nossa espécie é essencialmente social – a “água quente” em muitos casos segue sendo um elemento que proporciona lugar para expressões de sociabilidade de determinados coletivos. Além disso, este recurso também pode atuar como um elemento de identidade e patrimônio responsável pelo processo de articulação entre pessoas que, de uma maneira ou outra, manifestam e compartilham seus interesses – sociais, políticos, culturais ou econômicos – sobre este valioso bem natural (Oliveira, 2009).

Parafraseando Javier Escalera e Huan Porrah (2011), as fontes e mananciais de águas termais constituem um patrimônio natural excepcional. São um recurso endógeno com grande potencial em relação ao desenvolvimento da região onde se encontram e, com frequência, marcam a identidade das populações onde surgem. São, desta maneira, um recurso de notável potencialidade e importância estratégica para o desenvolvimento econômico e social do território em que estão situadas.

Entretanto, uma dúvida surge em relação ao que diferencia as águas denominadas *águas termais* (ou também *águas minerais* ou *águas minero-medicinais*), daquelas conhecidas como “água comum” ou “água de torneira”. Para esclarecer esta dúvida, recorreremos a definição estabelecida pelo Instituto Geológico e Mineiro da Espanha, que menciona que o importante é sempre considerar as características da temperatura de nascimento da água, assim como seus componentes presentes. Desta maneira, segundo a Lei de Minas que trata deste assunto (Lei de Minas Espanhola de 1973), as águas termais são definidas como “*aquellas cuya temperatura de surgencia sea superior en 4° Celsius a la media anual del lugar*”. Por outra parte, sobre o conceito de *águas*

minerais ou minero-medicinais, a mesma Lei de Minas (Espanha, 1973) se refere a esta água como “*la alumbrada natural o artificialmente que por sus características y cualidades sea declarada de utilidad pública*”.

Contudo, voltando agora nosso olhar sobre o *turismo de saúde*¹³ vinculado às águas termais ou minero-medicinais, outra dúvida surge em relação à diferença entre os estabelecimentos chamados de “Balneários” e sua distinção daqueles chamados de “Spas” ou “Centros de Talasoterapia”. Sobre esse assunto, convém esclarecer que a diferença está no tipo de água utilizada em cada um destes estabelecimentos. Por exemplo, na Espanha, *Balneários* são centros onde os tratamentos oferecidos são realizados somente com águas minero-medicinais reconhecidas oficialmente de utilidade pública (por meio do Instituto Geológico e Mineiro da Espanha). Já no caso dos *Centros de Talassoterapia*, como o próprio nome sugere, utiliza-se água do mar ou qualquer outro elemento extraído do oceano (lamas, algas, entre outros). Finalmente, em relação aos *Spas* (ou centros de hidroterapia e/ou beleza), são estabelecimentos que prestam serviços através da utilização de águas não consideradas oficialmente minero-medicinais (ou seja, águas não declaradas de utilidade pública).

Deste modo, partindo destas breves definições, nos chega outra indagação: e sobre a literatura relacionada ao turismo de saúde que aplicada as águas termais e minero-medicinais em seus tratamentos (ou também chamado de “*turismo termal*”)? Que existe publicado sobre esse assunto?

¹³ Quando nos referimos ao conceito de *turismo de saúde*, fazemos alusão a uma atividade focada, principalmente, à prevenção, cuidado e tratamento do corpo físico e/ou psíquico (incluindo também a procura pelo bem-estar dos indivíduos). Trata-se, segundo o médico e escritor Rodríguez-Sánchez (2001), de uma atividade tão antiga quanto a história humana e que, ademais, nem sempre esteve – e está – atrelado ao ambiente hospitalar ou depende necessariamente de algum médico. Em resumo, este tipo de turismo remonta a milênios e culturas históricas como a turca, indiana, grega, romana, entre outras. Sendo que, todas elas, capazes de incluírem tratamentos terapêuticos ligados, por exemplo, com a água termal ou minero-medicinal (neste caso também chamado de *turismo termal*), assim como com a água doce ou com o uso da água do mar, além de outros elementos da natureza tais como o clima de algumas regiões e cidades, ademais dos famosos banhos árabes, turcos, romanos, etc... Para mais detalhes sobre este assunto, ver os artigos publicados por Alonso Álvarez (2010; 2012) e também a recente publicação do exemplar número seis da revista científica *Água e Território* – titulado “*El turismo de salud y bienestar en la Europa del Sur*” (2015) – exemplar organizado pelo pesquisador Alonso Álvarez em parceria com o professor da Universidade de Granada, Carlos Larrinaga.

Para responder a estas perguntas convém, inicialmente, aludir ao fato de que este campo de estudo vem ganhando – principalmente – nos últimos quinze anos mais destaque nos cursos de graduação e pós-graduação de turismo e também ciências empresariais. Apenas a título de exemplo, os trabalhos de Larrubia Vargas e Luque Gil (2002), Molina Villar (2004) e Alén González (2007) – e a bibliografia presente neles – evidenciam este fato. No entanto, o mesmo não ocorre com o campo de estudo relacionado ao aproveitamento das águas minero-medicinais e sua contribuição ao processo de desenvolvimento sustentável dos municípios onde estas prestigiadas águas surgem. Além disto, apesar da existência de textos (artigos, livros, capítulos de livros, anuários, manuais, guias, resenhas e teses de doutorado) produzidos no campo das ciências jurídicas, hidrogeológicas, médicas, arquitetônicas, antropológicas, históricas e, inclusive, arqueológicas e paisagísticas, foi possível constatar a inexistência de estudos interdisciplinares relacionados ao tema central da nossa investigação¹⁴. Não discorreremos muito sobre este assunto, tendo em conta que um artigo sobre o campo multidisciplinar das fontes bibliográficas relacionadas ao *termalismo espanhol*, foi publicado pelo autor desta tese em parceria com o pesquisador J. Raúl Navarro-García, um dos diretores deste trabalho¹⁵. Contudo, argumentando um pouco mais sobre esta alusão feita acima, podemos observar que no *campo jurídico* das águas termais e minero-medicinais (reconhecidas oficialmente de Utilidade Pública por meio do Instituto Geológico e Mineiro da Espanha), analisam este assunto autores como Villar Ezcurra (1980), Moreno Rebato (2002), Barriobero Martínez (2006), Javier Bermúdez Sánchez (2007) e Nogueira López (2009).

Já sobre o campo *hidro-geológico* das águas termais e minerais – aspecto com destacadas publicações acadêmicas – dada o grande incentivo do Instituto Geológico e Mineiro da Espanha

¹⁴ Ou seja, a teoria do desenvolvimento sustentável aplicada a um estudo de caso (em profundidade) sobre o tipo de aproveitamento das águas termais de Alhama de Granada.

¹⁵ Este artigo, titulado “Aguas mineromedicinales y termalismo en España: fuentes bibliográficas para su estudio”, foi publicado no *Dossier Estudios sobre el agua en España: revisión documental y bibliográfica* da revista *Agua y Territorio* (2013), com o apoio do Colégio de Michoacán A. C., México e do Seminário Permanente Água e Território (este último vinculado à Escola de Estudos Hispano-Americanos de Sevilha e ao Conselho Superior de Investigações Científicas da Espanha).

(IGME) nos últimos dez anos – merece sublinhar os diversos artigos publicados tanto no livro titulado “Panorama actual de las aguas minerales y mineromedicinales en España” (J. A. López Geta, J. L. Pinuaga Espejel, editores), como no livro “Las aguas minerales de España, versión histórica, contexto hidrogeológico y perspectivas de utilización” (2001)¹⁶.

Por outra parte, sobre os estudos no campo das *ciências médicas* vinculadas às águas termais e minerais – área que abundam publicações por motivos relacionados ao grande número de médicos que se dedicaram a investigar este tema – merece ressaltar as publicações de Armijo Valenzuela e Martín Bocaicoa (1984; 1994), Maraver Eyzaguirre (2006; 2010), Mourelle Mosquera (2006; 2009), além das publicações realizadas no século XVII (por Limón Montero, 1697) e no século XVIII (por Gómez de Bedoya, 1764-1765). Tudo isto, sem deixar de mencionar o Catálogo de *Memórias de Águas Minero-Medicinais Espanholas* (séculos XIX e XX) existente na Biblioteca da Faculdade de Medicina da *Universidad Complutense de Madrid* (elaborado em 2008 por Juan Antonio Méndez Aparicio e no qual é possível encontrar um índice das memórias dos médicos diretores dos balneários, o ano de sua publicação e o nome dos médicos responsáveis pela redação de cada uma destas memórias).

Por outro lado, sobre os estudos relacionados com a área da *arquitetura termal* – campo científico menos trabalhado na Espanha (quando comparado com outros países como França, Inglaterra e Itália) – estudaram com detalhes a arquitetura dos balneários espanhóis, pesquisadores como Leboreiro (1994), Sánchez Ferré (2000; 2008) e Moreno Acuña (2008).

Relacionado ao *campo antropológico* dos estudos sobre águas termais e minero-medicinais – área menos destacada a nível de estudos acadêmicos publicados – merece ressaltar os trabalhos de Casas Morales (1949), Díez de Velasco (1998), Pérez Labaca (2006) e Casal García e González Soutelo (2010).

¹⁶ Ambos publicados através do Instituto Geológico e Mineiro da Espanha (IGME).

Já a respeito aos *estudos históricos* vinculados ao termalismo e às águas termais e minero-medicinais, convém sublinhar os importantes trabalhos realizados por Urquía Echave (1985), Rodríguez Míguez (1988; 1995), Ceballos Hernansanz (1992), Castillo Campos (1993), Freire Magariños (1998), Castellanos Guerrero (1998) e Rodríguez Sánchez (2001; 2006; 2007).

Sobre *estudos arqueológicos* vinculados aos balneários – campo científico ainda muito pouco trabalhado no contexto acadêmico espanhol (em comparação com outros países europeus como Itália, França e Alemanha) – merece destaque os trabalhos publicados por Vargas, Mateos e Aparicio (2007) e Andreu et al. (2008).

Finalmente, relacionado ao campo dos estudos sobre *termalismo e paisagem* – um campo ainda pouco trabalhado no universo acadêmico, cabe ressaltar os trabalhos pioneiros realizados pelo pesquisador Raúl Navarro-García (2011; 2012).

1.2. Águas termais: algumas referências bibliográficas fonte de inspiração e conhecimento durante esta pesquisa

Como aludimos anteriormente, foi possível constatar que a carga simbólica que acompanha a água termal é ampla e complexa. Este elemento da natureza, muito mais que um simples recurso natural, é também um elemento em torno do qual se constrói identidade, cultura, história... tudo isto relacionado à esfera sociocultural de populações que enxergam e incorporam este patrimônio natural-histórico-cultural como algo próprio e “familiar” a sua gente (Lara García, 1997). Em outras palavras, é também um conceito de grupo, resultado de percepções, valores, significados e experiências acumuladas (e depositadas) na memória de atores sociais presentes em distintas populações. Segundo a antropóloga María Cátedra Tomás (2009), a água termal não é somente

objeto de saber científico e técnico, produzido nos últimos séculos em um grande negócio capitalista, porém é também um suporte de crenças, valores, mitos, sonhos e espiritualidade.

No caso deste estudo, uma das primeiras abordagens em relação ao conceito de águas termais e sua vinculação com as dimensões *sociais e culturais* de uma população¹⁷, foi através dos livros de Maria Azucena Martínez (1993), *Balneário de Puente Viesgo 1796 - 1936* e de María Pepa Lara García (1997), *Baños Públicos en Málaga*, incluindo também alguns artigos publicados por Juan Antonio Rodríguez Sánchez, em especial seus artigos *Antecedentes históricos: la memoria del agua* (2001) e *Agua que aún mueve molino: aproximación a la historia balnearia* (2007).

Começando com o livro de Maria Azucena, esta autora nos apresentou a riqueza derivada da água termal como um elemento gerador de um fenômeno que, segundo ela, pode ser chamado de *fenômeno termal* ou *fenômeno balneário*. Um fenômeno cujas dimensões histórico-culturais nos inspirou, ao longo da nossa análise, sobre a importância do substrato cultural e identitário de uma população com respeito a sua *água curativa* e seu balneário. Este último (“balneário”), também, referenciado como “estabelecido termal”, entendido como um espaço constituído de histórias das pessoas que o viveram, além de toda cultura que esteve alimentando um município e uma região cantábrica durante muito tempo. Para esta autora, o caso do Balneário Puente Viesgo nos ajuda a exemplificar “o fenômeno balneário como atividade relacionada com o ócio e o tempo livre, que configura como um elemento fundamental na construção regional e na consolidação do seu modelo territorial característico” (1993: 9).

Já o trabalho de María Pepa Lara García (1997), é uma obra que influenciou no desenho desta pesquisa no sentido de realizar uma síntese evolutiva da história e da cultura dos banhos da província de Málaga, Andalucía. Uma *cultura da água termal* que, obviamente, involucra os banhos com águas terapêuticas capazes de criarem e estabelecerem toda uma cultura local

¹⁷ Sendo essas dimensões de grande importância em nosso trabalho (como constataremos ao longo dos capítulos seis, sete e oito).

vinculada às águas termais e minero-medicinais. Ou seja, uma cultura derivada da formação histórica entendida como processo construído e estabelecido ao longo dos tempos, manifestado através de seu “espírito coletivo”. Segundo palavras desta autora “esta cultura da água que estivemos examinando sofreu mudanças com o tempo; alguns de seus aspectos desapareceram e houve o desenvolvimento de outros, porém é tão amplo seu âmbito de análise e são tantas as noções presentes, que resulta imprescindível acudir a uma síntese para explicar, na medida do possível, a essência desta evolução” (Lara García, 1997: 145). Neste sentido, pela força argumentativa que une o ser humano e a *cultura da água termal* construída a partir das *águas curativas* da província de Málaga, retratada por esta pesquisadora, esta sua obra nos introduziu ao tema da construção identitária vinculada ao termalismo, no sentido não apenas material, mas também, simbólico e identitário de um elemento que retrata histórias, lembranças, pensamentos e sentimentos.

Por outra parte, outro material que contribuiu para nossa leitura sobre a água termal como elemento capaz de gerar e construir identidade e cultura, foram os textos do escritor Juan A. Rodríguez Sánchez. Este médico e pesquisador, em seu livro *Historia de los balnearios de la provincia de Málaga* (1994), relata não só a história dos estabelecimentos termais de uma província andaluza, como também, nos proporcionou desvelar, de maneira importante, a dimensão mais íntima do “espírito curativo” das águas termais ao mencionar, por exemplo, que seja “inquestionável a relação do homem frente a água que foi a causa mais importante para a sacralização da mesma. Esta, a água, aparece desde os tempos remotos e nas mais diversas culturas, dotada de poderes simbólicos: a água limpa, dissolve, desintegra, destrói, regenera e purifica; é fértil e fecunda, feminina e maternal. Por tudo isto, para o pensamento *mágico-creencial*, a água é origem de todas as coisas, possui em si mesma todas as virtualidades. É onipotente e portanto é o elemento curador por excelência” (Rodríguez Sánchez, 1994: 22). Nessa mesma linha, este autor em seu outro artigo cujo o título é *Antecedentes históricos: la memoria del*

agua (2001) aborda a vertente antropológica e cultural da água termal dizendo que “esboçar os rasgos antropológicos do uso da água não implica a inexistência de um conhecimento muito antigo dos mananciais com diferentes características e utilidades: aqueles com propriedades como cheiro, cor ou sabor, chamaram já a atenção em época pré-histórica, demonstraram empiricamente seus efeitos benéficos em relação a algumas dolências, e inclusive, deram origem a assentamentos de populações que a partir de numerosos restos arqueológicos, dos que podem servir como exemplos os restos junto a fontes termais de Albacete e Murcia” (Rodríguez Sánchez, 2001: 2). Para este pesquisador, as águas termais com propriedades terapêuticas “arraiga na cultura ocidental e cria uma demanda das mesmas, viajando até o lugar em que surgem ou transportando-a até as urbes, o que se converte em germe de uma indústria balneária que na Espanha veio abaixo no século XIX” (Rodríguez Sánchez, 2001: 3). Além disto, Rodríguez Sánchez afirma que “a evolução dos balneários terá de ser compreendida através da forma na qual estes grupos entenderam as águas, as relações complexas que foram estabelecidas entre uns e outros e as influências recíprocas exercidas com o território onde nascem, especialmente respeito a valorização social da água, a consideração que a comunidade científica manifesta em relação a este tipo de terapêutica e a importância que ostenta o balneário na população da qual o assenta” (2001: 3).

Finalmente, outra publicação de Rodríguez Sánchez que despertou nossa curiosidade, assim como, contribuiu para nosso entendimento sobre a vertente empresarial do “fenômeno balneário”, foi seu artigo *Agua que aún mueve molino: aproximación a la historia balnearia* (2007). Um trabalho carregado de importante rigor científico, que explica de forma sintética a complexidade deste fenômeno desde uma perspectiva histórica que articula empresários, clientes, banhistas, população local, médicos e outros cientistas, além das suas relações com as águas termais e o marco relacionado com os elementos sociais e econômicos dos recursos hídricos e dos balneários da Espanha.

Por outra parte, outro artigo que queremos destacar nesta linha de trabalho ligada à vertente histórica, econômica (empresarial) dos balneários, são os livros dos pesquisadores Luis Alonso Álvarez, Margarita Vilar Rodríguez e Elvira Lindoso Tato. Estes escritores, em seus livros *O lecer das augas. Historia dos balnearios Galicia 1700-1936* (2011) e *El agua bienhechora. El turismo termal en España 1700-1936* (2012) permitiram ampliar nosso conhecimento sobre a história e cultura termal dos balneários espanhóis, com enfoque nos estabelecimentos termais da Comunidade Autônoma de Galícia. Estes estudiosos abordaram o “setor empresarial balnear” desde uma perspectiva econômica, histórica e, em grande medida, sociocultural. Podemos dizer que, atualmente, Luís Alonso, Vilar Rodriguez e Lindoso Tato são as principais autoridades no que diz respeito a contextualização e análise do *turismo de saúde* ou *turismo termal galego*. Estas duas obras, além dos artigos de Alonso Álvarez (2011) *El agua como ventaja. Orígenes y expansión del turismo termal en España, 1750-2010*; e de Margarita Vilar (2011) *Balnearios, intereses políticos y desarrollo turístico en el noroeste de España: el caso de A Toxa y Mondariz (1874-1935)*, involucram uma série de interessantes questões ainda muito pouco abordadas desde as dimensões políticas, econômicas e culturais¹⁸. Obviamente, estes autores não foram os únicos a tratarem este tema, uma vez que prestigiados pesquisadores como Carlos Larrinaga, da universidade de Granada, tratou de estudar e escrever sobre o setor turístico vinculado aos balneários, desde uma perspectiva histórica, empresarial e patrimonial. A título de exemplo, em seu trabalho *Patrimonio del sector turístico: los balnearios. El caso Guipuzcoano*, Larrinaga (2010) não deixou de ressaltar que, além do fenômeno balneário representar um setor de grande importância em relação ao seu legado histórico e econômico no contexto espanhol, segundo ele, é

¹⁸ Além disto, as pesquisadoras Vilar Rodriguez e Lindoso Tato também possuem um importante estudo publicado sobre a indústria da água mineral engarrafada na Europa. Sobre este assunto, consultar o artigo “*La industria del agua embotellada en Europa, siglos XIX-XX*” publicado na revista *Agua y Territorio* (2014).

certo que em nossos dias segue sendo necessário preservar e valorizar o fenômeno termal. Além disso, é necessário valorizar todo o patrimônio oriundo deste fenômeno, que deixou marcas não só em Guipúzcoa¹⁹, como também, em toda a geografia espanhola (Larrinaga, 2010: 100).

Por outro lado, outra publicação que nos proporcionou uma importante leitura crítica sobre o tema da *cultura da água termal* vinculada aos balneários, foi o estudo histórico elaborado pelo professor Octavio Monserrat Zapater, da Universidade de Oviedo. Monserrat Zapater, em seu artigo titulado *Un espacio de salud y ocio en el Pirineo aragonés: el balneario de Panticosa* (1995), trabalhou com fontes documentais inéditas, abordando os diversos aspectos do balneário de Panticosa. Entre os aspectos abordados, Octavio tratou de estudar a região geográfica das imediações do balneário de Panticosa, além da propriedade e o setor empresarial deste estabelecimento. O que incluiu, também, um estudo da rede de comunicação até o balneário, o quadro de pessoas doentes que acudiram ao estabelecimento no século XIX, além das condições de tratamento e recepção destes banhistas. Finalmente, Zapater analisou alguns aspectos ligados à arquitetura e configuração social e cultural do *espacio balneario de Panticosa*. Este artigo conseguiu superar os trabalhos existentes sobre as dimensões histórica e sociocultural vinculadas às águas termais, investindo um olhar atento e focado sobre a cultura da água termal de uma população específica, que pode representar muitas outras comunidades situadas na geografia espanhola. Segundo Monserrat, na Espanha, “o fenômeno termal adquire a partir do século XIX determinadas características quantitativas e qualitativas distintas do costume tradicional, cujas raízes se fundem na mais remota antiguidade, de acudir às fontes de águas termais e minerais” (1995: 35). Além disto, para este autor, “o desenvolvimento e as mudanças no turismo atual, com a busca do descanso e do bem-estar, do cuidado físico e psíquico, estão possibilitando uma revitalização dos balneários, que tradicionalmente associavam a cultura da saúde e do ócio”

¹⁹ Região espanhola abordada com detalhes por este escritor Vasco.

(Montserrat, 1995: 52). Isto é, uma cultura já tratada e estabelecida por um “cultivo” pessoal e social (educação, formação, manifestações artísticas e arquitetônicas, etc.) de uma população. Uma população que, neste caso, segue sendo a sociedade local aragonesa de Panticosa.

Contudo, sem deixar de mencionar alguns autores brasileiros que contribuíram de forma importante, a nossa primeira abordagem sobre o conceito de *água termal* como elemento gerador de história, memória, identidade e cultura, autores como Eliane Brenner (2002; 2005) e Rosana Steinke (2009) nos introduziram à ideia de desenvolvimento turístico de saúde, como também da história cultural do setor termal brasileiro. Estas autoras nos permitiram refletir sobre a importância de abordar a dimensão sociocultural vinculada às águas termais, para poder conhecer em profundidade os vínculos afetivos, coletivos e, inclusive, literários-artísticos que unem este recurso com a população onde aparece. Além disto, Brenner e Steinke proporcionaram uma importante aproximação sobre algumas consequências e repercussões ligadas a um estilo de desenvolvimento mais respeitoso com o meio natural, social e cultural das sociedades onde nascem os mananciais de águas termais. Ou seja, um tipo de desenvolvimento que, desde muitos séculos esteve vinculado à água que nasce a altas temperaturas e que leva consigo uma importante carga simbólica. Dessa maneira, entre outros aspectos, os trabalhos de Brenner (*El reto de la conservación ambiental y la diversificación del turismo masificado de balneario: el diseño de una estrategia para Caldas Novas, Brasil*, 2002; *El desarrollo turístico de la región de aguas termales de Goiás, Brasil*, 2005) e Steinke (*Entre a literatura e a história cultural: crônica de costumes ambientada em uma estância balneária*, 2009) estes trabalhos nos fizeram refletir sobre a importância de considerar a água termal não somente como um bem produtivo (regido por uma visão técnica-mercantilista), mas também como um elemento natural dotado de um valioso substrato cultural que a acompanha.

Já em relação às referências bibliográficas dos autores portugueses, queremos destacar os trabalhos das antropólogas María Manuel Quintela (2003; 2004) e Cristiana Bastos (2011), dada a

riqueza e variedade dos artigos científicos produzidos por ambas pesquisadoras. Neste sentido, sobre a ampla bibliografia produzida pela professora Quintela, destacamos seu artigo *Saberes e práticas termais: uma perspectiva comparada em Portugal (Termas de S. Pedro do Sul) e no Brasil (Caldas da Imperatriz)* (2004). Neste trabalho, Maria Manuel, criadora em uma inovadora linha de análise etnográfica em *termas* (balneários) do Brasil e Portugal, trabalhou a dimensão antropológica das águas termais, focando sua análise no cruzamento e na articulação da antropologia da saúde e a do turismo. Esta união – inédita e baseada em uma pesquisa de caráter etnográfico – representa um importante estudo sobre o processo histórico de institucionalização das “curas das águas”, sendo que, suas contribuições foram importantes, não só com relação à esfera cultural que envolve as águas termais e o território onde aparecem, mas também, de maneira relevante, seus estudos proporcionaram instrumentos metodológicos para a realização do nosso trabalho de campo, principalmente, no que diz respeito à realização das entrevistas com os moradores de Alhama de Granada.

Por outra parte, porém, na mesma linha de Maria Manuel Quintela, a pesquisadora Cristiana Bastos também contribuiu em relação a nossa leitura crítica sobre a cultura da água termal e o estudo etnográfico vinculado ao universo dos balneários portugueses. Bastos, através de seu artigo *From sulphur to perfume: spa and SPA at Monchique, Algarve*, publicado na revista científica *Anthropology & Medicine* (2001), nos evidencia, em grande medida, a cultura da água termal pautada em elementos de consumo *médico, mágico, social, recreativo e prazeroso* em múltiplos sentidos. Elementos que seguem perpetuando ao longo dos séculos, despertando novas formas de consumo, a partir das condições médicas-terapêuticas e exigências políticas, bem como, do próprio prazer humano relacionado às realidades do passado e da contemporaneidade.

Em síntese, as publicações de Maria Manuel Quintela e Cristiana Bastos permitiram refletir sobre a importância e utilidade de abordar a dimensão sociocultural – vinculadas ao consumo, ao ócio, a cura e ao prazer relacionados com as águas termais e minero-medicinais. Isto, para

posteriormente poder compreender em profundidade o vínculo que une este recurso hídrico com a população onde ele nasce. Além disto, entre outros aspectos, os textos de Quintela e Bastos nos levaram a refletir sobre o importante cruzamento interdisciplinar entre a antropologia do turismo e médica, assim como o estudo etnográfico como método importante em um estudo interdisciplinar como o que objetivamos nesta tese.

Finalmente, ainda seguindo o campo antropológico de estudos sobre a cultura vinculada às águas termais, porém retornando aos trabalhos de pesquisadores espanhóis, gostaríamos de destacar dois estudos que muito contribuíram para nossa leitura e análise sobre o caso de Alhama de Granada. Neste sentido, referenciando os trabalhos de Maria Cátedra (2009) e Javier Escalera-Reyes & Huan Porrah (2011). Por parte de Cátedra, seu artigo *El agua que cura* (2009) nos permitiu uma aproximação significativa sobre o conceito de água termal como elemento gerador de cultura e identidade coletiva. Trata-se de um trabalho que evidencia a riqueza simbólica das águas minero-medicinais em relação aos saberes “tradicionais” de quatro diferentes balneários (dois estabelecimentos espanhóis e dois portugueses). Esta pesquisadora, na introdução do estudo referenciado anteriormente, menciona que os diferentes usos das águas termais e minerais de Portugal e Espanha “permitem conceber os balneários, sanitários da natureza, bem como negócios nos quais o poder médico se aproxima ao dos promotores turísticos convertidos em assessores da saúde, vinculando-se as diferentes concepções, não só da água, como também, da sociedade e seus diferentes grupos” (Cátedra, 2009: 177), e acrescenta, ainda, que “a água é natura, entretanto, é também decisivamente cultura” (2009: 178).

Por outra parte, em relação aos antropólogos Javier Escalera-Reyes e Huan Porrah, no artigo titulado *Turismo termal, apropiación y patrimonialización del “agua caliente”: el caso de Alhama de Granada en el PN de las Sierras Tejeda, Almijara y Alhama*, proporcionaram noções valiosas sobre o entendimento das águas termais como elemento gerador de cultura, identidade, história e patrimônio. Estes autores abordaram as águas de Alhama afirmando que “as águas

minero-medicinais, e de modo especial as águas termais, foram desde muito tempo especial objeto de desejo de apropriação particular. Entretanto, o qual é indicativo da importância que desde muito tempo tiveram para os seres humanos, também foram as que proporcionaram alguns dos mais fortes movimentos de resistência por parte das populações locais, no sentido de perda do acesso comunal das mesmas” (2011: 233). Estas afirmações de Javier Escalera e Huan Porrah contribuíram valiosamente por sua natureza argumentativa em relação à compreensão do nosso estudo e que será aprofundada na segunda parte deste trabalho. De fato, como veremos mais adiante, estas afirmações foram importantes para entender o fenômeno da implicação e participação dos *alhamenhos* no processo reivindicativo em defesa da água termal de uso público e caráter comunal de seu município.

Portanto, concluindo este primeiro tópico, o estudo das obras citadas, assim como, de outras mais que não consideramos oportuno citar aqui, nos revelou que as águas termais, mais que um mero recurso natural é um elemento de enorme importância e transcendência. Um elemento capaz de gerar e estabelecer identidade coletiva e cultura hídrica termal. Como expõe Adília Rita Ramos (2005) “a água em geral, e a água termal em particular, desempenha, pois, um importante fator na apropriação de espaços e tempos. No início de um novo milênio, num contexto de permanente mutação, revela-se da maior pertinência analisar e desmontar os conceitos a ela ligados e que ao longo dos séculos, foram criando fortes laços e cumplicidades, os quais permitiram adquirir, em simultâneo, uma identidade e visualidade marcantes” (Ramos, 2005: 6).

1.3. Termalismo, turismo e desenvolvimento: estado da arte

Segundo os estudos de Mourelle et al. (2009) o vocábulo *termalismo* procede etimologicamente do grego “thermos” que significa *quente*. Estes mesmos autores definem o termalismo como o

conjunto de meios médicos, técnicos, higiênicos, sociais e hoteleiros a serviço da utilização terapêutica das águas termais e minero-medicinais (oficialmente reconhecidas de utilidade pública).

No entanto, recorrendo ao significado desta palavra, a partir de uma ampla revisão bibliográfica em diferentes textos e dicionários, podemos assegurar que este vocábulo não aparece definido claramente. Por exemplo, o dicionário da Real Academia da Língua Espanhola (RAE) não apresenta o significado de termalismo, porém, se buscarmos o significado pelo prefixo “termal”, a RAE menciona que se trata de uma palavra (adjetivo) que indica aquilo que “pertence ou é relativo às termas (caldas)”. Por outra parte, o dicionário da Academia de Ciências de Lisboa (2001) aponta o termalismo como a “ciência que trata da exploração e utilização das águas minerais”, e também, “o que está relacionado com a organização e exploração dos estabelecimentos termais”. Já por parte do dicionário Médico Espanhol Doctíssimo (2010), o termalismo é interpretado e nomeado como “um conjunto de meios e técnicas destinados a utilização terapêutica das águas termais”.

Portanto, como constatamos durante o início desta pesquisa, o *termalismo* é um termo que não aparece definido de forma única e precisa. Muito pelo contrário, ao longo de nossa consulta bibliográfica foi possível observar que esse é um termo capaz de abranger um amplo leque de definições conceituais. Como menciona a pesquisadora Ramos (2005), o termalismo pode abranger claramente um “conjunto de meios medicinais, sociais, sanitários e administrativos, devidamente estruturados e interconectados” (Ramos, 2005: 37). Em outras palavras, trata-se de um termo que ultrapassa os círculos profissionais de médicos e hidrólogos, para fazer parte também dos campos científicos das ciências ligadas, por exemplo, ao turismo, a administração empresarial, a administração pública e a criação de novos planos e projetos direcionados à dinamização econômica de pequenas populações, como é o caso do nosso trabalho, que levará em conta a população de Alhama de Granada.

Desta maneira, este tópico servirá como ponto de partida para iniciar a apresentação do nosso contexto analítico, vinculado ao amplo campo interdisciplinar do termalismo como uma vertente que ultrapassa sua definição mais comumente aplicada (centrada nos aspectos médicos e curativos das águas termais e minerais), para focalizar em outras questões teóricas relacionadas, em nosso caso, às dimensões do *turismo*, do *desenvolvimento local* e, finalmente, dos conhecimentos táticos ligados à *sustentabilidade* (econômica, social, política, ambiental e cultural) aspirada a curto, médio e longo prazo.

Assim, começando com a invocação tecida por muitos autores sobre o termalismo relacionado ao *desenvolvimento econômico e social de populações* (que através da atividade turística as populações exploram as águas termais), são muitos os que escrevem que esta relação vem sendo estudada, cada vez com mais frequência, dada sua importância principalmente relacionada a melhoria da situação econômica e social dos habitantes residentes nos mais de cem municípios termais da Espanha²⁰. Como afirma Teixeira Martins (2009) “a exploração da atividade termal promove o dinamismo econômico local e tem capacidade geradora de empregos, atuando como polo fixador e de atração da população” (Martins, 2009: 124). Esta abordagem, também, é mencionada por Gonçalves-Escada (1999) ao reconhecer que o crescimento contemporâneo do turismo termal decorre largamente da importância econômica do termalismo, capaz de repercutir no mercado de trabalho e “assumir um importante papel no desenvolvimento local e regional, contribuindo para atenuar as assimetrias regionais de muitos países” (1999: 251). Por outra parte, Javier Escalera-Reyes e Huan Porrah (2011) mencionam de forma determinante que “se faz preciso, por tanto, conhecer em profundidade as relações existentes entre as populações locais e os

²⁰ Segundo dados oficiais do Observatório Nacional do Termalismo Espanhol (Projeto piloto Termalismo e Desenvolvimento Rural – Ministério de Agricultura, Alimentação e Meio Ambiente), na Espanha, por exemplo no ano de 2012, estiveram em funcionamento um total de 112 balneários (com águas declaradas oficialmente de Utilidade Pública). Estes balneários estão distribuídos nas diferentes Comunidades Autônomas do país, com predomínio de estabelecimentos em funcionamento na Galícia e Catalunha.

mananciais que alimentam ou podem alimentar o desenvolvimento de um turismo termal, com objetivo de identificar as potencialidades e os possíveis efeitos negativos que este tipo de turismo pode (na atualidade ou no futuro) produzir. Isto, tendo em conta o objetivo de aspirar estratégias de desenvolvimentos autenticamente sustentáveis, desde o ponto de vista não só econômico, mas também, meio ambiental e social” (2011: 234).

Assim, o turismo termal, ou turismo de saúde, segundo autores como Rita Ramos (2005), Larrubio Vargas e Luque Gil (2002), Eliane Brenner (2005), Joaquim Reverter (2005) e Raúl Navarro-García (2011) pode ser considerado como uma atividade portadora de uma complexa trama de vertentes relacionadas com o desenvolvimento de um determinado território, atuando sob o propósito daquilo que o pesquisador Gonçalves-Escada (1999) define como “melhoria das acessibilidades, na dinamização das atividades econômicas e na criação de melhores condições gerais de vida das populações, designando em áreas de economias mais deprimidas, um vetor de profunda importância na perspectiva de construção e sustentação dos recursos endógenos” (Gonçalves-Escada, 1999: 250). Além disto, este mesmo autor argumenta que, o “desenvolvimento do termalismo é esperado com fins sobretudo relacionados à melhoria da situação econômica e social da população residente; porém, o impacto real e o impacto esperado podem ser distintos e até mesmo divergentes. É o equilíbrio entre esses dois tipos de impactos que deve ser assegurado” (Gonçalves-Escada, 1999: 251).

Nesta mesma linha argumentativa – mencionada por Gonçalves-Escada (1999) – autores como Teixeira Martins (2009) lembram que, “as nascentes e balneários termais são, um recurso importantíssimo, cujo aproveitamento tem tido inegáveis contribuições para o desenvolvimento e a sustentabilidade econômica dos territórios onde se inserem. Estes benefícios ganham ainda mais relevo, quando relembramos o fato de que grande parte dos municípios termais se localizam em regiões carentes de dinamismo econômico, onde as fontes termais constituem, muitas vezes, o único fator diferenciador, capaz de mobilizar o desenvolvimento destes territórios” (Martins,

2009: 124). Estas argumentações são também fortalecidas por outros autores como Susana Pereira Silva (2011), que alude ao fato de que as diversas “populações termais” são, também, espaços que compreendem o desenvolvimento turístico vinculado à saúde e ao ócio, além de representarem terrenos “de aprendizagem com um papel importante na transmissão e perpetuação de valores culturais, patrimoniais e ambientais” (Pereira, 2011: 122).

Contudo, abordando agora, mais especificamente, à *dimensão ecológica vinculada à vertente turística analisada desde a perspectiva dos desafios relacionados com a atividade termal* (e sua relação com a sustentabilidade ecológica), autores como Eliane Brenner (2005) assumem a linha discursiva enfocada na ocorrência de que “de igual forma que em muitos destinos turísticos da costa espanhola, proliferam as inversões carentes de uma preocupação pela conservação do meio ambiente e baseados em uma exploração abusiva dos recursos naturais, na busca de um mercado mais amplo e com uma vertente de lucro a curto prazo, o mesmo pode ser visto em muitos casos aplicados a municípios termais” (Brenner, 2005: 111). Além disto, esta mesma leitura analítica é apresentada também por Teixeira Martins (2009), que afirma que “as razões de ordem ambiental que passam por imputar a atividade termal, não só equivalem às necessárias obrigações de proteger os aquíferos e as suas áreas de influência, mas também, é necessário tomar todas as medidas para minimizar os impactos decorrentes da sua atividade e, sobretudo, na qualidade de uma atividade estreitamente ligada aos recursos naturais, no seu estado mais puro” (Martins, 2009: 120).

Desta maneira, podemos dizer que a *sustentabilidade ecológica* enfocada no termalismo (e mais especificamente enfocada ao turismo termal), obviamente, está pautada em um desenvolvimento equilibrado, condicionado a uma determinada dinamização do território, buscando assim estabelecer e manter um “grande respeito” às formas de uso, exploração e gestão dos recursos²¹,

²¹ Apesar dos termos *uso*, *exploração* e *gestão* parecerem palavras com significados similares, em nosso estudo distinguimos algumas diferenças básicas destes termos. No caso do *uso dos recursos*, adotamos a concepção

como é o caso dos recursos hídrico termais e minero-medicinais. Como evidenciam Martos, García e Valverde (2012: 15): “em relação à elevada qualidade ambiental dos territórios termais, devemos ser conscientes que se mostra imprescindível manter esta qualidade, para poder exercer a função curativa corretamente, pois não é em vão que são imprescindíveis os controles para assegurar que as águas termais e minero-medicinais mantenham suas propriedades e não sofram contaminação de nenhum tipo”. Silva Oliveira (2011) aponta também que “torna-se necessário pensar a atividade termal de forma racional, maximizando os recursos em prol do bem-estar econômico, social e ambiental, e simultaneamente, preservá-los para as gerações futuras sem esgotar suas capacidades” (Oliveira, 2011: 19).

No entanto, se por um lado temos a relação das ameaças derivadas da atividade turística e sua relação com o meio biofísico, *o que acontece com as ameaças a nível sociocultural de uma população?* Para responder a esta questão, consideramos à ideia de que a dimensão sociocultural (relacionada aos legados históricos e culturais de uma determinada comunidade) além de levar em conta a consideração de que devemos “medir muito bem para que o turismo termal não cause impactos socioculturais negativos” (Martínez e Brocos, 2006: 551), não devemos esquecer que a oferta do turismo termal pode ocasionar toda uma complexa teia de transformações e efeitos capazes de mudar, de maneira negativa a “estrutura funcional e fundiária dos espaços locais” (Gonçalvez-Escada, 1999: 250). Sobre este ponto de vista, cabe citar duas dimensões importantes no que diz respeito a este assunto e seu respectivo vínculo com a problemática central do nosso trabalho: por um lado, à *dimensão vinculada ao turismo de massas (ou turismo massificado*

relacionada a uma determinada prática local, costume, hábito de fazer uso de um recurso (em uma época determinada). Por outra parte, sobre o termo *exploração dos recursos*, entendemos que este termo está relacionado com a concepção de obter benefício de algo colocando os meios necessários para isso, ou seja, uso para determinado fim. Já sobre o termo *gestão dos recursos*, adotamos a concepção de uma ação de administrar ou gerir um determinado recurso natural.

recorrente da especulação urbanística), e por outro, à *dimensão relacionada à intensificação da privatização das fontes de águas termais e minerais, e dos balneários*.

No que diz respeito à dimensão vinculada ao *turismo termal massificado*, podemos dizer que, a pesquisadora Eliane Brenner (2005) segue atualmente sendo a principal autoridade em matéria do “turismo de massa” enfocado ao desenvolvimento do termalismo, desde esferas econômicas, sociais e ambientais. Para ela, o turismo massificado – que inclui um forte impulso à especulação imobiliária – pode conduzir “em grande medida a uma notável perda da qualidade ambiental” (2005: 113), ou seja, segundo Brenner (2005), no caso, por exemplo, do principal município termal brasileiro (Caldas Novas) “o crescimento desordenado está acarretando uma série de impactos ambientais, os quais variam desde o desaparecimento dos espaços verdes e a degradação das áreas naturais até a contaminação da água, devido à insuficiência da rede básica de saneamento” (2005: 115). Esta autora também chama a atenção para o fato de que, em muitos municípios termais latino-americanos e europeus, o *turismo massificado* – que pode incluir, infelizmente, “a abertura de poços artesianos e a falta de critérios para o uso da água termal” (Brenner, 2005: 116) – pode também fazer com que a sociedade comece a questionar a viabilidade do modelo a longo prazo²².

Por outro lado, no que diz respeito à dimensão vinculada a *intensificação da privatização das fontes e balneários*, apesar das análises que realizaremos com mais detalhes no capítulo três deste estudo, convém referenciar, novamente, os autores Javier Escalera-Reyes e Huan Porrah (2011) pela força argumentativa demonstrada em suas palavras sobre a conversão, cada vez maior, dos recursos hídricos no que diz respeito à “intensificação da pressão privatizadora das fontes,

²² Além disto, nesta mesma linha argumentativa, os espanhóis Carlos Larrinaga e Rafael Vallejo (2013) consideram que “o *turismo de massas* é em efeito um fenômeno socioeconômico complexo. Este caráter poliédrico propicia, mais que a história, “*as histórias do turismo*”. Assim, sobre o mesmo, é possível elaborar uma história sociocultural, como componente que é da civilização do ócio, uma história política e meio ambiental, dado o impacto que tem sobre os recursos naturais brutos dos países que funcionam como mercados receptores” (2013: 19).

mananciais, nascimentos e surgimentos minero-medicinais e termais” (2011: 234). Recursos que, principalmente, a partir do século XIX, com os ideais e interesses do liberalismo, justificou o caráter absoluto e individualista, que passou a ostentar no mundo ocidental. Neste sentido, para autores como Silvio Retamiro (2005) afirmam que a “liberdade individual” representou a transmissão da propriedade no século XIX com as políticas do liberalismo e, por meio do contrato, se afirmou as relações de poder e negócios que envolviam a transmissão da propriedade vinculada, por exemplo, a de recursos naturais como a terra e a água (Retamiro, 2005: 35).

Finalmente, ainda sobre estes “interesses liberalistas da propriedade” indicados acima, os professores Eduardo Ribeiro e Flávia Galizoni, teóricos com larga trajetória em estudos sobre *água e direito de propriedade*, abordam a “natureza das águas como um bem comunal” a partir da percepção dos lavradores e lavradoras de três pequenas comunidades brasileiras, coletivos sociais que percebem a água “como uma dádiva divina gratuita, um presente: a água nasce, brota, escorre, mina e mareja sem intervenção humana. Como um recurso da natureza, está disposto sem interferência do trabalho humano e, portanto, de acordo com o código ético dos lavradores, não pode ser apropriada privativamente. É o trabalho, dentro desse código, que fundamenta o direito de domínio privativo” (Galizoni e Ribeiro, 2004: 32). Esta constatação descrita por Galizoni e Ribeiro, pela sua força explicativa – da água como recurso social e coletivo – resultou uma evidência mais ao pressuposto de que este recurso natural possui diferentes éticas de conduta, distintos códigos que normatizam acessos e usos das diversas fontes, pautados em distintos marcos jurídicos e práticas que se diferenciam, a partir do contexto e da realidade de cada país ou continente.

Assim, para concluir, o que queremos destacar aqui é que as ideias apresentadas nestas páginas nos acompanharam ao longo deste trabalho, tendo em conta que as noções e afirmações

apresentadas caracterizam, em grande medida, as contribuições em que nos guiaram ao longo das diferentes etapas da construção e realização desta pesquisa.

CAPÍTULO 2

ALGUNS PRINCÍPIOS QUE GUIARAM NOSSO ESTUDO A PARTIR DA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

No capítulo anterior estivemos abordando o estado da arte da nossa pesquisa desde a perspectiva do nosso objeto de estudo, ou seja, a *água termal e termalismo* (e algumas de suas aproximações literárias e conceituais). Entretanto, passaremos agora a apresentação do marco teórico deste trabalho. Um marco estabelecido a partir de importantes noções sobre o desenvolvimento sustentável e sua interface com determinados princípios que norteiam o arcabouço teórico vinculado às múltiplas dimensões da sustentabilidade.

Desta maneira, nos dois próximos capítulos buscaremos localizar esta tese a partir do *guarda-chuva conceitual* disseminado na seguinte pergunta de investigação (já referenciada na introdução deste documento): “como um determinado tipo de aproveitamento das águas termais pode influenciar nas possibilidades de desenvolvimento sustentável de uma população?”.

Com o objetivo de aproximar-nos a algumas reflexões que surgem desta pergunta, assim como referenciar os principais instrumentos teóricos que sustentaram o presente trabalho, estivemos consultando uma ampla literatura científica tanto de autores espanhóis, como norte-americanos e brasileiros. Autores que contribuíram, em grande medida, em relação ao nosso interesse sobre o estudo das possibilidades direcionadas ao desenvolvimento sustentável de um município, que no

contexto analítico aqui apresentado, terá uma clara relação com o processo de uso, exploração e gestão dos recursos naturais²³ (como o caso das águas termais).

Este capítulo está dividido em duas partes. Na primeira, realizaremos uma revisão bibliográfica do panorama histórico que gira em torno da teoria do *desenvolvimento sustentável* (em adiante DS). Neste contexto, citaremos algumas aproximações de autores que estiveram trabalhando com o surgimento deste termo a partir de documentos e conferências mundiais que o marcaram decididamente.

O anterior nos abastecerá de um panorama discursivo capaz de servir como pilar de sustentação da segunda parte, tópico dois. Neste tópico, apresentaremos o enfoque teórico do DS baseado na importância de se levar em conta as dimensões sociais, econômicas, políticas, ecológicas e culturais de uma comunidade e, sobretudo, a *retroalimentação*²⁴ destas dimensões como processo essencial rumo a um autêntico DS de uma comunidade.

2.1. Em busca de uma fundamentação teórica relacionada com o conceito de desenvolvimento sustentável (DS): breve histórico

Uma importante explicação do DS é a de que ele “não está baseado somente a partir de uma lógica determinista/economicista, mas sim, implica fatores importantes dentro de uma perspectiva

²³ Como mencionamos no capítulo anterior, apesar dos termos *uso*, *exploração* e *gestão* parecerem palavras com significados similares, em nosso estudo distinguimos algumas diferenças básicas destes termos. No caso do *uso dos recursos*, adotamos a concepção relacionada a uma determinada prática local, costume, hábito de fazer uso de um recurso (em uma época determinada). Por outra parte, sobre o termo *exploração dos recursos*, entendemos que este termo está relacionado com a concepção de obter benefício de algo colocando os meios necessários para isso, ou seja, uso para determinado fim. Já sobre o termo *gestão dos recursos*, adotamos a concepção de uma ação de administrar ou gerir um determinado recurso.

²⁴ *Retroalimentação* no sentido holístico e interdisciplinar de entender e estudar as dimensões da sustentabilidade desde um enfoque que engloba as relações de interdependência e complementaridade destas esferas sociais, políticas, econômicas, ecológicas e culturais de uma determinada população.

global e integral das dimensões econômica, social, cultural, política e ecológica, onde é importante a participação local da comunidade, a sustentabilidade dos projetos desenvolvidos e levados em prática, assim como a utilização de recursos próprios para a melhora do bem-estar e da qualidade de vida da população em seu conjunto” (Riverón, 2007: 2). Partindo desta concepção, apresentaremos nas próximas páginas uma introdução ao enfoque da teoria do DS desde o que estivemos recorrendo para a realização deste estudo centrado no caso de Alhama de Granada. Cabe mencionar que, no caso deste trabalho, nosso interesse não foi o de recorrer a uma teoria para ilustra-la (a partir de um estudo de caso), porém, muito pelo contrário, as ferramentas teóricas aqui utilizadas foram a base que sustentou o desenho desta pesquisa, assim como, a realização do cruzamento de dados e conhecimentos coletados para a elaboração da análise e, finalmente, das conclusões.

Assim, com a consulta de uma exaustiva bibliografia científica de textos escritos em continente europeu e americano, constatamos que o termo *desenvolvimento sustentável* não tem um significado estático, que determine um posicionamento único e estabelecido universalmente (Bourg, 2005; Freire, 2006; Bellen, 2010; Nascimento, 2012;). Aliás, para teóricos como José Barbieri (2000), “o uso indiscriminado e pouco criterioso da expressão “desenvolvimento sustentável”, que está em voga no momento, tem contribuído para dificultar o seu entendimento nos mais diversos países” (Barbieri, 2000: 3). Araújo e Silva (2004) acrescentam ainda que, “o desenvolvimento sustentável possui muitas definições que esclarecem a amplitude do conceito e suas discussões, no entanto, poderíamos dizer que entre sua falta de esclarecimento, está a noção de que o desenvolvimento presente ocorra gerando sustentabilidade futura” (2004: 2).

Por outra parte, autores como Cavalcanti et al. (1997) aludem à falta de esclarecimento a respeito do DS, considerando que talvez a definição dada pelo relatório da Comissão Brundtland²⁵

²⁵ Relatório apresentado à Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 1987, sobre o meio ambiente, também conhecido por *Relatório Brundtland*, por ter sido presidido pela Primeira Ministra da Noruega Gro Harlem

(1987) pode ser um ponto de partida para o entendimento do que vem a ser um “possível início” para a compreensão deste *novo modo de pensar o desenvolvimento* em nosso planeta. Para esta Comissão, DS é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades²⁶.

Ademais, no que diz respeito a linha argumentativa referente a “origem” do conceito de DS, o pesquisador Ribeiro Romeiro (2012) recorda: “esta expressão surgiu com o nome de *ecodesenvolvimento* nos anos 1970. Sendo fruto do esforço para encontrar uma terceira via opcional àquelas que opunham, de um lado, desenvolvimentistas e, de outro, defensores do crescimento zero” (2012: 2). Sobre este aspecto, Pedro Jacobi (1999) alude ainda que “o conceito de desenvolvimento sustentável surge em 1970 como uma ideia força integradora para qualificar a necessidade de pensar uma outra forma de desenvolvimento. Seu fundamento provém da necessidade percebida de busca de um equilíbrio em relação às capacidades e às limitações existentes. O desenvolvimento e o bem-estar humanos requerem um equilíbrio dinâmico entre população, capacidade do meio ambiente e vitalidade produtiva” (1999: 40).

Portanto, não resta dúvida de que no campo científico, o debate e as interpretações não poderiam deixar de se fazerem presentes de forma ampla e complexa. Como exemplo, o pesquisador Pinheiro do Nascimento (2012) recorre aos argumentos de Redclift (1987) para considerar que o DS é uma “ideia poderosa”, o que para Richardson (1997) chamaria inclusive de “fraude”, pois tenta esconder a contradição entre a finitude dos recursos naturais e o caráter desenvolvimentista da sociedade industrial. Além disto, Baudin (2009) concebe o DS como uma “nova ideologia”²⁷.

Brundtland. Voltaremos a referenciar este relatório mais adiante.

²⁶ Ainda conforme a citada Comissão, os objetivos de políticas derivados desse conceito de desenvolvimento são os seguintes: retomar o crescimento como condição necessária para erradicar a pobreza; mudar a qualidade de crescimento para torna-lo mais justo, equitativo e menos intensivo em matérias-primas e energia; atender às necessidades humanas essenciais de emprego, alimentação, energia, água e saneamento; manter um nível populacional sustentável; conservar e melhorar a base de recursos; reorientar a tecnologia e administrar os riscos; e incluir o meio ambiente e a economia no processo decisório.

²⁷ *Nova ideologia* no sentido de possuir um conjunto de ideias, pensamentos e visões de mundo de grupos de poderes orientados para suas ações sociais e, principalmente, políticas no sentido, maioritariamente, aplicado à preservação e

Finalmente, Veiga (2010) fará uma alusão interessante, a de que se trata antes de tudo de um “novo valor”. Esta última assimilação, entendida como sendo uma possibilidade factível rumo à adoção de medidas que venham efetivamente mudar o rumo do desenvolvimento, “levando-o da jaula do crescimento econômico material para a liberdade do desenvolvimento humano, enquanto ampliação de oportunidades” (Nascimento, 2012: 2).

Desta maneira, as questões que orientam a construção deste conceito constituem, mais que uma criação terminada, um processo em plena construção, reconstrução e/ou reelaboração (Ferreira e Viola, 1996; Hardi e Barg, 1997). Um processo que, como já dissemos em parágrafos anteriores, teve origem no final dos anos 60, quando as políticas desenvolvimentistas predominantes desde o pós-guerra, focadas num acelerado crescimento econômico, começaram a ser questionadas mais seriamente por grupos predominantemente ambientalistas e feministas (Santos e Rodríguez, 2002; Bourg, 2005). Estes movimentos adquiriram maior repercussão, sobretudo, em função do questionamento dos resultados que algumas políticas tradicionais vinham produzindo, especialmente, com a geração cada vez mais ampliada de degradação ambiental e de desigualdades de diversos tipos (Barbieri, 2000; Sayer, 2004; Santos, 2011).

Portanto, para muitos teóricos, um dos primeiros eventos relevantes em relação ao debate de um “novo” modelo de desenvolvimento, ou seja, frente a ofensiva ligada à degradação ambiental e às diversas desigualdades, foi a criação do *Clube de Roma*, em 1968 (Anand e Sen, 1994; Cavalcanti, 1997; Sayer e Campbell, 2004; Cunha, 2012). Este *Clube*, fundado pelo empresário italiano Aurelio Peccei e pelo cientista escocês Alexander King, estava composto por *expertos* de diversas áreas (diplomatas, industriais, acadêmicos, entre outros) com o propósito de refletir sobre um vasto conjunto de assuntos ligados ao meio ambiente, à política internacional, aos modelos econômicos mundiais, entre outras relevantes questões. Deste modo, em 1972, o *Clube de Roma*

conservação dos recursos naturais com vistas a um risco de contaminação a nível global.

tornou-se muito conhecido por meio da publicação do seu primeiro relatório, um documento que levou o título de *The limits to growth* (“Os limites do Crescimento”). Este documento, que tratava de problemas cruciais para o futuro desenvolvimento da humanidade, tais como: poluição, uso energético, saneamento, saúde, tecnologia e crescimento populacional, foi considerado um ataque frontal às teorias econômicas dominantes, como sugere o seu próprio nome, que haveria um limite efetivo para o crescimento econômico a ser atingido em menos de um século, e que o atingimento deste limite traria resultados catastróficos. Como saída, o texto propunha um congelamento tanto do crescimento da população humana como do capital industrial (Cunha, 2012: 81).

Além disto, os alertas transmitidos por este relatório influenciariam os debates da própria Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano de 1972 – também conhecida como *Conferência de Estocolmo* – outro momento importante do debate internacional sobre o tema. Esta conferência foi precedida ainda pelo Encontro de Founex (Suíça), que definiu 26 princípios com relação ao meio ambiente a serem seguidos pelos cidadãos de todo o mundo (Anand e Sen, 1994). Depois, em 1975, surgiu o relatório intitulado *What Now*, sendo resultado de uma negociação ante as posições extremas de defesa do meio ambiente, por um lado e das necessidades que haveria de crescimento econômico, por outro (Dasgupta, 2001; Bellen, 2010; Cunha, 2012).

Anos depois, na década de 1980, a *Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* (CMMAD) realizou numerosas reuniões e debates com líderes de todo o mundo sobre a degradação crescente do meio ambiente. Como resultado destes encontros, houve a culminação da publicação, em 1987, do já citado relatório da *Comissão Brundtland* (documento intitulado “Nosso Futuro Comum”, ou também conhecido como *Relatório Brundtland*). Este relatório marcou mais fortemente as necessidades de revisão do conceito de desenvolvimento, dando margem a uma ampliação do espaço dos debates sobre a questão ambiental e a limitação dos

modelos de desenvolvimento então dominantes (Redclift, 2000; Sachs, 2000; Freire, 2006; Santos, 2011).

Ainda assim, cabe ressaltar que as ampliações dos debates ambientais na agenda internacional prolongaram-se nos anos da década de 90 e, posteriormente, nos primeiros anos do século XXI. Em 1992, a aprovação da *Agenda 21*²⁸, no encontro celebrado no Brasil que ficou conhecido como “Rio 92”, marcou especialmente a noção multidimensional da sustentabilidade, para além da questão ambiental (Bellen, 2010; Santos, 2011).

Anos depois, em 2002, ocorreu a *Conferência de Johannesburg*, que reafirmou os objetivos e metas discutidos dez anos antes (encontro *Rio 92*) gerando ainda outro documento que levou o título de *Declaração de Johannesburg* e o *Plano de Implementação*, que propunha, entre muitas outras questões, ações a serem realizadas com o objetivo da preservação dos recursos naturais (Dasí, 2008).

Por fim, fechando este breve resumo de alguns dos principais eventos a nível mundial sobre esta discussão de um “novo modelo” de desenvolvimento, vale citar a ocorrência da 15ª Seções da *Conferência das Partes* (COP-15), em 2009, que foi outro nome dado para a *Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática* (*United Nations Framework Convention on Climate Change* – UNFCCC), ocorrida na cidade de Copenhague. Esta conferência, assim como a COP-16, realizada no México em 2010, foi marcada de expectativas relacionadas à urgência de ações cada vez mais imediatas em relação à acelerada degradação da natureza a nível global.

Desta maneira, por tudo anteriormente mencionado, podemos perceber como estes debates vêm colocando uma multiplicidade de questões vinculadas ao abrangente e complexo conceito de “desenvolvimento sustentável”. Como aponta o pesquisador Jon Hawkes (2005), este inovador *modelo de desenvolvimento* estabeleceu um novo paradigma ao modificar de forma importante os

²⁸ O conceito de *Agenda 21* trata-se de apoiar a construção de um “novo” modelo de desenvolvimento sustentável para o século XXI, por isto recebeu este nome.

enfoques tradicionais das estratégias de desenvolvimento até então apresentadas. Particularmente, aquelas estratégias que somente contemplavam a dimensão econômica e ambiental, ignorando, deste modo, a retroalimentação de todas aquelas demais dimensões (sociais, políticas e culturas) importantes no jogo do desenvolvimento integral, endógeno e sustentável das populações (Hawkes, 2005).

Entretanto, esta questão relacionada à retroalimentação das dimensões no “jogo do DS”, não foi referenciada apenas por Hawkes (2005), mas também, por muitos outros estudiosos como Miranda et al. (2007), que ressaltaram o “enfoque holístico” (e interdisciplinar) presente nesta noção multidimensional, sendo esta concepção um pilar fundamental para o DS. Para estes autores, somente a partir dos primeiros anos do século XXI “uma nova visão do desenvolvimento” – chamada por estes autores de *visão holística* – vem fazendo parte dos esquemas mentais dos indivíduos (Miranda et al., 2007). Segundo estes autores, a visão holística do desenvolvimento vem sendo capaz de reconhecer, em muitos casos, a necessidade de refletir sobre novas estratégias da sustentabilidade pautadas em um processo permeado de relações de interdependência e complementaridade, nas quais a retroalimentação das esferas históricas, econômicas, sociais, ecológicas e políticas são essencialmente relevantes para um legítimo processo de desenvolvimento (Miranda et al., 2007).

Esta questão abordada anteriormente foi de grande utilidade em nossa pesquisa. Neste caso, porque foi capaz de oferecer-nos instrumentos teóricos que, entre outros aspectos, possibilitaram delimitar melhor nossa análise que leva em conta a problemática já referenciada do caso de Alhama de Granada e suas águas termais. Deste modo, este enfoque relacionado a inter-relação – e retroalimentação – das dimensões ecológicas, sociais, culturais, econômicas e políticas foi capaz de possibilitar-nos um entendimento de que estas dimensões, conectadas umas com as outras, podem conduzir a um melhor entendimento dos diversos fatores vinculados à sustentabilidade de uma população. Isto é, trata-se de considerar a sustentabilidade como um fenômeno alcançável a

partir da inter-relação equilibrada de todas estas esferas da sustentabilidade (PNUMA, 2002; Sánchez, 2007; Sepúlveda, 2008; Santos, 2011; Cunha, 2012). Um fenômeno, ou processo (Macgillivray, 1997), que supõe um “equilíbrio” dinâmico entre essas esferas (ou dimensões) que atravessam a vida dos seres humanos (Sachs, 2000; Bellen, 2010).

Em relação a esta perspectiva, nos parece interessante referenciar com mais detalhes cada uma destas dimensões. Isto porque acreditamos que esta explicação detalhada pode ser importante para o entendimento dos instrumentos que guiaram nossa análise do caso de Alhama. Deste modo, dada sua importância, decidimos dedicar um tópico próprio ao enfoque *multidimensional da sustentabilidade*. E será este o assunto que abordaremos a seguir.

2.2. O enfoque multidimensional da sustentabilidade: entendendo o desenvolvimento sustentável a partir da retroalimentação das dimensões econômica, social, ecológica, política e cultural

Desde nossas primeiras leituras sobre a teoria do desenvolvimento sustentável, notamos uma dominante presença de enfoques no que diz respeito a relação entre as perspectivas *econômica* e *ecológica* do DS. Em muitos casos, além da dominante presença do assunto que gira em torno do crescimento econômico, os impactos ao ambiente natural e o esgotamento dos recursos naturais, encontramos também muitas alusões à dimensão social (bem-estar humano, por exemplo). No entanto, notamos que o papel exercido pelos aspectos culturais (incluindo aqui aspectos históricos e/ou identitários) e políticos (processos, por exemplo, participativos) foram apresentados – com certa profundidade – apenas em alguns textos relacionados aos contextos sociais de países em via

de desenvolvimento²⁹. Constatamos, desta maneira, que este enfoque reduzido sobre a inter-relação das dimensões *cultural e política* também deveria ser levado em conta em nosso trabalho, já que partimos da concepção de que estas duas dimensões são de grande importância para nossa análise relacionado ao município de Alhama de Granada.

Deste modo, com esta premissa, decidimos realizar um recorrido exploratório de textos que tocassem estas duas importantes dimensões – “cultural” e “política” – além, obviamente, das dimensões *econômica, ecológica e social* já apresentadas em toda a literatura consultada sobre o DS.

Com isto, nas próximas páginas deste tópico apresentaremos cada uma destas cinco “esferas da sustentabilidade”³⁰. Uma vez apresentada estas dimensões separadamente, finalizaremos este tópico com uma breve análise crítica da importância da “*retroalimentação multidimensional da sustentabilidade*” como instrumento teórico-analítico de grande importância para nossa pesquisa.

Iniciamos nossa apresentação com a *dimensão econômica*, identificada durante nossa revisão bibliográfica como sendo aquela que possui maior presença nos textos acadêmicos que tratam de definir, e caracterizar, o DS.

Para Michael Bellen (2010), esta dimensão da sustentabilidade pode ser entendida, por exemplo, ao estudar a teoria do economista norte americano Herman Daly, teórico que em sua obra “For the common good: redirecting the economy toward community, the environment and a sustainable future” (Daly, 1994) menciona três objetivos que decidimos destacar para nossa compreensão sobre a teoria econômica que busca atender à “sustentabilidade comunitária” (ou seja, a sustentabilidade uma comunidade concreta). Para Herman Daly, os objetivos seriam: *alocação*,

²⁹ Entre os autores de referência que trabalharam com certa profundidade o assunto relacionado ao desenvolvimento sustentável em países em via desenvolvimento, destacamos: Rani e Stewart, 2002; Díaz-Albertini, 2003; Cristo, 2003; Gonçalves, 2008.

³⁰ Decidimos optar por realizar uma análise a partir dessas cinco dimensões. Muito embora existam diversas sugestões, e controvérsias, acerca de outras dimensões estabelecidas por autores que mencionam, por exemplo a “dimensão ética da sustentabilidade” (Pérez, 2005), ou “dimensão geográfica” (Bellen, 2010), ou ainda a “dimensão territorial” (Dasí, 2008).

distribuição e escala. Sendo que, em primeiro lugar, as questões relativas à alocação e à distribuição apresentariam um tratamento consistente, tanto em termos teóricos como históricos. Entretanto, a questão referente à *escala* ainda não seria formalmente reconhecida e não contaria com instrumentos políticos de execução (Daly, 1999 apud Michael Bellen, 2010: 146). Assim, para Daly, na perspectiva econômica da sustentabilidade, a *alocação* refere-se à divisão relativa dos fluxos de recursos. Neste caso, uma boa alocação, segundo este autor, é aquela que disponibiliza recursos em função das preferências individuais, em que tais preferências são avaliadas pela habilidade de pagar utilizando o instrumento do preço. Por outra parte, a *distribuição* estaria relacionada à divisão dos recursos entre as pessoas. Finalmente, a *escala* estaria relacionada com o volume físico do fluxo de matéria e energia, de baixa entropia (grau de degradação de energia de um sistema), retirada do ambiente em forma de matéria bruta e devolvida a esse meio como resíduos de alta entropia. Em síntese, esta teoria de Herman Daly tem se abstraído, segundo Michael Bellen (2010: 147), da questão da escala de duas maneiras opostas: de um lado assume que o meio ambiente é uma fonte de recursos finita e, do outro lado, que esse mesmo meio constitui depósito de resíduos de tamanho limitado em relação à escala do subsistema econômico. A crise ecológica, neste caso, surge quando a economia, ou o subsistema econômico, cresce de tal maneira que a demanda sobre o meio ambiente ultrapassa seus limites (Daly, 1994; apud Bellen, 2010: 148). Deste modo, Michael Bellen sintetiza estas ideias afirmando que “a sustentabilidade econômica abrange alocação e distribuição eficientes dos recursos naturais dentro de uma escala apropriada” (2010: 147). Da mesma maneira, Ulrich Beck (1996) alude ao fato de que “a esfera econômica da sustentabilidade indica uma necessidade de não buscar somente aumentos de produção e produtividade a qualquer custo, pois, neste caso, pode ocasionar danos ambientais irreparáveis, além de perdas econômicas no curto ou médios prazos” (Beck, 1996: 15). Pelizzoli (1999), observa que a perspectiva econômica do desenvolvimento sustentável demanda um crescimento econômico eficiente e equitativo dentro do

respeito às condições que o meio natural pode suportar, tanto para as gerações atuais como para as futuras.

Assim, voltando a apresentação das esferas da sustentabilidade, outra dimensão que constatamos significativa presença nos textos científicos consultados foi a *dimensão ecológica* (também chamada de “dimensão ambiental”). Para Henrique Rattner “esta dimensão está fortemente ligada a dimensão econômica já que a principal preocupação gira em torno dos impactos das atividades antrópicas sobre o capital natural” (1999: 18). Segundo este autor, esta preocupação é expressa pelo que os economistas chamam de “ameaça ao capital natural”³¹. Nestas circunstâncias, a sustentabilidade ecológica significaria ampliar a capacidade de nosso planeta manter-se a um nível mínimo de deterioração dos ecossistemas (Rani, 2002; Dasgupta, 2001; Gonçalves, 2008). Segundo esta linha argumentativa, Sachs (2000) aponta para a importância da redução de utilização de combustíveis fósseis como o petróleo, a necessidade de adoção de políticas de conservação de energia e recursos, a substituição dos recursos não renováveis por renováveis e o aumento da eficiência em relação aos recursos utilizados para a conservação da base natural de nosso planeta. Sobre este aspecto, José Veiga (2005) acrescenta a necessidade de estudos sobre os tipos de tecnologia empregados na exploração dos recursos, assim como, considerar as características e especificidades de cada território, além de aprofundar-nos em reflexões realistas sobre o atual modelo de produção e consumo que estamos inseridos em nossos dias.

A outro nível, Maria Wanderley (2004) destaca que para um entendimento sobre a dimensão ecológica da sustentabilidade, seja necessário “observar nosso lar” e “cuidar de nossa casa”, isto é, para esta autora, a manutenção e recuperação de nossa natureza, que sustenta e estrutura a vida em nosso planeta, constitui um aspecto central para atingir-se patamares crescentes de preservação, conservação e respeito de nosso valioso capital natural. Ademais, esta autora menciona que o mais

³¹ *Capital natural* entendido como aquele constituído pela base de recursos naturais, renováveis e não renováveis, pela biodiversidade e a capacidade de absorção de dejetos dos ecossistemas (Rattner, 1999; Bellen, 2010; Cunha, 2012).

importante no planejamento de estratégias de uso dos recursos naturais, é a contemplação da noção de preservação e conservação da natureza como sendo uma condição essencial tanto para a continuidade dos processos de reprodução a nível ecológico, como também a nível econômico e sociocultural da sociedade, desde uma perspectiva que considere tanto as atuais como as futuras gerações.

Por outra parte, já em relação a *esfera social* da sustentabilidade, observamos durante nossa revisão bibliográfica a ênfase em torno da perspectiva relacionada à concepção de *bem-estar humano*. Neste caso, como mencionam muitos teóricos, a questão do acesso a serviços básicos, água limpa e tratada, ar puro, serviços médicos, proteção, segurança e educação estão relacionados com a qualidade de vida das comunidades que almejam um autêntico desenvolvimento sustentável (Cavalcanti, 1997, Andrade et al., 2002; Bourg, 2005; Bellen, 2010).

Além disto, para Díaz-Albertini (2003) e Nascimento (2012), a dimensão social da sustentabilidade refere-se a um processo de desenvolvimento que leva em conta um crescimento estável com distribuição equitativa de renda, gerando assim, a diminuição das atuais diferenças entre os diversos níveis na sociedade e a melhoria das condições de vida das populações.

De forma mais ampla, esta dimensão representaria segundo Rani e Stewart (2002), precisamente um dos pilares básicos da sustentabilidade, uma vez que a preservação ambiental e a conservação dos recursos naturais somente adquirem significado quando o produto gerado nas comunidades, em bases renováveis, também possa ser equitativamente apropriado e usufruído pelos diversos segmentos da sociedade (2002: 19).

Finalmente, sob o ponto de vista *temporal* desta dimensão, a noção de *equidade* estaria relacionada com a perspectiva intrageracional (disponibilidade de sustento mais seguro para a presente geração) e com a perspectiva intergeracional (não se pode comprometer hoje o sustento seguro das futuras gerações) (Andrade et al., 2002).

Passando agora para a *dimensão política* da sustentabilidade, ainda que esta tem uma forte vinculação com a dimensão social, exposta antes, ela pode ser entendida a partir de três importantes aspectos que o pesquisador Michael Mason (1999) tratou de elaborar. Mason, aponta ao: (1) *grau de autonomia dos grupos locais no processo de gestão da experiência* – considerando-se o grau de democratização das relações e o nível de participação das pessoas – (2) *a capacidade de experiência em fomentar um modo de ação pública no território*, e, finalmente, (3) *ao nível de articulação da experiência*, tanto de redes no âmbito da própria sociedade civil, quanto no estabelecimento de pactos ou interações com poderes públicos, preservando sua autonomia. Desta maneira, a teoria de Mason, assim como de outros pesquisadores como Fabio Giovannini (1993), alude à perspectiva política da sustentabilidade que tem a ver com os processos *participativos e democráticos* que se desenvolvem no interior de cada população. Além disto, neste contexto o DS deve ser concebido a partir das concepções políticas próprias dos grupos sociais, considerando-se suas relações de diálogo e de integração com a sociedade como um todo, através de representação em espaços comunitários ou em conselhos políticos (Mason, 1999). Como afirma o teórico José Faria “a sustentabilidade deve ser alcançada no contexto de instrumentos que estimulem a interação harmônica entre os cidadãos, em pé de igualdade” (1998: 7). Citando a George Philip (2003), a população local, sua coesão social, organização como comunidade e articulação, transformam os indivíduos em seus verdadeiros “arquitetos” de um autêntico desenvolvimento harmônico com seu meio social, econômico, cultural e natural (2003: 17).

Por fim, ainda relacionada a essa dimensão, gostaríamos de aludir ao estabelecimento de *plataformas de negociação* nas quais os atores locais possam expressar seus interesses e necessidades a um nível de igualdade com outros atores envolvidos (Acselrad e Leroy, 1999). Em suma, a dimensão política diz respeito, pois, aos métodos e estratégias capazes de assegurar o resgate do pleno exercício da cidadania através de mecanismos como participação, diálogo e

acordos inseridos na esfera da vida política de cada sociedade (Jacobi, 1999; Cristo, 2003; Julios-Campuzano, 2004; Bellen, 2010).

Passando agora à *dimensão cultural* da sustentabilidade, em linhas gerais poderíamos dizer que esta dimensão gira em torno do tema do desenvolvimento das comunidades sem o rompimento da *identidade cultural*³² dentro de contextos espaciais específicos (Sachs, 1997; Bellen, 2010). Em outras palavras, como argumenta Flores (2007), nesta dimensão encontramos o grau de identificação das pessoas com sua história, além do que envolve o sentimento de pertencimento dos indivíduos em relação ao seu território, práticas e valores comuns compartilhados, ademais das relações de enraizamento das atividades empreendidas no tecido da vida cultural local (Flores, 2007: 43).

De maneira resumida, nesta dinâmica “cultural-identitária” deve-se, segundo Francisco Sánchez (2007), considerar a necessidade de que as intervenções sejam respeitosas para com a cultura de cada comunidade concreta.

Para Serrano-Barquín (2008), os saberes, conhecimentos e os valores locais das populações de cada continente, país, região ou município, precisam ser analisados, compreendidos e utilizados como ponto de partida nos processos de desenvolvimento que, por sua vez, devem espelhar e conservar a identidade cultural das pessoas que vivem e trabalham nestes territórios.

Segundo palavras de Costabeber e Caporal “esta faceta da dimensão cultural não pode e não deve obscurecer a necessidade de um processo de problematização sobre os elementos formados da cultura de um determinado grupo social” (2003: 159). Ademais, práticas culturalmente determinadas podem fortalecer as relações sociais e as estratégias desencadeadoras de *ação social*

³² Entendendo a *identidade cultural* como “um processo de identificações historicamente apropriadas que confere sentido ao grupo, ou seja, um processo que implica um sentimento de pertença a um determinado grupo étnico, cultural, religioso, etc, de acordo com a percepção da diferença e da semelhança entre “nós” e os “outros”” (Rodríguez, 2012: 3). Por outra parte, María Aizpuru (2011) ressalta que por “identificação cultural” deve ser levada em conta a partir da concepção “simbólica”, assim como as “pautas de significados”, que neste caso estarão baseadas em signos, símbolos, atitudes, normas e valores. Isto é, na organização social de significados, interiorizados pelos sujeitos em forma de representações compartilhadas e objetivados em formas simbólicas, tudo isto em contextos históricos e socialmente determinados (Aizpuru, 2011: 82).

coletiva. O que neste caso, Maria Ribeiro Oliveira (2010) chamaria de “um conjunto das relações sociais estabelecidas por indivíduos agindo coletivamente para conquistar benefícios que não alcançariam individualmente” (2010: 27). Esta definição dá origem ao conceito de *organização* que Weber (2004) menciona em sua obra “*Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*”, argumentando que “um grupo de indivíduos com interesses comuns que julgam que as ações individuais e desorganizadas são menos eficientes que as coletivas na busca de seus interesses e, portanto, sob certas circunstâncias, atuam de maneira coordenada”. De acordo com Weber (2004, apud Oliveira, 2010), a ação social, como toda ação, pode ser determinada: primeiro, de modo racional referente a fins: por expectativas quanto ao comportamento de objetos do mundo exterior e de outras pessoas, utilizando essas expectativas como “condições” ou “meios” para alcançar fins próprios, ponderados e perseguidos racionalmente, como sucesso. Segundo, de modo racional referente a valores: pela crença consciente no valor – ético, estético ou qualquer que seja sua interpretação, absoluto e inerente a determinado comportamento como tal, independentemente do resultado. Terceiro, de modo afetivo, especialmente emocional; e quarto, de modo tradicional, por costume aprofundado. Portanto, seguindo esta *linha weberiana*, e agora citando os pesquisadores Lima e Pozzobon (2005), a sustentabilidade de um território depende, entre outros fatores, do grau de identificação da população com este, condição fundamental para um desenvolvimento mais equilibrado e que seja capaz de responder a novos e velhos requisitos de proteção do meio ambiente, além do progresso equilibrado dos requisitos das esferas econômicas, políticas e sociais.

Deste modo, a partir das ideias expressadas antes, convém perguntar-nos: *que relação pode existir entre identidade e desenvolvimento sustentável?*

Para aproximar-nos de uma resposta para essa pergunta, gostaríamos de concluir este tópico aludindo às palavras de Escalera-Reyes e Cáceres, nas quais mencionam que “além da participação social, as identificações coletivas são processos intrinsecamente vinculados com o

conjunto de ecossistemas (...) quanto maiores e mais profundas sejam as identificações da coletividade com seu território, mais resiliente³³ e sustentável será este ecossistema em todo seu conjunto” (Escalera-Reyes e Cáceres, 2010: 121).

Desta maneira, a nível de síntese, retornamos à ideia apresentada no início deste capítulo na qual havíamos afirmando que “muito dificilmente um tipo de uso, exploração e também gestão dos recursos naturais poderá ser feito de maneira integral, endógena e sustentável se os agentes políticos e a sociedade civil em geral não levarem em conta a retroalimentação destas cinco dimensões do desenvolvimento sustentável” (Acsehrad e Leroy, 1999; Nascimento, 2012). Quer dizer, todas as dimensões mencionadas constituem expressões de uma determinada população no que diz respeito a sua história, organização social, econômica e obviamente, também, sua experiência de vida e relação com seus recursos naturais ao longo do tempo. Sendo que, a retroalimentação é importante, entre outros aspectos, pelo fato de ser contrária aos modelos teóricos e metodológicos simplificadores e pouco integrados em relação à observação e análise de realidades complexas da nossa época (Gonçalves, 2008; Nascimento, 2012).

Parafraseando Serrano-Barquín (2008), é importante levar em conta o enfoque holístico e multidimensional do DS, para evitar, por exemplo, cair na ameaça de reduzir nossas análises e conclusões baseadas em conhecimentos imediatos e fragmentados em partes, sendo, portanto, pouco flexível e pouco adaptável ao estudo de fenômenos sumamente complexos, multicausais e variáveis (no tempo e no espaço).

Neste sentido, a sustentabilidade do bem-estar humano é, precisamente, um assunto composto de uma essência complexa, multidimensional e sujeita a múltiplas leituras que em nossos dias deveria

³³ Sobre o termo *resiliente*, Escalera-Reyes e Cáceres explicam que: “desde una perspectiva sistêmica, podemos dizer que a resiliência é a capacidade de um sistema social, submetido a algum tipo de estresse (de acordo com o uso primordial do termo), regenerar-se em formas parecidas com as originais, ou em formas novas, de maneira a conservar-se criativamente, para persistir através do tempo e de seus próprios componentes individuais, absorvendo as mudanças qualitativas e mantendo sua integridade estrutural ao longo de um processo de desenvolvimento” (2010: 121).

focalizar à compreensão da necessidade de reunir modelos mais amplos, versáteis e que englobem relações de interdependência e complementariedade de todos os elementos de uma comunidade (Sayer e Campbell, 2004).

Esta *retroalimentação multidimensional da sustentabilidade* expõe, portanto, uma nova maneira de superar enfoques reducionistas do estudo da realidade da nossa época. Passando, desse modo, a outros enfoques mais integradores e sistêmicos, que são, ou teoricamente devem ser, mais pertinentes e adequados ao trabalho de conhecer, compreender e abordar a complexa e multidimensional casuística dos fenômenos e problemas que surgem da interação entre os sistemas humanos e os sistemas ecológicos.

Finalmente, este “enfoque multidimensional” (e de *retroalimentação*), trata de demonstrar que os elementos e fenômenos biofísicos, políticos, culturais e econômicos das relações entre seres humanos e tudo aquilo que os rodeia, são componentes de um conjunto sistêmico onde aparecem interconectados mediante profundas e complexas interações de diversos níveis.

Assim, é importante mencionar novamente que o sistema como um todo apresenta propriedades, características e comportamentos que emergem e interatuam em seu interior. O que, neste caso, são características distintas e complementárias das partes que o compõem. E, precisamente, o marco de aplicação multidimensional do DS foi o ponto de partida em relação à aquisição dos instrumentos teóricos capazes de tentar entender o “todo” a partir de cada uma das partes que o compõe. Por isso, como estivemos argumentando ao longo deste capítulo, este aspecto de grande valor aplicado ao entendimento das possibilidades de DS de uma população, o que, dito de outra maneira, resumiríamos como nosso arcabouço teórico fundamentado na abordagem dos tipos de uso, exploração e gestão das águas termais de Alhama de Granada, a partir da concepção de que, sem a interação e complementaridade das dimensões apresentadas, dificilmente podemos aproximar-nos do entendimento em profundidade da realidade concreta pesquisada.

CAPÍTULO 3

FORMAS CONVENCIONAIS DE APROVEITAMENTO DOS RECURSOS NATURAIS: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS APLICADAS À PESQUISA RELACIONADA AOS RECURSOS HÍDRICOS

Como fizemos referência nas primeiras páginas do capítulo anterior, estivemos buscando localizar nossa pesquisa a partir do *guarda-chuva conceitual* disseminado na pergunta de investigação: *como um determinado tipo de aproveitamento das águas termais pode influenciar nas possibilidades de desenvolvimento sustentável de uma população?*

Desta maneira, no capítulo dois estivemos abordando os principais aspectos que emergem das “possibilidades de desenvolvimento sustentável de uma população”, com enfoque no ponto de convergência da *retroalimentação multidimensional da sustentabilidade*. Entretanto, já neste capítulo, buscaremos tratar outro importante aspecto (também a nível conceitual e teórico) que emerge de nossa pergunta citada acima. Assim sendo, nesta parte do trabalho abordaremos o arcabouço teórico relacionado aos processos e dinâmicas que se manifestam em torno do estudo dos tipos de aproveitamento dos recursos naturais, e em especial, com nosso foco de análise direcionado às águas termais. Como veremos durante a parte empírica deste estudo, este arcabouço teórico foi capaz de contribuir em muitos sentidos à análise dos dados adquiridos durante a realização do trabalho de campo no município de Alhama de Granada.

Por outra parte, cabe mencionar que desde que começamos a explorar as referências bibliográficas sobre os tipos de aproveitamento das águas termais, notamos que este assunto faz parte de um campo de pesquisa dotado de evidentes carências quando investigado desde o enfoque da sustentabilidade. Desta maneira, decidimos acudir às construções teóricas que escapam as

fronteiras dos recursos hídricos termais, para apoiar-nos em uma literatura mais ampla, que engloba muitos outros tipos de recursos: florestas, peixes, fauna silvestre, montes, etc. Recursos naturais que foram objetos de pesquisa de muitos estudiosos (Hardin, 1968; Olson, 1965; Ostrom, 1990; Berkes, 2005; Fenny et al., 2001) que trataram de elaborar importantes reflexões que contribuíram no processo de desenho deste trabalho. Ademais, estes estudos, conduziram nossas ideias a alguns debates valiosos em relação ao desenvolvimento sustentável e os “*direitos de propriedade*” sobre os recursos naturais. Desta maneira, questões como: a quem pertence os recursos naturais? Como a atribuição dos direitos de propriedade dos recursos naturais pode afetar a distribuição, acesso e o nível de bem-estar social de uma população? Como estes recursos devem ser usados, distribuídos e partilhados socialmente e economicamente? Qual é a melhor forma de gestão sustentável dos recursos naturais como é o caso das águas termais? A gestão privada? Pública? Ou a gestão comunitária?

Portanto, com o objetivo de refletir sobre possíveis respostas a estas perguntas, além de nosso interesse em recorrer princípios conceituais e teóricos sobre este assunto, estivemos acudindo a uma literatura científica interdisciplinar relacionada ao conhecimento dos diversos modos de administrar, manejar e controlar muitos dos recursos naturais de nosso planeta. Sendo que, sobre a organização deste capítulo, no primeiro tópico começaremos apresentando a reunião da bibliografia consultada sobre algumas concepções relacionadas com a gestão dos recursos naturais com enfoque na “teoria dos bens de uso comum”. Em seguida, tópico dois, com o intuito de aludir a algumas ideias importantes relacionadas à sustentabilidade, trataremos de expor alguns princípios relacionados com a *teoria dos bens comuns* e o processo de *mercantilização e apropriação privada* dos recursos hídricos, uma vez que este assunto possui grande relação com nosso estudo empírico do caso de Alhama de Granada.

3.1. Introdução a algumas concepções sobre a gestão dos recursos naturais e a “teoria dos bens comuns”

Como fizemos referência na primeira página deste capítulo, após identificar a carência que existe em relação aos estudos sobre os tipos de aproveitamento (uso, exploração e gestão) das águas termais – enfocados desde a perspectiva da sustentabilidade – decidimos recorrer a uma literatura científica mais ampla, isto é, uma literatura interdisciplinar que não apenas aborda o conceito de gestão dos recursos hídricos, mas também, o conceito de gestão de diversos outros recursos naturais. Deste modo, autores que contribuíram para nossa primeira aproximação sobre este assunto foram Bonnie McCay (1989), Juan Fernández (1996), Mancur Olson (1965), Garret Hardin (1968), Olivier Godard (1997), Vieira e Weber (1997), Leticia Pérez (1999), Feeny et al. (2001), Susan Hanna (2006), Momm Schult (2006), Schimitz et al. (2009), Silke Helfrich (2010), Karla Pamplona (2013), David Bollier (2008) e Elinor Ostrom (1990).

Inicialmente, Godard (1997) e Vieira e Weber (1997) contribuíram a nível conceitual para o desenho deste trabalho. Para Godard, de maneira geral, o conceito de *gestão dos recursos naturais* pode ser definido a partir da noção de que “os recursos são elementos da natureza que são úteis aos humanos no processo de desenvolvimento da civilização, sobrevivência e bem-estar da sociedade em geral” (Godard, 1997: 210). Já por parte de Vieira e Weber (1997), os recursos naturais são definidos como sendo aqueles cuja reprodução não pode ser feita pela atividade humana, ou seja, podem ser usados ou geridos, mas não produzidos.

A outro nível, para Momm Schult (2006), as partes da natureza que são valoradas como *recursos naturais* são relativas para cada cultura e para cada período histórico. As pessoas interagem com a

natureza através da tecnologia, pelo trabalho e em especial pelas *instituições*³⁴ – que definem as regras e as convenções para dirigir seus comportamentos (Schult, 2006: 32).

Segundo Susan Hanna (2006), no contexto das interações entre seres humanos e natureza, as instituições representam o acordo no qual as pessoas delegam o controle do uso sobre o meio ambiente. Estes acordos são chamados “regimes de propriedade”, definindo direitos e deveres no uso dos recursos naturais, e as regras nas quais estes direitos e deveres são exercidos (Hanna, 1996).

Por outra parte, como afirma Silke Helfrich (2010), no campo teórico dos tipos de aproveitamento dos recursos naturais, surge a definição dos *recursos de uso comum* (ou *bens de uso comum*). Tratando-se, neste caso, de *bens* ou *recursos* considerados “livres”, ou seja, seriam aqueles que encontram-se fora do âmbito da ação pública ou privada. Para este autor “não se trata apenas dos recursos em si, mas principalmente da forma de se lidar com eles e das relações sociais que daí decorrem. Na verdade, todo *bem comum* surge a partir de condições históricas únicas, determinadas pela cultura local, por fatos econômicos e ecológicos e muitos outros fatores” (Helfrich, 2010: 3). Além disto, este autor alude ao fato de que, do ponto de vista acadêmico, o debate em torno aos *recursos de uso comum* foi introduzido em 1968 pelo pesquisador inglês Garrett Hardin em seu artigo intitulado *The Tragedy of Commons* (“A Tragédia dos Comuns”).

Sobre Garrett Hardin, convém mencionar que este autor identifica os *sistemas de propriedade comunitária* com situações de “acesso aberto”, caracterizadas pela ausência de restrições ou controles para o uso dos recursos comuns. Desde a perspectiva defendida por Hardin (1968), quando os recursos são limitados, as decisões de cada indivíduo “dão lugar a um dilema irracional para o grupo”. Ou seja, cada usuário do *recurso comum* tende a maximizar o uso individualizado

³⁴ *Instituições* no sentido aqui apresentado por Momm Schult (2006) como sendo mecanismos sociais ou organizações que controlam o funcionamento da sociedade e, por conseguinte, dos cidadãos. Estas instituições são organizadas por meio de regras e normas que visam à ordenação das interações entre os indivíduos e entre estes e suas respectivas formas organizacionais.

deste recurso a curto prazo, o que conduz inevitavelmente a sua sobre-exploração ou a sua degradação, daí a metáfora da “tragédia dos comuns”. Deste modo, esta concepção de Hardin considera que os indivíduos são atores racionais que buscam maximizar a curto prazo seu próprio benefício e utilidade, em detrimento dos demais, ou de vantagens posteriores. Origina-se assim, comportamentos competitivos e individualistas que opõem-se à conservação e a boa gestão dos recursos comuns. Ademais, em consequência, com o tempo as perdas, ou inclusive a ruína oriunda das vantagens individuais obtidas com uma exploração abusiva, serão repartidas entre todos os membros da comunidade.

Entretanto, na literatura que estivemos utilizamos para o desenho desta pesquisa, não faltaram críticas à teoria proposta por Garrett Hardin (Dieguez, 2001; Cunha, 2004; Berkes, 2005; Bollier, 2008; Helfrich e Hass, 2008). Por exemplo, Feeny et al. (2001) aponta que a análise de Hardin é demasiada simplista e determinista, já que desconsidera a complexidade das relações entre sociedade e recursos diante de diversas condições históricas, culturais e sócio-econômicas. Feeny et al. (2001) abordam a proposta defendida por Hardin com base em duas características fundamentais dos recursos de uso comum: *exclusão de outros usuários* e *regulação de uso*. Sobre estas características, estes autores – pautados em exames de sucesso, ou fracasso, com base no conceito de sustentabilidade ecológica e econômica de uma determinada população – definiram quatro tipos analíticos de regime de propriedade: *livre acesso* (ausência de direitos de propriedade bem definidos; o acesso é livre e aberto a todos); *propriedade privada* (um indivíduo ou corporação tem o direito de excluir os outros e de regulamentar o uso dos recursos); *propriedade estatal* (é o governo quem controla o acesso e regulamenta o uso); e *propriedade comunal ou comunitária* (o recurso é controlado por uma comunidade definida de usuários, que pode excluir outros usuários e regulamentar a utilização do recurso). Destes tipos analíticos, Feeny et al. (2001) evidenciaram a possibilidade de êxito em três dos tipos analisados (excluindo neste caso o “livre

acesso”)³⁵. Ainda sobre este assunto, Leticia Pérez (1999) sintetiza sua crítica à teoria de Garrett Hardin afirmando que “Hardin ao generalizar a *tragédia dos bens comuns*, ignorou claramente a existência de valores culturais presentes em muitas comunidades concretas, no sentido de desconhecer, ou desprezar, muitas capacidades de seus membros para comunicarem e construírem acordos institucionais para a melhoria da gestão dos seus recursos compartilhados” (Pérez, 1999: 6)³⁶. Além disto, para Karla Pamplona (2013) o impacto desta proposta defendida por Hardin foi enorme, chegando inclusive ao ponto de que sua metáfora “tragédia dos comuns” foi utilizada para referir-se a uma ampla variedade de problemas, como chuva ácida, crise dos combustíveis nas zonas rurais dos países em desenvolvimento e até à deterioração da atmosfera global e dos oceanos, fazendo responsável a comunidades de usuários locais destes processos de degradação.

Segundo Camila Rodrigues (2006), o dramático artigo de Hardin disseminou a ideia de que a teoria da “tragédia dos comuns” abarca a essência dos problemas dos recursos de uso comum no mundo. No entanto, Hardin não considerou a possibilidade de que os “apropriados” encontrem maneiras para se auto-organizarem de forma benéfica e sustentável a nível coletivo.

Não obstante, em uma linha próxima a essa discussão sobre o trabalho de Hardin, outro estudo capaz de apresentar-nos princípios teóricos interessantes, foi *A lógica da ação coletiva* (1965), do economista e cientista social norte-americano Mancur Olson. Este material, que aborda o princípio da ação coletiva para regular o uso apropriado dos recursos, parte da ideia de que os indivíduos apenas se entregam espontaneamente numa ação coletiva quando ela lhes oferece uma vantagem própria. Daí que nos grupos de grande dimensão, como num Estado ou num partido, os indivíduos apenas participem nas *ações coletivas*³⁷ quando podem delas retirar vantagens concretas ou

³⁵ Além disto, estes autores consideraram ainda as possibilidades de êxito dos tipos de regime que se interatuam uns com outros, como, por exemplo, os regimes de irrigação comunal e a agricultura em propriedade privada.

³⁶ Ainda segundo esta autora, desde a perspectiva defendida por Hardin, os usuários dos recursos pareceriam estar sempre sujeitos à condições estáticas, que escapavam absolutamente ao seu controle coletivo (Pérez, 1999: 7).

³⁷ Entre as diversas definições para o conceito de *ação coletiva*, adotamos em nossa pesquisa a explicação de R. Oarkerson que alude a este termo como “a interação recíproca dos indivíduos que contribuem conjuntamente a um esforço comum” (1992: 42).

quando a não participação dá origem a sanções. Desta maneira, segundo Olson, o homem é um animal racional e calculista que atua sempre de forma proporcional à recompensa esperada e não pelo bem comum, dado que este apenas pode ser marcante em grupos muito pequenos, onde existe coação. Heribert Schmitz, Dalva Mota e Josué Silva (2009) sintetizam o argumento deste autor de forma significativa afirmando que “Olson defende o postulado de que, com exceção a alguns casos, nos quais o número de indivíduos seja bem pequeno ou existam mecanismos de coerção, membros de um grupo com objetivos comuns não atuariam voluntariamente para alcançar os interesses do grupo, mesmo se eles pudessem viver numa situação melhor quando esses objetivos fossem alcançados. Desta forma, a argumentação de Mancur Olson baseia-se na premissa de que alguém que não pode ser excluído dos benefícios de um bem coletivo, uma vez que o bem seja produzido, tem pouco motivação para contribuir voluntariamente no fornecimento desse bem. Consequentemente, seria impossível a ação coletiva para regular o uso apropriado dos recursos. As únicas alternativas pareciam ser a regulação central – pelo Estado – ou a privatização” (Schmitz et al., 2009: 274).

Portanto, a partir das obras de Hardin e Olson, muitos teóricos questionaram os argumentos expostos por eles de forma a apresentarem situações retiradas de casos concretos, onde a gestão comunitária estabeleceu historicamente modelos exitosos de exploração e gestão de muitos bens de carácter *comunal*. Este foi o caso de autores como Bonnie McCay (1989), Elinor Ostrom (1990) e Juan Fernández (1996).

Sobre o trabalho de McCay – pesquisadora que investigou o contexto histórico da *tradição dos comuns* em Europa e nos Estados Unidos (desde a Idade Média até o século XIX) – a autora em seu artigo *Sea tenure and the culture of the commoners* (“Posse do mar e a cultura dos comuns”) trata, entre muitos outros aspectos, de apresentar e discutir a interpretação que surge da noção de propriedade comunal como um “valor ideal” para as classes inferiores ou o que ela denomina a *cultura e os direitos dos comuns*. Segundo esta autora, “os recursos naturais derivados dos rios,

bosques, costas e mares não podem tornar-se uma propriedade privada de classes dominantes (elites econômicas) já que são recursos comunais” (McCay, 1989: 204). Deste modo, para McCay, nenhuma pessoa ou grupo particular têm direitos de propriedade exclusiva, mas sim que todos os indivíduos podem obter benefícios destes recursos comuns. Segundo seu ponto de vista, desde uma perspectiva enfocada à sustentabilidade social e econômica: “a propriedade e os direitos de uso comum devem ser mantidos, garantindo assim uma igualdade de oportunidades e um acesso equitativo aos recursos para todos os indivíduos” (McCay, 1989: 207). Além disto, desde uma esfera política da sustentabilidade, esta autora ressalta os valores de liberdade, independência e participação democrática, associados aos direitos dos *comuns*. Sobre este aspecto, McCay alude ao fato de que o predomínio dos *comuns* e do *livre acesso* aos recursos como valor ideal, inibe o desenvolvimento de acusadas diferenças econômicas e sociais, evitando que se concentre os recursos ambientais em umas poucas mãos privilegiadas de poder econômico e/ou político, e em detrimento de uma maioria. Para ela, o uso dos bens comuns, por parte de todos os cidadãos, dilui as diferenças de classe social e protege os princípios de igualdade em uma comunidade. Neste sentido, a propriedade comunal permite uma apropriação mais igualitária e não exclusiva, ou discriminatória, dos recursos naturais (McCay, 1989: 208).

Exemplificando as noções apresentadas por McCay, podemos observar algumas similitudes de ideias no trabalho publicado por Juan Fernández e intitulado *Problemas na gestão de bens comuns: estudo de dois casos em Asturias* (1996). Neste estudo, Fernández cita a Ruth Behar (1986) para demonstrar como o uso dos pastos e florestas de uso comum no município de Santa Maria del Monte (em León, Espanha) permitiu a sobrevivência sustentável (desde o ponto de vista social, econômico e cultural) dos lavradores que não possuíam parcelas de terra. Sendo que, neste caso, os pastos e montes comuns eram uma fonte de subsistência até a chegada de uma crescente apropriação privada destes recursos.

Além disto, seguindo esta concepção, James Fernández (1987) em seu artigo *The call to the commons: decline and recommitment in Asturias, Spain* (“Avocação aos bens comuns: declínio e novo compromisso em Asturias, Espanha”) menciona que a maioria das instituições comunitárias desapareceram nas áreas rurais de Asturias, porém, estas instituições persistem na memória das pessoas ou das comunidades (municípios), com um valor *romântico* ou *utópico*, recriando os bens comuns como opostos aos interesses individuais e a lógica do mercado. Segundo este autor, os “comuns” evocam na mente dos indivíduos a reciprocidade e a ajuda interfamiliar. Dito de outra maneira, a persistência e uso dos bens comuns como um mundo idealizado no qual se reencontram os valores de solidariedade igualitária, cooperação, harmonia e união coletiva frente ao comportamento individualista e da maximização da riqueza, associados ao sistema neoliberal (Fernández, 1987: 288).

Por outra parte, David Bollier (2008) aponta que desde o ponto de vista da sustentabilidade socioeconômica e ambiental de uma população, os bens comuns respondem a um novo paradigma. Isto é, um novo modelo para valorizar a organização de uma sociedade baseada em interesses compartilhados nos quais falar de bens comuns trata-se de reafirmar os direitos históricos e legais das populações, no sentido de colher os benefícios destes recursos de forma partilhada e buscando sempre conservar e preservar estes bens para as futuras gerações (Bollier, 2008: 37).

Para Gutiérrez Espeleta e Mora Moraga (2011: 27), a “lógica” dos bens de uso comum é tratar de privilegiar estruturas e sistemas mais equitativos – ademais de dirigir um novo olhar em direção ao vínculo entre um “nós” e nossa herança coletiva, referindo-se, portanto, à autoridade das correspondentes comunidades de disporem dos recursos naturais comuns nesta geração e também nas futuras.

Por último, finalizando este tópico, convém destacar o trabalho realizado por Elinor Ostrom. Economista-política e prêmio Nobel de Economia em 2009, esta pesquisadora desenvolveu o início de um campo de estudo sobre bens comuns e casos acertados de ação coletiva voltada para o

manejo e gestão destes recursos. Seu trabalho analisa e descreve a organização comunitária de determinados bens comuns (peixes, pastos, bosques, lagos, bacias hidrográficas, entre outros) que demonstra a maneira como muitos recursos podem ser administrados de forma efetiva, coletiva e sustentável por seus usuários. O trabalho de Ostrom intitulado *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action* (“Governança dos bens comuns: a evolução das instituições para a ação coletiva”), além de introduzir-nos a um ponto de vista contrário a estendida e popularizada “Tragédia dos Bens Comuns” – de Garret Hardin – e “A Lógica da Ação Coletiva”, de Mancur Olson, propõe um novo entendimento, baseado em sólidos argumentos, sobre regras e dinâmicas comunitárias capazes de organizar o manejo e exploração dos recursos de uso comum. Deste modo, esta autora foi capaz de permitir-nos uma melhor compreensão sobre alguns casos (de sucesso), onde a gestão coletiva de bens comuns pode seguir uma trajetória baseada em instituições coletivas (auto-organizadas) capazes de criarem estratégias e mecanismos eficientes e sustentáveis. Ademais, esta autora nos instruiu ao entendimento de que a *gestão comunal* dos recursos – por parte de um grupo local (uma comunidade campesina ou qualquer outra organização com base territorial) – encontra-se em todos os continentes, apesar de que cada lugar pode apresentar formas e evoluções diferentes. Em outras palavras, as instituições comunais, têm, segundo os lugares e épocas concretas, questões mais ou menos estendidas, fixadas por leis, por regras ou por costumes tradicionais.

A teoria elaborada por Elinor Ostrom, dada sua profundidade e riqueza argumentativa, é hoje o principal referencial teórico para os autores que abordam a discussão relacionada aos tipos de uso, exploração e gestão dos bens comunais. Desta maneira, ainda que outros autores como Pérez (1999), McKean (2000), Dieguez (2001), Cunha (2004), Caldosso (2013) e Pamplona (2013) – apoiados nas propostas de Hardin (1968), Olson (1965) e Elinor Ostrom (1990) – trataram de tecer importantes reflexões sobre este assunto, as inúmeras publicações de Ostrom, e sua equipe,

seguem sendo referências fundamentais para o estudo sobre o uso e gestão dos recursos de uso comum³⁸.

E assim finalizamos esta primeira parte desse capítulo. Um tópico que buscou, de forma sintética, apresentar algumas propostas teóricas relacionados à sustentabilidade a partir da compreensão dos tipos de aproveitamento dos recursos naturais enfocados na noção dos bens de uso comum. Deste modo, este primeiro tópico também estruturou as bases para nossa seguinte abordagem, tópico dois, no qual apresentaremos algumas aproximações teóricas retiradas da literatura encontrada sobre o processo de mercantilização e apropriação privada dos recursos hídricos, assunto que como veremos mais adiante, possui grande relevância aplicada ao estudo do caso de Alhama de Granada, seu balneário e suas águas termais.

3.2. Teoria dos bens comuns e o processo de mercantilização e apropriação privada dos recursos hídricos

Depois de apresentar algumas aproximações importantes sobre a *teoria dos bens comuns*, e que resultaram de grande relevância a nível teórico e analítico para nossa pesquisa, abordaremos neste tópico algumas concepções relacionadas com o processo de *mercantilização dos recursos hídricos*³⁹. Este assunto nos parece interessante dedicar algumas páginas dada sua importância relacionada à nossa análise no que diz respeito a crescente privatização dos recursos hídricos termais e que como afirmam Javier Escalera e Huan Porrah (2011), “as águas minero-medicinais,

³⁸ Convém neste caso mencionar também os trabalhos publicados pela IASCP (*International Association for Study of Common Property Resources*), dada sua importância neste campo do conhecimento.

³⁹ Considerando o conceito de “mercantilização” como sendo um processo, ou fenômeno, pelo qual uma categoria de bens passa a funcionar como mercadoria, ou seja, algo que passa a ser um bem que pode ser objeto de compra e venda (sendo usado o dinheiro como meio de troca, para ser vendido).

e de modo especial as águas termais, foram desde muito tempo objeto de desejo de apropriação privada, sendo que na atualidade, este recurso segue sendo um bem submetido a uma crescente e acelerada apropriação por interesses particulares, que limitam e inclusive podem monopolizar o acesso ao mesmo por parte de amplos setores das populações locais” (Escalera e Porrah, 2011: 232-233).

Assim, para começar, uma contribuição teórica importante no sentido de sua aplicação ao desenho desta pesquisa, foi identificada na obra de Carlos Bordalo (2008), estudioso que apresenta um ponto de vista interessante sobre as diferentes formas de concepção em relação à apropriação e uso dos recursos hídricos no ocidente, tendo como ponto de convergência o entendimento de que a gestão das águas perpassa, além do seu valor econômico, seu valor simbólico, espiritual, sanitário e cultural. Segundo Bordalo, no caso da gestão sustentável da água, não podemos deixar de considerar o fato de que este recurso é um bem comum essencial ao desenvolvimento *econômico-equitativo* e de reprodução cultural das sociedades modernas. Em outras palavras, para Bordalo (2008), deve-se levar em conta a água como um “ouro azul”: disputada e pretendida por todos e, em geral, torna-se um bem apropriável, a título privado, versus os que defendem que o acesso a este recurso é um direito humano, por isso universal, indivisível e imprescritível (Bordalo, 2008: 124).

Por outra parte, outro trabalho que segue esta linha de Bordalo (2008) e que, ademais, nos proporcionou uma leitura crítica sobre este assunto, foi o estudo de Martins e Felicidade (2003). Autores que apresentam uma interessante reflexão sobre nosso atual sistema capitalista-neoliberal, dotado de características que infelizmente tendem a favorecer uma exploração orientada à maximização do benefício e da prosperidade individual em detrimento da comunitária. Estes estudiosos consideram que “submeter o acesso à água a relações lógicas de mercado significa não somente privatizar e mercantilizar o ciclo hidrológico natural, como também, significa criar relações de domínio sobre as possibilidades de reprodução tanto dos novos excluídos do acesso ao

recurso quanto de outras espécies naturais. Deste modo, a criação de mercados de direitos de água não é uma forma alternativa de gestão dos recursos hídricos, mas uma nova frente para investimentos e acumulação de capital, mantendo, evidentemente, todas as características excludentes que o processo resguarda” (Martins e Felicidade, 2003: 33). Ainda segundo estes autores, a atual perspectiva economicista de nosso planeta está tratando de converter em propriedade privada uma série de recursos hídricos até então considerados de uso comum. Em relação a isso, estes teóricos (Martins e Felicidade, 2003) afirmam que os recursos hídricos de uso comunitário, por exemplo, de muitas comunidades rurais latino-americanas, estão sendo aceleradamente concebidos como uma mercadoria estabelecida através do poder de compra e venda nos sistemas de mercado atuais. Fenômeno que, segundo eles, é negativo já que os recursos hídricos deveriam estar a margem das formas da mercantilização e do individualismo competitivo, uma vez que o processo de mercantilização, geralmente, afeta o acesso equitativo, a distribuição dos benefícios retirados do consumo ou aproveitamento destes recursos e, em muitos casos, a sustentabilidade ecológica e também sociocultural das comunidades. Berbert (2003), nessa mesma linha, aponta que os recursos hídricos foram perdendo sua condição de bens comunitários e experimentaram um processo crescente de privatização, sobretudo, durante as últimas décadas do século XX. Segundo Berbert, com a crescente privatização das águas de uso comunitário, este recurso foi perdendo cada vez mais sua dimensão solidária, pública e inclusiva (Berbert, 2003: 308).

Além disto, outros autores como Bouguerra (2004), também afirmam que no interior da lógica do modelo neoliberal presente em nossos dias, os valores de inclusão, propriedade coletiva e capital comunitário proporcionado pela água, estão sendo substituídos por valores de exclusão, monopólio e lucro particular ou empresarial do setor privado. Para este autor, muitas fontes de água que se consideravam fora do mercado passaram a ser de grande interesse para o setor

privado, provocando uma competição e, inclusive, em alguns casos, uma proibição de acesso público ou comunal a este recurso.

Os argumentos mencionados antes, são também fortalecidos por outros autores (Hamlin, 2000; Guimarães, 2009) que aludem à noção de que os recursos hídricos são bens que durante séculos se percebiam como *bens de uso comunitário* dotados da oportunidade de uso e benefício coletivos. Porém, cada vez mais, foram – e seguem sendo – convertidos em mercadorias caracterizadas por regras e normas restritivas e/ou proibitivas. Sobre este assunto, Irigaray (2003) alude ao fato de que muitos motivos para entender danos ambientais e culturais, assim como o surgimento de conflitos, está relacionado com o processo de privatização e mercantilização dos recursos hídricos de caráter comunal (comunitário). Ou seja, recursos que perdem sua característica de ser uma classe de recursos para a qual “a exclusão é difícil e o uso compartilhado permite a geração de benefícios para toda classe de usuários” (Irigaray, 2003: 34). Da mesma maneira, os autores Petrella (2003) e Swyngedouw (2007) recordam que a “lógica natural dos recursos hídricos” se opõe à “lógica capitalista do aproveitamento, da privatização e da exploração da natureza” para o enriquecimento de apenas algumas poucas pessoas que, em muitos casos, restringem a equidade social e econômica da exploração e aproveitamento dos recursos. Isto é, segundo estes estudiosos, a lógica de funcionamento do aproveitamento sustentável da água vai em contra muitos modelos de comércio, intercambio-econômico, de desenvolvimento e produção pautados, principalmente, na doutrina neoliberal e da globalização econômica. Em síntese, para estes pesquisadores, é necessário deixar atrás este sistema neoliberal e passar a outro fundamentado em conceitos de cooperação, sustentabilidade, equidade e controle democrático de benefícios, sendo algo que se possa cultivar, produzir ou administrar a nível comunitário⁴⁰.

⁴⁰ Sobre este aspecto, talvez um dos exemplos mais significativos dos últimos quinze anos, o caso da “guerra da água” em Cochabamba, na Bolívia (popularmente conhecida como “guerra da água de Cochabamba”). Nesta “guerra”, a causa detonante dos protestos e reivindicações populares esteve relacionada a privatização do abastecimento de água potável municipal.

Ainda sobre esta linha argumentativa referenciada por Petrella (2003) e Swyngedouw (2007), os Galizone e Ribeiro (2004) opinam que nos dias de hoje o que necessitamos é mais propriedades de tipo comunal e instituições que tenham como objetivo administrar e proteger a propriedade do uso comum da água, pois como afirma Robert Kurz (2002) – refletindo sobre relações entre economia e natureza – “presumivelmente a natureza já existia antes da economia moderna. Por isso a natureza é em si gratuita, não tem preço” (Kurz, 2002: 11).

Assim, no marco desta abordagem, encontramos também teóricos como Rebouças (2004), que nos levou à reflexão de que “a função principal dos recursos hídricos é uma prática concreta que busca a equidade de benefícios e o bem-estar para uma convivência solidária, justa e democrática (...) neste sentido, para abordar a água, significa tematizar este recurso como sendo algo capaz de desencadear e estabelecer um complexo debate sobre os tipos de riqueza e tipos de valor; entendendo neste caso que a riqueza não pode ser expressada somente através do preço do mercado, mas também, deve ser reconhecida e respaldada através de outros tipos de valores tais como o valor ecológico, cultural, social e ético da igualdade de seu uso e acesso” (Rebouças, 2004: 209).

Portanto, as ideias apresentadas por Petrella (2003), Swyngedouw (2007), Galizone e Ribeiro (2004), Robert Kurz (2002) e Rebouças (2004) nos conduziram a outra reflexão de grande importância para o estudo das dinâmicas dos *comuns* e sua relação com a problemática vinculada aos recursos hídricos (mais especificamente em relação às águas termais). Sobre esta reflexão, as perguntas referenciadas no início deste capítulo nos levaram novamente a pensar sobre: a quem pertence as águas termais? Como a atribuição dos direitos de propriedade dos recursos hídricos termais pode afetar a distribuição, acesso e o nível de bem-estar social de uma população? Como as águas termais devem ser usadas, distribuídas e partilhadas socialmente e economicamente? Qual é a melhor forma de gestão sustentável dos recursos hídricos termais?

Deste modo, apesar de não possuir respostas prontas para estas perguntas, a concepção geral de “mercantilização da natureza” unida com a “teoria dos bens comuns”, nos conduziram a uma importante aproximação em torno ao estudo do processo de privatização, tanto dos balneários espanhóis, como das fontes de águas termais e minero-medicinais desse país. Neste contexto, por exemplo, merece destaque o fato de que, segundo o Observatório Nacional do Termalismo (Espanha, 2012), o total de balneários que exploram fontes de águas termais e minero-medicinais na Espanha é de 87% (noventa e sete balneários privados de um total de cento e doze balneários) frente a 12,5% (quatorze balneários) sob o domínio da propriedade e gestão pública e, finalmente, apenas um balneário sob domínio e gestão comunal⁴¹.

Ademais, a nível histórico, se nos aproximamos um pouco mais sobre este assunto, nos deparamos com cifras importantes, no sentido de que, por exemplo, em 1851, estavam em funcionamento um total de oitenta e cinco balneários espanhóis, sendo que destes, cinquenta e quatro balneários (64% do total de balneários) estavam sob mãos privadas, e os outros trinta e um (36%) pertencentes a gestão pública e comunal. E alguns anos depois, mais especificamente em 1886 (ou seja, trinta e cinco anos depois), apenas doze estabelecidos (7,5%) – de um total de 160 balneários – estavam sobre domínio da propriedade pública ou comunal, estando desta maneira os outros 92,5% sob domínio da propriedade e gestão privada (Alonso Álvarez et al., 2012: 97)⁴².

Desta maneira, fruto deste grande número de balneários e fontes de águas termais de carácter privado, nos chama a atenção à “força impulsora” relacionada com o carácter mercantil que a água

⁴¹ O balneário “Baños de Montemayor”, localizado na Comunidade Autónoma de Extremadura, segue sendo o único estabelecimento termal da Espanha onde a propriedade e gestão da água minero-medicinal é de carácter comunal (sendo a gestão realizada por uma associação de vizinhos do município).

⁴² Entre eles aparecem os balneários de Barambio (Álava), Mondariz e Cuntis (Pontevedra), Montanejos e Villavieja (Castellón), Navalpino e Puertollano (Ciudad Real), Caldes de Montbui (Barcelona), Carballiño e Cortegada (Ourense), San Gregorio de Brozas (Cáceres) e San Juan de Campos (Mallorca). Não obstante, haviam sido já privatizados muitos dos balneários de maior prestígio, entre eles os de Alange (Badajoz), Alceda (Cantabria), Carratraca (Málaga), Fuencaliente e Hervideros de Fuensanta (Ciudad Real), Grávalos (La Rioja), Lanjarón e Zújar (Granada), Marmolejo (Jaén) e, sobre todo, Segura de Aragón (Teruel), Solán de Cabras (Cuenca), Sacedón e Trillo (Guadalajara), estes últimos de propriedade do Estado (Fonte: Alonso Álvarez et al., 2012: 97).

termal tem assumido na atualidade. Ou seja, como afirma Queiroz (2011), segue existindo em muitos países uma espécie de oligarquia internacional da água mineral e termal. Uma elite econômica e política que está privatizando e mercantilizando este recurso em todo o planeta. Este fenômeno intensificou-se principalmente nas últimas décadas. Para Queiroz (2011: 25), “essa oligarquia produz conhecimento, dá a direção do discurso, tem o poder da narrativa, influência a mídia e o poder público, e determina a agenda mundial da água”.

Neste contexto, Hamlin (2000) e Galizoni (2005) afirmam que, entre o controle e regulação comunal da água – bem como por via de intervenções públicas (controle Estatal) – versus o controle privado deste recurso, tudo isto nos remete a uma leitura acerca do debate mundial sobre a privatização de direitos de acesso, como também dos direitos históricos e éticos relacionados com os recursos hídricos em geral. No sentido de que, para aportarmos qual modelo de gestão garantirá a igualdade de acesso e reparto de benefícios – em parceria com a conservação e preservação ecológica – uma leitura quanto às formas de apropriação e gestão da água (mineral, termal ou qualquer outro tipo de recurso hídrico) “implica em pensar uma regulação integrada dos recursos hídricos na sociedade e, principalmente, em conhecer os diversos modos sociais e culturais de administrar e usar esses recursos. Sem esse conhecimento o resultado será a exclusão de parcelas da população rural do acesso e do processo de regulação sustentável das prioridades de uso dos recursos hídricos em geral” (Galizoni, 2005: 177). Neste sentido, como também afirma Leff (2002: 21) “é necessário defender os princípios de gestão ambiental e de democracia participativa, para uma convergência dos interesses nos objetivos comuns dos diferentes grupos e classes sociais em torno do desenvolvimento sustentável e da apropriação da natureza.

Para Bordalo (2008), o fortalecimento dos projetos de gestão ambiental local (das comunidades de base) tem levado os governos estatais, nacionais e municipais a instaurar procedimentos para dirimir pacificamente os interesses de diversos agentes econômicos e grupos de cidadãos na resolução de conflitos sócio-ecológicos em torno da água. Além disto, em uma linha parecida,

Dourojeanni e Jouravlev (2001), mencionam que, para uma gestão dos recursos hídricos voltada à sustentabilidade, devemos passar a adotar um modelo mais integrador. Isto é, um modelo caracterizado por distintas formas, tais como: (a) integração dos diferentes componentes da água ou das diferentes fases do ciclo hidrológico; (b) integração da gestão da água e da gestão da terra, e outros recursos naturais e ecossistemas relacionados; (c) integração dos interesses dos diversos usos e usuários da água, com o objetivo de reduzir os conflitos entre os que competem por este recurso, tanto em quantidade como em qualidade; (d) integração da gestão da água com o desenvolvimento econômico, social, cultural e ecológico (Dourojeanni e Jouravlev, 2001: 83).

Portanto, voltando novamente nosso olhar para as teorias que surgem de nossa pergunta de investigação *“como um determinado tipo de aproveitamento das águas termais pode influenciar nas possibilidades de desenvolvimento sustentável de uma população?”*, encontramos potencialidades e obstáculos em relação a qual modelo – de uso e gestão dos recursos hídricos termais – pode ser definido como “melhor” (ou mais dinamizador) para um almejado desenvolvimento sustentável. Esta questão, obviamente, é complexa porque involucra uma série de leituras e análises uma vez que cada caso possui suas próprias características e especificidades, tanto a nível de gestão como a nível social, político, ambiental, econômico e também cultural.

Desse modo, entre os muitos instrumentos teóricos adquiridos através de nossas leituras, comprovamos que não há uma única solução pronta para uma gestão sustentável dos recursos hídricos. Como estes recursos são indispensáveis para a sobrevivência de nossa espécie, há interesses conflitantes em jogo que precisam ser levados em consideração quando se trata de geri-los. Além do mais, é essencial considerar as relações de interdependência entre as esferas social, política, cultural, econômica e ecológica, para que cada tipo de gestão seja autenticamente sustentável, dando assim respostas rápidas e regulando as consequências de nossas ações atuais e territoriais (Policarpo e Santos, 2008). Em outras palavras, realizar uma análise dos modos de apropriação das águas termais e dos processos dos tipos de aproveitamento deste recurso,

demonstra que o desafio não reside apenas em como gerir estas águas, mas também, em equilibrar os direitos (jurídicos, históricos, culturais e éticos) aos benefícios retirados por meio desse recurso.

Assim, o propósito deste capítulo foi apresentar aos leitores alguns dos instrumentos teóricos que guiaram nossa proposta analítica que leva em conta aspectos conceituais importantes (como bens de uso comum, processos de mercantilização da natureza e direitos de propriedade sobre os recursos hídricos) para a análise do caso de Alhama de Granada e sua vertente direcionada à sustentabilidade (com ênfase na equidade social e econômica e formas prudentes aos âmbitos ecológicos e culturais). Este esforço teórico e, principalmente, analítico pressupõe antes de tudo aceitar a complexidade presente em cada sociedade humana, assim como reconhecer aspectos de ordem moral-comunitária, patrimoniais e identitários destas sociedades que historicamente estabeleceram seus próprios costumes e regras de uso e aproveitamento dos seus recursos hídricos locais.

CAPÍTULO 4

MARCO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Após a apresentação da revisão da literatura sobre os principais conceitos e teorias que guiaram nossa análise do objeto de estudo (capítulos um, dois e três), o presente capítulo tem como objetivo apresentar os procedimentos metodológicos para coleta, organização e interpretação dos dados e informações que nortearam esta pesquisa. Para lograr este objetivo, inicialmente, discutiremos algumas questões relevantes sobre o marco conceitual e epistemológico do *estudo qualitativo* em que se insere este trabalho. Neste caso, tratando também de apresentar os principais motivos que nos levaram a utilizar uma metodologia exclusivamente *qualitativa* – e centrada no “estudo de caso” – como estratégia de análise aplicada para descrever, compreender e interpretar a complexidade do caso de Alhama de Granada, ou seja, o estudo da relação de influência entre o tipo de aproveitamento das águas termais deste pequeno município e o seu processo (e alcance) rumo a um autêntico desenvolvimento local sustentável.

Esta primeira parte será seguida pelo tópico dois, no qual apresentaremos o desenho deste estudo. Um desenho elaborado com o intuito de acompanhar uma sequência lógica capaz de conectar os dados empíricos às questões teóricas que estivemos apresentando nos capítulos anteriores, tudo isto levando em conta que, como afirma Xavier Coller (2000: 31), é importante o estabelecimento inicial de um marco teórico suficientemente preciso e bem delimitado, já que este *mapa de teorias* permite sempre orientar e dirigir qualquer desenho de pesquisa (planificação de cada etapa do estudo) a um bom porto.

Já no tópico três, terminaremos este capítulo expondo as principais técnicas utilizadas para a análise e apresentação narrativa dos dados obtidos, recorrendo ao fato de que nas pesquisas de

caráter exclusivamente qualitativo, como o presente estudo, o êxito do trabalho depende em grande parte da maneira na qual o caso é narrado (Strauss, 1990; Ruiz Olabuénaga, 1996; Collier, 2000). Segundo Gonzalez Rey (1997: 6) “a narrativa é o meio através do qual se tenta convencer o público da veracidade das conclusões do estudo. Ao ser também o ponto de encontro entre a pessoa que investiga e sua audiência, se converte em um elemento crucial para que o caso seja compreendido e incorporado ao acervo do conhecimento científico”.

Por tudo apresentado nos parágrafos anteriores, podemos dizer que o principal objetivo deste capítulo pode ser exposto a partir das palavras de Joseph Maxwell (1996), estudioso que afirma que em todo trabalho científico é importante situar o leitor ao tipo de metodologia adotada para investigar e apresentar a análise do que foi pesquisado. Isto, fundamentalmente, apoiará não só a compreensão integral do que foi estudado, como também, sustentará a apresentação dos passos lógicos e sistemáticos seguidos para comprovar a veracidade de uma série de afirmações que se referem a uma determinada parcela da realidade estudada, analisada e narrada.

4.1. Introdução ao marco conceitual e epistemológico do estudo qualitativo

Como havíamos comentado, o propósito deste primeiro tópico é, por uma parte, apresentar algumas questões relevantes sobre o marco conceitual e epistemológico do *estudo qualitativo* e, por outra, apresentar os principais motivos que nos levaram a utilizar uma metodologia exclusivamente qualitativa – e centrada no *estudo de caso* – como estratégia de análise aplicada para investigar a complexidade do caso aqui selecionado. Partimos da ideia de que antes de apresentar os motivos de nossa escolha metodológica, é necessário conhecer os principais fundamentos conceituais e epistemológicos do tipo de metodologia selecionada para, a partir de então, ter ao nosso alcance os conhecimentos prévios necessários para articular o método

(qualitativo) ao propósito (objetivos específicos) de nossa pesquisa. Como afirma Strauss e Corbin (1990: 64), “não devemos ignorar o fato de que toda proposta metodológica leva em seu interior um marco epistemológico e conceitual sumamente importante, já que, essencialmente, desencadeia concepções e estratégias de obtenção e de análise dos dados de grande relevância para o desenvolvimento geral de qualquer estudo científico”.

Assim, no caso deste trabalho, a metodologia selecionada possui um amplo arcabouço conceitual e epistemológico que diz respeito à compreensão da realidade em sua complexidade. Portanto, não se trata de algo simples que pode ser descrito sem levar em consideração a complexidade e subjetividade das características de cada evento ocorrido (Madureira e Branco, 2001). Em outras palavras, como menciona González Rey (1999: 35): “a epistemologia qualitativa é um esforço na busca de formas diferentes de produção do conhecimento, sendo capaz de permitir em muitos casos a criação teórica acerca da realidade plurideterminada, diferenciada, irregular, interativa e histórica, que representa a subjetividade humana”.

De acordo com Vasilachis de Gialdino (2009: 7), “a epistemologia qualitativa é marcada por seu caráter interpretativo, hermenêutico, indutivo, reflexivo e profundo”. Além disto, a outro nível, esta mesma autora afirma que “a pesquisa qualitativa é relacional e se sustenta, fundamentalmente, na comunicação e na prática real, baseada em um processo de investigação interativo no qual intervêm o pesquisador e os participantes” (Vasilachis Gialdino, 2009: 8)⁴³.

Para Lessa Oliveira (2008), entre as múltiplas finalidades de um estudo de caráter qualitativo, existe a busca pela descoberta do novo e do desenvolvimento de teorias construídas

⁴³ Na mesma linha de Gialdino (2009), o estudioso Silverman (2000) comparte esta concepção afirmando que a epistemologia qualitativa leva em conta a perspectiva pautada no interesse em estudar a maneira como o mundo é compreendido e experimentado pelos indivíduos estudados, ou seja, suas vidas, seus comportamentos, suas intenções e interações uns com os outros. Para Silverman, “é um tipo de estudo que também se interessa pela dinâmica dos processos, de suas mudanças e do contexto social presente” (Silverman, 2000: 11). Maxwell (1996) também reforça esta concepção aludindo ao fato de que a pesquisa qualitativa busca estudar a perspectiva dos participantes sobre seus próprios mundos tratando de ver esses mundos através de tais perspectivas, isto é, através de suas lentes, dos seus sentidos e dos significados representados nas narrativas, nos discursos e nas histórias de vida dos atores sociais estudados.

empiricamente, sendo a “relação com a teoria, com sua criação, com sua ampliação, com sua modificação, com a sua superação, o que distingue a pesquisa qualitativa da pesquisa quantitativa” (Oliveira, 2008: 14). Para esta autora, a pesquisa qualitativa busca compreender, fazer de um caso individual significativo no contexto da teoria, além de prover novas perspectivas sobre o que já se conhece. Neste sentido, Oliveira sintetiza sua ideia mencionando que “o estudo qualitativo busca constantemente descrever, compreender, elucidar, construir e descobrir algo, elaborando explicações causais válidas e analisando como determinados sucessos influem a outros, compreendendo os processos causais de forma local, contextual e situada” (Oliveira, 2008: 15).

Desta maneira, uma observação profunda das características expostas antes – a respeito da epistemologia do estudo qualitativo – nos permite uma aproximação em torno dos importantes aspectos *interpretativos* e *subjetivos* que situam, de maneira geral, a *essência* da epistemologia qualitativa. Sobre este aspecto, segundo Gialdino (2009) a epistemologia da pesquisa qualitativa “se apoia e depende de uma concepção orientada para o significado, o contexto, a compreensão e a reflexividade, sendo que, este será o pilar de sustentação – baseado nos aspectos *interpretativos* e *subjetivos* – que outorgará unidade a esta metodologia não positivista” (2009: 10).

Segundo Gilberto Martins (2008), o estudo qualitativo se diferencia de estudos de *caráter positivista*⁴⁴ pelo fato de buscar “criativamente, apreender a totalidade de uma situação, identificando e analisando a multiplicidade de dimensões que envolvem cada caso estudado e, de maneira engenhosa, descrever, compreender, discutir e analisar sua complexidade, construindo ou reforçando uma teoria que possa explica-lo e prevê-lo” (Martins, 2008: 10). Da mesma maneira, Madureira e Branco (2001) afirmam que entre os pressupostos epistemológicos centrais que

⁴⁴ Por *caráter positivista* fazemos referência a corrente filosófica que surgiu na França no começo do século XIX, sendo os seus principais idealizadores Augusto Comte e John Stuart Mill. Esta Escola Filosófica ganhou força na Europa na segunda metade do século XIX e começo do século XX com a defesa da ideia de que o conhecimento científico é a única forma de conhecimento verdadeiro. De acordo com os *positivistas*, somente se pode afirmar que uma teoria é correta se ela foi comprovada através de métodos científicos válidos, sendo que, por exemplo, os conhecimentos ligados às crenças e superstições não podem ser considerados como conhecimentos científicos de valor. Para um estudo aprofundado sobre este assunto, ver Vasilachis de Gialdino (2009).

diferenciam o positivismo de uma proposta epistemológica qualitativa diz respeito à necessidade de compreender uma realidade dinâmica, organizada de forma sistêmica e complexa, uma realidade na qual os contextos histórico-culturais apresentam uma importância fundamental tanto para a constituição de uma determinada realidade como para a construção do conhecimento científico. Neste sentido, ainda segundo Madureira e Branco (2001), será a partir da complexidade social, cultural e histórica que poderemos, em grande medida, situar a pesquisa qualitativa não como a mera aplicação de certos métodos, mas sim, como um estilo de investigação comprometido com as rupturas epistemológicas da perspectiva positivista. Esta última, “marcada pela visão elementarista e determinista sobre a realidade (...) onde a concepção de uma realidade absoluta, supra-histórica, governada por leis imutáveis, apresenta uma longa história no pensamento ocidental” (Madureira e Branco, 2001: 64)⁴⁵.

Para Godoy (1995), sinteticamente, o que diferencia o estudo *qualitativo* do *quantitativo* é, entre muitas de suas características, o fato de que na pesquisa qualitativa a realidade existente em cada população estudada é uma fonte direta de dados e o pesquisador um “instrumento” importante. Ou seja, enquanto nos estudos quantitativos se privilegia o exame das relações entre as variáveis por métodos experimentais ou semi-experimentais (geralmente pautados em instrumentos estatísticos), nos estudos qualitativos existe a preocupação fundamental do estudo e da análise do mundo empírico em seu ambiente natural (Godoy, 1995). Nesta abordagem, ainda segundo Godoy (1995), valoriza-se o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente (realidade local) e a situação que está sendo estudada. Assim, para os pesquisadores qualitativos, “um fenômeno pode ser mais bem observado e compreendido no contexto em que ocorre e do qual faz parte. Neste último caso, o pesquisador deve aprender a usar sua própria intuição como o instrumento mais

⁴⁵ Para Madureira e Branco (2001: 64) a concepção de uma realidade estável, fixa, na qual a mudança é uma ilusão, está relacionada ao pensamento filosófico pré-socrático de Parmênides, em oposição à concepção de uma realidade fluida, processual, na qual o estável é uma ilusão, defendida por Heráclito de Éfeso (considerado o “pai” do pensamento dialético).

confiável de observação, seleção, análise e interpretação dos dados coletados” (Godoy, 1995: 62)⁴⁶.

Deste modo, entre os propósitos deste trabalho, é importante recordar que nosso interesse esteve centrado em tentar superar uma aproximação linear (demasiada metódica) e parcelada sobre os múltiplos aspectos da complexa realidade pesquisada, buscando assim desenvolver uma leitura, interpretação e análise mais intuitiva, integral e interconectada dos elementos, situações e fenômenos presentes no município alhamenho.

4.2. A metodologia do “estudo de caso” e o desenho de nossa pesquisa

Como apontamos na introdução deste estudo, decorrente das complexas características que o caso de Alhama de Granada requeria, a estratégia metodológica utilizada foi a de pesquisa qualitativa de *estudo de caso*. A eleição por este método esteve relacionada à sua idoneidade no sentido de nos permitir a criação de uma espécie de “esquema mental”, ou *guia do pesquisador*, aplicada ao processo de coleta, interpretação, análise e, por fim, apresentação dos resultados obtidos durante a realização desta pesquisa. Tudo isto, tendo em conta que no caso do atual tipo de aproveitamento das águas termais de Alhama, trata-se de um caso único no que diz respeito a uma complexa realidade vinculada à apropriação da água e de uma demanda (por parte dos habitantes) pela recuperação da titularidade e propriedade deste recurso como um bem comunal. Neste sentido, convém retornar à percepção de Robert Yin (2001), que afirma que o *estudo de caso*, como ferramenta de pesquisa científica, é utilizado para compreender processos na complexidade

⁴⁶ Estas orientações sugerem a maneira de atuar em uma pesquisa de caráter exclusivamente qualitativa, que no caso deste estudo se aproxima à concepção do conhecimento da complexa realidade de Alhama de Granada – e seu modelo de aproveitamento da água termal – como uma realidade dotada de características das quais os elementos interpretativos e subjetivos podem permitir uma compreensão mais ampla e profunda do nosso objeto de análise.

social nas quais estes se manifestam: seja em *situações bem-sucedidas* (servindo assim para a avaliação de modelos exemplares) ou seja em *situações problemáticas*. Assim, ou seja, partindo dessa afirmação, o caso de Alhama – que se insere em uma *situação problemática* desde o ponto de vista da crescente apropriação privada deste recurso comum que é a água termal – é um caso paradigmático porque reúne, de maneira importante, toda uma série de características já citadas sobre identidade e cultural da água termal (uma vez que este município, inquestionavelmente, considera este recurso terapêutico como símbolo fundamental para o desenvolvimento local). Em outras palavras, a água termal e o balneário de Alhama ocupam um espaço valioso em relação a dimensão econômica do desenvolvimento da comunidade, porém, não só isso, já que estes dois elementos (água termal e balneário) ocupam, ademais, um espaço destacado nas esferas cultural, ambiental, patrimonial e identitária⁴⁷ capazes de contribuir para um autêntico desenvolvimento local sustentável.

Por isto, novamente mencionamos que decorrente das complexas características deste caso, a estratégia metodológica do estudo de caso nos permitiu conduzir este trabalho a uma sequência lógica capaz de conectar os dados empíricos às questões iniciais do estudo e, por fim, aos resultados obtidos⁴⁸.

⁴⁷ No caso de Alhama, existe uma cultura, uma memória, uma história, um patrimônio que não é somente monumental, material, mas sim, existe um patrimônio cultural, imaterial. Um elemento de formação e construção identitária. Além disto, é uma população que se destaca também porque possui um dos balneários mais antigos e conhecidos da Espanha e que, por exemplo – arquitetonicamente – apresenta a fusão de antigas culturas como é o caso das reminiscências romana e árabe deixadas na estrutura do edifício onde nasce o principal “ouro líquido” desta população.

⁴⁸ Entretanto, ainda sobre os motivos que nos levaram a escolher o município alhamenho como terreno empírico de nossa pesquisa, não podemos deixar de mencionar que Alhama é uma população que no ano de 2010 (período que iniciamos o trabalho de campo) acabava de receber a instalação da Associação Termalismo de Andalucía (instituição na qual estivemos colaborando durante cinco anos). Além disto, nossa escolha também esteve baseada no fato deste município estar localizado próximo a Sevilha (nossa cidade de residência) e que, ademais, se enquadrava no marco do projeto que financiou esta pesquisa (tendo em conta que Alhama de Granada faz parte da Comunidade Autônoma de Andalucía e o projeto foi financiando pela Junta de Andalucía – com o apoio do Conselho Superior de Investigações Científicas da Espanha e da Escola de Estudos Hispano-Americanos de Sevilha).

Desta maneira, voltando agora às razões vinculadas ao método escolhido (estudo de caso), autores como Coller (2000) e Yin (2001) contribuíram metodologicamente desde o início de nossa obtenção e análise de nossos dados. Isto porque, segundo esses pesquisadores, este é um método que permite compreender um fenômeno da vida real em profundidade, sendo adequado para uma pesquisa como a nossa, uma vez que buscamos aprofundar-nos em um contexto da vida real, onde os limites entre o fenômeno e o contexto se mostram de forma complexa e interconectada.

Segundo Pereira e Chaves (2002) “o estudo de caso – que busca aprender a totalidade de uma situação e, engenhosamente, descrever, compreender e interpretar a complexidade de um caso concreto, mediante um mergulho profundo e exaustivo em um objeto delimitado – tem também a finalidade de alcançar uma visão holística (sistêmica, ampla e integrada) sobre o caso investigado, sendo um trabalho empírico que depende fortemente do trabalho de campo e que se baseia em fontes de dados múltiplas, tais como, a observação, entrevistas e documentos diversos” (Pereira e Chaves, 2002: 221).

Além disto, Martins e Belfo (2011) afirmam que este método permite examinar “um fenômeno social no seu ambiente natural, através da coleta e análise de material empírico, tendo como objetivos fundamentais alargar ou aprofundar o conhecimento sobre determinados fenômenos sociais, ou poder construir uma teoria ou testar conceitos teóricos e relações entre os mesmos” (Martins e Belfo, 2011: 44). Assim, a partir deste ponto de vista, o estudo de caso possui uma série de contribuições relevantes, de caráter holístico (Stake, 1998) que em nosso trabalho foram de grande utilidade tendo em vista as características do objeto de estudo e das opções teóricas que o delimitaram.

Por todas estas razões, nosso desenho de investigação foi construído com o propósito de conhecer e analisar o tipo de aproveitamento das águas termais de Alhama de Granada. Considerando que este aproveitamento é um fenômeno complexo, de caráter multidimensional e dinâmico e que, ademais, ainda não foi estudado no contexto no qual decidimos abordá-lo. Além

disto, convém também esclarecer que, como menciona Collier (2000: 67) “não se busca representatividade estatística através do estudo de caso” e em nosso caso tampouco buscamos este tipo de representatividade, já que buscamos descrever e analisar a situação de Alhama para realizar uma primeira aproximação a esta situação conhecendo suas debilidades, fortalezas e potencialidades, tendo em vista um autêntico e integral desenvolvimento local sustentável.

Portanto, para alcançar nossos objetivos direcionados a entender, identificar e discutir como um determinado tipo de aproveitamento das águas termais pode influenciar nas possibilidades de desenvolvimento sustentável de uma população, organizamos nosso desenho de pesquisa de modo a estrutura-lo por meio de quatro etapas: 1) seleção do referencial bibliográfico, 2) acesso ao terreno empírico (trabalho de campo em Alhama de Granada), 3) recopilação de dados e, finalmente, 4) análise e narrativa do material capturado (apresentado na segunda parte desta tese).

Sobre a seleção do referencial bibliográfico, nossa revisão foi dividida em duas etapas (em função dos temas pesquisados): em primeiro lugar, buscamos referências sobre os aspectos teóricos (tipos de uso, exploração e também gestão das águas termais e desenvolvimento sustentável) e, posteriormente, sobre o contexto que involucra o caso específico de Alhama de Granada e as esferas mais íntimas de sua realidade (aspectos sociais, econômicos, históricos, ecológicos, turísticos, políticos, culturais, entre outros).

A revisão da literatura sobre o marco teórico teve como principal motivação ampliar o conhecimento sobre o assunto⁴⁹, além de subsidiar uma melhor delimitação de nossas unidades de análise. Uma parcela de seus resultados foi utilizada na elaboração dos três primeiros capítulos desta tese, enquanto outra serviu de base teórica para a redação dos dois últimos capítulos.

⁴⁹ Uma vez que havíamos realizado trabalhos anteriores dentro do marco da sustentabilidade e também do termalismo. Sobre este assunto, ver: Alvim-Carvalho, F., “El conocimiento ecológico tradicional sobre las aguas termales y mineromedicinales de Alhama de Granada: un análisis a partir del concepto de etnoecología y resiliencia” (2010); Alvim-Carvalho e Navarro-García, “Aguas mineromedicinales y termalismo en España: fuentes bibliográficas para su estudio” (2013); Navarro-García e Alvim-Carvalho, “Proposals for Combining Landscape and Thermalism in the Guadaira Basin, Spain” (2013).

Já sobre a recopilação da literatura sobre o caso de Alhama de Granada – suas águas termais e o contexto social, político, econômico, ecológico e cultural– foi uma das etapas que mais consumiu tempo em nosso estudo, teve papel fundamental na construção e narrativa final de todo o caso, apresentado na segunda parte deste trabalho.

Tanto a revisão de literatura vinculada ao marco teórico, como a revisão vinculada ao caso de Alhama, envolveram uma busca exploratória intensiva de dados e informações plasmados em diversos documentos disponíveis para a consulta presencial em bibliotecas, além da sua disponibilidade em bases de dados em internet (em formato *online*), ademais da consulta presencial em inúmeras bibliotecas públicas⁵⁰.

Todo material encontrado foi sistematizado de maneira a elaborar um esquema organizado através de fichas bibliográficas independentes. E, em um segundo momento, estas fichas bibliográficas tiveram seu conteúdo transcrito e organizado em fichas temáticas (relacionadas e combinadas umas com outras), isto, para posterior elaboração dos tópicos de cada capítulo.

O material desta primeira fase incluíram outra documentação, como teses de doutorado produzidas sobre gestão de águas, além de assuntos mais amplos como desenvolvimento sustentável, termalismo, identidade coletiva e participação social. Somado a isto, incluímos também diversos livros, artigos científicos e inventários sobre fontes termais e minero-medicinais. Ademais, utilizamos materiais e documentos gráficos e ilustrativos tais como antigos anúncios publicitários sobre os balneários espanhóis, material cinematográfico relacionado com os

⁵⁰ Neste caso foram encontradas e consultadas diversas obras vinculadas principalmente aos aspectos históricos, geográficos, turísticos, administrativos e ambientais relacionados a atividade termal tanto em Espanha, como em Andalucía e, em especial, em Alhama de Granada. Sendo que estas obras, em sua maioria, estiveram presentes para sua consulta nas bibliotecas de Sevilha (Faculdade de Medicina da Universidade de Sevilha, Universidade Pablo de Olavide, Escuela de Estudios Hispano-americanos e Biblioteca Pública Municipal Infanta Elena), Madri (Biblioteca Nacional, Faculdade de Farmácia da Universidade Complutense e Instituto Geológico e Mineiro de Espanha) e Granada (Biblioteca Pública Municipal e bibliotecas da Universidade de Granada).

balneários europeus (em especial balneários espanhóis), fotografias antigas dos estabelecimentos termais, entre outros.

Durante esta primeira fase também foram visitados alguns balneários situados na geografia espanhola, nos quais foi possível realizar as primeiras entrevistas exploratórias aos funcionários responsáveis pelo trabalho de recepção, administração e limpeza das áreas dos banhos e tratamentos termais⁵¹.

O passo seguinte foi nossa mudança de residência para o município de Alhama de Granada durante um período de oito meses seguidos (fevereiro a outubro de 2010)⁵².

Durante o trabalho de campo em Alhama foram desenvolvidas uma série de tarefas que nos permitiram obter um grande número de dados necessários para um melhor entendimento sobre as relações existentes entre os mananciais de águas termais e a população alhamenha, ademais da obtenção de muitas informações sobre o tipo de aproveitamento realizado nas últimas duas décadas pela empresa privada *Balneários de Alhama de Granada S.A.*

Além disto, como mencionamos antes, as tarefas realizadas durante o trabalho de campo incluíram entrevistas abertas⁵³ e semi-estruturadas⁵⁴, observação participante, caderno de campo, participação em grupos de discussão organizados por diferentes associações e instituições locais (prefeitura, associação de vizinhos, plataforma, etc.) e, finalmente, busca e consulta de diversos

⁵¹ Neste caso incluindo os balneários andaluzes de Lanjarón (Granada) e Canena (Jaén), além dos balneários de Modariz (Galícia), Montanejos (Castellón) e Tredos (Valle do Aran, Catalunha).

⁵² Convém indicar que nos anos posteriores (2011, 2012 e 2013) também estivemos retornando a Alhama (tratando neste caso de visitas exploratórias de períodos mais curtos: uma ou duas semanas seguidas) para realizar outras entrevistas, assim como acompanhar alguma possível mudança de gestão do balneário, ou da realidade política e econômica do município.

⁵³ Entendendo como *entrevistas abertas* aquelas de caráter mais informal, realizada na maioria das vezes a informantes privilegiados com um maior conhecimento sobre o assunto investigado.

⁵⁴ Como entrevistas *semi-estruturadas* entendemos ser aquelas realizadas a informantes selecionados em base a critérios de análise estabelecidos (apêndice II) e com um certo número de perguntas preparadas, porém, levando em conta que o importante é que estas perguntas sirvam apenas para conduzir a abordagem do assunto geral da pesquisa durante a realização das entrevistas. Neste caso, as perguntas estiveram separadas em diferentes assuntos, buscando também diferenciar as perguntas que buscavam uma opinião dos entrevistados, e outras que buscavam informação concreta sobre algum tema específico de nosso interesse (apêndice III).

documentos, tais como: anúncios de propaganda do balneário, mapas do município, artigos publicados em livros, jornais e revistas, além de documentos gráficos e visuais (fotografias antigas), atas de reuniões realizadas na prefeitura local (entre os anos de 2005 e 2012) e convênios assinados relacionados ao balneário de Alhama⁵⁵.

Durante os oito meses de trabalho de campo – e com o propósito de inserir-nos “no mundo dos sujeitos observados” – estivemos buscando entender o comportamento real do informantes, suas próprias situações e como constroem a realidade em que atuam. Neste sentido, para a realização desta tarefa, estivemos frequentando festas e comemorações locais, colaborando com Associação Termalismo de Andalucía (instalada desde fevereiro de 2010 no município), além da realização de visitas praticamente diárias ao balneário (incluindo recepção, cafeteria, jardins, áreas dos banhos, capela, etc...), bares, comércios, lugares públicos, etc... e, com isto tendo a oportunidade de entrevistar diversos clientes, trabalhadores e habitantes da comunidade⁵⁶.

Para evitar que fatores de caráter pessoal⁵⁷ pudessem interferir ou influenciar nosso olhar – no sentido de privilegiarmos certos aspectos e não outros – estivemos atentos em controlar e sistematizar, cuidadosamente, nossa observação, assim como o estágio preparatório de nossas entrevistas. Em outras palavras, estivemos desde o início delimitando o “quê” e “como” observar, definindo também o objeto e o foco de nossa investigação pautada na sustentabilidade e nos

⁵⁵ Por exemplo, a utilização das atas das reuniões na prefeitura do município nos ajudou a aproximar dos eventos (propostas, conflitos, convênios...) ocorridos nos últimos anos relacionados ao balneário e a vida cotidiana de Alhama. Por outra parte, os livros e artigos acadêmicos publicados pelos historiadores Salvador Raya Retamero (1998; 2001; 2005; 2008; 2009; 2012) e Andrés García Maldonado (1993; 1998; 1999) ocuparam uma posição destacada durante a primeira fase de nosso trabalho de campo, já que foram importantes para reconstruir o cronograma histórico do tipo de gestão e funcionamento geral do balneário estudado.

⁵⁶ Outro fator muito importante para a realização desta tarefa da *observação participante* foi a nossa presença nos atos, cursos, seminários, jornadas e outros eventos organizados por instituições locais e pela própria prefeitura de Alhama de Granada. Durante estes eventos foi possível adquirir uma visão mais clara e aprofundada sobre diversos contextos culturais, sociais, econômicos e ecológicos do município, sua rotina, sua história e identidade. Neste caso, vale aqui a alusão de Xavier Collier (2000) “investigar significa tentar conhecer melhor a realidade que nos rodeia”.

⁵⁷ “Caráter de ordem pessoal” tais como nossa história de vida em um país tão diferente de Espanha, como é o caso de Brasil (país de origem do autor desta tese). E outros fatores como nossa bagagem cultural, grupo social a que pertencemos, nossas aptidões e predileções.

elementos de uso, exploração e gestão das águas termais de Alhama de Granada. Além disto, durante este tempo, e com o propósito de organizar os primeiros dados obtidos, fizemos uso de um caderno (diário) de campo que ocupou um papel importante em nosso trabalho. No caderno de campo foram anotadas as primeiras observações realizadas, as impressões que foram surgindo durante as conversas com os moradores e moradoras, algumas breves descrições de Alhama, além dos primeiros contatos que nos proporcionaram um primeiro “mapa” de informantes privilegiados⁵⁸. O caderno de campo foi de grande ajuda principalmente na fase de análise e redação do trabalho. Como afirma Coller (2000: 86) “quando um pesquisador está realizando a análise das informações e está bloqueado em um assunto, uma olhada no caderno de campo pode sugerir uma multiplicidade de ideias ajudando a progredir. Em outras ocasiões, o caderno de campo fornece as provas necessárias para demonstrar um argumento”.

Já em relação à captura de dados através das entrevistas, seguimos o princípio de saturação, ou seja, momento no qual o pesquisador sabe que não necessita mais informação, embora possa ter mais informantes privilegiados selecionados previamente. Segundo Roberto Thiry-Cherques (2009: 897) “a saturação é o instrumento epistemológico que determina quando as entrevistas e observações deixam de ser necessárias, pois nenhum novo elemento permite ampliar o número de propriedades do objeto investigado”.

Entre os diferentes tipos de entrevistas, decidimos optar pelas entrevistas abertas e semi-estruturadas⁵⁹. Desta maneira, foram realizadas 63 entrevistas abertas e 36 semi-estruturadas, somando um total de 99 informantes diferentes (indicados no apêndice I deste estudo). Ademais,

⁵⁸ Por *informantes privilegiados* nos referimos aos sujeitos que desempenham ou estiveram desempenhando papel de destaque em algum âmbito vinculado a exploração e gestão das águas termais na comunidade de Alhama de Granada.

⁵⁹ De acordo com Boni e Quaresma (2005), uma das grandes vantagens das entrevistas abertas e semi-estruturadas é a sua capacidade de aproximação à compreensão de especificidades culturais de determinados grupos, além de sua capacidade de apoiar investigações que privilegiam uma descrição de caso individual.

estes informantes foram selecionados a partir de critérios estabelecidos, por um lado, tendo em vista nossos interesses mais gerais e, por outro, aqueles interesses mais específicos (apêndice II).

Todas as entrevistas começavam com uma primeira parte mais aproximativa em relação aos laços estabelecidos entre os entrevistados, as águas termais e o balneário. Em seguida, entrávamos na discussão sobre os eventos mais significativos em relação ao estabelecimento termal e sua relação (a nível econômico, ambiental, social, político e cultural) com Alhama de Granada. Sucessivamente passávamos às perguntas mais específicas – vinculadas ao modelo atual de exploração e gestão realizados pela empresa Balneários de Alhama S.A. – para terminar com perguntas nas quais sintetizávamos os aspectos mais importantes relacionados às fortalezas, debilidades e potencialidades entre a relação da exploração da água termal e sua possível contribuição frente a um autêntico desenvolvimento sustentável do município. Apostamos por entrevistas não muito extensas, tentando aproveitar ao máximo o tempo disponível de cada entrevistado.

As entrevistas (com uma duração média de 45 minutos cada) foram realizadas de maneira a escutar atentamente os diferentes atores sociais, a partir de perguntas organizadas por temas e de acordo com os objetivos de nosso estudo. Um total de 28 entrevistas semi-estruturadas foram gravadas, sob autorização prévia dos indivíduos escutados. Entre as entrevistas semi-estruturadas, incluímos informantes privilegiados tais como o atual e ex-prefeito de Alhama, o diretor e o médico-diretor da empresa Balneários de Alhama S.A., antigos trabalhadores do estabelecimento termal, a médica-hidrologa que também trabalha no balneário, técnicos contratados pela oficina de turismo do município, diversos políticos da prefeitura de Alhama, além da presidenta da Associação de Volutários ambientais *El Quejido*, a presidenta (e alguns membros) da Plataforma em Defesa da Água Termal de Alhama de Granada (movimento de reivindicação local que apresentaremos com detalhes no capítulo sete desta pesquisa), alguns trabalhadores da Associação Termalismo de Andalucía, entre outros (relacionados no apêndice I).

Sobre a análise das entrevistas, nos limitamos a transcrever aquelas mais importantes, nas quais incluíam atores sociais como políticos, funcionários e ex-funcionários do balneário, membros das plataformas cidadãos do município, além de técnicos e trabalhadores da prefeitura de Alhama. Estas entrevistas foram transcritas a partir da ajuda de softwares específicos para este tipo de trabalho⁶⁰. Além disto, depois de cada entrevista, foram realizadas anotações em nosso caderno de campo sobre as ideias e reflexões principais sobre os assuntos abordados. Como afirma Martins “em um estudo de caso, análises e reflexões estão presentes durante os vários estágios da pesquisa, particularmente quando do levantamento das informações, dados e evidências, em situações em que resultados parciais sugerem alterações, correções de rumo. A sistematização e organização de rascunhos, notas de observações, transcrições, registros de comentários, diários e opiniões são obtidos em campos e indexados segundo algum critério definido no protocolo do estudo. Para tanto, o pesquisador deverá, cotidianamente, construir seu diário de campo, ou diário de pesquisa” (Martins, 2008: 10).

Finalmente, convém mencionar que neste trabalho aplicamos o processo de triangulação das informações (apêndice IV). Processo entendido como sendo a construção de comprovações dentro do desenho de pesquisa, mediante a utilização de vários métodos para recolha de dados (de diferentes origens sobre o mesmo fenômeno estudado) e mediante a utilização de vários métodos para examinar a mesma dimensão do problema de investigação.

Deste modo, utilizamos a revisão bibliográfica (e análise dos documentos), entrevistas (abertas e semi-estruturadas) e observação participante para a triangulação dos dados. Nesta tarefa, aplicamos o cruzamento de informações sobre os quais desenvolvemos um esquema geral que nos facilitou, por um lado, uma melhor compreensão dos principais fenômenos relacionados com o aproveitamento e a apropriação privada das águas termais de Alhama e, por outro lado, a organização dos dados para a redação dos capítulos cinco, seis, sete e oito desta pesquisa.

⁶⁰ Para este trabalho utilizamos o *software* de origem alemã chamado “F5” (disponível gratuitamente em internet).

Segundo Coller (2000), a triangulação das informações é um importante princípio “para reforçar a confiabilidade e validade da pesquisa durante o trabalho de campo” (Coller, 2000: 86). Para Yin (2001), a triangulação consiste em fundamento lógico para se utilizar várias fontes de evidência, permitindo o desenvolvimento de linhas convergentes de investigação e que os dados obtidos à luz de sua análise se tornem mais acurados e convincentes. Aliás, para autores como Cohen e Manion (1994), “as técnicas de triangulação são muito utilizadas em ciências sociais pelo fato de tentarem explicar de modo mais completo a riqueza e complexidade do comportamento humano estudando este desde mais de um ponto de vista” (Cohen e Manion, 1994: 233).

4.3. Técnicas e passos seguidos para a análise e a narração do caso estudado

Depois de aludir aos principais passos relacionados ao desenho e coleta dos dados de nosso estudo, ademais da breve alusão ao processo de triangulação da informação (apêndice IV), neste último tópico apresentaremos as técnicas e etapas seguidas para a organização da análise e da narração do caso investigado. Esta última parte também servirá como uma introdução contextual do que trataremos nos próximos quatro capítulos desta tese, ou seja, parte empírica relacionada ao caso específico de Alhama de Granada.

Para a realização desta tarefa, autores como Maffezzolli e Boehs (2008), Stake (1998), Coller (2000) e Yin (2001) foram de grande importância, uma vez que contribuíram enormemente na medida de indicar-nos os passos mais importantes para o trabalho de codificação dos dados, refinamento e abordagem final (análise e narrativa).

Xavier Coller (2000), afirma que o processo de análise dos dados involucra três etapas importantes: 1) classificação em códigos ou categorias específicas, 2) codificação axial (estabelecimento de subcategorias) e 3) decodificação. Segundo Coller, inicialmente, o

pesquisador identifica e separa categorias ou códigos⁶¹ que são aplicados a informação baseada em um determinado conceito, assunto ou fenômeno pesquisado. Esta fase será seguida pela busca das relações que existem entre os códigos que surgem desta primeira etapa (codificação), e que, conseqüentemente, desencadearão situações, variáveis, conceitos, que devem ser situados e descritos, levando em conta uma “decodificação” que dará sentido a narrativa final do trabalho. Na mesma linha de Coller, o estudioso Robert Yin (2001: 137) afirma que “a análise de dados consiste em examinar, categorizar, classificar, testar, além de combinar e constantemente recombina as evidências encontradas para tratar coerentemente as proposições iniciais de um estudo”. Em nosso caso, o presente estudo não foi uma exceção a este procedimento apresentado por Coller (2000) e Robert Yin (2001). Ou seja, sobre o trabalho de análise propriamente dito, os dados em “bruto” foram registrados, classificados e separados em subcategorias para sua análise e interpretação com o objetivo de facilitar o estabelecimento das conexões existentes entre o que foi encontrado e observado no trabalho de campo⁶². Neste processo, convém mencionar que esta etapa requereu, em grande medida, tempo, concentração e minuciosa organização para seu desenvolvimento. Este processo significou despedaçar a informação disponível em troços que posteriormente foram agrupados a partir de uma certa afinidade. Este procedimento é similar ao tipo de análise denominada “*cluster*”, referenciada por Coller (2000: 92) como “um intento de estabelecer subcategorias, agrupar conceitos (em forma sequencial, por proximidade teórica ou por relações causa-efeito), ordenando estes conceitos em função do que foi observado e levando em conta o mapa de teorias adaptado para a realização do estudo”.

⁶¹ “Códigos” segundo Xavier Coller (2000) é como uma categoria que “usualmente deriva das perguntas de investigação, hipóteses, conceitos principais, e temas importantes. É um instrumento de organização e recuperação da informação que permite ao pesquisador identificar rapidamente, extrair, e agrupar todos os segmentos da informação relacionados com uma pergunta, hipótese, conceito ou assunto”.

⁶² Além de seguir o trabalho (prévio) realizado por meio da triangulação da informação.

Em relação à análise das entrevistas gravadas com os informantes privilegiados, é importante esclarecer que, com a informação obtida foi possível ter acesso a uma complexa e importante rede de conhecimentos sobre o uso histórico e a gestão atual da água termal de Alhama de Granada, suas características a nível exploração (organizadas a escala histórica) e também suas características a nível identitário (cultural), finalmente sua importância ecológica e econômica através da atividade turística local.

A partir das entrevistas, para facilitar a organização da informação capturada durante a revisão bibliográfica e audiovisual (fotografias e vídeos antigos) e através das observações em campo, decidimos estabelecer cinco grupos (ou categorias de análise – interconectadas) que serviram como uma espécie “banco de depósito de dados” de nosso trabalho. Neste sentido, estes “bancos de dados”, pautados basicamente na teoria do desenvolvimento sustentável e suas cinco dimensões de análise (econômica, social, política cultural e ecológica – apresentadas no capítulo dois deste trabalho), serviram para agrupar as informações relacionadas aos mais diversos âmbitos de nossa análise focada no tipo de aproveitamento das águas termais de Alhama de Granada.

Deste modo, a primeira dimensão que estivemos analisando foi a dimensão relacionada com as esferas mais próximas ao caráter descritivo de Alhama, involucrando aqui, sobretudo, suas características mais relevantes a nível *econômico* e *ecológico*. Assim, nesta primeira abordagem, buscamos observar e capturar dados e informações relacionados com os principais problemas ecológicos do município (como por exemplo a falta de depuração de suas águas residuais). Ademais, buscamos dados relacionados com a atual realidade econômica do município no que diz respeito, por exemplo, a suas perdas de fontes de subsistência dos últimos anos (provenientes, por exemplo, do setor agrícola e ganadeiro). Depois, incluímos nestas duas primeiras categorias de estudo, elementos vinculados à associação feita pelos habitantes em relação ao momento atual de crise econômica e a falta de emprego no município, fatores que fazem com que os habitantes passem a observar de outra forma o processo de monopolização dos benefícios gerados pela

exploração das águas termais de Alhama (assunto que abordaremos com detalhes nos capítulos cinco e oito desta pesquisa). Nestas duas dimensões notamos a grande presença de uma importante discussão sobre o aspecto que sucede em relação ao estilo de vida da comunidade, o que nos conduz a duas outras dimensões importantes de nossa análise, que foram as dimensões *social* e *cultural* do município alhamenho.

No interior desta busca de dados sobre as dimensões *social* e *cultural* de Alhama de Granada, procuramos identificar, organizar e analisar aspectos relevantes como “o orgulho de ser alhamenho” (enfocando nosso olhar na população local e sua relação com as suas águas termais, além do discurso dos habitantes sobre sua identidade coletiva e o “orgulho de ser de uma comunidade com um importante balneário e valiosas águas curativas”). Nestas duas dimensões de análise, estivemos explorando o grau de identificação das pessoas com sua história, além do que envolve o sentimento de pertencimento dos indivíduos em relação ao seu município, práticas e valores comuns compartilhados, ademais das relações de enraizamento das atividades empreendidas no tecido da vida cultural local. Como aponta o já citado pesquisador Serrano-Barquín (2008: 33), “os saberes, conhecimentos e os valores locais das populações de cada continente, país, região ou município, precisam ser analisados, compreendidos e utilizados como ponto de partida nos processos de desenvolvimento que, por sua vez, devem espelhar e conservar a identidade cultural das pessoas que vivem e trabalham nestes territórios”.

Finalmente, em relação a dimensão *política*, procuramos agrupar os dados por meio de uma categoria relacionada às características a nível político e institucional, tendo neste caso a dinâmica do poder um papel destacado neste âmbito. Nesta dimensão, tentamos examinar a complexa estrutura institucional existente em Alhama – um município que por meio do papel representado pela “Plataforma em Defesa da Água Termal” – revelou uma série de elementos facilitadores para a compreensão do posicionamento político dos diferentes grupos e agentes, que passaram a atuar na esfera política da complexidade relacionada à crescente apropriação privada da água termal

(por parte dos proprietários da empresa *Balneários de Alhama de Granada S.A.*). Neste dimensão, estivemos, por um lado, analisando a presença das dimensões que giram em torno das relações de poder e, por outro, às discussões em torno ao processo de revalorização do espaço físico por parte dos moradores. O fato de que as águas de caráter de uso público e gratuito pudessem desaparecer fez com que muitos habitantes modificassem seu olhar sobre este elemento, de maneira a revaloriza-lo em uma maior proporção. Sobre esta dimensão, também analisaremos a construção da percepção dos atores sociais sobre o papel exercido pelos políticos locais. Analisando assim, o descrédito que gozou a classe política desta comunidade no marco do processo conflitivo entre a empresa privada *Balneários de Alhama S.A.* e parte da população que se manifestou contra as decisões arbitrárias desta empresa. Além disto, abordamos através da experiência da luta pela titularidade da água termal. Uma luta na qual os moradores se revelaram como novos sujeitos políticos, superando decisões baseadas nas esferas de poder político, institucional e econômico, legitimando seus valores em relação ao seu patrimônio (água termal como patrimônio ecológico e cultural) interpretado, localmente, como algo de caráter público e de uso e propriedade comum.

Desta maneira, uma vez delimitadas estas cinco dimensões (interconectadas e separadas apenas para facilitar nossa codificação e organização de dados) passamos ao processo que constituiu a narração de nossa análise e a elaboração de nossas principais conclusões.

Para Stake (1998) “chegar às conclusões implica estabelecer novos elementos diferenciados no processo analítico, para reconstituir um todo estruturado e significativo”. Neste sentido, nossos primeiros resultados e conclusões englobaram as ponderações alcançadas nas primeiras semanas de estudo, sendo seguidas posteriormente por outras novas (adquiridas alguns meses posteriores ao nosso trabalho de campo) capazes de implicar uma recomposição dos elementos extraídos e conjugados também com nosso marco teórico.

Em resumo, tentamos não perder o sentido da totalidade, conscientes de que o processo de investigação é um processo recorrente onde as fases se superpõem e se influem mutuamente, e

onde as transformações e mudanças ocorridas com o passar dos meses (ou anos) podem influenciar no processo global do entendimento do estudo.

Desta forma, neste processo de elaboração de nossas conclusões, estivemos recompondo os elementos presentes em nosso terreno empírico, analisando-os e tratando de (re)construir nossa narrativa com os resultados extraídos a partir do cruzamento entre evidências encontradas e teoria selecionada. Portanto, nossa narração seguiu também um aspecto reflexivo no sentido de introduzir reflexões e evitando fórmulas impessoais, de forma a interpretar os fatos e relacionando-os com o contexto geral investigado (levando em conta possíveis mudanças e transformações locais, ademais de levar em conta o marco teórico escolhido).

Desta maneira, tentamos relatar a vida cotidiana do município, seus atores sociais, o contexto social, político, cultural, econômico e ecológico presentes em Alhama. Isto, na medida do possível, priorizando uma narração em plural: clara, resumida e cuidadosa.

Assim, com estas considerações, passamos agora à segunda parte do estudo na qual apresentaremos a descrição do município investigado, além da análise e resultados obtidos durante nosso estudo. Começaremos com um capítulo descritivo, para logo, passar à análise propriamente dita do tipo de aproveitamento das águas termais deste município (capítulos seis, sete e oito).

SEGUNDA PARTE – PARTE EMPÍRICA

CAPÍTULO 5

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO: O MUNICÍPIO DE ALHAMA DE GRANADA E SUA REGIÃO

Nesta segunda parte, com base no referencial teórico e metodológico descrito nos capítulos anteriores, apresentaremos a análise do caso estudado. Começaremos com este capítulo no qual tem como objetivo principal apresentar aos leitores uma contextualização dos elementos e aspectos mais importantes sobre o terreno empírico de nossa pesquisa. Deste modo, com o propósito de apresentar uma estrutura organizada – desde o ponto de vista de questões mais gerais para assuntos mais específicos (relacionados ao nosso objeto de análise) – decidimos separar este capítulo em três tópicos. No primeiro, começaremos com uma breve introdução sobre a contextualização geográfica e socioeconômica de Alhama de Granada e sua comarca. Em seguida, tópico dois, concentraremos nossa atenção em descrever brevemente o contexto da atividade turística realizada neste território. Finalmente, no terceiro tópico, apresentaremos uma abordagem específica sobre o turismo termal existente atualmente na comunidade alhamenha.

5.1 Breve contextualização histórica e geográfica em torno da formação do município

Alhama de Granada é um município que junto com as populações andaluzas de Alhama de Almería, Sierra Alhamilla (Almería), Chiclana de la Frontera (Cádiz), Graena (Granada), Lanjarón (Granada), Villa Nueva de las Torres (Granada), Canena (Jaén), Carratraca (Málaga) e Tolox (Málaga) faz parte de um conjunto de 113 municípios espanhóis dedicados à atividade hidrotermal

do país⁶³. Segundo dados publicados pelo Observatório Nacional do Termalismo, a Comunidade Autónoma de Andalucía – que conta com estas dez populações com balneários ativos – encontra-se com uma cifra todavia muito modesta se comparada com outras comunidades autónomas como é o caso de Catalunha e Galícia, que representam mais de 35% de balneários em funcionamento em território espanhol⁶⁴.

Atualmente, Alhama de Granada representa também um dos pontos fortes do conjunto histórico-arquitetônico, natural e cultural do turismo termal na província de Granada. Esta província, de grande variedade geológica, geográfica e climatológica, possui numerosas manifestações hidrotermais. Segundo o Atlas Hidrológico de Granada (Instituto Tecnológico e Geomineiro de Espanha, 1990), o número de mananciais inventariados ultrapassa um total de 70, com muito parecido condicionamento hidro-geológico. As altas temperaturas destes mananciais, que variam entre os 28°C e os 57°C, correspondem às fontes de águas tradicionalmente utilizadas nos balneários de Alhama de Granada, Alhama de Almería, Graena, Zújar e Alicún.

A respeito da sua localização, Alhama de Granada está situado no sudeste de sua província e está distante 58 Km da cidade de Granada (capital da província), 49 km do município costeiro de Torre do Mar (litoral Mediterrâneo pertencente à província de Málaga) e 79 km da cidade de Málaga (capital). Mais precisamente, trata-se de um município situado no coração de Andalucía e que historicamente teve origem a partir da presença de suas águas termais (consideradas oficialmente minero-medicinais e que nascem a 47°C), e também uma localização privilegiada em relação à proximidade das capitais de Málaga e Granada.

⁶³ Fonte: Associação Termalismo de Andalucía (2012). Disponível em: www.termalismodeandalucia.com (acessado em 12/09/2014).

⁶⁴ Fonte: Observatório Nacional do Termalismo e Desenvolvimento Rural da Espanha. Mais informações em: <http://www.observatoriotermalismo.org> (acessado em 22/11/2014).



Localização do município de Alhama de Granada (em vermelho) e da província de Granada (em verde).
 Fonte: Associação Termalismo de Andalucía (2012)

Este município, além de ser caracterizado pela sua riqueza hidro-termal, também se destaca pelo fato de fazer parte do conjunto de municípios pertencentes ao Parque Natural das Serras de Tejada, Almijara e Alhama (PNSTAA). Um Parque declarado oficialmente espaço protegido em setembro de 1999 e que possui uma superfície total de 40.663 hectares (Junta de Andalucía, 2011), sendo constituído por oito municípios da província de Málaga (Alcaucin, Canillas de Aceituno, Canillas de Albaida, Cómpeta, Frigiliana, Nerja, Salares, Sedella) e quatro da província de Granada (Alhama de Granada, Arenas del Rey, Jayena y Otívar).

Sobre sua superfície territorial, assim como a principal atividade econômica, Alhama de Granada é um município extenso (433,5 km²) que possui como principal setor econômico a atividade agro-ganadeira baseada, principalmente, na produção de olivares, cereais e na criação de ovelhas, cabras, porcos, aves e, em menor medida, cavalos. É um município que inclui vários pequenos núcleos populacionais (Buenavista, Pilas de Algaida e Ventas de Zafarraya), com um total de pouco mais de seis mil habitantes e uma densidade populacional baixa (14,35 hab/km²), estando

esta muito abaixo da média de sua província (Granada: 72,41 hab/km²) e sua comunidade autônoma (Andalucía: 96,83 hab/km²)⁶⁵.



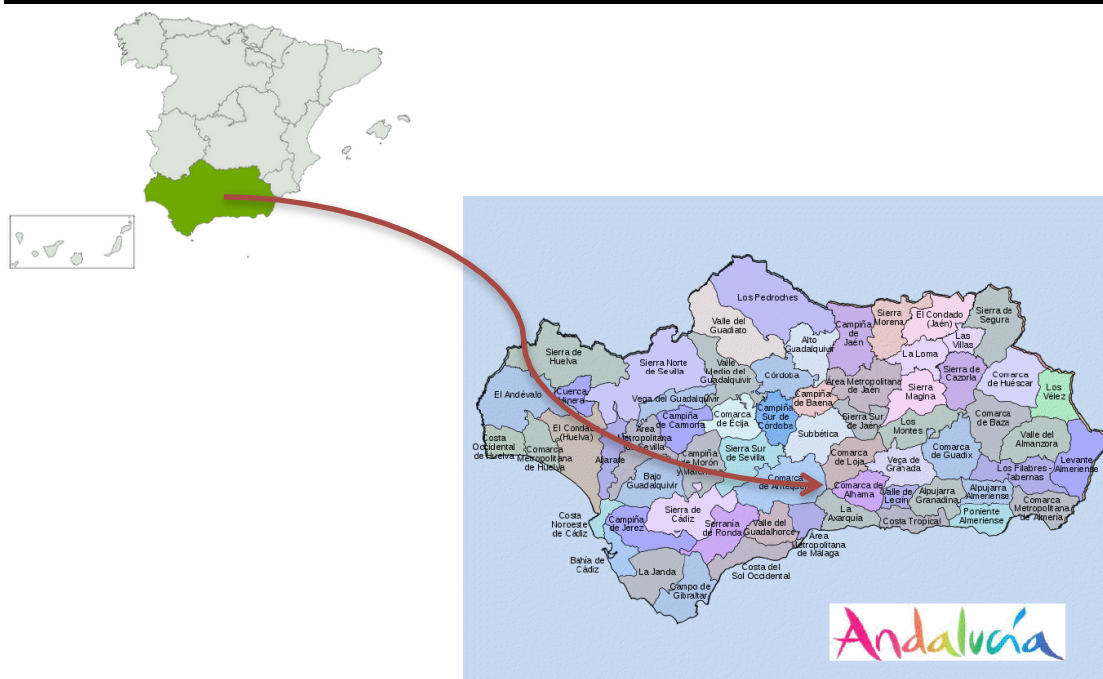
Município de Alhama de Grnaada (foto do autor, 2010)

O município dá nome também a uma comarca, a denominada *Comarca de Alhama*, que possui o setor agropecuário⁶⁶ como principal fonte econômica, sendo uma comarca que inclui municípios menores como é o caso de Arenas del Rey, Cacán, Santa Cruz do Comercio, Jayena e Zafarraya, além de ser caracterizada pela sua baixa densidade populacional se comparada com suas comarcas vizinhas⁶⁷.

⁶⁵ Fonte: Junta de Andalucía. *Sistema de Información Multiterritorial de Andalucía* (SIMA, 2012).

⁶⁶ Entendendo como setor “agropecuário” aquele relacionado com a atividade agrícola e com a criação animais como vacas, porcos e frangos e ovelhas.

⁶⁷ A nível demográfico encontramos na comarca de Alhama uma densidade populacional de 24,42 hab/km² (Junta de Andalucía, 2012), estando territorialmente situada com comarcas vizinhas de maior densidade populacional como é o caso de seu limite: ao norte com a comarca de Loja (com 50 hab/km²), ao noroeste com a comarca de Vega de Granada (394 hab/km²), a leste com a comarca de Valle de Lecrín (51 hab/km²), ao sudeste com Costa Tropical (161 hab/km²) e finalmente a oeste com a comarca malaguenha de Axarquía (197 hab/km²).



No ano de 1992 a comarca de Alhama começou a fazer parte do denominado *Consortio para el Desarrollo Turístico del Poniente Granadino*, convênio que ao longo dos anos foi se adaptando e fundamentando-se em projetos de iniciativa pública aplicados aos modelos de desenvolvimento rural, pautados fundamentalmente em iniciativas europeias como os programas LEADER, PRODER, FEDER, entre outros. A partir destas iniciativas – e outras iniciativas de desenvolvimento das comarcas de Alhama, Montes Ocidentais e da Vega de Loja – consolidou-se politicamente (e administrativamente) o *Territorio del Poniente Granadino*, formado por 16 municípios⁶⁹, com sede na cidade de Loja, sendo reconhecido como mais um território do “Grupo

⁶⁸ Fonte: Junta de Andalucía. *Consejería de Turismo, Comercio y Deporte* (2003).

⁶⁹ Os municípios que constituem o *Territorio del Poniente Granadino* são: Algarinejo, Alhama de Granada, Arenas del Rey, Cacin, Huetor-Tajar, Illora, Jayena, Loja, Moclín, Montefrío, Moraleda de Zafayona, Salar, Santa Cruz del Comercio, Villanueva Mesía, Zafarraya e Zagra. Estes municípios estão inseridos dentro das comarcas de Alhama, Montes Occidentales e Vega de Loja, com uma extensão total de 2.044 km² e aproximadamente um total de setenta e sete mil habitantes. Mais informações em Fernández et al. (2008).

de Desarrollo Rural de Andalucía” (GDR) com importante participação no desenvolvimento desta região⁷⁰.

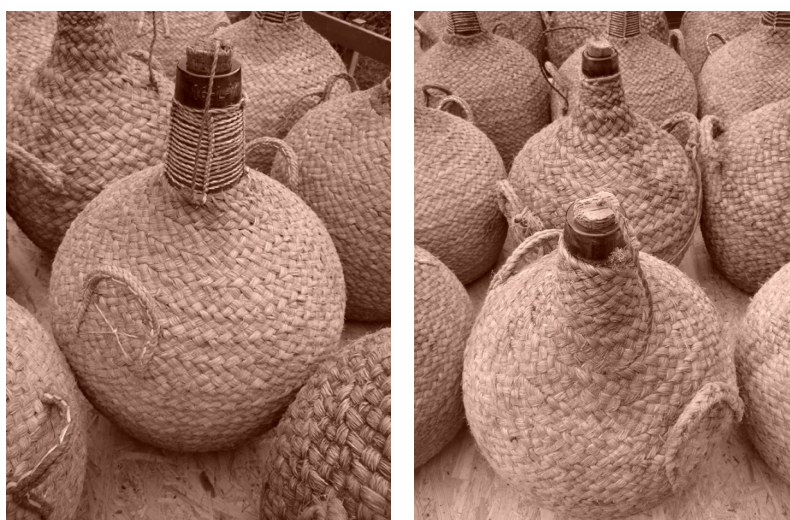
Como mencionado anteriormente, a atividade econômica principal de Alhama, assim como de toda sua comarca, segue sendo protagonizada pela produção e comercialização de produtos agrícolas e pecuários (setor primário)⁷¹. Contudo, o setor dos serviços, principalmente baseado na atividade turística, vem adquirindo cada vez maior relevo em relação à geração de novos postos de trabalho e novas iniciativas enfocadas no desenvolvimento econômico desta região (Ortigosa Moya, 2009; Sánchez et al., 2011). Uma região que, ademais de seus valiosos recursos hídricos⁷², conta também com importantes elementos culturais, patrimoniais e naturais, como é o caso de sua ampla extensão montanhosa, grande variedade de espécies vegetais, uma rica fauna e uma

⁷⁰ Entre os principais objetivos dos grupos de atuação regional reconhecidos como “Grupos de Desarrollo Rural” (GDR), podemos destacar as estratégias atuais de sensibilização e articulação das administrações locais, autonômicas, estaduais, além de instituições europeias que objetivam elevar o nível de aproveitamento dos recursos endógenos de diversas regiões de Andalucía.

⁷¹ Se por um lado a atividade agrícola da comarca de Alhama está baseada na produção e comercialização de produtos como azeite e cereais, por outro lado, o setor *ganadeiro* da comarca está constituído principalmente pela criação e comercialização de animais já referenciados neste capítulo (ovelhas, cabras, porcos, bois, aves e finalmente cavalos). A criação e comercialização destes animais têm um caráter extensivo e geralmente pautado em pequenas empresas familiares. Para mais informações sobre este assunto em: “*Asociación de Ganaderos Criadores de la raza ovina Lojeña del Poniente Granadino*”: “*Catálogo Oficial de Razas de Ganado de España (Anexo I del Real Decreto 2129/2008, de 26 de septiembre, por el que se establece el programa nacional de conservación, mejora y fomento de las razas ganaderas)*” e “*Resolución de 2 de junio de 2008 de la Dirección General de la Producción Agraria de la Consejería de Agricultura y Pesca*”. Disponível em: <http://www.acrol.es/web/index.php> (acessado em 27/10/2010).

⁷² Além dos mananciais de águas termais que nascem no município alhamenho, esta região conta também com um grande número de rios, estando grande quantidade deles localizados na região da Serra de Almijara, zona denominada “Zona de los Ríos”. Entre os rios mais importantes da comarca destacam-se o rio Cacin, o rio Alhama e o rio de Salar. Os três seguem uma trajetória SSE-NNE, em busca do rio Genil, onde desembocam. Os rios Cacin e Alhama vêm a unir-se nas proximidades do município de Moraleda de Zafayona, contribuindo para o aumento do fluxo de água deste primeiro, dada sua maior bacia hidrográfica receptora. Por outro lado, o rio de Salar aproveita as falhas da borda oriental da Serra Gorda para formar seu fluxo, com o que desvia seu curso superior da superfície que em princípio deveria chegar. Cabe ainda destacar o rio Alhama, rio importante que faz parte da bacia hidrográfica do Guadalquivir, sendo este rio o responsável por abastecer de água a irrigação de Vegas de Santa Cruz do Comercio e Buenavista, além da maior parte da irrigação de Alhama de Granada. Até a década de 1970 as águas do rio Alhama eram força motriz dos moinhos de farinha que estavam situados nas margens deste rio, muito próximo ao centro municipal, hoje estes moinhos estão abandonados e em estado de ruína. Além disto, no início dos anos de 1970 foi construída uma barragem no rio Alhama para aproveitar os excedentes da vazão de água produzida no inverno, levá-los, através de um túnel, a represa denominada “Pantano dos Bermejales”. Atualmente as margens do *Pantano dos Bermejales*, assim como as margens do rio Alhama, são espaços onde abundam as alamedas, muito visitadas por turistas e habitantes desta zona.

poderosa riqueza patrimonial, que chama a atenção de qualquer indivíduo interessado em buscar não só a existência de resquícios arqueológicos e elementos arquitetônicos (declarados como Bens de Interesse Cultural), como também, manifestações de caráter artesanal como o “*picapedra*” (trabalho artesanal realizado por artistas de Alhama com pedras obtidas diretamente do rio do município), os trabalhos de *esparto* (como forros de cadeiras e garrafas), a *alfareria* (como jarras, potes e cestas feitas com barro vermelho) e a fabricação de sabão artesanal, vinho (o famoso “*vino del terreno de Alhama*”) e queijos artesanais.



Trabalhos de *esparto* realizados por artesanos de Alhama de Granada
(foto do autor – trabalho de campo, 2010)

Ademais, é uma região que conta com diversas grutas, registradas como sendo de épocas Neolítica, além de ser um território que possui diversos objetos e resquícios arquitetônicos de culturas ancestrais como é o caso, por exemplo, das culturas romana⁷³ e árabe⁷⁴.

⁷³ Alhama esteve seu período sob domínio dos Romanos, e, concretamente, resquícios arqueológicos como aqueles localizados no local denominado “Cerro del Castillo”, nas proximidades do balneário, além da necrópoles romana (conhecida como “Villares de Dona”), evidenciam a influência da civilização romana nesta região da província de Granada. Outro dado importante é evidenciado pelos escritores Antonio María Espelho Raya, Antonio López e José Cabezas de Toledo e Muñoz (1845), colaboradores na elaboração do prestigiado Dicionário Geográfico de Madoz (Tomo I). Segundo esses autores, na região dos banhos termais de Alhama se encontraram no século XIX muitos vestígios da população romana, destacando várias moedas (algumas de cobre, chamados de “junuarias”) e uma vasilha de barro com alça como cesta.

⁷⁴ Posterior às ocupações dos romanos e visigodos, Alhama esteve sob o domínio dos Árabes, sendo estabelecida na denominada “Cora de Rayya” (demarcação muçulmana correspondente a capital de Málaga. Alhama de Granada sob

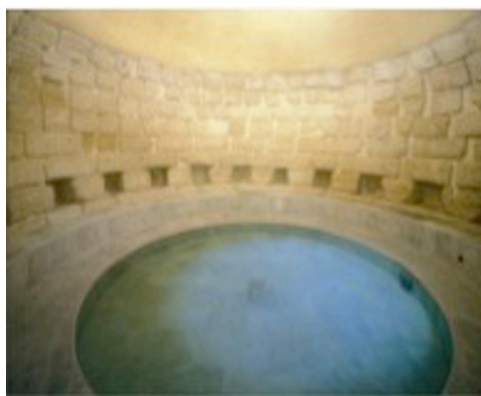


Foto da esquerda: banhos árabes de Alhama de Granada (arquitetura original). Foto do autor – trabalho de campo, 2010.

Foto da direita: banhos romanos (arquitetura remodelada a partir do desenho original deixado pelos romanos que habitaram Alhama de Granada).

Fotografia cedida por Juan Carlos Arcos Sánchez (2010).

Da mesma maneira, é uma região que conta com uma rica gastronomia constituída por pratos tipos como é o caso da “*potaje de garbanzos*” (caldo de grão de bico), “*ensaladilla de naranja*” (batata cozida com maionese, cenoura e laranja), “*chuletones a la brasa*”, além de uma ampla variedade de doces como churros e aqueles feitos, especialmente, pelas monjas do Convento de San Diego (localizado próximo ao centro histórico do município alhamenho).

Outrossim, entre as manifestações de caráter tradicional-folclórico que complementam o atrativo de Alhama, merece destaque o Carnaval desta comunidade. Sendo este, indiscutivelmente, o evento que reúne maior número de visitantes anualmente, sobretudo, durante o chamado *Domingo de Piñata* (domingo posterior a quarta-feira de cinzas), declarado como “Dia de Interesse Turístico em Andalucía”, no qual desfilam pelas ruas pessoas disfarçadas que cantam músicas que relatam os fatos mais curiosos do ano, além das piadas sobre a vida cotidiana do município e sua comarca.

o domínio dos árabes, seguiu sendo um território de grande importância, sendo que, com o passar dos anos os árabes substituíram o nome *Artigi* por Alhama (designação do castelhano que transcreve a denominação árabe "Al Hammam", "o banho"), com que foi chamado o lugar desde a época Andalusí, sendo considerado uma das “joias” do reino Nazari (Retamero, 2003).



Carnaval de Alhama de Granada (Foto do autor, 2011)

De maneira resumida, na tabela seguinte podemos observar alguns dos atrativos principais de Alhama de Granada.

Categorias	Valores	Recursos
I. Recursos naturais e paisagísticos	Principal atrativo e responsável pela existência de grande parte do turismo de Alhama de Granada e sua comarca.	Águas termais. Presença de um imponente <i>Grand-Canon (Tajos)</i> e do Parque Natural das Serras de Alhama, Almijara e Tejeda. Existência de uma grande represa chamada <i>Pantano de los Bermejales</i> . Vegetação destacada com presença de <i>Encinas, Alcornoces e Robles</i> . Fauna com presença de cabras Montes, cervos, zorros, coelhos, lebres e aves de grande interesse tais como a <i>Águia Real</i> e <i>Cernicalo-Primilla, Lechuza-Común, Buho Relá, Mochuelo Común</i> e <i>cabras Montes</i> .
II. Recursos históricos, monumentais, etnológicos e artísticos	Alto valor atrativo. Apesar de ainda pouco explorados frente seu enorme potencial turístico.	Balneário com resquícios das culturas romana e árabe. Presença de covas destacadas tais como a <i>Cueva de la Mujer</i> e a <i>Cueva del Agua</i> . Existência de uma ponte construída pelos romanos que habitaram a zona. A nível histórico-arquitetônico destacam-se: <i>El Posito, El Hospital de la Reina, Casa de la Inquisición, La Mazmorra</i> e as ruínas de um pequeno Castelo Árabe. Entre as torres históricas, destaca-se a <i>Torresolana</i> (próxima ao balneário). Entre as paróquias e igrejas históricas, destacam-se: <i>Iglesia de las Angustias, Paroquia da Encarnación, Ermita de los Remedios</i> e <i>Iglesia del Carmen</i> .

III. Recursos artesanais e gastronômicos	Seu valor atrativo é alto porém ainda pouco explorado. No entanto, especialmente a gastronomia é um recurso atualmente responsável por fortalecer a economia local.	Entre o artesanato, merece ressaltar: <i>El Picapiedra, Alfareria, el Esparto</i> . Entre as bebidas, <i>el vino del terreno</i> . Sobre o artesanato, algumas mulheres de Alhama produzem <i>crochet, bordados en tul</i> , colchas, cortinas, lenços, etc. Sobre a gastronomia, alguns dos pratos típicos são: a <i>Olla Jameña, ensaladilla de naranja, morrete, guiso de papas</i> e o <i>cocido de garbanzos (com morcilla, coillo, calabaza e batata)</i> . Entre os doces, estão: os churros (especialmente aqueles feitos pelo alhamenho Valenzuela Moya), suspiros, <i>borrachuelos, pestiños, mostachones</i> (em especial aqueles produzidos pelas Monjas do Convento de San Diego de Alhama de Granada). Sobre as sopas quentes, destacam-se: sopa <i>maimones, sobrehúsa, almoronía</i> e <i>cachorreños</i> .
IV. Folclore, festas e acontecimentos organizados pela prefeitura local ou pela sociedade civil organizada	Seu valor atrativo é baixo, com exceção do carnaval de Alhama. Entretanto, existe um interesse político para investir nesta categoria de recursos.	Em primeiro lugar, merece destaque o Carnaval de Alhama (festa mais popular e conhecida do município). Além disso, também destacam-se: <i>la Fiesta de la Matanza, la Candelaria, La Romeria, El Festival de la Canción, la Fiesta de San Juan</i> , a procissão de <i>Virgen de las Angustias</i> . E, também, duas Ferias anuais (junho e setembro) organizadas pela prefeitura.

Fonte: elaboração própria (esquema adaptado de Brenner, 2002).

Por outra parte, a nível religioso, o seguimento maioritário é de origem católica, o que explica o prestígio de festas locais tais como a Semana Santa e “el día de la Candelaria” (fruto de uma procissão realizada entre o Convento de San Diego e a Igreja da *Encarnación* de Alhama de Granada, sempre no dia dois de fevereiro).

Sobre o número de imigrantes no município, destacam-se uma maioria de nacionalidade marroquina, seguidos dos equatorianos e bolivianos, estando a média de idade, principalmente, compreendida entre os 26 e 35 anos, sendo a maioria constituída de homens que buscam emprego no setor agrícola de Alhama de Granada e sua comarca⁷⁵.

Sobre a titularidade da terra no município alhamenho e sua comarca, como afirmam os pesquisadores Rodríguez e Peña (1997: 666), a propriedade deste recurso – como é frequente em

⁷⁵ Fonte: Junta de Andalucía. *Sistema de Información Multiterritorial de Andalucía* (SIMA, 2012) e Sánchez et al. (2011).

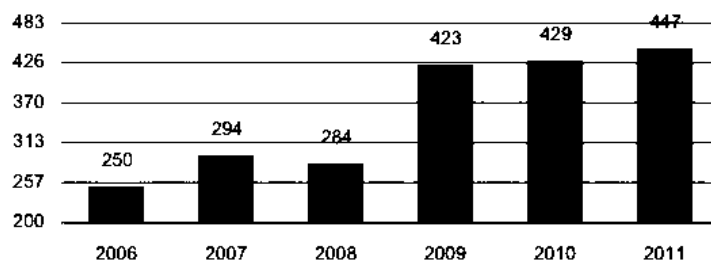
comunidades autônomas como Andalucía – segue estando presente nas mãos de um pequeno número de indivíduos⁷⁶. Apesar disso, um grande número de habitantes possui título de propriedade de pequenas parcelas utilizadas, principalmente, para a plantação de oliveiras, amêndoas e em menor medida, girassol.

Por outro lado, em relação ao número de desempregados em Alhama de Granada, a taxa média calculada pelo *Ministerio Español de Empleo y Seguridad Social* (2012) segue aumentando (ver quadro abaixo), sobretudo, a partir do ano de 2009, período que se intensificou a crise econômica que afetou setores agrícolas importantes como foi o caso Alhama e sua comarca.

Dados publicados pelo *Ministerio Español de Empleo y Seguridad Social* no dia 31 de março de 2012:

	Municipio	Provincia	España
Población de 15 a 64 (1/1/2011)	4.146	629.983	32.082.758
(Pob 15-64) / (Pob total) X 100	67,0 %	68,1 %	68,0 %
Afiliados a la S. Social (31/12/2011)	..	306.185	17.111.792
(Afiliados SS) / (Pob 15-64) x 100	.. %	48,6 %	53,3 %
Paro registrado (31/3/2011)	447	93.713	4.333.669
(Paro reg) / (Pob 15-64) X 100	10,8 %	14,9 %	13,5 %

PARO REGISTRADO A 31 DE MARZO



Fonte: SEPE – Ministerio de Empleo y Seguridad Social de España. (adaptado da ficha municipal organizada pelos Bancos Caja-España & Caja Duero, 2012).

Finalmente, a título associativo, através de nosso trabalho de campo realizado, foi possível observar que existem, aproximadamente, vinte e seis associações presentes nesta população. O

⁷⁶ Em outras palavras, segundo Rodríguez e Peña (1997: 666), “a disposição da exploração da terra em Andalucía se caracteriza por ter uma estrutura dualista, coexistindo um profundo minifúndio junto a uma forte propriedade da terra, da qual se deriva o caráter latifundiário de Andalucía”.

quadro seguinte (que mostra a distribuição das associações por áreas de atuação) é revelador no sentido de mostrar a diversidade setorial abarcada pelo tecido associativo local, nomeadamente: o esportivo, empresarial, recreativo, social, educacional, fins ambientais e religiosos.

Tabela das associações presentes no município de Alhama de Granada e região:

Denominação	Âmbito principal	Nível de atuação
Associação de mulheres de Alhama de Granada	Estimular a participação social da mulher, prestar um serviço de informação e assessoramento.	Local
Associação de Voluntariado <i>El Quejido</i>	Desenvolver atividades de educação e preservação dos recursos naturais de Alhama de Granada e sua comarca	Local e comarcal
Associação de empresários e comerciantes da comarca de Alhama (ACECAT)	Promover o desenvolvimento económico entre os coletivos de empresários e comerciantes	Local e comarcal
Associação de hoteleiros e iniciativas turísticas	Desenvolver o setor turístico	Local e provincial
Associação “Los Ríos” de defesa sanitária de Alhama	Defender os interesses do setor ganadeiro da comarca de Alhama e sua gestão a nível sanitário dos rebanhos	Local e provincial
Associação de amigos do carnaval de Alhama	promover diversas atividades relacionadas com a organização e divulgação do carnaval de Alhama	Local
Associação Termalismo de Andalucía	Promover políticas de desenvolvimento e atuar em âmbitos do setor turístico vinculado ao termalismo	Local e autonómico (em toda Andalucía)
Associação de doadores de sangue	Promover a participação da cidadania alhamenha durante as campanhas de doação de sangue	Local e provincial
Associação de pais dos alunos do colégio Cervantes	Promover ações conjuntas para a melhoria do ensino e da educação do município	Local
AMPA – Associação de pais do colégio <i>Conde de Tendilla</i>	Desenvolver associações voltadas à melhoria do ensino em Alhama de Granada	Local
Clube esportivo Poliesportivo de Alhama 2000	Fomentar o esporte no município	Local
Clube esportivo de <i>Senderistas de Alhama</i>	Promover à prática de excursões e caminhadas em zonas naturais do município e província	Local e comarcal
Clube esportivo <i>Motoaventura de Alhama</i>	Promover o uso responsável do ciclomoteres, motocicletas e práticas esportivas de motor	Local
Clube esportivo da sociedade de pescadores de Alhama de Granada	Promover e auxiliar na prática da pesca e conservação dos rios da comarca de Alhama	Local e comarcal
Clube esportivo de caçadores da comarca de Alhama	Promover o incentivo, organização e gestão da caça na comarca de Alhama	Local e comarca
Clube esportivo de ciclistas de Alhama	Incentivar e promover a prática do ciclismo no município alhamenho	Local
Associação e escola de música de Alhama de Granada	Fomentar a aprendizagem musical no município	Local

Associação da terceira idade de Alhama	Promover a participação da terceira idade na vida social alhamenha, ademais da promoção de atividades próprias desse coletivo	Local
Associação Centro de pessoas incapacidades da Mancomunidade de Alhama	Desenvolver e apoiar a maior integração desse coletivo na sociedade	Local e comarcal
Plataforma de defesa da água termal de Alhama de Granada	Defesa e reivindicação da titularidade comunal da água termal e também de um desenvolvimento mais sustentável do município	Local
Associação Paroquial de <i>la Encarnación</i>	Organizar atividades e promover ações de causas sociais no município	Local
Associação de produtores de azeite de oliva Ponente de Granada	Acessoriamente e promoção do azeite de oliva produzido em Alhama e sua região	Local e comarcal
Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Ponente Granadino	Apoiar e promover o desenvolvimento sustentável dos municípios das comarcas de Alhama, Montes Ocidentais e Vega de Loja	Local e regional
Associação vinícola alhamenha Serra Tejada	Promover a produção de vinho em Alhama e comarca	Local e regional
Associação Sociedade Los Tajos	Promover a produção de azeite de oliva	Local e comarcal
Associação profissionais de produção ecológica de Andalucía	Promover a produção de produtos ecológicos	Local e autonômica

Fonte: elaboração própria.

Uma outra evidência que sobressai tem a ver com o fato da maioria das associações ter uma vocação de caráter plural, na medida em que abarca mais do que uma única área de intervenção. Deste modo, é possível constatar a característica plurifacetada das coletividades locais, em especial os âmbitos de ação relacionados com as causas esportivas, recreativas, empresariais e sociais⁷⁷.

Contudo, em termos de antiguidade, a data de fundação das associações é variável, sendo que, destas, mais da metade são relativamente recentes por terem sido fundadas nos últimos trinta anos. Isto, considerando que esta característica está em sintonia com o aumento da participação social

⁷⁷ Por outro lado, é importante ressaltar que destas vinte e seis associações presentes em Alhama de Granada, duas estão diretamente vinculadas ao nosso objeto de estudo. Assim, merece destaque particular à Associação Termalismo de Andalucía e à Plataforma em Defesa pela Água Termal de Alhama. Instituições, sem fins lucrativos, e que contemplam, respectivamente, entre outros objetivos: desenvolver o setor termal em Alhama e Andalucía e, por outra parte, defender e reivindicar a titularidade comunal da água termal presente neste município (além de outros interesses que abordaremos com detalhes no capítulo sete deste trabalho).

derivada do abrandamento da pressão política e social que Espanha esteve submergida durante o regime ditatorial de Francisco Franco (falecido no dia 20 de novembro de 1975).

Por outra parte, agora já entrando na descrição do contexto político do território estudado, podemos observar que Alhama de Granada, como os demais municípios espanhóis, possui uma administração política constituída por meio de um conselho baseado em uma gestão democrática cujos membros são eleitos a cada quatro anos por sufrágio universal.

O recenseamento eleitoral é composto por todos os residentes registrados no município com mais de dezoito anos de idade, de nacionalidade espanhola ou de outro país da União Europeia.

Nos termos da Lei sobre as eleições municipais de 1995 – que define o número de vereadores elegíveis de acordo com a população local – a Corporação Municipal desta localidade é composta por um total de treze vereadores e um prefeito.

No entanto, cabe dizer que desde a restauração do sistema democrático no país (1979), o Partido Socialista Obreiro Espanhol (PSOE) vem tendo o maior peso político da Câmara Municipal desta população. Além disto, ao longo das décadas pós-ditadura Franquista, a influência, sobretudo, da força “colonizadora” do PSOE abarcou não somente o município de Alhama de Granada, como também da maioria dos municípios de sua comarca e também de Andalucía.

Porém, esta dinâmica da política local, referida antes, e que esteve presente em Alhama desde 1983, resistiu até as eleições de 2011, momento que o PSOE perdeu as eleições para o Partido Popular (PP). Este último (Partido Popular) nas eleições de 2011 alcançou uma representação de maioria absoluta, ou seja, oito vereadores eleitos frente a quatro do PSOE e um do Partido *Izquierda Unida* (IU - “Esquerda Unida”). Sendo que, nas eleições de 2015, o Partido Popular seguiu ganhando com um total de sete vereadores eleitos contra cinco do PSOE (e um do Partido *Izquierda Unida*)⁷⁸.

⁷⁸ Resultado muito diferente de outras eleições recentes como foi o caso, por exemplo, daquela realizadas no ano de 2003 (com a eleição de 7 vereadores do PSOE frente 5 do PP, e 1 da IU) ou das de 2007 (com a vitória de 8

Em resumo, nesta conjuntura política, o que podemos observar foi a queda de uma linha marcada pelo continuísmo de lideranças que, em grande medida, se auto-definiram como os “donos do poder” da municipalidade de Alhama. Em outras palavras, tratou-se, durante muitos anos de uma cultura política local que cumpria o papel conservador e defensivo dirigido a manter as assimetrias e os relacionamentos de caráter de esquerda muito presente no quadro político da Comunidade Autónoma de Andalucía. Uma Comunidade na qual os governantes desde muitos anos ocupam um espaço importante no processo de formulação de políticas públicas em seus governos, possuindo, desta maneira, capacidades de eleger e cooptar uma substancial base parlamentar de apoio, tanto a nível local quanto regional.

Entretanto, voltado à descrição de alguns dos principais problemas de ordem social, cultural, econômica e ambiental de Alhama – e também de sua comarca – encontramos um cenário caracterizado por elementos destacados tais como a falta de depuração de suas águas negras (estações de tratamento de esgoto urbano)⁷⁹, além de problemas a nível cultural (perda de seu rico patrimônio imaterial relacionado com diversas formas de sociabilidade e trabalho), econômico (diminuição da rentabilidade econômica oriunda do sector agro-ganadeiro) e social (manutenção de altos índices de envelhecimento demográfico, carência de iniciativas empresariais e capacitação profissional, escassa competitividade produtiva e, finalmente, altas taxas de desemprego). Características suficientes para que muitos jovens, frente a falta de oportunidades, se encontrem praticamente obrigados a abandonarem seu município de origem em busca de melhores condições de trabalho, contribuindo deste modo, a um acentuado decrescimento vegetativo. Por exemplo, a respeito do caso específico do município de Alhama de Granada, podemos constatar que a população entre os anos de 1970 e 2014 diminuiu respectivamente de 7.927 habitantes para 6.191 habitantes, o que representa uma perda de 1.736 moradores. Apesar de que no início dos anos de

vereadores do PSOE frente 4 do PP, e continuadamente 1 vereador eleito da IU).

⁷⁹ Para aprofundar o conhecimento sobre a problemática atual da depuração das águas negras de Alhama de Granada e outros municípios termais da Comunidade Autónoma de Andalucía, ver Chacón, P. (2012).

1970 foram iniciados alguns processos de reestruturação econômica e de desenvolvimento local que buscavam frear esta emigração da população, não foi até o final do século XX que o nível da população de Alhama – e também dos demais municípios de sua comarca – passaram a se manter sem grandes variações (Sánchez et. al, 2011).

No total, a comarca de Alhama passou por um processo de perda população estabelecido através de cifras que variam entre 21.092 habitantes em 1940, 17.957 habitantes em 1970 e um total de 12.679 habitantes em 2010 (Ferrer, 1987; Sánchez et. al, 2011). Em outras palavras, encontramos assim uma comarca que viveu uma perda significativa de sua população, principalmente, por motivos relacionados à impossibilidade de manutenção de uma economia agrária de caráter tradicional, sobretudo, baseada em pequenas empresas familiares e carentes de modernização tecnológica e comercialização de suas produções⁸⁰.

No entanto, ainda em relação a emigração da população da comarca de Alhama, podemos observar que este fenômeno foi mais significativo nas populações menores (Cacin e Santa Cruz do Comércio), municípios que perderam quase a metade de sua população entre os anos de 1950 e a primeira década do século XXI. Por outra parte, municípios como Arenas del Rey e Zafarraya tiveram sua população reduzida como mencionamos antes a 20 e 30%, e no caso de Alhama sua população foi reduzida em torno a 22% entre 1970 e 2014. Cifras que indicam a persistência de problemas socioeconômicos no município alhamenho e sua comarca. Sánchez et al. (2011: 37) referenciou esta redução populacional da comarca de Alhama afirmando que “a emigração dos anos sessenta supõe um sério problema para o desenvolvimento atual desta zona. O mais grave é que os jovens da comarca seguem emigrando a outras regiões do país. O problema é importante porque se perdem habitantes com boa formação e qualificação profissional, enquanto a imigração recebida na região carece destas qualidades”.

⁸⁰ Para uma revisão detalhada sobre os principais motivos relacionados ao processo de emigração da população de Alhama e sua comarca, consultar Gutiérrez-Arenas, J. (2012).

Por outro lado, novamente sobre o setor agropecuário de Alhama de Granada e sua comarca, podemos observar que, entre os principais obstáculos enfrentados por este setor estão presentes fatores importantes, tais como, a baixa escala competitiva da criação e comercialização de animais, a existência de uma cultura de subsídio muito arraigada, limitações frente a produção agropecuária de caráter ecológico (sem utilização de produtos químicos artificiais e com o máximo cuidado e respeito com o meio ambiente), reduzida iniciativa empresarial, baixos níveis de aplicação de tecnologia, atraso no que seria a comercialização dos produtos do setor primário. Segundo as palavras da Secretária de Agricultura, Meio Ambiente e Educação, entrevistada na prefeitura de Alhama de Granada em 2012:

“Aquí en Alhama estamos preparados para producir, pero no lo estamos para comercializar... todavía no estamos nosotros en esta etapa. Entonces, ese es el empujoncito que nos faltaría: la comercialización. Si tenemos todo en nuestra mano.. los campos.. y luego, somos capaces de nosotros mismos comercializar. Podemos exportar mucho, sobre todo, a partir de la agricultura y ganadería ecológica, porque hay mucha demanda. Hay muchísima demanda: Alemania, Francia, Inglaterra.. mucha demanda. Pero todavía nos falta. Nos falta un empujoncito para ser capaces de comercializar y exportar”.

Ainda sobre este setor produtivo, cabe aludir que nos últimos cinco anos mais de um terço da população da comarca de Alhama em situação laboral ativa estava dedicada à atividades de caráter agrário, sendo esta atividade um dos principais pilares de fonte de geração de salários e de emprego do município alhamenho e dos demais municípios da comarca.

Tabela relacionada a população em situação laboral ativa dos municípios da comarca de Alhama (separados por setores econômicos):

Setor económico	Alhama de Granada	Arenas del Rey	Cacín	Jayena	Sta Cruz Comercio	Zafarraya	Média
Agricultura	40,6%	58,4%	24,6%	34,2%	29,4%	77,4%	50,5%
Serviços	24,7%	11,8%	31,8%	17,5%	27,4%	11,7%	19,5%

Comercio, restauração e setor de hotelaria	11,7%	15,3%	16,4%	16,3%	14,7%	6,3%	11,6%
Construção	10,2%	12%	18,2%	30,8%	21,6%	2,7%	10,8%
Indústrias manufatureiras	0,4%	0,2%	0,9%	0%	0%	0%	0,2%
Indústria extrativas	0,1%	0,2%	0%	0%	0%	0%	0,1%

Fonte: Sánchez et al. (2011: 47).

Na tabela anterior é possível observar que o município de Zafarraya, com um total de 77,4% destaca-se, em relação aos demais municípios, com uma taxa muito acima de produção agrícola. Isto é justificado devido ao grande auge dos cultivos de verduras e sua rentabilidade, unido as suas grandes parcelas de terras. Também este dado se repete, em uma menor escala, no caso de Arenas del Rey e Alhama de Granada, por sua maior extensão agrária de uso útil. Ou seja, em relação ao número de hectares por município com a consideração da superfície agrária útil, o município de Alhama de Granada conta com 22.612 Has de uso agrícola, enquanto Arenas del Rey 4.088 Has, Cacán 1.808 Has, Jayena 2.725 Has, Santa Cruz del Comercio 992 Has e Zafarraya 5.948 Has, e a comarca de Alhama um total de 38.173 Has⁸¹.

Já em relação ao setor secundário de Alhama e sua comarca, podemos observar que se trata de um setor praticamente incipiente, devido, sobretudo, ao desenvolvimento das vias de comunicação estabelecidas a partir de políticas que, principalmente na década de 1990, priorizaram a conexão mais rápida e cômoda entre áreas metropolitanas (como foi o caso das capitais de Granada e Málaga) e também com o litoral, em detrimento à prioridade voltada a municípios menores – com maiores dificuldades de comunicação – como foi o caso de Alhama de Granada e demais municípios de sua comarca⁸². Deste modo, a atividade industrial do município alhamenho e sua

⁸¹ Fonte: Junta de Andalucía. *Sistema de Información Multiterritorial de Andalucía* (SIMA, 2012).

⁸² Sobre este assunto convém ressaltar novamente que Alhama de Granada possui uma privilegiada localização geográfica, isto é, trata-se de um município próximo ao mar Mediterrâneo, além de estar praticamente no meio do trajeto das cidades de Málaga e Granada. Sendo que, apesar disso, a infraestrutura de comunicação presente nesta população segue sendo escassa e com graves problemas de conservação. O anterior, faz com que siga existindo um

comarca é caracterizada pelo fato de ser muito reduzida, além do fato de possuir uma estrutura empresarial de caráter familiar constituída de um baixo nível tecnológico. Entre as indústrias que desenvolvem algum tipo de atividade em Alhama de Granada, encontramos (segundo o registro no *Ministerio Español de Empleo y Seguridad Social. Tesorería General de la Seguridad Social, 2007*), quinze indústrias manufatureiras, uma de produção e distribuição de energia elétrica e água e quarenta e sete no ramo da construção. Sendo que, dessas últimas (setor da construção), seu número diminuiu significativamente a partir de 2008, consequência da crise econômica que afetou Europa e muitos outros países do mundo. Isto é, podemos dizer que o setor da construção esteve absorvendo durante muitos anos uma grande quantidade de mão de obra jovem (não qualificada) que, infelizmente, abandonaram os estudos muito cedo e, desta forma, contribuindo para as baixas taxas de formação e qualificação dos habitantes desta região. Este contexto de evasão escolar da população mais jovem⁸³, sem dúvida tem uma forte relação com os anos de maior crescimento da economia espanhola vinculado com a especulação urbanística que esteve durante muitos anos presente em comunidades autônomas como é o caso de Andalucía. Em outras palavras, desde os anos de 1990 o setor da construção viveu anos de expansão, anos nos quais foram criadas muitas pequenas empresas tanto no município de Alhama de Granada como nos demais municípios de sua comarca. Desta maneira, durante os anos de maior crescimento, baseado sobretudo em perspectivas criadas a partir de um “hipotético urbanismo sustentável” das comarcas de Alhama,

problema relacionado ao seu processo de desenvolvimento local e regional. Neste sentido, é importante lembrar que, por exemplo, uma melhoria das estradas, ou inclusive a instalação de outros meios de transporte como trens (tipo de transporte que nunca chegou até Alhama), seria uma grande oportunidade para uma maior desenvolvimento deste território. Isto, significaria, ademais, evocar-nos ao passado de muitos municípios termais europeus onde viram-se amplamente favorecidos por meio da melhoria das vias de comunicação que, principalmente, após a Revolução Industrial progrediram em enorme medida no sentido de possibilitarem à mobilidade de *banhistas* rumo aos estabelecimentos termais. Em outras palavras, podemos neste caso recordar que no auge do termalismo europeu (século XIX e início do XX), o progresso dos meios de transportes (especialmente dos trens) foi uma preocupação constante das autoridades dos municípios termais, assim como dos responsáveis pelos balneários. Tratou-se, portanto, de um fator decisivo no processo de desenvolvimento destas populações. Sobre este assunto, algumas referências podem ser encontradas nos artigos publicados por Monserrat Zapater (1995) e Carlos Larrinaga (2010).

⁸³ Para aprofundar sobre os indicadores educativos de Alhama e sua comarca, além de dados relacionados com a oferta de formação e novas formas de emprego, ver Sánchez et al. (2011: 77-89).

Axarquía e da Costa Tropical, as empresas de construção se mantiveram, porém, nos últimos anos sofreram uma grave crise por motivos variados e relacionados, principalmente, a fatores vinculados à “bolha imobiliária na Espanha”. Esta “bolha” atuou de forma a levar ao fechando das portas de diversas empresas em Alhama e sua comarca, levando assim parte importante da população ao desemprego. Além disto, partindo de outra perspectiva de análise, esta “bolha imobiliária” repercutiu como um freio da ameaça da especulação urbanística apoiada, no caso por exemplo de Alhama de Granada, em grandes convênios urbanísticos baseados na construção de segundas residências (para europeus oriundos, sobretudo, de países como Inglaterra e Alemanha) e grandes estruturas turísticas (hotéis de luxo, campos de golf, etc...) ⁸⁴. Ainda sobre esta questão, é importante mencionar que o modelo imobiliário espanhol, ao inflar a recente “bolha especulativa” do solo, gerou endividamentos e desequilíbrios que levaram a economia espanhola a uma profunda crise, quando falhou a liquidez internacional tão inusualmente barata e abundante que vinha alimentando. Segundo Naredo (2010) “a bolha imobiliária acelerou de forma significativa o pulso da conjuntura econômica recente (e o *déficit* e o endividamento exterior) da Espanha, um país que chegou a ser líder do auge imobiliário da Europa, também sendo o risco imobiliário em todas as suas dimensões (endividamento hipotecário com relação a renda disponível, exposição do sistema financeiro)”.

Finalmente, em relação ao setor terciário de Alhama e sua comarca, cabe ressaltar que segundo afirmam Gutiérrez-Arenas (2012) e Sánchez et al. (2011), até os anos de 1950, Alhama de Granada e sua comarca podiam ser consideradas como um grande centro, tanto comercial como de prestação de serviços diversos. Entretanto, devido a diversas razões, entre elas a emigração em massa e a mecanização do trabalho agrícola, alguns dos muitos serviços presentes desapareceram ao diminuir o número de habitantes deste território. Desta maneira, nos dias atuais o setor dos

⁸⁴ Sobre os convênios urbanísticos aplicados ao caso de Alhama e sua comarca, voltaremos a abordá-los, dada sua importância, no capítulo sete deste estudo.

serviços ocupa o segundo lugar em importância em todos os municípios da comarca, com exceção a Arenas del Rey (que segue predominando seu setor fundamentalmente agrícola). Assim, Alhama e sua comarca seguem ainda como um território onde a agricultura mantém sua importância econômica, sendo o turismo uma atividade recente e ainda pouco desenvolvida apesar do seu enorme potencial. Deste modo, dada a importância de examinar a atividade turística de Alhama e sua comarca, decidimos dedicar um tópico próprio ao assunto, sendo este o tema que abordaremos a continuação.

5.2. Breve contextualização do turismo em Alhama e sua comarca

No tópico anterior contextualizamos a situação geográfica e socioeconômica de Alhama de Granada e sua comarca. Estivemos também indicando alguns dos principais problemas – a nível social, econômico e ambiental – desta região granadina. Contudo, a partir de agora, dedicaremos nossa atenção à transcendência dos principais elementos que giram em torno do turismo no município alhamenho e sua comarca.

Em primeiro lugar, destacamos o fato de que esta região estudada possui, maioritariamente, empresas turísticas de “caráter familiar” (com um pequeno número de pessoas empregadas. Em geral, organizadas entre pais, filhos, sobrinhos, netos...). Por outra parte, persiste a existência de uma limitada integração entre donos de pensões, *hostais*, restaurantes, bares e lojas.

A outro nível, o número de oferta de alojamento segue sendo reduzido (um total de 527 camas disponíveis)⁸⁵, apesar do grande número de recursos que podem ser explorados turisticamente, aproveitando, por exemplo, os recursos naturais para a prática de esportes de aventura, observação de aves, escalada e, não deixando de citar, a prática do termalismo (assunto que será tratado com detalhes no próximo tópico deste capítulo).

⁸⁵ Fonte: Junta de Andalucía. *Sistema de Información Multiterritorial de Andalucía* (SIMA, 2012).

Em segundo lugar, podemos observar que Alhama de Granada e demais municípios de sua comarca estiveram ausentes de importantes estudos e programas de inovação relacionados com o desenvolvimento turístico de Andalucía. Neste caso, aludimos à sua ausência durante a elaboração do “Programa de Desenvolvimento Integrado do Turismo Rural” (PRODINTUR) em 1987. Programa que foi uma das primeiras referências de planificação turística de âmbito autonômico de Andalucía (estando direcionado para o segmento do turismo rural e centrado, basicamente, em sete comarcas andaluzas: *Sierra de Huelva, Sierra Norte de Sevilla, Sierra de Grazalema, Sierras Subbéticas, La Axarquía, Sierra de Cazorla e Alpujarras*)⁸⁶.

A isso se soma também o fato que os municípios da comarca de Alhama não participaram no ano de 1993 do “Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo de Andalucía”, onde foi impulsionado a elaboração de um diagnóstico sobre a atividade turística em Andalucía e suas estratégias, encaminhadas para a qualificação e atuação do setor frente novas tendências do setor. Constituindo desta maneira uma peça importante sobre o desenvolvimento da política turística posterior.

Além disso, a comarca de Alhama esteve praticamente desvinculada do destacado “Plano de desenvolvimento de um sistema turístico sustentável e competitivo no espaço rural andaluz” (SENDA) elaborado em 1999 e cuja aplicação foi iniciada em 2000, teve por objetivo principal a ordenação e planificação integral do turismo rural em Andalucía, atrás do rápido crescimento experimentado nos últimos anos. Podendo destacar-se a sua importância relacionada aos aspectos territoriais e paisagísticos, a partir da consideração segundo a qual esta tipologia está superando Andalucía como caráter emergente, entrando em uma via de clara consolidação em espaços e períodos concretos.

E, finalmente, em terceiro lugar, encontramos uma região carente de formação profissional

⁸⁶ Para uma revisão sobre as magnitudes gerais e estratégias de planificação do turismo em Andalucía, consultar Tabales e Pavón (1999).

voltada para a atividade turística, pilar importante para o desenvolvimento dessa atividade. Sobre este assunto, que inclui diferentes competências e distintos atores sociais, podemos observar que não existe uma visão empresarial e política de acordo com as demandas atuais, que tenham interesse em investir em uma maior formação turística capaz de integrar a população local (jovens, mulheres, membros das associações locais, entre outros) à estrutura econômica presente no território. Portanto, a título de exemplo, somente no ano de 2007 Alhama de Granada passou a possuir sua própria Agenda 21, sendo o primeiro município de sua comarca a possuir este tipo de documento. Com este primeiro estudo divulgado (Agenda 21 Local), se propôs promover a formação profissional em consonância com o turismo no município, ademais da modernização das estradas de acesso ao município, a problemática relacionada com a falta de depuração das águas negras (esgoto), a regeneração da flora e fauna e, finalmente a ordenação agropecuária e turística do território. Este projeto, de grande importância para Alhama, foi realizado por um grupo de profissionais de Granada (Grupo *Najarra-Lencom: Gestión Ambiental, S.L*) e contou com um processo participativo em sua elaboração, através da colaboração de moradores, técnicos da prefeitura, empresários, diretores de diversas associações e políticos do município.

Desta maneira, neste tópico buscamos de forma muito resumida indicar algumas das potencialidades e carências relacionadas à atividade turística dos municípios da comarca de Alhama. Potencialidades e carências que requerem pilares sólidos de sustentação de uma atividade promissora, caso seja planejada e desenvolvida frente a aproveitar de maneira equitativa os recursos materiais, imateriais e humanos presentes neste território. Dito isto, no próximo tópico enfocaremos nossa contextualização nas potencialidades e carências relacionadas ao turismo termal desenvolvido nos dias atuais no município alhamenho.

5.3. Introdução ao turismo termal em Alhama de Granada

Neste último tópico abordaremos o turismo termal presente nos dias de hoje no município de Alhama de Granada. Iniciamos com uma breve descrição da “empresa balneária” (*Balneários de Alhama de Granada S.A.*) e sua localização. Logo, entraremos em questões mais específicas que voltarão a serem analisadas nos capítulos sete e oito deste trabalho.

Os centros de tratamentos hidro-termais de Alhama de Granada (denominados “*Hotel-Balneário Viejo*” e “*Hotel-Balneário Nuevo*”)⁸⁷, estão localizados a aproximadamente dois quilômetros do centro histórico do município. O “espaço termal”, que compreende uma ampla alameda arborizada, a qual conecta os dois *hotéis-balneários* (distantes entre eles a aproximadamente 600 metros), também é um espaço marcado por estender-se ao longo das margens do rio Alhama.

A gestão deste espaço termal está a cargo da empresa privada já mencionada – *Sociedad Anónima Balneários de Alhama de Granada S.A.* – criada como “*Sociedad Anónima*” em junho de 1944, sendo a totalidade do capital social sob o domínio da família de seu atual dono – Sr. Manuel Rodríguez Ros.

Historicamente a gestão do *Hotel-Balneário Viejo* esteve, até a década de 1830, a cargo do governo local, ou seja, o “Concelho de Alhama”. Porém, a partir de sua privatização formalizada em 1831, a *hospedaria* (“*Hotel Viejo*”) passou a ser de titularidade privada, sendo seu primeiro dono o Sr. José de La Fuente e Vida⁸⁸.

⁸⁷ Sendo que enquanto o *Hotel-Balneario Viejo* (antes também conhecido como “*Termas de Martos*”) é de origem imemorial, o *Hotel-Balneario Nuevo* (antes denominado de “*Termas de San Rafael*”) surgiu somente após o terremoto que houve em Alhama em 1884 e que ocasionou o surgimento natural de outra fonte de água minero-medicinal onde foi, posteriormente, construído este estabelecimento (“*Hotel-Balneário Nuevo*”).

⁸⁸ Segundo os professores Javier Bermúdez Sánchez (2007) e Salvador Raya Retamero (2009) – que estiveram investigando de maneira aprofundada a questão da transferência da propriedade do *Hotel-Viejo* (denominado na época de “*hospedaria*”) – o documento que ordenou a gestão municipal a outorgar a escritura do estabelecimento a José Lafuente Vida foi registrado na sessão de 20 de janeiro de 1831. Neste documento, havia uma referência ao Real Decreto no qual o Rei ordenava a venda ao citado Lafuente Vida. Sobre este assunto, voltaremos a referenciá-lo, com

Contudo, em 1884, com o falecimento de José de la Fuente, o domínio do estabelecimento passou a ser de sua filha, Concepción de la Fuente Romero, casada com José Martos (diretor-médico deste estabelecimento e que posteriormente passou a ser o diretor administrativo do mesmo). Com o falecimento de Concepción de la Fuente Romero, seus descendentes mantiveram o regime propriedade (do balneário, porém, não da água termal)⁸⁹ passando de um familiar para outro, até chegar nas mãos do seu atual dono (Manuel Rodríguez Ros).

Deste modo, e como mencionamos antes, as instalações termais compreendem dois balneários que juntos têm a capacidade para receber até 400 clientes-banhistas ao dia. O conjunto dessas instalações compreende, “*Hotel-Balneário Viejo*” e “*Hotel-Balneário Nuevo*” e, como já aludimos, separados por uma alameda repleta de árvores, plantas e flores, estando justo ao lado da margem do rio que também dá nome ao município.



Alameda que conecta o *Hotel-Balneário Viejo* com o *Hotel-Balneário Nuevo* (foto do autor, 2010)

Cada balneário (*Balneário Viejo* e *Balneário Nuevo*) dispõe de suas próprias instalações de

mais detalhes, no capítulo sete deste estudo.

⁸⁹ Sobre esta questão, voltaremos a abordá-la mais adiante dada sua importância no âmbito da apropriação da água termal (descrita no capítulo sete desta tese).

tratamento termal, assim como de suas respectivas zonas de alojamento, cafeteria e restaurante.

O primeiro, denominado *Hotel-Balneário Viejo*, consta de um edifício com diversas zonas de banhos, além de possuir um total de 116 dormitórios e de 222 camas disponíveis. É um balneário que, apesar de sua origem imemorial, recebeu suas primeiras estruturas arquitetônicas construídas pelos Romanos que habitaram a zona e, posteriormente, com o domínio Árabe, veio a ser remodelado de acordo com os padrões arquitetônicos do Reino Nazarí.



Fachada atual do “*Hotel-Balneário Viejo*” (foto do autor, 2010)

Por outra parte, o denominado “*Hotel-Balneário Nuevo*”, construído, conforme já fizemos referência, após o surgimento de uma nova fonte de água termal – com seu nascimento consequência do terremoto de 25 de dezembro de 1884 na região⁹⁰ – é um estabelecimento que

⁹⁰ Para maiores informações sobre o terremoto que ocorreu na região de Alhama de Granada em 1884 ver Vidal-Sánchez, Francisco (2011).

consta de um hotel de uma estrela (diferente do *Hotel-Balneário Viejo* que possui três estrelas), além de diversas zonas de tratamentos hidro-termais. No total, este hotel-balneário consta de 66 quartos e 130 camas disponíveis.



Fachada atual do “*Hotel-Balneário Nuevo*” (foto do autor, 2010)

Em média, o período de abertura do *Hotel-Balneário Viejo* é de oito meses (abril a novembro), enquanto o período de abertura do *Hotel-Balneário Nuevo* é mais limitado, estando geralmente aberto apenas durante três meses ao ano (julho a setembro). Ambos períodos estão muito abaixo da média de outros balneários espanhóis, de forma que, esta empresa possui uma temporada de atividade muito restrita⁹¹.

⁹¹ Sendo que, este período de abertura, como discutiremos mais adiante, o que compromete a contratação de

Em termos físico-químicos, a água termal destes dois nascimentos se distingue muito pouco, sendo as águas de ambos consideradas sulfatadas, bicarbonatadas, cálcicas-magnésicas e oligometálicas, de mineralização média e que emergem à superfície à temperatura de aproximadamente 47°C. Por serem quentes são indicadas para o tratamento de doenças reumáticas e músculo-esqueléticas (Arcos-Sánchez, 2012). Por parte de suas propriedades minero-medicinais são indicadas para o tratamento de problemas do aparelho locomotor e respiratório. Além disso, são indicadas também para alguns problemas relacionados com a pele (dermatites, acne, psoríases), assim como, para a recuperação funcional de lesões, pós-AVC, sequelas de pólio, paralisia cerebral, atraso psicomotor, hiperatividade, insônia e vasculopatias⁹².

No que diz respeito aos tratamentos hidro-termais, os serviços ofertados pela empresa compreendem diversos tipos de banhos (hidromassagem, piscina termal, banhos com algas e vinho), duchas (circular, a pressão, lombar, cervical), termoterapias (saunas, técnicas com barro), terapias manuais (massagem geral, parcial e local), aerossol, fisioterapia e estética. Basicamente estes serviços estão agrupados em três categorias principais (tendo como base a maior demanda anual por parte dos clientes): (1ª) modalidade vinculada aos problemas de reumatismo; (2ª) modalidade ligada ao aparelho respiratório e, finalmente, (3ª) modalidade vinculada ao *turismo de saúde* (estética, ócio, descanso e tratamentos anti-estresse).

A nível ecológico, ou seja, no que diz respeito à sustentabilidade ambiental decorrente do funcionamento deste empresa termal, parece ser um objetivo primordial da sua administração, tendo sido implementadas diversas medidas para atenuar os efeitos nocivos relacionados com o consumo da água do mesmo. Assim, a título de exemplo, o consumo de água termal é monitorizado e existem instruções específicas para a economia desse recurso, além dos efluentes

trabalhadores e, em certa medida, o próprio desenvolvimento econômico do município.

⁹² Segundo os Relatórios Anuais (2008-2012) elaborados pelo médico-diretor da empresa (onde se registram os dados relacionados aos termalistas), os tratamentos mais demandados são em ordem de frequência: Artroses degenerativas, osteoporoses, destemias (depressão e ansiedade), estresse, hérnia discal, EPOC, asma, faringites/laringites e profilaxias respiratórias.

gerados pelos dois balneários a nível de depuração das águas utilizadas. Tais medidas resultaram na certificação da empresa pelas normas vigentes, tendo, também, sido reconhecido e homologado seu título “*Q de calidad turística*”, do qual reconhece entre muitos aspectos a segurança, qualidade e profissionalização da empresa⁹³.

No entanto, para além da exploração das propriedades terapêuticas dos recursos mineralógicos deste espaço, esta empresa ainda não explora a qualidade geotérmica existente, o que poderia ser uma grande iniciativa para a cogeração e fornecimento energético para os dois hotéis e as duas instalações de tratamentos termais do espaço.

Por outra parte, esta empresa explora muito pouco a aquisição de produtos e serviços disponíveis no município de Alhama de Granada. Neste caso, os bens e serviços – de natureza variada (equipamentos e aparelhos de escritório, material de piscina e segurança, produtos alimentares, materiais de construção, instalações elétricas, etc...) – na maioria das vezes, são adquiridos fora de Alhama, sendo este fator um elemento consonante em relação ao possível desenvolvimento do tecido económico⁹⁴.

Seguindo a mesma linha anterior, constata-se que a empresa também não explora a potencialidade de apoiar o desenvolvimento do município alhamenho. Isto, podendo ser feito, por exemplo, através de relações de colaboração com os estabelecimentos vinculados à hotelaria de Alhama. Assim, convém indicar que Alhama de Granada consta com cinco *hostais* e pensões e um total de quarenta e sete bares e cafeterias, além de cinco restaurantes que poderiam satisfatoriamente trabalhar em parceria com o objetivo de desenvolver melhor e equitativamente os benefícios gerados através do turismo termal desenvolvido através dos clientes que se

⁹³ O denominado título “*Q de calidad turística*” é outorgado pelo Instituto para Qualidade Turística Espanhola (ICTE). Neste caso, o ICTE é uma entidade de certificação de sistemas de qualidade especialmente criados para empresas turísticas, formado pelas associações turísticas espanholas mais importantes como SET, CCAA e a FEMP. É uma organização sem fins de lucro, além de ser reconhecida em todo âmbito nacional.

⁹⁴ Segundo a análise das entrevistas realizadas durante os meses de março e novembro de 2010, verifica-se que uma enorme parte das aquisições de produtos e serviços foram efetuados através de grandes, médias e pequenas empresas localizadas, principalmente, nas cidades de Málaga e Granada.

hospedam nos Hotéis-Balneários.

A outro nível, isto é, já respeito ao aspecto vinculado a criação emprego, no caso da empresa *Balneários de Alhama de Granada S.A.* – que atualmente explora e administra a água termal de Alhama – trata-se de um negócio com muito pouca vocação social no que diz respeito a criação e ampliação do número de trabalhadores em diferentes setores de sua empresa. Com exclusão do corpo médico, administrativo e segurança, os postos de trabalho variam ao longo do ano, sendo contratados em modo de “fixo descontínuo”, técnicos e auxiliares de balneoterapia e de serviços de manutenção, mediante a necessidade decorrente da época termal em curso. São trabalhadores, na maioria dos casos, não do município alhamenho, mas sim da comarca de Alhama.

Segundo entrevistas realizadas com os administradores e trabalhadores do estabelecimento, nos últimos anos, o número de trabalhadores vem diminuindo como medida de contenção dos custos da empresa. Isto, levando em conta, principalmente, que o *Hotel-Balneário Nuevo* não abriu suas portas no ano de 2011 e 2012 (o que, segundo alegado pela administração do estabelecimento, esteve relacionado à falta de dinheiro para sua abertura).

Sobre a média de trabalhadores contratados pela empresa, segundo o médico-diretor (entrevistado em 2012):

“El número de trabajadores varía aquí. Mira, aquí, muy por encima, entre 50 y 70 trabajadores. Digamos que tenemos personal fijo, me parece que son 55, 56. Entonces, claro, por un lado depende si abren o no el otro hotel. En el momento que abren el otro hotel, mínimo, hay ocho personas más de trabajadores. O sea, no es un fijo. Ahora yo no sé decirte pero realmente creo que estamos en torno a 55, 56 trabajadores. La mayoría somos lo que se llama “fijo discontinuo”. Realmente somos fijos, trabajamos, claro, mientras tiene actividad la empresa, actividad el balneario. Cuando la empresa no está en actividad, o sea, diciembre, enero, febrero o marzo, si no lo abren en marzo, pues claro... los empleados cobran paro, ayuda familiar, o nada.

Ainda segundo o médico-diretor da empresa (perguntado em 2012 sobre o número de trabalhadores nas zonas de banhos e tratamentos de estética e relaxamento):

“En la zona de los baños, llegamos a tener en el mes de agosto cerca de quince trabajadores. Digamos que tenemos 12 fijos y luego 2 o 3 de refuerzo, durante la temporada alta del balneario que puede ser desde 1º de agosto hasta 12 de octubre, aproximadamente... Y luego, puntualmente, hay refuerzos... los fines de semana, puentes... normalmente para tratamientos complementarios: masajes, estética, etc... Entonces, a lo mejor llegamos a 17 o 18 trabajadores. Pero ya hemos llegado a tener hace aproximadamente ocho años, 22 trabajadores durante alta temporada. (...) claro, todo eso depende de la demanda... tiene que haber demanda para haber trabajador[es]”.

Além disto, da análise de outras entrevistas realizadas sobre este aspecto vinculado a criação de novos postos de trabalho, mais da metade de nossos entrevistados salientaram que a empresa *Balneários de Alhama de Granada S.A.* não vem fomentando nas últimas duas décadas mecanismos capazes de ativar a geração de emprego e renda local, e com isto proporcionando uma melhoria da qualidade de vida da população alhamenha de maneira geral.

Por outra parte, introduzindo-nos agora ao assunto vinculado ao *perfil dos clientes* que buscam alojamento e tratamento nos balneários de Alhama, a partir das entrevistas realizadas com trabalhadores dos dois *hotéis-balneários*⁹⁵ e dos dados fornecidos pelo médico-diretor da empresa (Relatórios Anuais 2008-2012⁹⁶), foi possível constatar que os clientes dividem-se, basicamente,

⁹⁵ Entre os trabalhadores entrevistados para a realização de nosso trabalho, estivemos realizando perguntas para o Corpo clínico (2 médicos hidrólogos), além de entrevistas com o Corpo de Auxiliares de Balneoterapia, Corpo de Enfermagem e de Fisioterapia, Corpo Administrativo, Corpo Técnico de Manutenção, Corpo Técnico de Recepção, Corpo de Apoio a Serviços Diversos (limpeza e desinfecção das instalações e equipamentos, rouparia, cafeteria, restaurante e vigilância do estacionamento).

⁹⁶ Estes Relatórios Anuais elaborados pelo médico-diretor da empresa foram cedidos gentilmente para a realização de nosso estudo. É importante esclarecer que nestes Relatórios não aparecem contabilizados os clientes que realizaram técnicas e tratamentos de apenas uma tarde ou uma manhã, sendo cada vez mais numerosos os grupos de casais e famílias com filhos que recebem este tipo de “técnicas soltas”, ou seja, por conta própria, sem passarem antes por uma consulta médica.

em duas categorias principais⁹⁷: “clientes particulares” – separados em dois grupos: (1) aqueles com *estadias e tratamentos termais realizados durante um período igual ou superior a cinco dias*; (2) aqueles com *estadias e tratamentos durante um período inferior a cinco dias* – e “clientes oriundos da modalidade IMSERSO”, sendo esta última vinculada ao Programa de “Termalismo Social”, que consiste em um serviço complementar do Ministério de Saúde, Serviços Sociais e Igualdade para pessoas maiores de sessenta anos, pensionistas, que queiram receber (através da ajuda subvencionada do governo espanhol), tratamentos termais básicos (de dez ou doze dias), com direito a alojamento e regime de pensão completos⁹⁸.

Desde modo, em relação aos clientes particulares com estadias e tratamentos termais realizados durante um *período inferior a cinco dias*, através de nosso trabalho de campo foi possível observar que este tipo de “*cliente-termalista*” concentra-se, sobretudo, nos fins de semana, nos feriados e nos meses de julho e agosto de cada ano. A maioria vem com programas organizados e vendidos diretamente através da internet com nomes atraentes tais como: “conhecer o balneário”, “escapada antiestres” e “escapada romântica”. São clientes interessados principalmente na modalidade de *turismo de saúde* (estética, ócio, descanso, tratamentos anti-estres) ofertada pela empresa. Sua procedência é maioritariamente composta por casais e famílias espanholas, em especial, da comunidade autônoma de Andalucía.

Em relação ao gênero, nota-se um equilíbrio entre o número de homens e mulheres (diferente do grupo do IMSERSO, que possui maioritariamente mulheres, como veremos em seguida).

Sobre a faixa etária, a maior incidência neste caso é a de pessoas com uma idade que compreende os 30 e 50 anos.

⁹⁷ Cabe mencionar que dentro destas “categorias principais”, não mencionaremos aqui um outro tipo de cliente presente em Alhama de Granada. O que neste caso trata-se dos aquisitas (moradores de Alhama) e visitantes que frequentam as três poças públicas existentes na margem do rio, a poucos metros do nascimento termal do *Balneário Viejo*. Estas poças termais são abastecidas pela água deste manancial. Respeito a este assunto, dedicaremos no próximo capítulo algumas páginas sobre esse tema (levando em conta sua importância e complexidade no caso estudado).

⁹⁸ Para maiores informações sobre o Programa de Termalismo Social do IMSERSO ver: *Ministerio de Sanidad, Servicios Sociales e Igualdad*, disponível em: www.imserso.es/imserso_01 (acessado em 07/09/2014).

Por outra parte, em relação ao grupo de aquistas que compreendem um período de estadia e tratamentos termais realizados *igual ou superior a cinco dias*, observamos que este tipo de cliente concentra-se principalmente durante os meses de julho, agosto e setembro. Sua faixa etária compreende, em geral, entre os 40 e 60 anos de idade e sua procedência é maioritariamente da Comunidade Autónoma Andaluza (sobretudo pessoas vindas das províncias de Málaga, Granada e Sevilha). A maioria chega ao estabelecimento por meio de programas organizados e vendidos através da internet ou através de agências de viagens. São clientes interessados, principalmente, na vertente vinculada às propriedades terapêuticas das águas termais, apesar de que, a atração pelo turismo vinculado ao ócio e ao descanso também primam neste caso (Arcos-Sánchez, 2012).

Finalmente, sobre o grupo de clientes oriundos da modalidade “IMSERSO”, constata-se que o perfil deste tipo de banhistas são, na maioria dos casos, mulheres⁹⁹, pensionistas e entre os 60 e 75 anos de idade. Sobre este assunto, no gráfico a seguir podemos constatar (através dos dados obtidos do relatório elaborado pelo médico-diretor da empresa)¹⁰⁰ – que o número de mulheres que acudiram ao balneário de Alhama em 2012 ultrapassava 64% em relação ao número de homens:

⁹⁹ Segundo o médico-diretor do estabelecimento entre os motivos que justificam a diferença em relação a distribuição de gênero, são maior prevalência em mulheres de patologias subsidiárias de serem tratadas com as águas termais (artroses, artrites, osteoporose, fibromialgia, destemias, etc...). Por outro lado, a maior esperança de vida, sendo maior o número de mulheres da chamada “quarta idade” (mais de 70 anos), junto com o fato de que existe um maior número de viúvas e acompanhantes dos cônjuges de pensionistas.

¹⁰⁰ Estes dados foram obtidos através do Relatório Anual de 2012, que apresentou um total de 4.735 *termalistas* separados nos grupos de: [1] IMSERSO (total de 2.370 aquistas); [2] particulares com estadias e tratamentos com nos de cinco dias (total de 663 aquistas) e, finalmente, [3] particulares com estadias e tratamentos com um período igual ou superior a cinco dias (total de 1.702 aquistas). Convém mencionar que os dados obtidos deste Relatório de 2012 serviu como um parâmetro aproximativo das médias de outros anos, isto é, médias que também se repetem de forma muito parecida nos Relatórios dos anos de 2008, 2009, 2010 e 2011.

Tabela: número de mulheres e homens que acudiram ao balneário de Alhama de Granada em 2012 através do programa de Termalismo Social do IMSERSO:

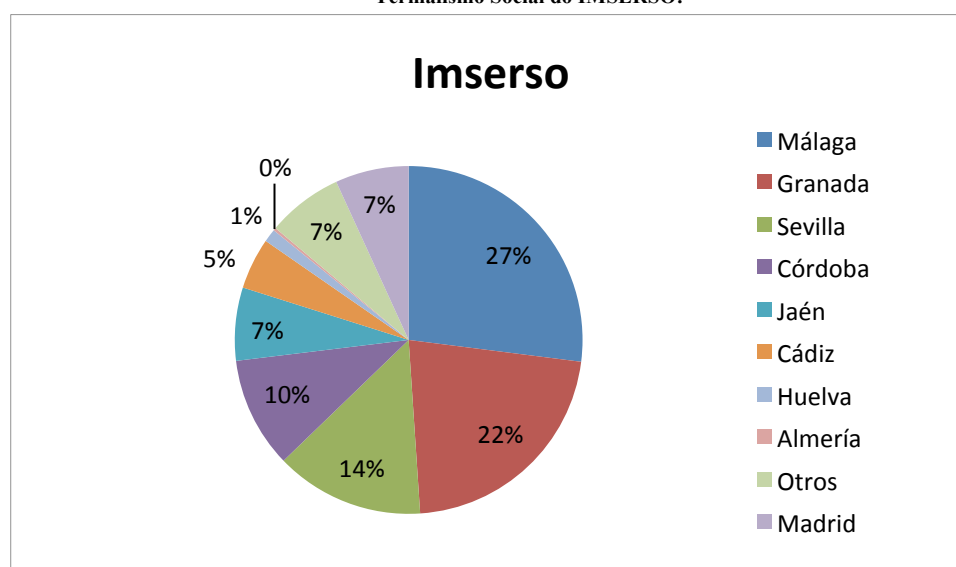
IDADE	Nº HOMENS	Nº MULHERES	TOTAL	%
Maior ou igual a 75 anos	341 – 37,4 %	571 – 62,6 %	912	38,5 %
70 – 74 anos	275 – 36,2 %	484 – 63,8 %	759	32,0 %
65 – 69 anos	160 – 33,0 %	325 – 67,0 %	485	20,5 %
Menores de 65 anos	64 – 29,9 %	150 – 70,1 %	214	9,0 %
Total	840	1.530	2.370	100 %
Total (%)	35,4 %	64,6 %	100 %	

Fonte: Relatório elaborado pelo médico-diretor da empresa Balneários de Alhama de Granada S.A. (2012).

Já em relação ao período de estadia e tratamentos termais por parte dos clientes oriundos do IMSERSO, nota-se, em sua maioria, que os meses de maio, julho, agosto e setembro são os mais procurados.

A respeito da procedência, a grande maioria chega desde as províncias de Málaga e Granada (principalmente de Málaga). No seguinte gráfico podemos observar a distribuição da procedência dos clientes que estiveram frequentando o balneário através do IMSERSO durante o ano de 2012:

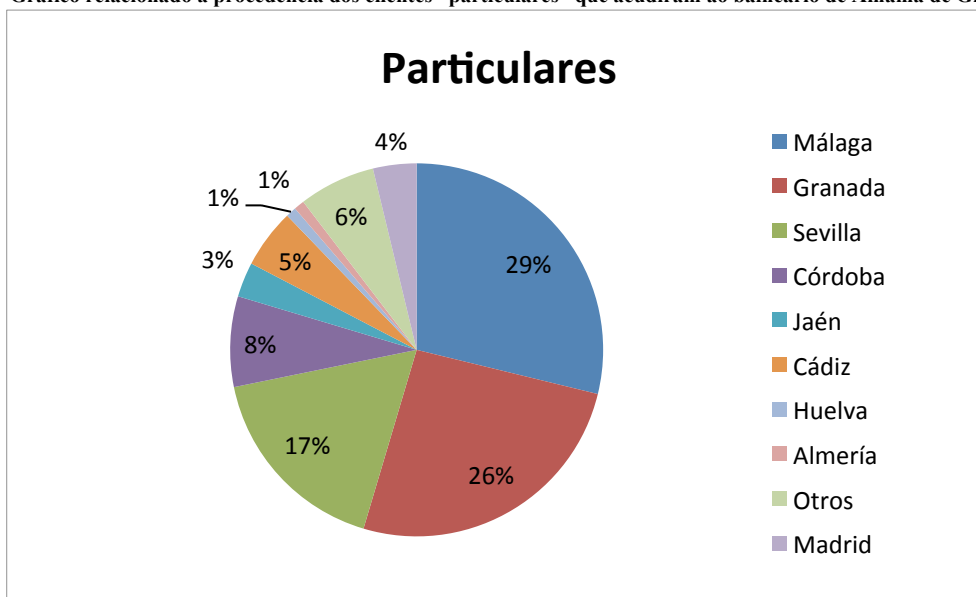
Gráfico relacionado à procedência dos clientes que acudiram ao balneário de Alhama de Granada em 2012 através do programa de Termalismo Social do IMSERSO:



Fonte: Relatório elaborado pelo médico-diretor da empresa Balneários de Alhama de Granada S.A. (2012).

Os dados sobre a procedência dos clientes-aquistas oriundos do IMSERSO, se repetem também no caso dos “*clientes-particulares*”, onde podemos observar no gráfico abaixo como a proximidade ao seu território de origem é um elemento importante no processo de escolha dos aquistas.

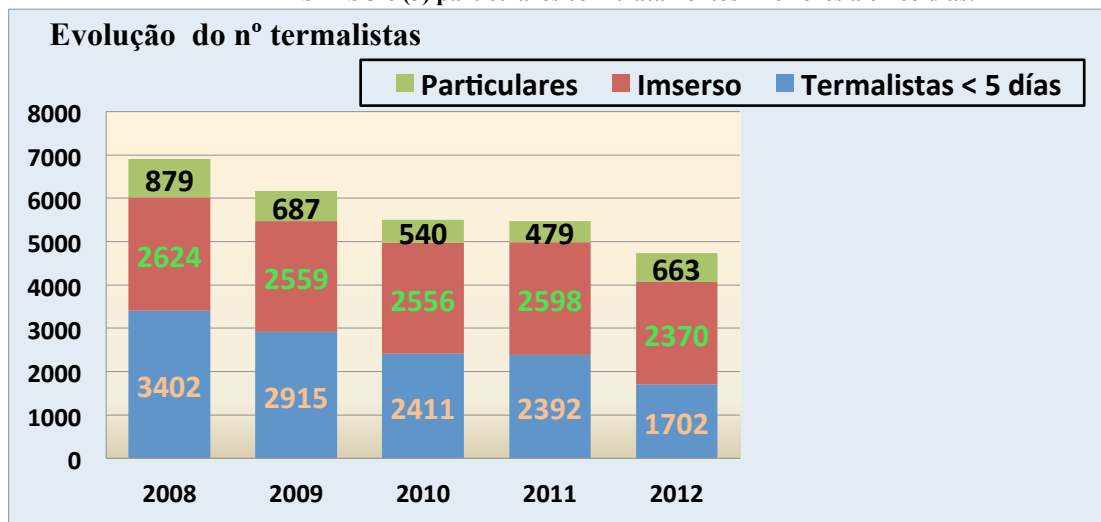
Gráfico relacionado à procedência dos clientes “particulares” que acudiram ao balneário de Alhama de Granada em 2012:



Fonte: Relatório elaborado pelo médico-diretor da empresa Balneários de Alhama de Granada S.A. (2012).

Por outra parte, sobre a frequência do número de clientes registrados a partir de sua passagem pela consulta médica no ano de 2012 – tanto em termalismo praticado por *clientes particulares* como através do *IMSERSO* – é possível observar uma importante diminuição do número de clientes nos cinco últimos anos. Esta afirmação não é somente comprovada através da análise das entrevistas realizadas durante nosso trabalho de campo, como também através dos dados obtidos nos relatórios anuais elaborados pelo médico-diretor da empresa. Neste último caso, observando graficamente, podemos notar como o número de clientes vem diminuindo nos últimos cinco anos (2008-2012):

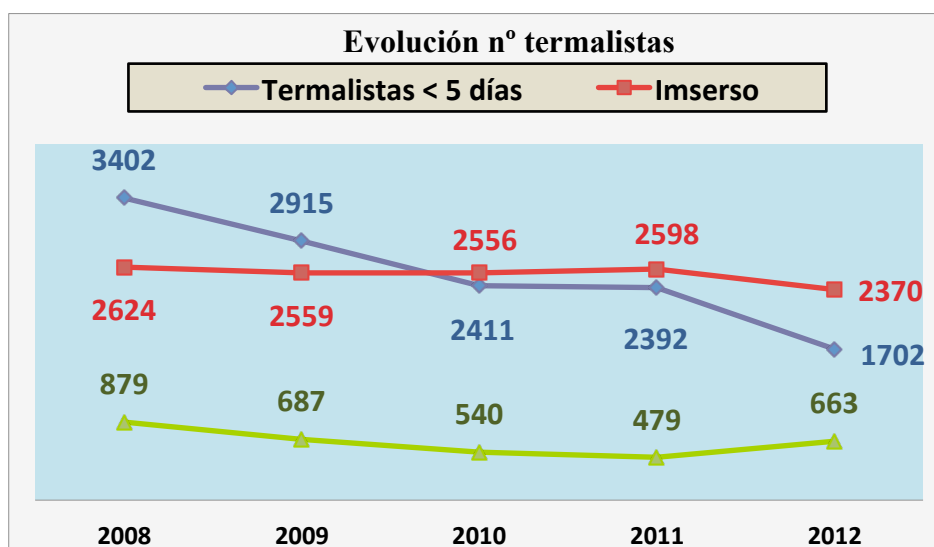
Gráfico distribuído nas categorias de: (1) particulares com tratamentos continuados superiores a quatro dias, (2) IMSERSO e (3) particulares com tratamentos inferiores a cinco dias:



Fonte: Relatório elaborado pelo médico-diretor da empresa Balneários de Alhama de Granada S.A. (2013).

No gráfico seguinte, podemos observar novamente a distribuição do número de termalistas que corresponde a cada grupo. Podemos notar o peso específico que adquire o programa de Termalismo Social (IMSERSO) no quadro geral dos clientes desta empresa, ou seja, seu número supera em absoluto o número de *termalistas particulares* (tanto com tratamentos superiores a quatro dias, como aqueles tratamentos inferiores a cinco dias).

Gráfico relacionado à evolução do número de termalistas registrados nos relatórios elaborados pelo diretor médico da empresa durante os anos de 2008 e 2012:



Fonte: Relatório elaborado pelo médico-diretor da empresa Balneários de Alhama de Granada S.A. (2013).

Entretanto, neste caso, não podemos deixar de indicar algumas razões fundamentais para esta diminuição observada nos últimos cinco anos. Razões que conforme os empregados dos balneários aludem, têm uma clara relação com fatores tais como: (1º) a redução da duração da temporada de abertura da empresa, ademais da não abertura do *Hotel-Balneário Nuevo* em 2012; (2º) a forte competência que este setor que junto com os setores de *spas*, *centros de talasoterapia*, *estética*, etc... vêm adquirindo nos últimos anos, ampliando-se cada vez mais e sabendo vender seu produto; (3º) a crise econômica mundial iniciada em 2008 e vem afetando não apenas o turismo termal, como diversas outras modalidades de turismo; e, finalmente, (4º) a diminuição do número de vagas para os usuários do programa de Termalismo Social do IMSERSO¹⁰¹.

Portanto, a partir dos dados expostos anteriormente, a nível de discussão, podemos sublinhar que:

- Está claro que a empresa *Balneários de Alhama de Granada S.A.* é atualmente um negócio que depende em enorme medida dos clientes subvencionados pelo programa do IMSERSO. Programa que deveria servir para ampliar a temporada e ter uma segurança mínima de ocupação do balneário, porém, neste caso, não tratando-se de um programa para manter anualmente esta empresa funcionando (já que é uma empresa que possui mais de 2/3 de sua capacidade total baseada na clientela do IMSERSO).
- Além disto, foi possível identificar a necessidade de um maior investimento em recursos materiais e humanos, não diminuindo a temporada de abertura da empresa para facilitar deste modo a recuperação da clientela.
- Por outra parte, trata-se também de uma empresa da qual não possui uma visão empresarial de

¹⁰¹ Neste sentido, convém apontar que esta diminuição esteve relacionada fundamentalmente com a crise econômica global iniciada em 2008 e que influenciou diretamente às políticas de contenção dos gastos públicos – aplicadas pelo governo espanhol – no setor da saúde pública. Isto é, dentro dessas políticas de contenção, o governo espanhol reduziu em 34% o câmputo total destinado ao programa do IMSERSO. Um programa que, por exemplo, no ano de 2011 recebia uma soma total de 103 milhões de euros (disponibilizando assim 1.084.730 vagas) e que, no ano seguinte (2012), passou a receber 68,2 milhões de euros (ofertando, desse modo, um total de 896.666 vagas no anto de 2012. Ou seja, 188.064 vagas menos). Fonte: *Ministerio de la Presidencia. Secretaría de Estado de Comunicación*. Disponível em: www.la-moncloa.es (acessado em 22/10/2015).

acordo com as demandas atuais. Demandas que se traduzem por um interesse em investir em uma maior pluriatividade turística interconectada entre população de jovens, mulheres, associações locais e os múltiplos atrativos do município, incluindo também, neste caso, os inúmeros legados históricos, culturais, patrimoniais, lúdicos, esportivos e paisagísticos do município onde está situada (isto é, Alhama de Granada).

- Ademais, observa-se o falho desta empresa em relação à falta de iniciativas direcionadas ao seu crescimento a nível popular. Ou seja, crescer também no sentido de desenvolver políticas de fomento direcionadas à popularização do termalismo a nível local e comarcal (por exemplo, fazendo dos banhos termais e das terapias hidro-termais algo mais habitual para todas as classes de pessoas, tais como os moradores dos municípios termais, moradores de populações vizinhas, etc...).

- Finalmente, identificamos também, através de nosso trabalho de campo, a falta de iniciativas para fomentar e incrementar a internacionalização do balneário, tanto desde o ponto de vista de sua vertente sanitária, como sua vertente vinculada aos seus aspectos lúdicos, estéticos, educacionais e esportivos.

Desta maneira, apesar destas ponderações anteriores, convém indicar que Alhama de Granada segue sendo um município termal repleto de potencialidades e detentor de uma conjuntura favorável de crescimento em nossos dias. Uma conjuntura que pode vir a ser aproveitada a partir das potencialidades da região de forma a desenvolver o turismo na zona através de opções que diversifiquem a base turística e busquem garantir um modelo de desenvolvimento mais integral e sustentável a vários níveis (distribuindo benefícios, preservando e conservando a cultura local, criando redes de contatos e de trabalho entre diferentes atores sociais, estabelecendo diálogos mais sólidos entre empresários, políticos e sociedade civil, etc...). Assunto que voltaremos a mencionar no capítulo oito assim como em nossas conclusões.

CAPÍTULO 6

CARACTERIZAÇÃO DA IDENTIDADE COLETIVA E DA CULTURA DA ÁGUA

TERMAL DE ALHAMA DE GRANADA

A partir da apresentação anterior do contexto geral de Alhama de Granada, neste capítulo, descreveremos através dos dados etnográficos obtidos durante nosso trabalho de campo, alguns dos principais tipos de usos, práticas, conhecimentos e relações entre a população deste município e suas águas termais. Entendemos que tais elementos (práticas, costumes, usos e relações), que claramente vão com o tempo mudando e transformando-se, são fundamentais no processo de construção de umas formas (culturais) próprias desta comunidade, sendo o que poderíamos denominar uma espécie de “cultura da água termal alhamenha”.

Durante nosso trabalho de campo direcionado a compreender esta *cultura da água termal*, buscamos respostas para algumas perguntas importantes que guiaram nossa abordagem sobre determinados aspectos tais como: 1) Que tipo de usos e conhecimentos relacionados às águas termais os moradores de Alhama sabem e transmitem de uma geração para outra? 2) Que relação há entre água termal e a população local? 3) Que costumes, atividades e práticas – relacionados com as águas termais – os moradores estiveram desenvolvendo no passado? E atualmente? E, finalmente, 4) Que mudança(s) e transformação houve a respeito dos tipos de uso, exploração e também gestão das águas termais de Alhama de Granada?

Deste modo, buscamos neste capítulo abordar, resumidamente, o que corresponde a uma descrição geral do que diferencia Alhama (e sua “cultura da água termal”) de outras populações. A justificativa de por quê dedicar tempo para explicar como são, e foram, as relações de aproveitamento da água termal deste município está centrada na importância de contar como os

moradores se relacionaram historicamente com a água e com o balneário, isto, a partir de diferentes circunstâncias e momentos históricos. Entendemos que esta parte do trabalho é de grande importância, uma vez que servirá de plataforma argumentativa para entender e dar sentido ao assunto que trataremos no próximo capítulo: vinculado à complexa dimensão política de um movimento de reivindicação (a favor da titularidade comunal da água) sustentado, em grande medida, neste grau de identificação da população alhamenha com sua história e sua identidade coletiva que giram em torno ao balneário e à água termal.

6.1. Introdução sobre as relações de identidade entre a população alhamenha, as águas termais e o balneário

Como dizia a antropóloga Cátedra Tomás (2009: 178) “a água é natura mas também, decisivamente, é cultura”. Neste sentido, não resta dúvida de que desde tempos pré-históricos a água termal foi um elemento insubstituível no estabelecimento, configuração e desenvolvimento de Alhama de Granada. Em outras palavras, a água termal deste município constitui, além de um excepcional recurso natural, um elemento central sobre o ponto de vista cultural, patrimonial e identitário.

Deste modo, a construção identitária vinculada à água termal de Alhama (e de seu balneário) é retratada através das histórias, lembranças, pensamentos e sentimentos manifestados por sua população que, inevitavelmente, incorporou este patrimônio natural-histórico-cultural como algo próprio, ou seja, algo próprio de sua gente, de sua comunidade. Como afirma Lucía, alhamenha de 45 anos:

“Nuestro pueblo viene de “Alhama”, “el baño caliente”, el pueblo con aguas termales, aguas utilizadas desde época neolítica, luego por los romanos, árabes... y luego por nuestros abuelos, nuestro padres, nuestra familia... Nosotros estamos relacionados con nuestras aguas calientes, nuestra agua caliente minero-medicinal... vivimos en un pueblo que es de balneario y aguas termales. Eso es muy importante”. (Lucia, alhamenha de 45 anos, comerciante).

Como constataremos neste capítulo, em Alhama de Granada a água termal representou, e representa, uma poderosa marca identitária, sendo o emblema principal deste município no que diz respeito a sua identidade e ao seu patrimônio. Portanto, é indiscutível que este elemento que desempenha um papel único na vida dos habitantes desta população. Segundo a alhamenha Carla:

“Yo creo que todos aquí sabemos que Alhama viene, viene de nuestro nombre “Alhama”, baños termales, aguas termales. Que estamos relacionados con el balneario, que vivimos en un pueblo que es de Balneario y aguas termales”. (Carla, alhamenha de 41 anos, ex-trabalhadora do balneário).

Desta maneira, é certo que em Alhama a água termal sempre uniu os próprios habitantes com a cultura local de um modo indissolúvel. Uma identificação coletiva produzida desde o nascimento desta população. Uma pequena cidade que, como muitas outras da Europa, vem aproveitando a água termal desde o Neolítico e, posteriormente, com outras civilizações importantes como foi o caso dos romanos e árabes que habitaram este território, proliferaram de maneira acentuada o aproveitamento dos mananciais termais. Sendo estes (mananciais), um espaço, por exemplo, de reunião social, descanso ou também para se limpar o corpo e a mente.

Assim, é inquestionável o fato de que em Alhama a água termal e o balneário adquiriram uma presença destacada no que diz respeito à *memória viva* de seus habitantes. Moradores que relatam, com grande dose de emoção e nostalgia, suas lembranças de infância vinculadas às águas termais,

o balneário e às poças públicas localizadas na beira do rio Alhama (a poucos metros do nascimento do manancial termal mais abundante do município).

Estas poças – construídas pelos moradores e abastecidas com base na água termal excedente do volume aproveitado no interior das instalações hidro-termais do balneário – sem dúvida, são um elemento valioso da construção dessa memória (dessa identidade) construída(s) por muitos alhamenhos e alhamenhas para uso na higiene pessoal e lugar de encontros com amigos, familiares e vizinhos. Como nos relata Carlos, agricultor:

“Los baños termales (las pozas) los tomábamos como la manera de ir los amigos a bañarnos juntos. En mi grupo podríamos estar 5 o 6 amigos, que quedábamos sobre todo si estábamos trabajando en el campo, terminábamos de trabajar y nos bajábamos con nuestro gel, nuestra espuma de afeitar... y ahí pasábamos dos o tres horas...que podíamos pasar tranquilamente”. (Carlos, alhamenho de 45 anos).



Poças termais localizadas na margem do rio Alhama (a poucos metros do balneário). Foto do autor (primavera de 2010).

As lembranças de Carlos também têm semelhança com a experiência de outros moradores, como Francisco, alhamenho de 54 anos que recorda a origem e posteriores transformações do entorno dessas poças públicas afirmando que:

“Antiguamente había cuatro pozas, estaba la que ahora es de hormigón, que antes no era de hormigón, que era una poza de piedra, que es agua caliente. Pero el comienzo era abajo en la poza más abajo, más fría. Y ahí era donde pasábamos un rato, charlando...y ya para lavarnos nos íbamos un poco más arriba. Y al final ya para salir te metías en el agua caliente, que es cuando te ponías rojo, porque ahora no te pones rojo, y salía el vapor y ahí cogías calor y te ibas para el pueblo caliente, caliente (...) antes estas pozas eran simplemente con piedras del río. Eran pozas con piedras del río, hechas con piedras del río. No había nada de hormigón, más que la rústica estructura de la salida de las aguas... eso [era] lo único... que tampoco era de hormigón, era mampostería y encalada, eso era lo único y lo demás era todo con piedras del río, hechas las pozas por los mismos del lugar que cuando se iban a bañar pues colocaban las piedras. Lo mismo que nos bañábamos en el río. En el agua fría. La parte del río de Alhama aquello pues era...las pozas...las hacíamos los mismos que íbamos a bañarnos...aquello sí que era una delicia!”. (Francisco, alhamenho de 54 anos, agricultor).

Estas poças como um espaço de higiene pessoal também inundam as lembranças de muitos habitantes. Moradores que chegaram a presenciar o funcionamento, não só das poças públicas (ainda presentes em nossos dias), mas também do chamado “banho dos pobres” (destruído na década de 1960), que consistia em uma zona de banhos – separada da zona dos clientes do balneário – usada pelos moradores e também pelas pessoas pobres de outros municípios que acudiam a ele com o objetivo de buscarem uma alternativa de tratamento para algum tipo de

problema de saúde, ou também pelo simples fato de buscarem um momento de ócio e diversão com amigos ou familiares¹⁰².

Entretanto, voltando às recordações relacionadas com as poças públicas, moradores como Joana e Carmen, lembram que as mesmas durante muitos anos serviram de local para lavar a lã e as tripas dos porcos, assim como as ferramentas utilizadas para matar estes animais criados em Alhama. Além disto, estas moradoras recordam que estas poças serviram também como um lugar de uso para a limpeza do corpo de muitos moradores do município. Ou seja, um lugar onde alhamenhos e alhamenhas se banhavam com a água quente, tendo em conta que em suas casas ainda não existiam banheiros e outras comodidades relacionadas ao abastecimento deste recurso.

“Antes se bajaba sobre todo a lavarse. Nosotros nos lo tomábamos como un sitio de aseo, aunque ahora suena mal, aquello era un sitio de aseo. Yo en mi casa de niña no tenía cuarto de baño, entonces se puede entender por qué la gente utilizaba las aguas para lavarse. En mi casa había un wáter y mi madre cogía un barreño grande, calentaba agua y en el barreño nos lavaba...”. (Joana, alhamenha de 47 anos, comerciante).

“Aquí antes en una casa no había tantas comodidades. No había un cuarto de baño, agua caliente. Y ahora como todo [el] mundo tenemos nuestras comodidades, ¿quién va ir? Si va es por gusto. No por una necesidad. Antes sí, antes la gente iba por una necesidad. En Alhama en las casas no había un cuarto de baño. Era muy raro que alguien tuviera un cuarto de baño o tuviese agua caliente. La gente calentaba el agua. Las pozas eran casi como una necesidad. La gente bajaba a lo mejor una vez a la semana para asearse, como necesidad”. (Carmen, alhamenha de 51 anos, dona de casa).

¹⁰² Sobre este assunto vinculado ao “Banho dos Pobres”, voltaremos a abordá-lo no próximo capítulo. Isto, dado à grande relevância deste assunto no que diz respeito à crescente apropriação privada do manancial termal de Alhama.

É certo que a infraestrutura das canalizações de água para abastecer o interior das residências de Alhama demorou muitos anos para sua chegada. Sobre este assunto, se focamos nossa leitura no discurso atual obtido durante nossas entrevistas, podemos constatar por meio dos relatos, uma população que conta com grande satisfação o conforto que foi ver chegar a água corrente em suas cozinhas e banheiros. Realidade que a partir, sobretudo, de 1955 (com as novas políticas do governante local Gerónimo Castillo, 1949-1961), os habitantes passaram a disfrutar¹⁰³. Como lembra Antonia, antes da chegada da água em sua casa: *“tirábamos los excrementos por la ventana... la gente que no haya vivido eso no puede imaginar (risas)”*. (Antonia, alhamenha de 84 anos, aposentada).

Além disso, Antonia recorda também que em Alhama de Granada:

“Han pasado muchos alcaldes aquí hasta que se empezó a tener agua corriente en las casas. En las casas no tenían agua corriente... había en las calles algunas fuentes, Caño Wamba existía y otro caño más para arriba... Entonces tenían las mujeres un cántaro, ¿sabes lo que es un cántaro? entonces, llenaban y traían a casa. Y así era como se abastecían las casas. Aquí en nuestra casa no teníamos agua ni cuarto de aseo. Hasta que el alcalde Gerónimo Castillo consiguió sacar agua y hacer un depósito y ya meter agua en el pueblo. Él ha metido agua en el pueblo y fue una alegría, para todo el mundo...porque no tenía aquí agua ninguna casa”. (Antonia, alhamenha de 84 anos, aposentada).

Assim, a distribuição da água corrente para as residências do município alhamemho foi realizada através das medidas implementadas pelo então prefeito Gerónimo Castillo, em resposta ao serviço demandado pela população e reservado, inicialmente, aos setores sociais mais privilegiados (politicamente e economicamente) da comunidade. Deste modo, até o final dos anos de 1970, a água corrente foi privilégio de poucos. Tratou-se, portanto, de um recurso que seguia seu uso

¹⁰³ Neste sentido segundo Raya Retamero (2012: 580), “con la alcaldía de Castillo Prados asistía Alhama a un progreso inusitado. Durante la misma, en mayo de 1955, sería elegido Procurador en Cortes en representación de los municipios de la Provincia de Granada. En este momento se recogía la labor de proyectos fijados en Corporaciones anteriores, como la introducción del agua potable en 1955 (...)”.

doméstico baseado na própria hierarquia presente na sociedade alhamenha. Desta maneira, para aqueles que não faziam parte das classes médias ou da elite econômica deste município, era necessário acudir com um *cántaro* (recipiente antigamente utilizado para carregar água) à alguma fonte de água pública, para a partir daí, encher o recipiente de água e logo levá-lo nas mãos – ou nas costas – até o domicílio. Maria, alhamenha de 81 anos lembra que nesta época: *“cogíamos un cántaro entonces llenábamos y traíamos a casa...y así era como se abastecían las casas...aquí en nuestra casa no teníamos agua ni cuarto de aseo”*.

Da mesma maneira, como explica Álvaro:

“en mi casa, te estoy hablando de mi familia que era muy humilde... mi madre cogía un barreño grande, calentaba agua y con el barreño nos lavaba...pero como tú has podido ver aquí hay muchas casas blasonadas, casas que antes tenían agua... pero mi familia era humilde (...) nosotros antes cogíamos el agua sin ningún tipo de comodidad”. (Álvaro, alhamenho de 47 anos, agricultor e ex-trabalhador do balneário).

No entanto, como indicamos antes, esta situação de carência de abastecimento de água dos lares alhamenhos transformou-se, a partir do governo do prefeito Gerónimo Castillo. As medidas adotadas por este prefeito não só estão presentes de forma destacada na memória dos habitantes mais idosos de Alhama¹⁰⁴, como também, influenciaram, a nosso juízo, questões mais complexas tais como o impulso à separação entre a empresa balneária e população local (assunto que será

¹⁰⁴ A título de exemplo, alhamenhas como Aurora, de 86 anos, professora aposentada, recorda que *“han tardado muchos años para meter agua en el pueblo. Hasta cuando entró el alcalde Gerónimo Castillo i era un tío con mucha pasta, tenía familia de ricos y además era un hombre muy culto. Tenía la carrera de abogado y estaba muy preparado... y ese fue el que ya lo hizo todo. Metió el agua, tubería... puso la pila de la carrera (fuente localizada al lado del ayuntamiento)... así, pasamos a vivir de otra forma, de una forma más cómoda. Ya no teníamos problema con el agua; ya teníamos el agua en la casa...”*.

abordado com detalhes no capítulo sete deste trabalho e que basicamente está relacionado com a apropriação privada da água termal do *Balneario Viejo*)¹⁰⁵.

Contudo, se por um lado as águas termais e as poças públicas constituíram (e constituem) para muitos moradores um espaço marcado por seu passado ligado à higiene do corpo, por outro lado, o entorno do balneário – junto com a presença das poças termais – faz parte também de um conjunto importante no que diz respeito às recordações deste espaço como local de socialização e encontro, ou seja, funcionando quase como uma espécie de “Praça Maior” do município.

“Antes bajábamos al balneario con los amigos, con los primos, bajábamos para jugar al fútbol en las pistas de tenis. Durante el invierno el balneario siempre estaba cerrado, entonces, en los fines de semana, yo bajaba con mis primos mayores y recuerdo ir con ellos oyendo la radio, el transistor, el partido del domingo por la tarde... entonces todos nosotros íbamos oyendo el fútbol... Íbamos hasta el balneario, me acuerdo de deambular por aquellos jardines, entrar en las pistas de tenis para el futbol. Jugar un poco ahí al fútbol, y luego volver para el pueblo”. (Domingo, alhamenho de 50 anos, professor).

Além disto, o balneário – e o seu entorno natural – fazem parte de um lugar que correspondia a uma pausa temporária em relação à rotina da vida da cidade. Neste sentido, era um lugar para diversão e contemplação da natureza. Segundo Rosalía e María:

“El balneario era estupendo! La alameda con las ardillas... ibas andando por la alameda y las ardillas las estabas viendo por los arboles. Era un espacio para desconectar de la

¹⁰⁵ Ainda sobre este assunto, é importante dizer que no mesmo ano que Gerónimo Castillo investe em infraestrutura para abastecer de água potável diversas residências do município alhamenho (1955), o dono da empresa *Balneários de Alhama de Granada S. A.*, Sr. Manuel Rodriguez Ros, vai ao Registro da Propriedade da cidade de Málaga e adquire a titularidade (ilegal) da água termal do *Balneario Viejo* (isto é, uma água de titularidade comunal até o ano de 1955 – constatando desta maneira a “casualidade” das datas).

vida cotidiana. Tenía una naturaleza muy importante...jardines, plantas, flores”. (Rosalía, alhamenha de 80 anos, aposentada).

“Bajar al balneario era a paseos y para respirar aire puro. Para ver las rosas, el aroma... me acuerdo del olor, del olor del balneario y de los jardines. Es que ese olor es igual al que cuando yo era niña. Es que ese olor me reporta a esta época de niña. Es que huele igual...huele a alameda, huele a balneario, huele a agua termal...”. (Maria, alhamenha de 32 anos, técnica contratada pela prefeitura local)



Jardins do balneário de Alhama de Granada na década de 1960. Fotografia cedida gentilmente pelo escritor Andrés García Maldonado (archivo particular de García Maldonado).

Desta maneira, as características excepcionais deste entorno, sua vegetação, a beleza dos jardins, seu cheiro, entre outras características, propiciaram também a muitos moradores um lugar de passeio, de encontros... um lugar para conhecer um possível marido ou esposa. Assim sendo, o

sentido lúdico da água e dos jardins do balneário trazem para muitos alhamenhos e alhamenhas lembranças de um lugar para namorar, um lugar para disfrutar do amor:

“Bajar al balneario era siempre cuando conocías a alguna chica (risas). Bajaba al balneario para pasear...para estar con la pareja... sí, porque si te fijas, siempre hay en la alameda muchos árboles con corazones”. (Antonio, alhamenho de 42 anos, garçom e pedreiro).

6.2. Algumas notas sobre o protagonismo identitário da água termal e do balneário para os moradores de Alhama

A partir dos relatos mencionados no tópico anterior, podemos compreender que em Alhama de Granada as fontes termais e o balneário adquirem um protagonismo identitário – e representativo – entendidos como um processo oriundo de uma experiência histórica coletiva em torno do recurso termal. Um recurso que no interior do balneário reunia empresários, políticos, engenheiros, advogados... enquanto fora do estabelecimento, especialmente no entorno das poças públicas, moradores e vizinhos de classes mais populares, porém, que contribuíam em dar um tom de convivência de diversos grupos sociais, ainda que separados fisicamente.

Seguindo esta linha argumentativa, o balneário de Alhama entendido como um estabelecimento com altos preços, pouco possível de ser custeado pelos moradores, sendo, por isso direcionado às “pessoas ricas”, está presente na memória coletiva das pessoas que conheceram a vida deste estabelecimento, principalmente, durante os anos de 1960 e 1970. Como nos explica as alhamenhas Clara e Ana:

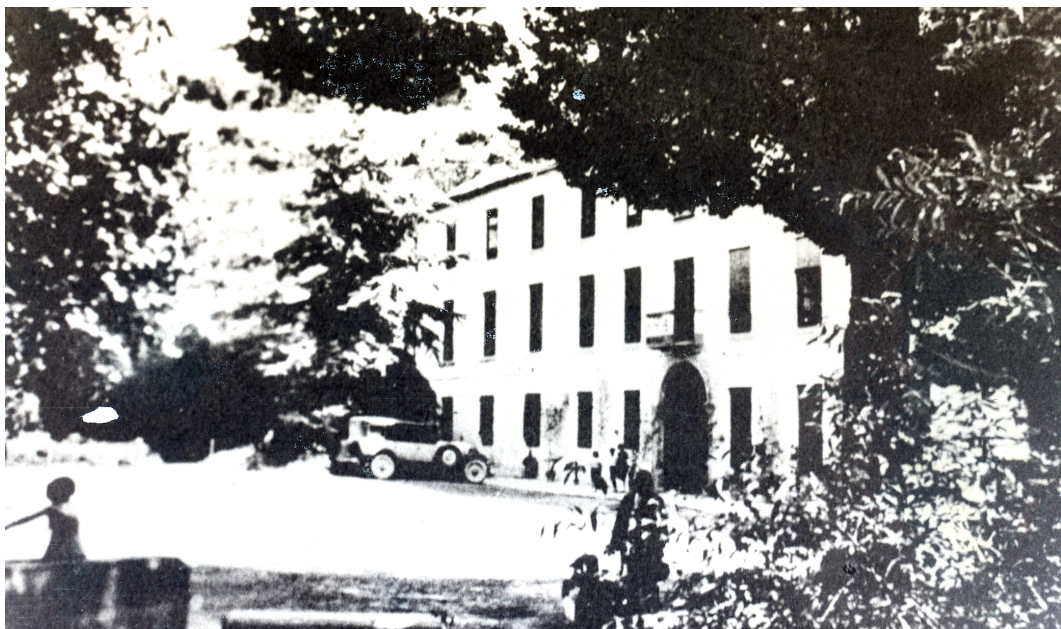
“Las instalaciones yo no las he utilizado, nunca. Yo utilizarlas..., cómo no, porque nosotros no teníamos dinero. Estas instalaciones eran para la gente rica. El balneario era

para gente rica y siempre ha estado fuera de mi alcance...”. (Clara, alhamenha de 59 anos, comerciante).

“Las personas no podían ir al balneario, que no podían costearlo...es que es muy caro el balneario, ¿no lo crees...? Pues la gente aquí no puede pagar, se van ahí a pasear, o a las pozas públicas...porque ahí no les cuesta nada”. (Ana, alhamenha de 62 anos, dona de casa).

Por parte de outros moradores, lembrar do balneário durante os anos de 1960 e 1970 é recordar os carros de luxo das “pessoas importantes” (médicos, engenheiros, advogados, empresários...) que chegavam ao município para descansar, jogar cartas, ler seus jornais durante as manhãs ou passear pela cidade e frequentar as noites os amplos salões de dança do balneário.

“Recuerdo que de mozo yo bajaba a ver los coches de la gente que venía al balneario, porque cuando bajaba al balneario recuerdo que veía coches que no veía en el pueblo, eso es lo que recuerdo: el aparcamiento y los coches de lujo...”. (Jorge, 46 anos, jardineiro e agricultor).



Carro antigo estacionado em frente ao *Balneario Viejo* de Alhama de Granada na década de 1960. Fotografia cedida gentilmente pelo escritor Andrés García Maldonado

Sobre a entrada de clientes que chegavam ao estabelecimento termal com seus carros de luxo, Toni, relata uma história curiosa e divertida durante dois anos que esteve trabalhando como garçom do balneário:

“Yo estuve trabajando dos años en el balneario, hace veinte años...y recuerdo que en el comedor, que es una parte que se divide por rangos como en todos los hoteles, teníamos que si un director de un banco, que si empresarios...una vez vi una cosa curiosa...cuando trabajaba en el comedor había un metre, entonces este metre se asomaba por la ventana y veía entrar el coche, entonces bajaba y preguntaba qué habitación tenía este...quién era. Entonces la gente más rica se la llevaba a su rango por las propinas... y recuerdo una vez una cosa muy graciosa que nos pasó, que mi compañero y yo tuvimos que conseguir un director de Unicaja (Caja de Córdoba), vino el director y el chófer, y a su rango le dieron el director y a nuestro rango nos dieron el chófer. Pasaron una semana o quince días y cuando se fueron el chófer nos dejó cinco mil pesetas a nosotros y el director no le dejó nada a él” (risas). (Antonio, alhamenho de 42 anos, ex-trabalhador do balneário).

Durante a entrevista com Antonio, também foi possível identificar a atmosfera familiar que possuía o balneário durante os anos de 1960 e 1970, sendo uma empresa em mãos privadas que abria durante apenas quatro meses (entre junho e setembro), estando, portanto, o resto do ano fechada e mantendo alguns dos seus trabalhadores vivendo nas imediações do estabelecimento para cuidar das instalações e vigiar a propriedade:

“Entrar al balneario era difícil, el balneario era para los clientes...he entrado porque un amigo...su familia, vivía en el sótano, el sitio que eran las dependencias y vivían ahí todo el año, porque ahí siempre ha vivido una familia cuando el balneario se abría 4 meses (junio, julio, agosto, septiembre) pero claro durante el invierno, los otros meses, había una familia que vivía ahí para vigilar, y entonces íbamos ahí a visitar (...) Tengo el recuerdo de visitar a nuestro amigo Juanma y su padre, te estoy hablando que podíamos tener 11 o

12 años, íbamos al balneario a visitar a nuestro amigo, a jugar. Él y su familia vivían ahí, tenían ahí su casa, eran trabajadores del balneario”.

(Pesquisador): *¿Y dónde vivían?*

“En el propio balneario, en una casa que hay donde está la bóveda esta del nacimiento, al lado hay una vivienda, ahí es donde vivían mis amigos, trabajadores del balneario...vivían ahí. Y cuando cerraban el balneario, nosotros de niños, saltábamos la valla y nos dábamos nuestros baños en la piscina [...] Luego estaba ese paseo de la alameda y había otro paseo anterior al puente que llegaba a una casa que se llama el “Guruguru”, la casa de otro amigo, la casa de Toni Santiago Raya. Ahí ha vivido su padre, su madre, sus hermanos han nacido ahí...sus padres eran trabajadores del balneario, su madre de cocinera y su padre no sé de que trabajaba en el balneario”.

(Pesquisador): *¿Y vivía más gente en el entorno del balneario?*

“Sí. En la Alegría. La Alegría es...hummm... ¿no has visto una fuentecita de agua que sale si bajas el balneario cuando terminan los tajos y empiezan los olivos?(...) ahí bebíamos esa agua. Entonces, justo ahí, había un cortijo grande que se llamaba La Alegría, y ahí vivía otra familia de las que cuidaba del balneario. Lo que pasa es que cuando se abandonó esa familia con el tiempo se vinieron a vivir a Alhama, ese cortijo se fue abandonando y se empezaron a meter hippies...entonces parece ser que el dueño del balneario prefirió...echarlo abajo. Pero ese sitio se llamaba La Alegría. Puede que todavía queden restos... luego, más abajo, había un bar que se llamaba: Bar Tomate, creo que lo llevaba Paco, ese bar tiene sus historias...porque ahí había una poza en el río donde la gente bajaba a bañarse...”. (Antonio, alhamenho de 42 anos, ex-trabalhador do balneário).

A partir desta perspectiva, o balneário e as águas termais geraram a construção de um discurso plasmado de um conjunto de valores e atitudes que constituem os “marcadores de identidade” desta população. Como comenta o alhamenho Jesús, de 48 anos:

“En Alhama hay una cosa que a mí me resulta un poco extraña, porque se considera el agua termal como parte de nuestra identidad, algo nuestro, porque se considera este recurso del pueblo. Y cuando hay algún problema o conflicto sobre el agua, por ejemplo, con la gente que es dueña del hotel-balneario (Manuel, el propietario), pues a todos los alhameños y alhameñas les sale esa vena de identidad, esa vena de “jameños”, que ve el agua como algo nuestro. Pero, después, para el resto de los temas del pueblo la gente está un poco pasiva, un poco que pasa de todo”.

Portanto, o conceito de “alhamenhos” ou “alhamenhas” refere-se aquilo que é comum a este coletivo e, em consequência, o que identifica e com o que se identificam seus membros, a partir de sua história e suas diferentes etapas de configuração de sua comunidade. Dito de outra maneira, em torno do balneário e do nascimento das águas termais, o grau de *identidade coletiva alhamenha* sustenta-se desde o reconhecimento de um largo processo histórico de formação e ocupação do município. Em Alhama, a história oral sempre nos remete à reconstrução de sua memória como coletivo humano relacionado com o uso e aproveitamento destas águas quentes dotadas de propriedades minero-medicinais.

Desta forma, neste município granadino a identificação de seus habitantes com a água termal tem caráter histórico-cultural. Isto é, se constrói no decurso do tempo e se manifesta mediante o discurso e a memória de sua população. Implica, portanto, um conjunto de valores e de formas expressivas de um coletivo (uma cultura), que foi configurando e evoluindo ao longo do tempo (construção histórica). Consequentemente pode-se considerar a identidade como uma categoria analítica¹⁰⁶, com a que se busca entender e explicar a “semente” e o “viver histórico” próprios deste município termal.

¹⁰⁶ De acordo com John Lacombe (2008 :21) “la identidad tiene siempre su manifestación plena en la cultura, que es la decantación de proceso histórico, “lo que va quedando” como resultado del paso del tiempo”.

Deste modo, com o desenvolvimento do trabalho de campo sobre as experiências, lembranças e a história oral sobre esta comunidade – e sua relação com este recurso excepcional que é a água termal – foi possível tecer reflexões valiosas sobre o acervo de conhecimentos que a população alhamenha tem sobre suas *fontes de águas quentes* e o *patrimônio-balnear*. Um acervo construído e sustentado a partir da experiência adquirida e expressada mediante os saberes e práticas acumuladas ao longo dos anos. Em resumo, uma “memória viva” transmitida culturalmente de uma geração à outra. Como nos explica Rafael:

“Entonces la primera vez que escuchas hablar de las aguas es en la familia...en la escuela...incluso hoy en día los profesores siguen enseñando a los niños el balneario y las fuentes de agua de Alhama”. (Rafael, alhamenho de 47 anos, agricultor).

Assim, no decorrer da pesquisa, as histórias contadas por nossos entrevistados nos levaram a refletir sobre a transmissão oral dos usos e práticas vinculadas às águas termais e presentes no discurso transmitidos de uma geração para outra (avós, tios, filhos, netos, sobrinhos...). Uma transmissão de usos, práticas e, inclusive, sentidos. Tudo isso, resultado de um complexo processo de aprendizagem social, mediante a transmissão do conhecimento baseado nas experiências e práticas tradicionais do indivíduo e sua rede social. Trata-se de uma transmissão de usos e saberes que têm os membros das gerações procedentes (avós, pais e tios) aos membros de uma nova geração dentro das famílias (netos, filhos e sobrinhos) e também dentro das escolas (professores-alunos).



Fotos do projeto desenvolvido com os alunos do instituto escolar de Alhama de Granada. Projeto intitulado “El agua y las pilas en Alhama”.
Foto do autor (2010).

Portanto, durante a realização das entrevistas foi possível escutar frequentemente que as águas termais em Alhama de Granada representam, ao mesmo tempo, um elemento de identidade e um elemento educativo da cultura local, um elemento patrimonial e coletivamente representado nas lembranças de sua população. A água termal tem relação com a percepção e os sentidos próprios de alhamenhos e alhamenhas, os sentidos e sentimentos de uma população culturalmente e historicamente vinculada a este excepcional recurso. Como mencionam Escalera-Reyes y Huan Porrah (2011: 239), no caso de Alhama, trata-se de águas quentes que definem e outorgam entidade específica à coletividade local como *hameño* e *hameña* (transcrito intuitivamente como “jameños”), e denominam a seu município como *Alhama* conforme a tradição oral do *andalú der terreno* o alhamenho. Ou seja, através desse simples uso linguístico, a comunidade *hameña* vincula sua identidade – mais ou menos inconscientes – com o topônimo original em árabe

andalusí que designa ao “banho de águas termais”. Por isso, as águas termais converteram a identidade coletiva deste município em algo singular, particular, algo que poderíamos chamar de uma *cultura da água termal*. Homens e mulheres envolvidos na realidade na qual os processos de construção e transformação identitária passam a determinar a imagem do município e a de seus próprios cidadãos em relação a um recurso natural atípico.

“Somos orgullosos de vivir en Alhama, que es un pueblo con balneario. Y lo primero que, cuando, vamos fuera y queremos dejar una referencia a alguien de nuestro pueblo, lo decimos: Alhama, el pueblo de las aguas termales y del balneario: ¿no lo conoce? ¿Como que no va a conocer? Que es el pueblo del balneario... pero si es de época romana... que es muy importante...”. (Maria, alhamenha de 32 anos, técnica da prefeitura local).

Neste contexto – e tendo em conta os discursos de nossos entrevistados – a água termal de Alhama constitui um recurso natural repleto de valores, simbologias e lembranças que muito além de seus usos utilitários, constitui-se uma representação de uma espécie de “corpo social com entidade própria”. Isto é, como fizemos referência antes, trata-se de um elemento representativo de um “nós” diferenciador de “outros” (coletivos humanos), ou populações vizinhas.

Assim, por meio do nosso trabalho de campo, foi possível constatar que o caráter emblemático da água termal é o referente simbólico mais denso da identificação dos alhamenhos e alhamenhas. Tudo isto explica que a *cultura da água termal* deste município é também a expressão da identidade do grupo humano que cria e, em grande medida, a mantém (cultura da água) durante o passar dos anos. Trata-se da manutenção de tradições, histórias de infância e um certo sentimento emotivo (com grande dose de carinho) de um patrimônio natural (água termal) e histórico-arquitetônico (Balneário). Para o teórico Molano (2007: 84) “a identidade supõe um reconhecimento e apropriação da memória histórica, do passado. Um passado que pode ser

reconstruído e reinventado, porém que é conhecido e apropriado pelos indivíduos de uma determinada sociedade”.

Em síntese, encontramos em Alhama um grau de identificação das pessoas com a sua *história das águas quentes*, além do que envolve o sentimento de pertencimento dos indivíduos em relação às suas práticas e valores comuns compartilhados em torno aos mananciais termais que deram origem a um imponente e destacado patrimônio natural, histórico, arquitetônico e cultural.

Deste modo, das páginas procedentes –a nível conclusivo – não podemos deixar de apontar que neste capítulo nosso interesse esteve sustentando em apresentar aos leitores dados obtidos das recordações dos moradores de Alhama. Isto em relação ao que representa as águas termais (e o balneário) para esta população e seus habitantes.

É indiscutível que os banhos termais deste município, utilizados desde tempos imemoriais, marcaram desde sempre a peculiaridade desta comunidade. Traços que ao longo da história conjugaram elementos destacados no que diz respeito à utilização local e os saberes populares relacionados a esse recurso.

Em outras palavras, a história dos banhos termais de Alhama de Granada percorre uma larga trajetória de usos, práticas, costumes, progressos científicos e tecnológicos. Desde o despertar do renascimento à revalorização das práticas médicas impulsionadas, em especial, durante o início do século XIX¹⁰⁷, até chegar nos anos de seu maior esplendor– *la Belle Époque* – como lugar de encontro e ócio de uma clientela cada vez mais exigente que buscava no “Grande Hotel Balneário”, suas instalações luxuosas (de banhos e aposentos), seus restaurantes, parques, jardins e salões de baile e jogos.

¹⁰⁷ Sobre tudo com a criação do Corpo de Médicos Diretores dos balneários espanhóis.

Foram banhos que passaram também pelas mudanças e transformações ocasionadas pelo progresso, fruto da Revolução Industrial (incluindo a evolução dos meios de transporte, telégrafo, eletricidade, etc...) e das constantes remodelações arquitetônicas e paisagísticas realizadas, principalmente, após a sua privatização na década de 1830. Tudo isto até chegar ao início da Guerra Civil, momento que ocasionou o fechamento de diversos balneários para transformá-los em hospitais direcionados somente a recuperação e tratamento dos soldados feridos durante os conflitos¹⁰⁸.

Passada a Guerra Civil, nova abertura ao público (maioritariamente elitizado) com crescimento de uma demanda que a partir da década de 1960 passou a competir com a “nova moda” de uma terapia e prazer vinculada aos novos destinos turísticos da costa (*turismo de sol e praia*). Isto, unido a muitas das transformações da conjuntura social e econômica de todo o país e, claro, de Alhama de Granada que acompanhou essas mudanças ligadas com o “universo rural” que observou com bons olhos a chegada de um novo Estado, isto é um *Estado de bem-estar social*.

Não obstante, entrando na década de 1980 – período ainda marcado por um certo bem-estar econômico experimentando pelo país, além do interesse crescente pela cultura da saúde e da natureza (e provavelmente por um certo excesso de *turismo de sol e praia*), Alhama viu seu

¹⁰⁸ As pessoas com idades mais avançadas de Alhama lembram que durante sua infância, em plena Guerra Civil, o balneário foi ocupado pelos republicanos, neste sentido, muitos alhamenhas lembram que o balneário chegou a funcionar como hospital de sangue durante este período turbulento no país. Para estes alhamenhas e alhamenhas, o balneário servia como um lugar onde as águas termais facilitavam no procedimento de retirar balas dos corpos dos feridos durante esta guerra... além disto, muitos dos depoimentos aludem ao risco de vida que chegou a passar o médico do balneário durante aqueles “tristes” anos de mortes e pelotões de fuzilamento: “*El balneario ha funcionado durante la Guerra Civil como un hospital de sangre, en manos de los rojos, en primer lugar. Incluso, el medico del balneario no lo fusilaron los rojos por los beneficios que podía reportar a él. Pero estuvo varias veces en el pelotón de fusilamiento...durante los meses que duró la ocupación republicana en Alhama*”. (Joaquín, alhamencho de 85 anos).

“renascer” ligado ao interesse sobre as águas termais e balneários através do Programa Termalismo Social do IMSERSO¹⁰⁹.

E, finalmente, com a chegada do século XXI, encontraremos um momento decisivo para esta comunidade, ou seja, um período marcado por um processo complexo de separação entre empresa balneária e a população local. Esta separação, como veremos no seguinte capítulo, refletirá de modo a infelizmente obstaculizar um verdadeiro desenvolvimento sustentável de Alhama. Em resumo, um município que passou a sofrer de uma “lógica empresarial” capaz de ignorar as reminiscências históricas e culturais de base local e, além disso, sofrer de medidas injustas frente o contexto de acesso público e gratuito dos moradores a sua água termal.

¹⁰⁹ Programa que, como foi apresentado no capítulo 5 deste trabalho (tópico 5.3), passou a permitir – mediante grandes inversões econômicas por parte do Estado Espanhol – proporcionar a subvenção de tratamentos e alojamentos para milhares de espanhóis maiores de 65 anos.

CAPÍTULO 7

ALHAMA DE GRANADA E SUAS ÁGUAS TERMAIS COMO REALIDADE

COMPLEXA: APROPRIAÇÃO PRIVADA DO RECURSO HÍDRICO

No capítulo anterior estivemos apresentando uma descrição baseada nos dados etnográficos obtidos durante nosso trabalho de campo sobre o que fundamenta a água termal de Alhama de Granada como sendo o principal elemento identitário desta população. Um elemento que segue alimentando lembranças, histórias e sentimentos que fazem com que este recurso se transforme em algo que não apenas pertence aos alhamenhos e alhamenhas, mas também, é parte deles.

Entretanto, partindo desta leitura e retornando ao nosso marco teórico abordado no capítulo 3 (sobre o processo de mercantilização e apropriação privada dos recursos hídricos), apresentaremos nesta parte de nosso trabalho uma análise do contexto sócio-político relacionado com a apropriação da água termal de Alhama de Granada. Tendo esta, uma clara vinculação com a conjuntura desta comunidade e todo o seu processo histórico e reivindicatório vinculado a dois aspectos fundamentais de nossa análise. Por uma parte, à transferência da propriedade deste recurso (de um recurso comunal para um recurso privado) e, por outra, aos interesses relacionados com a ânsia do desenvolvimento urbanístico vinculado com a atividade termal alhamenha e suas possíveis consequências.

Cabe ressaltar que um dos principais objetivos deste capítulo será situar o leitor sobre a complexa questão vinculada com o debate de restringir e, inclusive, inviabilizar o acesso da população alhamenha ao recurso hídrico termal de seu município. Sendo este, um debate que involucra as diferentes formas de concepção em relação à perversidade de uma violência que se

exerce sobre a população local e seu pressuposto histórico e cultural (“direito histórico”) de acesso comunal e gratuito a água termal. Logo, não deixando de indicar que este aspecto, conforme apresentamos no marco teórico dessa pesquisa, é um elemento que ameaça o processo de desenvolvimento sustentável de Alhama.

Assim, para abordar este assunto, decidimos organizar este capítulo em dois tópicos. No primeiro descreveremos como se desenvolveu historicamente as diferentes etapas da apropriação privada da água termal. Tratando neste caso de descrever o conflito iniciado em 2001 a partir do corte da descarga de água termal derramada nas poças públicas situadas na beira do rio do município (a poucos metros do balneário). A seguir, tópico dois, apresentaremos os principais atores sociais presentes no conflito que nasce a raiz da ânsia do desenvolvimento urbanístico (de capital e gestão privada) baseado no turismo termal e sua potencialidade para especular um terreno ainda protegido da demanda massiva de construções de alojamentos de luxo, campos de golf, grandes infra-estruturas turísticas, etc. Como veremos, uma demanda que poderia resultar em uma ameaça deste o ponto de vista ambiental, social e cultural de uma dinâmica econômica pouco preocupada com conservação dos recursos naturais e com as reminiscências históricas e tradicionais de Alhama e suas águas termais.

7.1. Aspectos históricos relacionados com as etapas da apropriação da água termal de Alhama de Granada: transformação de um recurso comum para um recurso privado

Retornando a idéia apresentada na página anterior, o debate sobre a questão de restringir ou inviabilizar o acesso da população alhamenha a sua água termal perpassa pelo entendimento sobre as diferentes formas de concepção da apropriação deste recurso usufruído por seguidas gerações de Alhama. Para abordar esta questão, o primeiro passo será apresentar uma breve retrospectiva histórica relacionada com a apropriação privada da água termal desta comunidade. Neste sentido,

historicamente, vale a pena lembrar que desde a dominação deste município pelos Reis Católicos (1495), a água termal e o balneário passaram a ser de seus habitantes (“para que los tengáis y poseáis ahora y de aquí en adelante para siempre jamás”) e, portanto, sendo um recurso de caráter comunal administrado pelo então conhecido *Consejo de Alhama* (organismo público-administrativo de caráter local responsável pela gestão das propriedades municipais)¹¹⁰. Esta instituição tinha a obrigação de administrar o balneário e controlar o direito de uso dos banhos termais para os pobres e militares, setores da sociedade (unidos aos moradores de Alhama) que possuíam o direito de uso e tratamento gratuito. Porém, como afirma o pesquisador Javier Bermúdez Sánchez a água foi sendo apropriada pela empresa Balneários de Alhama de Granada S. A. com o passar dos anos, incluindo a omissa por parte da prefeitura local que poderia ter lutado pela continuidade da titularidade comunal deste importante recurso. Segundo afirma Bermúdez (2007): “Es un caso más en el que a lo largo de la historia se ha ido desapoderando a los vecinos de sus derechos al aprovechamiento de las aguas termales favoreciendo a “concesionarios privados” [...], al menos con una inexcusable dejadez municipal y que bien podría constituir el tipo de la prevaricación. La Administración autonómica de Minas, en principio, también ha obviado, de momento, el aprovechamiento vecinal de las aguas termales y, de nuevo, a favor del antiguo “concesionario” de la finca del balneario”. (Bermúdez Sánchez, 2007: 90).

Contudo, merece aqui aludir ao prestigiado *Diccionario de Pascual Madoz*, publicado em 1850, onde encontramos um registro importante sobre a gratuidade dos banhos termais para os pobres, militares e moradores do município. Segundo palavras dos autores desta obra:

“Sobre los baños termales de Alhama de Granada (...) Cada persona que toma el Baño paga 20 reales, sea corta o larga la temporada que invierta y siempre que habite dentro del establecimiento; pero si vive fuera satisface por dicha temporada 30 reales. De este pago se exceptúan los vecinos de Alhama y los pobres de solemnidad a quienes acompaña la oportuna

¹¹⁰ Para um estudo detalhado sobre este assunto, ver Retamero (2009).

carta de caridad, o sea, un documento que acredite su pobreza y enfermedad; para los de esta clase hay una habitación separada del establecimiento principal, en la cual se hallan distintos locales para los dos sexos, alberca para tomar los Baños y el agua corriente para que perciban los parciales y de percusión. En la actualidad se da también Baño gratis a los militares, desde sargento abajo, y habitación a los imposibilitados mediante un corto estipendio, proporcionándoles el vecindario de Alhama camas por intervención del Ayuntamiento; como este asunto en lo concerniente a la clase de tropa no tiene en el día bases fijas, parece que se está arreglando entre el Gobierno y el propietario del establecimiento D. José Lafuente y Vida”. (Diccionario de Pascual Madoz, 1850).

Entretanto, a partir das primeiras três décadas do século XIX, antes mesmo dos processos desamortizadores¹¹¹, a posterior redução drástica da propriedade pública, a conformação do Estado Moderno e a substituição das regulamentações locais por outros mecanismos normativos que aplicaram uma certa “onda privatizadora” dos balneários de todo país¹¹², a prestigiada *hospedaria* (*Hotel Viejo* de Alhama) foi transferida para o domínio privado de um rico empresário malaguenho, José Lafuente Vida. Segundo afirma o historiador Salvador Raya Retamero (2009) “La fecha de este documento, 1831, nos confirma nuevamente que la enajenación del Baño de Alhama se produce con anterioridad a la desamortización de Mendizábal” (Retamero, 2009: 194). Este empresário, a partir da década de 1830, tratou de intensificar as reformas do edifício, além de iniciar novas relações e interconexões de seu negócio com uma nova clientela mais elitizada¹¹³, o

¹¹¹ Quando nos referimos a “processos desamortizadores” fazemos referência a um largo processo histórico, econômico e social iniciado a finais do século XVIII na Espanha e que consistiu na venda de um conjunto de bens pertencentes a instituições políticas ou corporações religiosas, conhecidos como “bens amortizados” (propriedades que não se podia vender ou herdar). Porém, com a crise econômica espanhola (provocada pelas perdas do mercado colonial, o agravamento da crise financeira depois da Guerra de Independência, entre outros fatores), a transferência de diversos bens da igreja e dos governos municipais passaram a ser propriedade privada através das desamortizações. Para maiores informações sobre este assunto ver Gilabert (2003).

¹¹² Analisa este assunto com detalhes Alonso Álvarez, Vilar Rodríguez e Lindoso Tato (2010).

¹¹³ Segundo Cátedra Tomás (2009), a partir da segunda metade do século XIX, os balneários espanhóis converteram-se em um negócio importante e muito rentável. A documentação existente sobre este assunto nos permite afirmar que, sobretudo, a partir deste período, empresas balneárias como foi o caso de Alhama de Granada e outros balneários do

que com o passar dos anos deu origem a uma rentável empresa que inclusive iniciou uma progressiva desarticulação do *dereito histórico* de uso comunal dos banhos termais por parte dos moradores. Segundo transcrição integral do livro de Retamero (2009): “Por la sesión del 4 de agosto de ese año de 1831, conocemos que continuaban los trámites para una nueva tasación del Balneario: *Sobre Baños. Se dio cuenta de un oficio del Señor Intendente de esta provincia, fecha 21 de junio de este año en que previene se nombre por parte del Ayuntamiento un arquitecto o maestro aprobado para la nueva tasación en venta de los Baños termales de esta ciudad para que en (...) con los que nombre la Sub(...) principal y la parte de de don José Lafuente y Vida se practique dicha tasación y en su vista el Ayuntamiento acordó nombrar al maestro de albañilería aprobado, Antonio Martín Ruiz, y que así de diga al dicho Señor Intendente*. Por tanto, hemos de considerar que el Balneario de Alhama pasaba a *gestión* o a *manos privadas* en 1831; el 21 de julio, por ser esta referencia documental la que más nos aproxima a su enajenación”. (Retamero, 2009: 195).

Deste modo, as águas termais de Alhama de Granada somente passaram a ser um recurso privado, tal como o conhecemos em nossos dias, no ano de 1955, período no qual sócios da empresa Balneários de Alhama de Granada S.A. (registrada em 1944 e estando formada pelo capital social de cada um dos sócios, descendentes do já citado José Lafuente) aproveitaram o desconhecimento do notário da cidade de Málaga – em relação ao contexto histórico e do tipo de venda feita na década de 1830 (uma venda somente do hotel) – e inscreveram as águas termais no Registro da Propriedade como sendo um recurso de caráter privado e pertencente a sua empresa¹¹⁴.

país, experimentaram um grande crescimento pautado na estratégia de atrair clientes com importantes ganhos econômicos, isto é, gente com dinheiro que passou a se interessar cada vez mais pela “cultura do banho termal”. Como afirma esta autora, tratou-se de um lugar de encontro apropriado pelo próprio ritual termal, ou seja, um espaço de sociabilidade antes reservado a doentes, pobres e militares, porém, agora, sendo utilizado também por uma “emergente elite econômica” (empresários, políticos, engenheiros, médicos, advogados, etc). Para Gil de Arriba (2000), nesta época “a natureza se domesticou para os rituais do ócio burguês”.

¹¹⁴ Sobre o processo da venda da *hospedaria* (“Hotel Viejo”) de Alhama de Granada, um documento importante que trata deste assunto é a Ata Municipal de 21 de maio de 1830, onde o *cabildo* (pessoa que nesta época atuava como prefeito do município) fazia referência ao “expediente instruído para o cálculo do preço dos Banhos Termais de

Desta maneira, a partir de 1955, estando a água registrada como propriedade privada, os proprietários do hotel, seguros de seu poder baseado em uma escritura que seguia os requisitos jurídicos de domínio da propriedade deste recurso natural, trataram de incrementar medidas cada vez mais excludentes dos coletivos locais, o que supôs, claramente, que muitas das práticas e uso das águas termais fossem ignoradas.

Com isto, a racionalidade de uso e regulação pautada em aspectos econômicos de caráter privado baseado na lógica do benefício, como veremos a continuação, ignorou a racionalidade de uso público e gratuito dos moradores. Uma racionalidade que com o passar do tempo foi adicionando “novos ingredientes” cada vez mais potentes em relação à apropriação privada da água termal. Sendo o primeiro deste “ingredientes”, a demolição, na década de 1960, da zona de banhos termais destinada aos pobres, militares e moradores de Alhama, o chamado “Baño de los Pobres” (zona constituída por uma pequeno alojamento e um banho alimentado com água termal que era desaproveitada na zona dos banhos e tratamentos termais da empresa Balneários de Alhama de Granada S.A.).

Por outra parte, um segundo fator importante consistiu em uma reforma feita no final da década de 1990 no edifício de acesso ao local de nascimento da água termal (“Monumento Árabe”). Com esta reforma o acesso ao nascimento das águas termais do *Balneario Viejo* passou a ser feito com a necessidade de passar, obrigatoriamente, pela recepção do hotel, portanto, passando a restringir o acesso livre que antes era realizado pela parte exterior do edifício privado (através de um passeio rodeado de árvore e localizado entre o hotel e a margem do rio Alhama).

Já um terceiro fator destacado, ocorrido no inverno de 2001, consistiu no impedimento da

Alhama de Granada”, por solicitude de seu futuro dono: José Lafuente Vida. Este documento comprova que antes mesmo da realização dos primeiros trâmites burocráticos para a venda do hotel, o estabelecimento já conhecia seu dono. Por outro lado, o documento que ordenava a gestão municipal a outorgar a escritura do estabelecimento a José Lafuente Vida foi registrado na sessão de 20 de janeiro de 1831, documento que fazia referência ao Real Decreto no qual o Rei ordenava a venda ao citada Lafuente Vida. Para um estudo mais aprofundado sobre este assunto ver Bermúdez Sánchez (2007) e Raya Retamero (2009).

população local de ter acesso a chamada *alameda do balneário* (jardins localizados em frente a porta central do *Balneario Viejo*) durante os meses no qual a empresa se mantém fechada (sempre durante o inverno). Neste sentido, o dono da empresa Balneários de Alhama S.A. ordenou a colocação de cercas de metal na entrada e no terreno que rodeia toda área dos jardins do balneário. Uma ação que segundo Gustavo Mesa, médico que trabalhava na empresa em 2001, foi justificada por motivos relacionados a “segurança da empresa”¹¹⁵. Porém, algo que representou uma ruptura do costume relacionado aos passeios de muitos alhamenhos e alhamenhas durante o período que a empresa estava fechada (entre dezembro e março de cada ano).

Finalmente, um quarto fator importante – sendo o “*fato detonante*” do conflito pela defesa da água termal iniciado no ano de 2001 – sendo também o fator que centraremos nossa atenção nas próximas páginas, ocorreu em maio de 2001 e consistiu em sucessivos cortes da água termal derramada nas poças e responsável por abastecer o pouco que ainda restava de acesso público e gratuito deste recurso por parte dos moradores e visitantes. Este “fato detonante” fez com que um grande número de alhamenhos e alhamenhas – incluindo políticos, advogados, comerciantes, agricultores, empresários, etc... – passassem a atuar frente a esta problemática que involucrava diversos elementos de cunho social, histórico e cultural do município. Assim, como consequência do corte da água termal derramada nas poças, um amplo setor da sociedade alhamenha passou a atuar, primeiro, através da tentativa de diálogo com os donos e a direção da empresa, ato sem sucesso¹¹⁶; e, logo, através de denúncias e ações jurídicas que reivindicavam o retorno do fluxo de água termal derramado nas poças.

Sobre as denúncias e ações jurídicas, inicialmente, a administração local, governada em 2001

¹¹⁵ Segundo palavras de Gustavo Mesa: “la verja colocada en el interior de la finca del balneario se ha puesto por motivos de seguridad” (palavras do médico do balneário publicadas na imprensa local: *Alhama Comunicación*, em 05/12/2001).

¹¹⁶ Para maiores informações sobre este assunto ver *Acta de la Sesión Ordinaria celebrada por el Pleno Municipal el día 6 de septiembre de 2001* (Pág. 23). Disponível em: www.ayuntamientodealhama.com/plenos.html (última visita: 30 de outubro de 2013).

pelo então prefeito Francisco Escobedo (pertencente ao Partido Socialista Obreiro Espanhol, PSOE)¹¹⁷ e sua equipe de governo (com maioria absoluta), trataram de apresentar diversos expedientes em forma de comunicação e denúncia frente a Confederação Hidrográfica do Guadalquivir e da Delegação de Meio Ambiente da Junta da Província de Granada para que estudassem a obrigação (por parte da empresa Balneários de Alhama de Granada S.A.) do retorno do abastecimento da água termal derramada nas poças. Além disto, no mês de maio de 2001, o prefeito e sua equipe de governo, durante Sessão Plenária Municipal celebrada no dia 31 de maio de 2001, submeteu um acordo baseado em uma votação sobre os representantes e suas respectivas atuações frente a problemática estabelecida entre a prefeitura e a empresa Balneários de Alhama de Granada S. A. Desta maneira, os assistentes desta Plenária, entraram em acordo sobre os primeiros procedimentos fundamentais para a busca de soluções para o problema que representava o corte da água termal derramada nas poças públicas localizadas na beira do rio. Assim, sobre estes procedimentos, foi decidido nomear o Sr. Gerardo Molina Gómez (assessor da prefeitura) como sendo a pessoa responsável por realizar um estudo oportuno com o objetivo de defender o interesse público sobre as águas termais das poças. Por outro lado, foi decidido que o prefeito Francisco Escobedo realizasse todas as medidas necessárias para que o fluxo de água termal (descarregado nas poças públicas) seguisse proporcionando aos moradores e visitantes o *direito histórico* ao banho público e gratuito no município.

No entanto, entre esta Sessão Plenária realizada no dia 31 de Maio de 2001 e a primeira semana de agosto do mesmo ano, a prefeitura de Alhama não entrou com nenhuma outra reivindicação de estudo ou ação legal para garantir o continuo abastecimento da água termal necessário para a manutenção das poças. Reivindicações necessárias, segundo um grupo elevado de alhamenhos e

¹¹⁷ Como estivemos apresentando no capítulo cinco deste trabalho, o partido PSOE de Alhama de Granada esteve governado o município com ampla maioria durante mais de três legislaturas. Perdendo o poder a partir das eleições de 2011 para o Partido Popular (PP).

alhamenhas que consideravam urgentes as estas medidas frente a uma situação de corte da água termal derramada nas poças.

Desta maneira, levando em conta o intervalo de tempo estabelecido entre os meses de junho e agosto de 2001, a população alhamenha, que seguia observando sucessivos cortes da água termal, além de seguir sem escutar nenhum tipo de posicionamento por parte da administração local sobre este assunto, organizou de forma voluntária um grupo que foi denominado de “*Plataforma de defensa da água quente de Alhama de Granada*”.

Noticias

Creada una Plataforma por el Agua Caliente

NOTICIAS JUEVES, 02 AGOSTO 2001 00:00 REDACCION

Share Me gusta 0 Twitter Share Compartir 0

Creada una Plataforma por el Agua Caliente para reclamar el agua de las pozas

Agosto 2001.- Ante los continuados cortes del agua caliente que los alhameños y visitantes podían disfrutar a las orillas del río se ha constituido un movimiento ciudadano bajo la denominación de Plataforma por el Agua Caliente y que desde el seis de agosto, viene protagonizando diversos actos de protesta, entre los que destacan, la celebración de una asamblea cada noche, a las 21 horas, en el Paseo del Cisne, la posterior salida de una marcha en dirección al Bañeario precedida de dos pancartas y el reparto de un manifiesto reivindicativo.

AGOSTO 2001. – Texto completo publicado: “Ante los continuados cortes del agua caliente que los alhameños y visitantes podían disfrutar a las orillas del río se ha constituido un movimiento ciudadano bajo la denominación de Plataforma por el Agua Caliente y que desde el seis de agosto, viene protagonizando diversos actos de protesta, entre los que destacan, la celebración de una asamblea cada noche, a las 21 horas, en el Paseo del Cisne, la posterior salida de una marcha en dirección al Bañeario precedida de dos pancartas y el reparto de un manifiesto reivindicativo. Desde principios de verano los alhameños han visto como desaparecía, primero de forma intermitente, y más tarde, definitiva, el chorro de agua caliente que llenaba las cuatro pozas en las que numerosos alhameños y visitantes se bañaban gratuitamente. Por ello, este grupo de ciudadanos se ha constituido en Plataforma para reclamar lo que consideran “parte de su cultura popular, pues la población de Alhama de Granada ha disfrutado durante más de 2000 años de esta agua termales que dan nombre al pueblo”. Acusan a la empresa que gestiona el Bañeario de que “ha privado, ha despojado, ha desposeído, a la población de Alhama y a cuantos visitantes disfrutaban de las aguas del Baño, de la utilización de las mismas por sorpresa y sin ninguna explicación coherente, ni a las autoridades, ni a la población”.

Manifiesto: Por ello, en el manifiesto tras afirmar que “nos cansa y nos duele comprobar cómo la empresa privada, posiblemente con la complicidad de estamentos públicos esquilmán el patrimonio cultural y natural en su exclusivo beneficio”, reclama que el agua sea devuelta al cauce del río en el lugar y con el caudal tradicional, el respeto a las formas y tradiciones populares, así como, la implicación de la Confederación Hidrográfica, Minas, Cultura, Ayuntamiento de Alhama “para que hagan valer la Ley Natural que ha propiciado a jameños y visitantes contemplar el cielo cuando se bañan”. También han llevado a cabo la recogida de entre 600 a 700 firmas que piensan adjuntar a las denuncias que formularán a los anteriores organismos, tras la celebración de una concentración masiva, posiblemente el próximo sábado, 19 de agosto. También se está ofreciendo información de este movimiento ciudadano a través de Internet en francés, inglés e italiano. En especial, han solicitado la intervención del Ayuntamiento pues al tema del corte de agua añaden el de la colocación de una verja a la entrada de los jardines, la colocación de señales de tráfico, al tiempo que denuncian la presencia de cuatro a seis Guardias Civiles cuando, en su opinión, son tan necesarios en otros lugares de la comarca”.

Fonte: <http://www.alhama.com/digital/alhama/noticias> (acessado em: 14/11/2013)

Este grupo de cidadãos organizados tinha um objetivo claro: atuar como um rol líder dentro dos agentes opositores ao corte da descarga de água termal derramada nas poças. Deste modo, o principal interesse desta Plataforma era o de estabelecer as bases para uma resolução rápida e decisiva em defesa dos “direitos históricos” dos moradores. Como lembra Alma, comerciante:

“El objetivo de la Plataforma durante su formación era el de buscar una mejor situación para nuestro problema. Nuestro problema relacionado con el corte del agua caliente. Eso porque desde el Ayuntamiento y desde la Confederación Hidrográfica del Guadalquivir observábamos con preocupación la demasiada tardanza en dar respuestas a este nuestro problema. El problema del agua caliente de nuestro pueblo”. (Alma, alhamenha de 45 anos, comerciante).

Além disto, segundo um grande número de moradores entrevistados, a legitimidade também da criação desta Plataforma foi a de estabelecer um forte movimento social organizado e que passou a constituir e atuar como um importante agente de ação que buscava em sua base alternativas para o grande problema que representava para os habitantes o desaparecimento do pouco que havia restado de acesso público e gratuito a água termal de seu município.

Assim, esta Plataforma, já durante os primeiros dias de sua criação, iniciou uma série de atos reivindicatórios (assembléias, obtenção de assinatura dos moradores em relação a proibição dos contínuos cortes da água derramada nas poças, organização de manifestações em frente ao balneário, reuniões e redação de documentos jurídicos-reivindicatórios para distintas organizações com responsabilidade sobre este assunto, entre outros).

Além disto, os membros desta Plataforma – durante posteriores reuniões, sessões plenárias e atos organizados pela prefeitura de Alhama – seguiram pressionando o então prefeito Francisco Escobedo para que ele atuasse de maneira mais efetiva em relação aos sucessivos cortes da água termal derramada nas poças. A nível de exemplo, na Sessão Plenária realizada no dia 6 de setembro de 2001, membros da Plataforma manifestaram sua insatisfação sobre a ausência de

respostas frente ao caso das poças públicas que seguiam recebendo cortes de água termal. Sobre esta questão, Francisco Escobedo afirmava que: *“este es un asunto complejo que requiere la máxima prudência y paciência a fin de que el Ayuntamiento y el pueblo de Alhama se pueda hacer de un documento fiable y con garantías”*¹¹⁸. Além disto, Escobedo ressaltava também:

“(...) esta Alcaldía y el Equipo de Gobierno estamos abiertos a cualquier propuesta que se haga por parte de la oposición para restablecer la salida de agua caliente como habitualmente ha salido hasta ahora. No descartar un posible acuerdo entre la empresa Balneario de Alhama de Granada S.A. y el Ayuntamiento siempre y cuando, y esto hay que dejarlo suficientemente claro, se garanticen a perpetuidad de los derechos que desde tiempo inmemorial han tenido los alhameños. Sin esta premisa no va a ver ningún acuerdo de este Ayuntamiento con Balnearios de Alhama. El Ayuntamiento no pretende ningún enfrentamiento con ninguna empresa privada, las actuaciones que se han iniciado vienen provocadas por el incumplimiento de restituir el caudal del agua caliente al río”. (Ata Sessão

Plenária realizada na prefeitura de Alhama de Granada no dia 6 de setembro de 2001).

Contudo, ainda durante esta Sessão Plenária do dia 6 de setembro de 2001, finalizado este posicionamento de Francisco Escobedo, um dos membros da Plataforma pela Água Termal, Sr. Antonio López Ramos, entregava a ele uma série de perguntas ligadas às ações arbitrárias desenvolvidas pelo dono do balneário. Respondendo a estas perguntas, Escobedo mencionava:

“Como decía al principio este problema tiene bastante meollo por atajar, hay muchos documentos que deben ser revisados y el Informe y las actuaciones que hagamos deben ser en las actuaciones que se lleven a cabo, esta Alcaldía pide prudencia, porque no es un tema

¹¹⁸ Ata da Sessão Plenária do dia 6 de setembro de 2001.

baladí que se pueda solucionar de hoy para mañana y cuando tengamos todos los informes y todas las actuaciones las daremos a conocer para que se vea las actuaciones que estamos llevando a cabo”. (Sessão Plenária realizada no dia 6 de setembro de 2001 na prefeitura de Alhama de Granada).

Somado ao anterior, no dia 27 de setembro de 2001, também durante Sessão Plenária Municipal, o representante da Plataforma (Antonio López Ramos) manifestava uma vez mais seu ponto de vista relacionado a necessidade de marcar uma reunião de “carácter extraordinário” para tratar do assunto relacionado com os frequentes cortes da água termal derramada nas poças. Sobre este questionamento feito por López Ramos, Francisco Escobedo respondia que considerava mais adequado convocar uma reunião com representantes dos diferentes partidos políticos e Associações Cidadãs de Alhama sensibilizadas com o assunto, no sentido de, deste modo, pudesse ser possível discutir as diferentes posturas e atuações para buscar soluções mais efetivas para este importante problema.

Não obstante, seis meses depois, ou seja, em março de 2002, diante da continuidade da falta de notícias proporcionada pelo prefeito e sua equipe de governo sobre a questão das águas termais derramadas nas poças, os membros da Plataforma organizaram uma manifestação pública em frente a prefeitura de Alhama. Neste ato, os manifestantes solicitaram urgentemente um pronunciamento de F. Escobedo sobre o andamento das atuações realizadas frente o seguimento do corte do fluxo da água termal derramada nas poças. O que não chegou a tornar-se realidade até o mês de julho de 2002 (quatro meses depois), quando Escobedo lê um informe, seguido de um pronunciamento, relacionado ao assunto que ele denominou de: “PROBLEMÁTICA AGUA CALIENTE. UN AÑO DESPUÉS”. Tal como podemos constatar neste informe, o ex prefeito ressaltava que:

“Resaltar en este aspecto que los responsables de la Sociedad Bañeros de Alhama de Granada, procedieron de forma unilateral, con absoluto desprecio a los derechos de los Alhameños y a la legalidad vigente, al corte del agua caliente que salía junto al lugar conocido como “las pozas” en el río de Alhama desde tiempo inmemorial, para lo cual han procedido a desviar el agua de su canalización primitiva y darle un uso diferente. La conducta de los responsables del Bañero de Alhama, es notoria, tanto por las comprobaciones que se han llevado por el guarda fluvial de Confederación Hidrográfica del Guadalquivir, así como por numerosos vecinos y medios de comunicación que se han interesado por el asunto (...) Actitudes caciquiles, autoritarias y trasnochadas no se van a permitir por este Alcalde y este Ayuntamiento, con la legalidad por delante defenderemos cuantos derechos nos asistan y reconoceremos lo que así lo fueren de la empresa Bañero de Alhama de Granada S.A.”. (Sessão Plenária Municipal do dia 30 de julho de 2002).

Para completar este panorama conflitivo entre a prefeitura de Alhama, o balneário e a Plataforma, Francisco Escobedo afirmava que a empresa Bañeros de Alhama de Granada S.A. atuava com *“absoluto desprecio a los derechos de los Alhameños y a la legalidad vigente”*; além disto, ele concluía seu pronunciamento afirmando que: *“desde el Ayuntamiento estamos dispuestos a colaborar con la empresa Bañeros de Alhama de Granada S.A. en la medida que esta empresa también mire hacia Alhama. No se puede estar eternamente de espaldas a los intereses de Alhama y los alhameños, con actitudes que en nada benefician en buen entendimiento”*. (Pronunciamento realizado por Francisco Escobedo durante Sessão Plenária do dia 30 de julho de 2002).

Deste modo, diante deste pronunciamento de Escobedo (e levando em conta posteriores cortes da água termal descarregada nas poças públicas) novas críticas passaram a fazer parte do cenário

conflitivo experimentado pela sociedade alhamenha. Neste caso, as críticas em relação a um tipo de gestão realizada “de costas” a população alhamenha, passarão também a estar presente no discurso de um amplo setor desta sociedade que, com grande indignação, seguia presenciando contínuos cortes da água termal derramada nas poças, além de um modelo de gestão com tendências e políticas cada vez mais desvinculadas (e excludentes) em relação a sociedade local. Como relatam alguns moradores:

“A partir del conflicto y de los años posteriores a ello, la relación entre el balneario y el pueblo fue disminuyendo. De hecho no hay casi relación en mi opinión. En mi opinión los turistas que van al balneario la mayoría no visitan Alhama. Además, es un balneario que no está suficientemente explotado”. (Juan, alhamenho de 38 anos, trabalhador do setor turístico).

“El balneario, principalmente, a partir del conflicto de 2001, se ha vuelto de espalda a Alhama. Y la verdad es que desde hace muchos años las relaciones: propiedad y Ayuntamiento, o propiedad y Alhama, siempre han sido muy limitadas”. (Ismael, alhamenho de 43 anos, comerciante)

“Por desgracia, después del conflicto de las pozas, el balneario viene viviendo de espalda a Alhama. Es así. Sólo nos separa un kilómetro. Pero parece un mundo”. (Carlos, alhamenho de 48 anos, periodista).

Deste modo, a indignação dos moradores sobre os contínuos cortes da água que abastecia o uso público das poças, uniu-se a reclamação direcionada a uma má gestão por parte do diretor e dos donos do balneário, que neste caso – e conforme relatam muitos alhamenhos e alhamenhas – além da pouca vinculação prática e de convivência com a sociedade alhamenha, os donos e diretores da empresa seguiam um modelo de gestão pautado na concentração massiva dos benefícios econômicos gerados a partir da exploração da água termal, além das claras limitações no sentido

de apoiarem a dinamizar a economia do município, tendo em conta que a água termal segue sendo o principal elemento identitário e turístico de Alhama.

“El Balneario genera una riqueza que no se queda aquí, que no se reinvierte aquí. En mi opinión la familia actual propietaria del balneario se ha encontrado con esa herencia, no son emprendedores, no tienen espíritu de prosperar, tiene mucho dinero y al final viven de espaldas a Alhama (...) una pena, una pena porque podría ser una forma de colaboración buenísima entre la empresa y el pueblo; a Alhama le repercutiría muy positivamente”. (Eva, alhamenha de 54 anos, empresária do setor turístico).

Em efeito, como podemos observar nos relatos de nossos entrevistados, os danos que podem advir de um determinado modelo – excludente e pouco dinâmico – de exploração e gestão da água termal por parte da empresa Balneários de Alhama de Granada S.A., gerou também uma inquietude em relação a falta de geração de empregos no município. Em outras palavras, segundo os relatos obtidos durante nossa trabalho de campo:

“Aquí en el pueblo es una burrada de agua termal que tenemos... y que es importante. A pesar de eso, esta empresa de Don Manuel aporta al pueblo y su comarca solo unos 50 puestos de trabajo. Así que es indudable la falta de iniciativas e actuaciones para generar más trabajo en el balneario... lo que es una pena”. (alhamenho de 32 anos, desempregado).

“La conciencia en Alhama es que tenemos un balneario y un potencial termal importante. Y que lo estamos utilizando muy poco. Sólo a nivel general, creo yo, que el sentimiento en Alhama es de que sabemos que tenemos un desarrollo, un posible desarrollo termal pero que no lo estamos utilizando...”. (alhamenho de 62 anos, empresário do setor agrícola).

Seguindo esta leitura interpretativa, durante nossas entrevistas, os políticos de Alhama também aludiam ao escasso desenvolvimento da atividade termal realizada no município, ou seja, tendo em vista a enorme potencialidade para a criação de empregos, além da geração de um maior qualidade de vida para todos os habitantes. Neste sentido, políticos do PP, PSOE e IU de Alhama ressaltavam que:

“Alhama podría tener en torno a trescientos puestos de trabajo fijo vinculado al termalismo y tiene 70. Es lamentable. Es lamentable que en torno a unas ciento treinta familias no puedan estar viviendo, trabajando, en una estancia termal. Más todos los puestos indirectos. Alhama si hubiera un buen desarrollo termal, posiblemente... seguro que los desempleados bajarían terriblemente. El nivel de desempleo sería prácticamente nulo en la ciudad”. (Ex prefeito de Alhama de Granada. Entrevistado em julho de 2013).

“Ahora mismo por desgracia, deficiente no, menos todavía. Eso es lo peor, o sea, ese es el verdadero motor a desarrollar. A Alhama cada día vienen más senderistas. A Alhama cada día vienen más ciclistas. A Alhama cada día vienen más motoristas. A Alhama cada día viene más gente a comer al Ventorro, a tomar cerveza a la plaza..al festival de música, a no sé que de teatro...al no sé que de tal. Pero Alhama por lo que mundialmente ha sido conocida es por sus aguas termales. Y por desgracia es el desarrollo tan malo que tiene. Por la explotación privada de ese negocio. Por la mala explotación privada, es decir, porque realmente podría acabar en una iniciativa empresarial fuerte y que ponga eso como se tiene que poner. El máximo caudal que hay en España de agua termal. Y el más desaprovechable actualmente!” (Vereador do Partido Popular de Alhama. Entrevistado em julho de 2013).

Em definitiva, e a modo de conclusão deste tópico, além das escassas políticas de fomento de emprego por parte dos donos e diretores do balneário, é importante ressaltar também a grande influência a nível político-judicial do proprietário do balneário “Manuel Rodríguez López”, ex-

presidente do Tribunal Superior de Justiça de Andalúcia. Este indivíduo, conforme aponta a leitura de nossos entrevistados, além de não se preocupar com a dinamização da economia de Alhama (com a geração de novos empregos no município e com a boa relação entre moradores e o balneário), conhecendo muito bem o marco jurídico das águas termais de seu país, tratou de buscar sempre mecanismos jurídicos a seu favor, apresentando e defendendo como único e exclusivo “dono” das águas termais de Alhama, não importando, portanto, com a dinamização da economia do município nem com a geração de emprego e, tampouco, com o sentimento de apego e identidade dos habitantes e com a história vinculada ao balneário e sua água mineromedicinal. Uma história que, conforme vimos no capítulo seis deste trabalho, é marcada pelo elemento *água termal* como emblema identitário, elemento natural cedido aos moradores pelos Reis Católicos em 1495 “para que los tengáis y poseáis ahora y de aqui en adelante para siempre jamás”¹¹⁹ e que efetivamente foi estudado e reconhecido como um recurso comunal que injustamente foi registrado em 1955 como um bem “privado”. Sobre este assunto merece citar a conclusão do trabalho do pesquisador Javier Bermúdez Sánchez, professor de derecho administrativo da Universidad Autonoma de Madrid e que estudou o Marco Jurídico das Águas Termais e Minerais da Espanha, ademais de identificar e analisar as principais referências históricas vinculadas a titularidade do *Hotel Viejo* de Alhama de Granada e da água termal deste município e na qual demonstrou (através de dados históricos e jurídicos) que as águas termais de Alhama são de propriedade pública de caráter comunal. Assim, segundo Javier Bermúdez:

“(...) a lo largo del siglo XX, la empresa privada ha ido ampliando su apropiación del acceso al agua termal de Alhama, no respectando el facto de que (...). Las aguas termales son indiscutiblemente derechos comunales, título aceptado por la D.T. 2.ª LMin 1973 citada. Y, en cualquier caso, la errada pretensión de la propietaria registral de la finca acerca de la titularidad

¹¹⁹ Documento assinado pelos Reis Católicos em 10 de novembro de 1495.

de parte del caudal, que en todo caso tendría origen en el censo de 1830, habría incumplido las condiciones de tal censo (5.ª y 10.ª), en las que estipulaba la obligación de respetar el baño gratuito a los vecinos de Alhama como desde tiempo inmemorial, de tal forma que tal título de la propiedad registral, de existir, deberá declararse caducado conforme a la misma D.T. 2.ª LMin 1973, y su titularidad revertida de nuevo al común de vecinos”. (Bermúdez, 2007: 114)¹²⁰

Finalmente, a modo de conclusão, o que se observa na descrição deste complexo caso conflitivo iniciado na sociedade alhamenha (a partir das atitudes arbitrárias realizadas pelos donos do balneário e sua direção) é a perversidade de uma violência de caráter excludente relacionada, fundamentalmente, com uma determinada forma de gestão que, claramente, ignora as raízes históricas e culturais deste município. Neste sentido, os pesquisadores Javier Escalera e Huan Porrah (2011: 251) contribuem para o entendimento desta idéia ao concluírem que em Alhama a gestão da água termal segue possuindo “um caráter colonial, baseado em presumíveis práticas paternalistas e clientelistas, mais próprias da forma de propriedade e exploração agrária latifundista historicamente características de amplas regiões do território andaluz e que segue estando presente na relação entre esta empresa Balneários de Alhama de Granada S.A. e o conjunto da sociedade alhamenha”.

Deste modo, concluímos esta primeira parte de nosso trabalho. Passamos agora ao tópico seguinte no qual apresentaremos uma descrição de um novo conflito surgido em Alhama de Granada a partir da chegada da especulação urbanística (interessada nas águas termais e nos terrenos próximos ao nascimento deste recurso), para terminar com as reflexões finais nas quais trataremos de fazer uma síntese das idéias apresentadas no decorrer deste capítulo.

¹²⁰ Para profundizar sobre aspectos de las argumentaciones jurídicas de J. Bermúdez sobre el caso de Alhama de Granada ver em sua obra o capítulo IV que levo o título de “Legislación transitoria de aguas y minas: aguas termales privadas y comunales”.

7.2. Uma nova etapa do conflito relacionado com o tipo de aproveitamento das águas termais e do balneário de Alhama de Granada: a chegada da especulação urbanística no município

No tópico anterior estivemos descrevendo a complexa questão vinculada com o debate de restringir e, inclusive, inviabilizar o acesso da população alhamenha ao recurso hídrico termal de seu município. Sendo este, um debate que involucra as diferentes formas de concepção vinculadas a ameaça ocasionada pelo crescente distanciamento da incorporação do balneário e da água termal na vida social, cultural, política e econômica de Alhama de Granada. Porém, neste segundo tópico, o objetivo será descrever uma nova etapa conflitiva vivenciada pela sociedade alhamenha. Trata-se, agora, de uma abordagem associada a ameaça da continua perda da relação entre moradores e sua água termal frente as possíveis intervenções de grupos de interesses econômicos distantes desta sociedade e também distantes da preservação da *cultural da água termal alhamenha*¹²¹ vinculada a presença e ao uso da água termal.

Segundo Nascimento (2001) e Ninis (2006) os conflitos são caracterizados de acordo com sua natureza, o objeto de disputa, a dinâmica de evolução e os atores sociais envolvidos. Deste modo, como aludimos páginas atrás, neste novo conflito relacionado com o desenvolvimento urbanístico vinculado com a atividade termal de Alhama, o objeto de disputa passou a ser a ameaça da entrada do capital privado – desvinculado da população local – e oriundo do setor imobiliário (mais bem da especulação imobiliária tao presente na costa mediterrânea durante os últimos quinze anos).

Assim, inicialmente, para facilitar um melhor entendimento dos leitores sobre este assunto, convém mencionar que no dia 28 de maio de 2006 o jornalista Miguel Allende publicou no jornal

¹²¹ Sobre a definição daquilo que denominamos aqui de “cultura da água termal alhamenha” ver o capítulo 6 deste trabalho.

Ideal (com sede na cidade de Granada) uma matéria na qual revelava que a empresa Balneários de Alhama de Granada S. A. havia negociado sua venda (com uma transação econômica de um valor superior a 17 milhões de euros) com a empresa Artigis Turismo Residencial S.A. (sociedade constituída por empresários do setor urbanística atuantes nas províncias de Málaga, Granada e Madri)¹²². Além disto, Allende (2006) indicava que o então prefeito Francisco Escobedo havia qualificado a venda do balneário como “una oportunidad histórica para Alhama”, já que representava uma oportunidade para que o município passasse a ter “direito” ao aproveitamento de um 50% da água termal que nasce no *Balneario Viejo* de Alhama (caso a prefeitura tramitasse e aprovasse o “Plan Especial de Ordenación de Usos Turísticos y Deportivos, contemplado en el documento do PGOU”). Segundo as palavras publicadas por Miguel Allende (2006):

“El balneario de Alhama de Granada, uno de los establecimientos de aguas termales más emblemáticos de toda Andalucía, ha cambiado de propietario en los últimos días. La operación de venta entre la familia de Manuel Rodríguez López y la empresa Artigis Turismo Residencial S.A. - sociedad que integra a grupos empresariales de Granada, Madrid y Málaga- ha supuesto una transacción económica de entre 17 y 19 millones de euros [...]. El alcalde alhameño califica de «oportunidad histórica» la posible recuperación del balneario por parte del municipio. Escobedo precisa a este respecto que «si hace casi 170 años se hizo una mala operación (la venta del balneario) por parte del Ayuntamiento, que se desprendió de un patrimonio fundamental para esta localidad», ahora «tenemos la oportunidad de enmendar aquella decisión». Y recuerda que «los alhameños siempre hemos tenido la intención de recuperarlo”. (Allende, 2006).

¹²² Artigis Turismo Residencial S.A. é uma empresa que foi constituída em 17 de fevereiro de 2006 e que está vinculada a atividade de promoção imobiliária. Esta empresa tem como objetivo a aquisição, construção e venda de imóveis em todo território espanhol. Mais informações sobre esta empresa em http://www.informacion-empresas.com/Empresa_ARTIGIS-TURISMO-RESIDENCIAL.html (última consulta em 18/11/2013).

Desta maneira, a partir de maio de 2006, a comunidade alhamenha passou a ser, uma vez mais, um território que receberá novos atos reivindicatórios relacionados com o uso, exploração e gestão da água termal e do balneário existente em seu município. Porém, desta vez, as reivindicações vão ultrapassar a fronteira de *“lucha en defensa de la titularidad del agua termal”* para ocupar um espaço de discussão em torno ao estabelecimento de um “novo modelo de desenvolvimento” para Alhama. Um modelo baseado, essencialmente, na execução de projetos urbanísticos vinculados ao balneário, as águas termais e o terreno situado nas imediações do nascimento termal. Neste sentido, o então prefeito Francisco Escobedo descrevia o convênio urbanístico – que neste momento foi denominado pela prefeitura de Alhama como “Lomas del Balneario” – como sendo uma grande oportunidade para a dinamização da economia local. Segundo palavras de Escobedo:

“El convenio Lomas del Balenario es un proyecto ambicioso. Va en 90 hectáreas que hay cercana al balneario, va un golf con un hotel; un hotel de 4 o 5 estrellas vinculado al termalismo. Porque en principio el aprovechamiento seria con agua termal, ya que los posibles no propietarios del balneario (sabe que hay un convenio ahí de venta del balneario) son los mismos que tienen la propiedad de estas 90 hectáreas. Va conectado con una zona urbanizable que seria para gente de fuera de Alhama (que tuviera una segunda residencia en esta ciudad). Y un espacio lúdico que tendría... seria un complemento al balneario, a la parte de asistencial y de residencia hotelera que tiene el balneario y también para posibles visitantes que venían un día o dos días a la ciudad... que puedan disfrutar de las aguas termales, tanto como los vecinos de Alhama que pueden ir a un espacio grande donde pueden disfrutar de las aguas termales. [todo eso] Está diseñado en el Plan General. Una zona hotelera donde cualquier empresario puede hacer un hotel. Cualquier empresario de la ciudad, o de fuera de la ciudad. Y una gran infraestructura termal donde los usuarios de los hoteles puedan disfrutar del agua termal. Y donde los usuarios del agua termal puedan disponer de instalaciones hoteleras para poder quedarse en la ciudad. Y

eso conllevará más y mejores restaurantes en la ciudad, más y mejores comercios. Tenemos más servicios... y tendremos, que dios acabe, menos desempleados. Yo estoy convencido que es el camino. Podía haber unos 300 puestos directos. Indirectos, habría como mínimo, otros tantos”. (Sr. Francisco Escobedo, ex prefeito de Alhama de Granada –PSOE. Em entrevista realizada em julho de 2013).

Desta maneira, a partir dos discursos surgidos após a aprovação do convênio urbanístico “Lomas del Balneario”, um novo “vivo debate” passou a fazer parte da realidade alhamenha. Ou seja, um debate no qual diversos atores sociais passaram a apresentar opiniões e posições que de uma maneira, ou de outra, estiveram reclamando por seus interesses próprios. Neste sentido, os atores sociais que passarão a intervir neste polêmico assunto os encontramos a vários níveis e com distintas condutas de atuação.

Assim, levando em consideração a atuação dos diferentes atores sociais envolvidos neste novo conflito – por uma parte, encontramos a elite econômica representada fundamentalmente pela família detidora da empresa Balneários de Alhama de Granada S.A. (que conforme já havíamos mencionado, com grande influência política e jurídica dado que o dono do balneário é um juiz aposentado do Superior Tribunal de Andalucía). Além disto, também encontramos os empresários pertencentes ao grupo imobiliário Artigis Turismo Residencial S.A., que tem interesse em fazer um negócio baseado em grandes inversões econômicas em Alhama. Ambos grupos com muito pouca vinculação efetiva e de convivência com a sociedade local.

Por outra parte, encontramos as diferentes posições dos três partidos políticos representados na prefeitura de Alhama (PSOE, PP e IU). De maneira geral, poderíamos sintetizar e caracterizar as posturas adotadas por cada um destes partidos, de modo que; por um lado, o grupo do governo do PSOE se mostra aberta *a priori* a recuperar o quanto antes parte do controle perdido sobre as

águas termais de Alhama e a facilitar as operações imobiliárias que se desenvolvem o potencial econômico da localidade. Segundo Francisco Escobedo:

“En todo caso debe tenerse presente que el futuro de Alhama de Granada pasa por el termalismo, expresado en clave de sostenibilidad y articulado por instrumentos urbanísticos, de desarrollo local y sostenibles ambiental y económicamente. Para ello es ineludible contar con la iniciativa privada, tanto a nivel de inversiones, como para la gestión de actividades, como en la vertiente urbanística como agentes urbanizadores. La única forma de conectar el Balneario y la ciudad de Alhama es comunicarlos e integrarlos en un claro fenómeno de intercomunicación. Debe tenerse claro, por tanto, que el termalismo es el futuro de Alhama, y a ello deben direccionarse los principales instrumentos de ordenación del Municipio, en lo que juega un papel preponderante el Plan General de Ordenación Urbanística. De ahí que se plasmara conformidad a un proyecto como es el presentado por la iniciativa privada firmante del Convenio, que es plausible, y cuenta con garantías suficientes, como se ha remarcado en el propio Convenio a través de la conformidad de la mayor parte de los propietarios. No debe olvidarse que con el impulso que se pretende con el Convenio, plasmado a su vez en el PGOU, supondrá una fuerte inyección para la economía y el empleo local, ya que pueden generarse alrededor de trescientos puestos de trabajo vinculados al termalismo y a las estaciones e instalaciones termales, públicas y privadas. Se trata de encontrar un punto de equilibrio y convergencia entre la iniciativa privada y la financiación e impulso empresarial, y los apoyos y participación pública, canalizados a través del planeamiento general, siempre que exista sostenibilidad económica y ambiental”. (Francisco Escobedo. Sessão Plenária do dia 29 de dezembro de 2009).

Por outro lado, a posição tanto do PP, como da IU, coincidem bastante no sentido de se oporem à ânsia da entrada do desenvolvimento urbanístico nos terrenos próximos ao balneário.

Segundo as críticas do representante do Partido Popular (PP), José Manuel Cuevas:

“Parece que no se dan cuenta los responsables del gobierno municipal del mal negocio económico y carga que supondrán para futuras Corporaciones. En lo que respecta al agua termal, se precisa que pertenece a la ciudadanía. (...) Es triste recordar que después de tanto tiempo transcurrido todavía no tenemos para el Municipio un Plan General de Ordenación Urbanística, cuestión de primordial importancia para el Municipio y la ciudadanía alhameña. En anteriores ocasiones se ha mencionado en el Pleno que por parte del Grupo Popular se muestra partidario y ofrece colaboración en lo que respecta a la ultimación y aprobación del Plan General de Ordenación Urbanística, y a que incluso se suscriban convenios urbanísticos que faciliten criterios de ordenación urbanística y posibiliten la gestión y ejecución de los distintos sectores y unidades de ejecución; no obstante, el Convenio firmado y que hoy [29/12/2009] se somete a aprobación de la Corporación, ofrece escasas garantías en lo que respecta a las contraprestaciones al Ayuntamiento”. (D. José Manuel Moles Cuevas, Representante do Partido Popular de Alhama. Sessão Plenária do dia 29 de dezembro de 2009).

Já as críticas feitas pela representante do Partido *Izquierda Unida*, relacionadas a introdução dos convênios urbanísticos em Alhama, estavam relacionadas a ameaça da destruição da integridade natural e cultural de Alhama de Granada. Deste modo, Dolores Iglesias (representando da IU) argumentava que:

“En España estamos vinculados demasiado nuestro desarrollo económico con el inmobiliario. La cantidad de viviendas adicionales que se quieren construir no solo significan problemas ambientales, sino de congestión de infraestructura o deficiencias de equipamientos públicos; es

decir, de reducción de la calidad de la oferta turística. El actual modelo urbanístico puede matar la gallina de los huevos de oro porque los turistas buscan zonas libres de edificación, valiosas desde el punto de vista ambiental”. (Anuario del Patronato de Estudios Alhameños, 2006).

A continuação, um terceiro grupo de atores sociais presentes neste conflito esteve representado pelo grupo de empresários de Alhama e de sua comarca, especialmente personificados nas associações: ACECAT (Associação de Comerciantes e Empresários da Comarca de Alhama) e ASHITUR (Associação de Hoteleiros e Iniciativas Turística). Apesar de que não seria legítimo reduzir a diversidade de opiniões destes dois coletivos, é verdade a amplitude de uma postura mais bem voltada para a crítica aos donos do balneário no sentido de que estes não estariam, em nenhum momento, interessados em “unir forças” para um desenvolvimento mais endógeno e integral de Alhama (recusando-se a receber e dialogar com os empresários do município, além de não criar nenhum tipo de iniciativa que viesse a involucrar mais diretamente os empresários e a população local como um todo). Ademais, segundo este grupo de atores sociais, uma parte importante da economia da cidade estaria estruturada a partir da exploração da água termal para fins turísticos e, atualmente, essa exploração está sendo feita de forma excludente e pouco eficiente. Segundo eles, apesar do crescimento do setor de serviços no município, o turismo termal ainda continua sendo o grande desafio a ser superado para o desenvolvimento integral e sustentável de Alhama:

“Es que aquí [Alhama de Granada] quieren construir casas, pero lo que pasa es que la población no tiene depuración de sus aguas residuales... y aún quieren construir casas! No entiendo. Aquí hay una falta de diálogo que imposibilita el desarrollo. Y cuando hay posibilidad de un posible desarrollo del pueblo, pues es siempre como: a ver lo que pasa... no piensan en las mejoras de la infraestructura del pueblo (las carreteras, la depuración del agua), no. Nada... solo en construir, especular, generar un dinero rápido a partir del

modelo de siempre, es decir, el modelo de la especulación urbanística de la costa de Málaga, de la costa de Granada (...)”. (Alhamenho de 55 anos, empresário e artista).

“En Alhama hay que arreglar lo que hay. Yo no creo que haga falta construir mil casas para aprovechar los recursos que ofrecen el balneario y el pueblo. No hace falta...”.

(Alhamenho de 38 anos. Empresário).

“Lo que pasa aquí es que los interesados en comprar el balneario en los últimos años son especuladores. Que a cambio de que: “yo lo compro”, primero vienen a hablar con el ayuntamiento... pero; “yo para comprar el balneario te voy a dar...y yo quiero construir aquí casas, campo de golf, quiero hacer chalés...”. (Alhamenha de 34 anos. Empresária e filha de empresários de Alhama).

Por último, encontramos outro ator social presente neste conflito, sendo este representado pela já mencionada *Plataforma de defesa da água termal de Alhama*. Assim, membros da Plataforma apresentavam argumentos tais como:

“La Plataforma ha frenado los intentos de urbanización en Alhama que, afortunadamente, no se ha hecho. Y no tenemos un bosque de ladrillos en los Tajos. No tenemos un bosque de ladrillos. Lo único que tenemos es una urbanización, hecha antes de la Plataforma, una urbanización de alemanes casi en pleno Parque Natural”. (Alhamenho de 55 anos, empresário e artista).

“¡Campos de golf! ¿Cómo vas a hacer campos de golf en una tierra de secano como es Alhama? Con la cantidad de agua que necesita un campo de golf... Son guindas para iniciar lo que son las justificaciones de la recalificación de terrenos (...) la gran burbuja se hace a partir de eso...”. (Alhamenha de 47 anos. Empresária do setor hoteleiro).

“En España ahora mismo hay viviendas de sobra para que no haya ninguna sola familia en la calle. Ahora hay un exceso de viviendas vacías en este país. Que no tiene parangón en la historia urbanística de España. Y está en manos de los bancos y en manos de las grandes

empresas. Que ahora mismo lo que tienen es un bosque de ladrillos que eso no genera ningún beneficio. De ningún tipo. Que son agresiones medioambientales que ya no tienen visos de solución”. (Alhamenho de 52 anos. Empresário e agricultor).

De todas as maneiras, este conflito relacionado com a aprovação do convênio “*Lomas del Balneario*”, segue estando presente na realidade de Alhama ainda em nossos dias. Apesar de que no ano de 2010 a polêmica em torno a este convênio começou a perder força dada a sua *não* aprovação do PGOU (*Plan General de Organización Urbanística*) e também consequência da crise econômica que começa a minar o setor urbanístico de todo país, este conflito esteve presente nos discursos de todos os nossos entrevistados durante o trabalho de campo. Em definitiva, e já a nível de conclusão, no caso de Alhama estivemos vendo um claro exemplo de como as raízes e os vínculos identitários e sociais não conhecem papéis. Sendo o vínculo sentimental, emotivo e afetivo da população local com a água termal, junto com o sentimento de injustiça relacionado com as restrições e inviabilidade ao acesso a água, transformam-se em uma das maiores razões e motivações das pessoas manifestarem-se em defesa de um interesse que engloba um sentido de coletividade.

Além disto, Alhama de Granada é um caso onde o processo de apropriação privada da água termal involucra elementos e processos importantes a nível social e político como, por exemplo, o fato de que a população local se dá conta de um problema que engloba diversos sentidos da representatividade da água para sua comunidade, sua gente e sua identidade coletiva. Ou seja, é uma apropriação que ameaça claramente a perda de aspectos vinculados à identidade coletiva.

Desde modo, não resta dúvida de que Alhama é um caso dotado de particularidades e características sobressalentes. Trata-se de um município termal que inclui importante movimento social que busca recuperar aspectos da memória e da história da comunidade. Um caso que involucra uma apropriação privada e a exclusão da população local. Neste sentido, trata-se de uma apropriação negativa em relação a identidade, a memória e a cultura local. Em outras palavras,

uma apropriação que não considera os aspectos históricos, culturais e identitários existentes no município. Uma apropriação que chegou no seu ponto máximo com o corte da água termal que abastece as poças públicas. Um corte que tocou a população, a fazendo manifestar-se. Unir-se. Além disto, uma apropriação que despertou a população em relação a luta pelo acesso ao seu elemento mais emblemático. Sendo este despertar, orientado a partir de um movimento social que recuperou de alguma maneira aspectos da memória e da história do município, sendo a água um recurso interpretado como um bem comum, coletivo. As manifestações surgidas a partir do corte da descarga de água termal derramada nas poças confirmou esta interpretação. Neste sentido, o que se defende no conflito é algo que as pessoas sentem que lhes pertence, que é parte de sua vida.

Por outro lado, o conflito relacionado com a ameaça da especulação urbanística nos terrenos próximos ao nascimento da água termal, reforça o processo crescente da apropriação privada que, sem nenhuma dúvida, segue ignorando a existência das raízes históricas, identitárias e culturais de Alhama. Logo, a partir dos projetos urbanísticos, foi possível observar como a “velha imagem” da empresa balneária situada em Alhama, de âmbito privado, porém de caráter familiar (sem construções em seu entorno e com banhos termais públicos e gratuitos na beira do rio) começa a desmoronar-se devido ao surgimento de uma nova lógica capitalista de desenvolvimento. Uma lógica na qual o capital privado passa a tentar, com toda força, apropriar-se ainda mais da água termal. Tudo isto, com o objetivo de converter a água termal em uma mercadoria com qualidades suficientes para ser incorporada ao “circuito” do mercado capitalista-privado com o propósito predominante de um modelo baseado em uma “nova imagem” de Alhama, ou seja, uma “Alhama desenvolvida”, sem moradores e visitantes se banhando nas poças públicas e sem grandes extensões de campos de olivares e amêndoas, já que estes seriam substituídos por alojamentos de luxo, grandes infraestruturas turísticas e campos de *golf*. Deste modo, a lógica do desenvolvimento capitalista no município vai adquirindo novos elementos e significados pautados

fundamentalmente em um modelo “penetração capitalista” muito comum no conjunto do que foi a especulação do solo espanhol até a chegada da crise econômica em 2008.

Em definitiva, relacionado com o corte da água termal derramada nas poças públicas, além dos projetos urbanísticos aprovados na prefeitura de Alhama, as manifestações públicas, durante mais de dez anos, foram sucedendo com a participação de moradores, havendo reivindicações nas cidades de Sevilha, Granada e Alhama de Granada.

Através do apoio de advogados vinculados a *Plataforma de defesa da água termal de Alhama*, documentos jurídicos foram escritos e apresentados aos tribunais, dando seguimento a luta pela “desapropriação” privada da água termal (um recurso de caráter público).

As manifestações sociais em Alhama, que até o dia da redação deste trabalho, seguem estando de forma ativa no município. Esta luta ainda persiste em um amplo setor da sociedade local que enxerga e, sobretudo, sente a água termal como algo deles, algo que lhes pertence e que durante os últimos anos foi cada vez mais sendo relegado à categoria de resquício histórico sem importância.

CAPÍTULO 8

ÁGUA TERMAL: UM ELEMENTO DE ARTICULAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O objetivo deste último capítulo é o de trazer aos leitores o fechamento do assunto vinculado com a nossa pergunta de pesquisa “*como determinado tipo de aproveitamento das águas termais pode influenciar nas possibilidades de desenvolvimento sustentável de uma população?*” e nossa problemática central que involucra, entre outras questões, perguntas como: “O que explica o fato de hoje em dia o aproveitamento (uso, exploração e também gestão) da água termal não pode ser considerado base para um autêntico processo de desenvolvimento sustentável de Alhama de Granada?” e “Como deveria organizar e planificar as atuações para que a água termal se consolidasse como o verdadeiro motor de desenvolvimento (integral e sustentável) deste município?”.

Neste sentido, partimos do princípio de que seja importante retomar ao marco teórico do nosso trabalho, trazendo novamente o debate sobre as dimensões da sustentabilidade (cultural, social, política, econômica e ambiental), para em seguida encerrar este capítulo discutindo a importância de se levar em conta a retroalimentação destas dimensões para uma autêntica e integral sustentabilidade do município alhamenho.

A nível de aclaração, convém ressaltar o fato de que apesar de neste capítulo abordar as dimensões da sustentabilidade de forma separada (com o objetivo de fornecer uma descrição mais clara), isto não descarta nosso entendimento de que estas dimensões estão interconectadas umas com as outras, ademais, levando em conta que dentro de cada dimensão existem muitos aspectos importantes, aspectos estes que se relacionam, inclusive, com outros de diferentes dimensões.

Desta maneira, a partir de agora vamos expor as principais reflexões obtidas durante a realização do nosso trabalho, deixando o caminho aberto para que os leitores entrem no emaranhado de assuntos e questões que analisamos durante a realização desta pesquisa.

8.1. Retornando ao marco teórico do estudo: o enfoque multidimensional da sustentabilidade aplicado ao tipo de aproveitamento das águas termais de Alhama de Granada

Tendo como base de conhecimentos teóricos a apresentação do enfoque multidimensional descrito no capítulo dois, a primeira dimensão que decidimos abordar em relação ao caso de Alhama de Granada é a dimensão cultural da sustentabilidade.

Como descrevemos no capítulo seis, a pesquisa de campo no município alhamenho mostrou que a percepção da água com um *bem comum* está presente no substrato identitário e cultural desta comunidade. Sendo que, para muitos alhamenhos e alhamenhas, o acesso à água termal é um direito inalienável, um patrimônio natural, histórico e cultural, comum, no sentido mais estrito do termo: algo a ser usado, mas também, a ser legado a outras gerações. Segundo Jorge:

“Nuestra identidad y nuestra gente están estrechamente ligadas a nuestra agua termal. Este es un recurso que tiene relación con nuestras raíces históricas, con la generación de nuestros padres, nuestros abuelos (...) nuestra cultura de un pueblo con agua mineromedicinal”. (Jorge, alhamenho de 54 anos, comerciante e agricultor).

Deste modo, a relação entre os alhamenhos e a água termal é norteada por pressupostos históricos que revelam como este “ouro líquido” é um fundamento identitário coletivo entendido como bem público, de acesso e uso comum desde muitos séculos de existência. Para Rosa:

“Aquí en Alhama nuestra agua termal tiene, pues, carácter y fundamentación histórica y cultural. Es un recurso de nuestro municipio, un bien público y que, en mi opinión, implica un conjunto de valores que han ido configurándose a lo largo del tiempo (...) y se puede considerar nuestra identidad vinculada con ese recurso”.

(Rosa, alhamenha de 44 anos, dona de casa).

Neste sentido, como mencionamos no capítulo três, Galizoni (2005) afirma que os pressupostos morais, éticos, históricos e culturais presentes em cada comunidade concreta, normatizam e ritualizam procedimentos com relação à partilha da água. Segundo esta autora, estes pressupostos “relacionam-se com culturas locais, ambientalizadas, de conceber, lidar e gerir os recursos hídricos, mas que operam a partir do princípio de que a água é um bem comum essencial que tem sua origem além da elaboração humana. Ética e cultura se associam para fundamentar gestões das águas que normatizam a partilha desse recurso. Regulam camadas de direitos e hierarquias de uso” (Galizoni, 2005: 168). Desta maneira, no caso de Alhama, a concepção de partilha deste recurso contrasta fortemente com a mercantilização, apropriação e exclusão do acesso a este bem comum.

A outro nível, como também descrevemos no capítulo seis, para a população alhamenha a água termal constitui um emblema sócio-cultural que marca, decisivamente, a identidade do município, desempenhando um papel único na vida de seus habitantes, sendo portanto um elemento em torno do qual se constrói história, memória e relações de apego. Por exemplo, este apego ao recurso hídrico minero-medicinal de Alhama é um processo normalmente inconsciente que se fundamenta em uma prática cotidiana, que alimenta lembranças que são capazes de provocarem muitas sensações que fazem que este recurso se transforme em algo não apenas próprio e familiar a sua gente, mas também é parte deles. Por esta razão, uma ameaça no sentido de restringir ou inviabilizar o acesso da população local a este recurso pode ser percebida como uma ameaça direta à comunidade, principalmente no que diz respeito a sua cultura e sua identidade coletiva. As palavras de Antonio, nos leva a refletir sobre esta questão:

“La relación en torno al agua termal, que conformó nuestra identidad, se ha ido perdiendo en los últimos años. En mi opinión, es algo que amenaza nuestra identidad vinculada con el agua caliente (...) Nuestra agua caliente convertida en mercancía, eso hace que se le despoje de todos sus valores culturales, históricos y patrimoniales, todo eso que forja nuestra identidad”. (Antonio, alhamenho de 56 anos, agricultor).

Segundo a concepção de Antonio e muitos outros moradores, entendemos que a água termal – como patrimônio e recurso de uso comum até os dias de hoje – deve ser regida por uma normativa fundada nos direitos históricos de condutas voltadas para a preservação e conservação deste recurso. Desta forma, tal como descrevemos no capítulo dois, desde uma perspectiva das distintas funções e valores (hídricos, culturais, ambientais e terapêutico) que a água termal assume em suas relações com os seres humanos, este recurso se manifesta como fonte de tradição e cultura que deve ser valorizado e utilizado para a construção da sustentabilidade. Para Serrano-Barquín (2008) os saberes, conhecimentos e costumes de cada comunidade precisam ser analisados, compreendidos e utilizados como ponto de partida nos processos de desenvolvimento que, por sua vez, devem espelhar e conservar a identidade das pessoas que vivem nestes territórios.

Em suma, nesta dimensão cultural da sustentabilidade, encontramos o grau de identificação das pessoas com as práticas e valores comuns compartilhados em relação a água termal. Ademais, encontramos tudo aquilo que envolve o sentimento de pertencimento dos indivíduos em relação ao grau de afirmação identitária com este recurso, com sua história, suas práticas e valores compartilhados.

Segundo Flores (2008), a concepção sobre o sentido de pertencimento, identificação coletiva e memória social enfocada neste processo de desenvolvimento sustentável pode funcionar para incentivar o processo de valorização e reconstrução do capital social e cultural, contribuindo como medida preventiva para evitar o deterioro dos recursos naturais, tudo isto através de respostas que

visem a construção da sustentabilidade pautada em intervenções respeitadas para com a identidade e cultura próprias de cada população.

Desta maneira, a relação entre os moradores e a água termal está composta por um componente físico, além de componentes sociais, históricos e culturais compreendem, como descrevemos no capítulo dois e três desta tese, características importantes para um verdadeiro desenvolvimento sustentável. O que, no caso de Alhama de Granada é uma contradição em relação a um autêntico desenvolvimento sustentável, uma vez que seu principal elemento de referência identitária, patrimonial e histórica está em mãos de uma empresa privada que não vem respeitando as reminiscências históricas do município. Ou seja, ignorando os rasgos identitários e excluindo cada vez mais a população local do acesso à água e às dependências do balneário.

Desta maneira, e levando em conta concepções de teóricos como Galizoni (2005), podemos considerar que o princípio estrutural que rege o aproveitamento sustentável da água termal de Alhama de Granada assenta-se em pilares importantes tais como:

- O respeito da concepção da água termal como um patrimônio natural-histórico-cultural livre para o acesso e uso de todos os moradores.
- Como patrimônio e recurso, de uso comum, deve ser regido por uma normativa fundada nos direitos históricos de condutas voltadas para a preservação e conservação da cultura e identidade coletiva construídas ao redor deste recurso.
- O domínio e controle deve ser normatizado por preceitos que se relacionam com processos participativos que busquem estabelecer o fortalecimento do desenvolvimento do município, estimulando laços de cooperação e de convivência inclusiva das pessoas com a água termal, sendo este um recurso de uso comum, comunitário, que historicamente exerceu um papel fundamental

como “elemento tronco” capaz de desencadear ramas vinculadas às atividades sociais, culturais, econômicas e políticas, materializando desta forma o simbolismo deste recurso como emblema mais importante desta comunidade.

Concluindo esta nossa abordagem sobre esta dimensão, aludimos novamente ao fato de que a atual lógica empresarial desenvolvida pela empresa Balneários de Alhama de Granada S. A. (baseada em políticas e atuações que progressivamente vem ignorando os rasgos identitários, patrimoniais e históricos desta população e sua relação com a água termal e com o balneário) revela uma inviabilidade no que diz respeito a um autêntico processo de desenvolvimento sustentável do município, uma vez que, enquanto maior a relação entre população local e recursos naturais, maior a possibilidade de um autêntico desenvolvimento sustentável (Lima e Pozzobon, 2005; Flores, 2008; Escalera-Reyes e Cáceres, 2010).

Assim, terminamos a dimensão cultural e passaremos a seguir para a esfera política da sustentabilidade, sendo esta, segundo nosso entendimento, uma dimensão que diz respeito aos métodos e estratégias capazes de assegurar o resgate do pleno exercício da cidadania através de mecanismos e estratégias de desenvolvimento pautados na participação, no diálogo e nos acordos institucionais presentes na vida política de cada sociedade. Em outras palavras, como aludimos no capítulo dois – e tal como afirma Michael Mason (1999: 34): “trata-se de considerar a importância do *grau de autonomia dos grupos locais no processo de gestão da experiência* (considerando-se o grau de democratização das relações e o nível de participação das pessoas), ademais da capacidade de fomentar uma articulação tanto de redes no âmbito da própria sociedade civil, quanto no estabelecimento de pactos ou interações com agentes públicos e privados”.

Além disto, novamente retornando ao marco teórico que guiou nossa análise sobre a dimensão política, convém mencionar a concepção das *plataformas de negociação*, nas quais os atores locais (donos do balneário, políticos, membros da Plataforma de defesa pela água termal, membros da

ACECAT e ASHITUR) possam expressar seus interesses e necessidades a um nível de igualdade com outros atores envolvidos (Acselrad e Leroy, 1999). O que, neste caso, não resta dúvida de que o diálogo, as negociações e possíveis acordos, são elementos imprescindíveis para a consolidação de uma atividade de aproveitamento sustentável da água termal desta comunidade.

Assim, é necessário colocar em prática estratégias de participação social e cooperação entre diversos atores sociais. Estas estratégias poderiam gerar novos conhecimentos, aprendizagens, trocas de saberes e informações, entre outros elementos que podem conduzir a inovadoras atuações e, conseqüentemente, também a um desenvolvimento integral e sustentável.

Desta maneira, a troca de experiências e conhecimentos entre moradores, os donos do balneário e os políticos do município, permitiriam, por exemplo, gerar decisões mais eficazes, orientadas, sobretudo, a objetivos estratégicos capazes de direcionar o estabelecimento de alianças, redes de cooperação e projetos conjuntos. Como afirma Ninis (2006: 14) “o processo de exploração dos recursos naturais deve objetivar uma compreensão mais sistêmica das inter-relações entre os recursos e a sociedade a fim de contemplar sempre a gestão participativa e o desenvolvimento sustentável”.

Além disto, tomando como base a observação realizada durante nosso trabalho de campo, resulta essencial resgatar e valorizar o conhecimento local de Alhama, potencializando seus mecanismos de transmissão e os combinando com o melhor conhecimento científico disponível para encontrar soluções mais adaptadas à complexa realidade sociocultural e política deste município¹²³.

¹²³ Sobre este assunto vinculado ao resgate e valorização do *conhecimento local* de Alhama de Granada, um estudo interessante pode ser encontrado no livro “La Comarca de Alhama” (1990) Ed. Delegación Provincial de Educación y Ciencia de Granada, Junta de Andalucía.

Como vimos no capítulo cinco, os conflitos de 2001 e 2006 influenciaram negativamente nas atividades involucradas com o uso, exploração e também gestão da água termal desta comunidade. Portanto, a criação de acordos, negociações e redes de cooperação em diferentes escalas e entre diferentes setores sociais – com o fim de recuperar e promover a confiança e solidariedade mútua – é imprescindível para a construção de um cenário mais sustentável desde o ponto de vista de uma política de ordenação e gestão do território e seus recursos impulsionada por iniciativas e programas ativos de desenvolvimento de fundamentação comunitária.

Assim, no caso estudado, é necessário trabalhar para o fomento do associacionismo, convênios de colaboração e construção de sinergias flexíveis entre políticos, técnicos, empresários e moradores, incluindo, por suposto, os membros da Plataforma de defesa da água termal de Alhama. Desta maneira, avançar neste caminho requer um processo no qual as decisões deveriam ser tomadas através de uma consolidação conjunta de ordem e regulação que busque o interesse coletivo ao invés dos interesses particulares, de caráter isolado e centralizador (como vem sendo tomadas em nossos dias). Sobre este assunto, o alhamenho Alvaro afirma que:

“En Alhama hace falta una gestión local compartida, integrada y coordinada... un tipo de gestión adecuada para que el pueblo pueda poner en valor el termalismo y sus innumerables recursos naturales, culturales, paisajísticos, patrimoniales...”.

(Alvaro, alhamenho de 53 anos, desempregado).

Finalmente, surge desta maneira a proposta de um modelo de aproveitamento da água termal que seja capaz de reconhecer este recurso, seu valor intrínseco e, ao mesmo tempo, seu interesse para o progresso e desenvolvimento integral da sociedade.

Concluindo nossa discussão sobre esta dimensão da sustentabilidade, no caso do município alhamenho é necessário buscar um modelo de organização social que proteja a integridade dos

recursos naturais e estimule a interação harmônica entre seres humanos e seu meio natural. Finalmente, deve-se pensar que a sustentabilidade é uma meta a longo prazo e que envolve o compromisso do diálogo e da participação da sociedade civil. Assim, o êxito final das estratégias de desenvolvimento integral e sustentável requer um amplo consenso e a concepção de um processo que tem como objetivo melhorar a qualidade de vida da população como instrumento fundamental para o alcance de pautas mais sustentáveis em todo conjunto da população.

Em suma, como foi possível constatar a partir dos dados etnográficos¹²⁴, um benéfico diálogo somente será possível caso os agentes públicos e privados passem a entender a importância dos acordos com um fim comum, ou seja, a consolidação de um *interesse comum* fundado nas águas termais como motor de desenvolvimento do município. Como afirma Roberto:

“En Alhama hace falta el diálogo y la planificación de políticas destinadas al desarrollo local mediante una visión integradora de los diferentes factores en juego. Hace falta unión por un interés común”. (Roberto, alhamenho de 38 anos, empresário).

Por outra parte, em relação à dimensão ecológica da sustentabilidade, encontramos a concepção do que envolve o senso de lugar e sua conexão com a população, convivência harmoniosa com o sistema ecológico (fauna, flora, rios, paisagem, etc), compreendido desde uma perspectiva capaz de integrar o aproveitamento dos diversos elementos de um determinado território de forma equilibrada e interconectada. Isto é, no caso de Alhama de Granada, trata-se de um aproveitamento que seja capaz de levar em conta a complexidade de conexões com outros recursos naturais presentes nesta comunidade.

¹²⁴ Dados apresentados nos capítulos seis e sete.

Segundo Costabeber e Caporal (2003), a manutenção e recuperação da base de recursos naturais – sobre a qual se sustentam e estruturam a vida e a reprodução das comunidades humanas e demais seres vivos – constitui um aspecto central para atingir-se patamares crescentes de sustentabilidade. Portanto, o cuidado integral do conjunto dos recursos naturais é uma premissa essencial para ações que se almejem alcançar o desenvolvimento sustentável.

Para autores como Gonçalves (2008), a nível ecológico, o conceito de sustentabilidade de uma determinada população parte da noção de preservar e conservar o conjunto dos elementos de ordem natural, sendo que isto incluiria a condição essencial de se pensar a natureza de forma integrada, tendo em vista a continuidade dos processos de reprodução (social, econômica, ambiental e cultural) da sociedade em geral e, em particular, numa perspectiva que considere tanto as atuais como as futuras gerações.

Portanto, no caso da população alhamenha, é necessário pensar esta dimensão levando em conta o tratamento integral da atividade termal deste município, ou seja, procurando identificar e unir conjuntamente o município como um todo. Um todo integrado que involucra a gestão sustentável dos aquíferos, da paisagem, do rio situado a poucos metros dos mananciais termais, entre outros elementos importantes para o equilíbrio do ecossistema que deve ser abordado, segundo nosso entendimento, de forma holística e partindo de um enfoque sistêmico, isto é, dando um tratamento integral a todos os elementos que possam vir a ser impactados pela ação humana¹²⁵. Partindo desta base, os políticos, a empresa Balneários de Alhama S.A. e a sociedade civil alhamenha poderia passar a atuação no sentido de desenvolverem juntos ações de conservação dos mananciais de águas termais e do conjunto de elementos que estão vinculados com a atividade termal no município. Em outras palavras, as razões de ordem ambiental passam a involucrar a necessidade

¹²⁵ De forma resumida, quando nos referimos a uma *forma holística* e um *enfoque sistêmico*, fazemos referência a um conjunto de elementos complexos que estão interagindo constantemente, ou seja, um conjunto de elementos interdependentes que interagem formando um todo unitário e complexo. Sendo este todo (unitário e complexo), capaz de ser melhor analisado quando levamos em conta o comportamento da soma das partes do conjunto do sistema (ou território) estudado e, portanto, não das partes separadas.

de conservar e proteger a qualidade e contínua descarga da água termal, além da manutenção da qualidade do conjunto de elementos naturais.

A outro nível, convém também mencionar que desde o ponto de vista ecológico, o aproveitamento das águas termais como matéria-prima da atividade turística, não é a única que se pode dar. Ou seja, as elevadas temperaturas da água termal de Alhama, além de sua vertente ligada ao uso recreativo e terapêutico, também pode constituir um componente energético suscetível de aproveitamento eficiente ao se tratar de um recurso renovável desde o ponto de vista *geotérmico*¹²⁶. Neste sentido, consideramos a importância de se levar em conta as características e especificidades de cada território, considerando, ademais, estudos holísticos sobre os tipos de tecnologias possíveis de serem empregadas na exploração dos diversos recursos naturais, como é o caso das águas termais.

Em síntese, trata-se de enfocar o aproveitamento dos recursos naturais desde um ponto de vista integral. O que significa ampliar a capacidade do território através da utilização do conjunto de recursos interconectados no espaço, ao mesmo tempo em que se mantém um nível mínimo de deterioração do sistema ecológico do município. O que neste caso, a partir da nossa descrição apresentada no capítulo cinco, a empresa Balneários de Alhama de Granada S. A. apesar de adequar sua política de funcionamento às diversas exigências de ordem ambiental (construção de depuradora de águas residuais, delimitação de um perímetro de proteção adequado para a conservação do aquífero, entre outros aspectos), trata-se de uma empresa pouco eficiente no que diz respeito à manutenção e melhoria do conjunto de elementos e ecossistemas presentes em Alhama. Em suma, por razões vinculadas principalmente ao distanciamento da população local e

¹²⁶ Energía geotérmica é a energia obtida a partir do calor proveniente da terra, mais precisamente de seu interior. Funciona graças à capacidade natural da terra – ou sua água subterrânea – em reter calor. Para um estudo aprofundado sobre este assunto ver Trillo e Angulo (2008).

sua relação com o aproveitamento das águas termais, nota-se uma enorme carência de projetos e iniciativas por parte desta empresa e suas políticas direcionadas a uma possível melhor integração dos recursos presentes no município. Sendo que esta integração pressupõe voltar nossa atenção a um verdadeiro e integral processo de desenvolvimento mais benéfico para a população de Alhama.

Assim, terminamos a abordagem da esfera ecológica para passar agora para a dimensão econômica da sustentabilidade, sendo esta, representada pela consideração de que o aproveitamento dos recursos naturais somente adquire significado e relevância quando o produto gerado, em bases renováveis, também possa ser equitativamente apropriado, usufruído e distribuído aos diversos segmentos de uma determinada sociedade. Ou seja, é uma dimensão que involucra a concepção sobre a necessidade de balanços da distribuição de renda positivos, sendo necessário compatibilizar a relação entre produção e distribuição de benefícios econômicos gerados por meio da exploração da natureza. Como já fizemos referência (capítulo dois), autores como Costabeber e Caporal (2003) afirmam que a insustentabilidade de uma população pode expressar-se pela obtenção de resultados econômicos favoráveis para um determinado grupo às custas da exclusão do bem-estar da sociedade como um todo, o que põe em evidência a estreita relação entre exploração de um recurso comum – como é o caso da água termal – e o desenvolvimento sustentável alcançado desde de uma distribuição mais equitativa dos benefícios gerados através da exploração deste recurso.

Partindo destas ideias e como descrevemos no capítulo sete, no caso alhamenho encontramos um tipo de exploração da água termal no qual a população local está submetida a uma situação de marginalidade dos benefícios econômicos adquiridos por meio deste patrimônio natural. Além disto, tal população também vem sofrendo nos últimos anos um claro fenômeno de exclusão do acesso à água e às dependências do estabelecimento termal. Portanto, não se trata de um aproveitamento equilibrado, justo e equitativo, uma vez que existe uma forte concentração dos benefícios econômicos obtidos com a exploração deste recurso hídrico termal.

Ademais, é um tipo de exploração de uma empresa privada baseada no enorme peso representativo de clientes subvencionado pelo Programa de Termalismo Social do IMSERSO¹²⁷. Programa que desde o final da década de 1980 até nossos dias, supõe uma garantia no sentido de possibilitar todos os anos uma margem de lucro suficiente para que este balneário funcione sem a necessidade de preocupar-se em atrair novos clientes, além de não se preocupar em formar e dinamizar sua eficiência e competitividade no setor turístico termal espanhol. Como afirma Sara:

“Lo que pasa con el balneario de Alhama es que la familia actual propietaria se ha encontrado con esa herencia, no son emprendedores, no tienen espíritu de prosperar, tienen mucho dinero, porque ellos con lo que viene en Alhama con el programa del IMSERSO tiene de sobra. Tienen eso ahí.. no hacen inversiones...no se calientan la cabeza”. (Alhamenha de 39 anos, trabalhadora do setor hoteleiro).

A opinião de Sara se repete também, por exemplo, com os comentários de Claudio, que quando entrevistado mencionava as razões do atual estado decadente do balneário de Alhama. Segundo ele, isto está relacionado com o caráter afiançado no programa subvencionado pelo governo espanhol, IMSERSO, que todos os anos possibilita a garantia de uma margem de lucro suficiente para que a empresa se encontre acomodada somente aos clientes que chegam desde este programa ao estabelecimento, segundo Claudio:

“Lo que pasa es que como en Alhama de Granada ya tienen la clientela básica del IMSERSO, no se preocupan en modernizar y mejorar las cosas, el marketing, las

¹²⁷ Sobre detalhes relacionados a este programa do governo espanhol, ver capítulo cinco deste trabalho.

instalaciones, la gestión...con los clientes del IMSERSO ya tienen lucro suficiente...”.

(Claudio, alhamenho de 31 años, artista e agricultor).

Porém, contrária a esta linha de argumentação, Lucía, trabalhadora do balneário opina que:

“La gente aquí del pueblo se queja mucho de los dueños del balneario, de la gerencia...pero no entiendo. Lo que tenemos es un buen balneario, hay ofertas para que personas pasen un día o un fin de semana. Viene mucha gente aquí...vienen a visitar...tomarse un baño... asimismo, el balneario posee una línea de cosmética propia... aquí tenemos un balneario muy bueno y muy elogiado por los clientes”. (Alhamenha de 48 años, trabalhadora do balneário).

Opiniões tão diferentes, porém, em grande medida representam a realidade desta empresa. Uma empresa acomodada no lucro proporcionado anualmente pelo programa do IMSERSO. Além disto, um estabelecimento que há quase três décadas encontra-se latente no sentido de possuir potencialidades ainda não exploradas no que diz respeito a um melhor aproveitamento dos mananciais termais e demais recursos de Alhama¹²⁸.

Desta forma, no caso de Alhama de Granada, para a realização de um verdadeiro desenvolvimento sustentável, consideramos a necessidade de buscar alternativas frente a esta monopolização do controle e domínio da água termal. Trata-se, portanto, de buscar uma distribuição equitativa da exploração deste recurso, dentro de uma escala apropriada. Por esta

¹²⁸ Desta maneira, como afirma Ninis (2006) “atualmente, vemos que muitos sistemas de acesso e distribuição de benefícios obtidos a partir da exploração da água estão sendo manipulados pelos interesses econômicos de particulares, por meio de dinâmicas insustentáveis que afetam as bases do sistema ambiental, contribuindo também para o aumento da exclusão social e econômica dos benefícios gerados a partir deste recurso de uso comum que é a água” (Ninis, 2006: 91).

razão, queremos destacar nesta concepção sobre a dimensão econômica da sustentabilidade (aplicada ao caso estudado) a necessidade de considerar no planejamento, nas políticas da empresa e na ação a longo prazo, aspectos vinculados a equidade e ao acesso aos benefícios econômicos gerados pela exploração de um recurso de caráter comum, comunitário.

Neste sentido, torna-se fundamental um aproveitamento mais equitativo da água termal em relação à adoção de políticas mais integradas ao bem-estar da população como um todo. Desde logo, destacamos a necessidade da adoção de um tipo de exploração e gestão da água termal mais justa, equitativa e, portanto, adequada ao bem-estar integral da população alhamenha.

Finalmente, nesta dimensão encontramos a noção de se pensar um tipo de crescimento econômico eficiente e equitativo dentro do respeito e busca do bem-estar coletivo da sociedade, além do respeito às suas particularidades históricas e culturais, ademais das condições que o meio ambiente pode suportar, tanto para as gerações de agora como para as futuras.

Desta forma, finalizamos a dimensão econômica para passar a seguir para esfera social da sustentabilidade.

Sobre a dimensão social, como fizemos referência no capítulo dois, esta dimensão está vinculada, fundamentalmente, ao processo de desenvolvimento que leva em conta um crescimento estável e a melhoria das condições de vida da população, além da coesão social, maior igualdade de oportunidades para todos, facilitação das condições laborais, impulso à diversificação econômica e à geração de empregos no município.

Sabemos que os benefícios sociais, tais como, a fixação das pessoas no município, a melhoria da qualidade de vida, a facilitação de condições de trabalho, entre outros aspectos, são consequências da esfera econômica (geração de riqueza, dinamização da economia, etc) e política (acordos, diálogos, políticas inovadoras, etc), embora uma análise mais profunda da sua real extensão mereça uma maior reflexão e abrangência desta dimensão social no sentido de pensar um desenvolvimento de ações baseadas no apoio mútuo e que persigam objetivos comuns.

Portanto, levando em conta esta concepção, no caso de Alhama de Granada encontramos um município dotado de águas termais que converte o termalismo presente nesta população em uma atividade imprescindível a qualquer estratégia de desenvolvimento local. Revendo os depoimentos dos entrevistados (empresários, agricultores, donas de casa e políticos), constatamos que para uma adequada exploração da água termal, a população alhamenha alude como um dos objetivos principais, a redução do número de desempregados e há ainda baixa prosperidade econômica de algumas famílias do município, ou seja, cidadãos que poderiam muito bem desenvolverem algum tipo de atividade econômica por meio da exploração das águas termais.

Entretanto, conforme mencionam diferentes setores do município, há uma opinião muito expandida de que a atividade termal alhamenha ainda está para ser corretamente explorada, ou melhor, trata-se de uma atividade ainda carente de políticas de ordenação voltadas para a criação de programas ativos de desenvolvimento coletivo.

Deste modo, a carência de iniciativas de caráter coletivo em Alhama, nos mais diversos aspectos, em especial em relação ao desenvolvimento do turismo termal, será, segundo nossos entrevistados, a principal carência rumo um modelo de desenvolvimento mais integral e sustentável voltado a uma melhor qualidade de vida desta população¹²⁹. Como menciona Rosa:

¹²⁹ É certo que Alhama possui uma grande variedade de recursos endógenos, muitos deles, inclusive, ainda não explorados. Conforme descrevemos no capítulo cinco, em Alhama é possível encontrar uma riqueza paisagística, histórica, arquitetônica, monumental, além de sua variedade geomorfológica e valiosos ecossistemas, rica gastronomia e uma grande variedade artesanal. Porém, a diversificação produtiva e a preservação e valorização desta especificidade – dirigida ademais a criar vantagens competitivas em produtos e serviços em um mercado cada vez mais exigente – foi um componente de escasso desenvolvimento no âmbito das políticas públicas direcionadas ao bem-estar coletivo desta comunidade.

“Aquí, ¿tú has visto, no? Aquí tenemos una pluralidad de valores...una extraordinaria riqueza y diversidad de recursos naturales, de patrimonio, de iglesias, de baños termales... pero hace falta un espacio compartido, una gestión compartida, una gestión más integrada y en la que la gente de aquí esté más unida...”. (Rosa, alhamenha de 44 anos, comerciante).

Neste sentido, nos relatos de agricultores, comerciantes, professores, políticos, técnicos, donas de casa e membros da Plataforma de defesa da água termal de Alhama, sobressai a afirmação de que a empresa Balnearios de Alhama S.A. vive desde muitos anos de costas aos interesses coletivos do município.

Conforme muitos cidadãos apontam, segue fazendo falta em Alhama aplicar novas ideias e novas políticas de dinamização e diversificação da economia local, o que possivelmente levaria a um maior desenvolvimento para o município.

“La población de Alhama siempre dice que el pueblo y su comarca podrían muy bien vivir de su balneario, todo el mundo trabajando y viviendo de lo que representa el balneario para el pueblo... en los comercios, la gente que comprara aquí...consumo en las tiendas, en los bares, vendría más gente, se necesitaría mucha más mano de obra, se podría hacer una piscina climatizada durante el invierno. Se podría crear muchos empleos a través del balneario, empleos que actualmente no hay”. (Alhamenho de 60 anos, empresário do setor hoteleiro).

“El balneario podría ser una fuente de riqueza que generaría más intereses, más beneficios y más riqueza que Sierra Nevada... pero hace falta innovación y competencia aquí...”. (alhamenho de 50 anos, hoteleiro e membro da Plataforma de defesa da água termal de Alhama).

Assim, dentro desta conjuntura social da sustentabilidade, a preocupação principal é a condição humana e os meios para aumentar a qualidade de vida do conjunto da população. Por esta razão, uma vez mais queremos destacar a preocupação com o bem-estar integral da sociedade, sendo imperativo a emergência de um novo paradigma em Alhama capaz de promover a cidadania e uma melhor qualidade de vida do conjunto integral de seus habitantes. Em síntese, no caso de Alhama, identificamos uma necessidade de superação de enfoques fragmentados mediante um alto grau de integração de procedimentos que podem entrecruzar-se a partir do apoio mútuo na execução de programas que conectem múltiplos objetivos e medidas. Tudo isto tendo como coluna de sustentação a colaboração intersetorial de diferentes indivíduos tanto do setor público como do privado, com o objetivo de se alcançar o desenvolvimento de práticas inovadoras que busquem facilitar a geração de novos postos de trabalho, além da melhoria de mecanismos que promovam um impulso à diversificação econômica e as condições de vida dos moradores.

Desta maneira, concluímos este tópico sobre as esferas da sustentabilidade para, a seguir, adentrar-nos à análise da retroalimentação das dimensões e sua importância aplicada a nossa pesquisa.

8.2. Reflexões finais sobre o tipo de aproveitamento das águas termais e a importância de se considerar o enfoque da retroalimentação das dimensões da sustentabilidade

Partindo da apresentação anterior sobre as dimensões da sustentabilidade aplicadas ao caso de Alhama de Granada, neste último tópico apresentaremos o fechamento de alguma das principais ideias deste estudo de modo a discorrer sobre o enfoque da *retroalimentação das dimensões do*

desenvolvimento sustentável, ou *retroalimentação multidimensional da sustentabilidade*¹³⁰. Esta abordagem, que trata de demonstrar que os elementos e fenômenos sociais, políticos, culturais, ambientais e econômicos das relações entre seres humanos e tudo aquilo que os rodeia, são componentes de um *conjunto sistêmico*¹³¹ onde aparecem interconectados por meio de profundas e complexas interações de diversos níveis.

Parafraseando Serrano-Barquín (2008), é importante refletir e valorar a ênfase multidimensional da sustentabilidade para evitar, por exemplo, cair na ameaça de reduzir nossas análises e conclusões em conhecimentos imediatos e fragmentados em partes, sendo, por esta razão, pouco flexível e pouco adaptável à complexidade de muitas das nossas sociedades contemporâneas.

Desta maneira, no caso do município alhamenho, é certo que nos encontramos com uma comunidade recheada de complexas características e fenômenos que emergem e interatuam em seu interior. O que, neste caso, são características distintas e complementares das partes que compõem este território. E, precisamente, este marco de aplicação multidimensional foi responsável de dar-nos instrumentos teóricos que guiaram grande parte da nossa trajetória analítica do caso aqui pesquisado e descrito.

Além disto, é um enfoque que nos permitiu abordar aspectos da realidade de Alhama que até os dias de hoje não haviam sido analisados de maneira aprofundada, ou sendo anteriormente tratado de forma sintética ou desde outras perspectivas teóricas¹³².

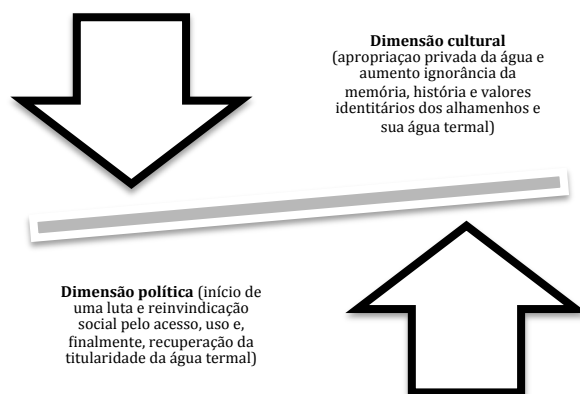
Portanto, partindo destas bases, relacionaremos a seguir algumas contribuições que caracterizam este marco aplicado ao município que serviu de terreno empírico para nossa pesquisa.

¹³⁰ Enfoque teórico referenciado no capítulo dois deste trabalho.

¹³¹ Entendendo, neste caso, *conjunto sistêmico* como aquele formado de características e elementos que se associam mutualmente, formando assim um todo complexo que atua de modo a abordar a realidade de forma contrária ao pensamento “reducionista-mecanicista” herdado dos filósofos da Revolução Científica do século XVII, como Bacon, Newton e Descartes. Para mais detalhes sobre este assunto, ver Díaz e Calzadilla (2001).

¹³² Sobre outras perspectivas teóricas aplicadas ao caso de Alhama de Granada, ver, a título de exemplo, os trabalhos publicados por Huan Porrah (2010 e 2011) e Javier Escalera Reyes (2011), autores que pesquisaram o caso da apropriação da água termal a partir da teoria da resiliência sócio-ecológica.

Para começar, concentraremos nossa atenção na retroalimentação da dimensão cultural (baseada na memória, história e valores identitários) de Alhama de Granada com a dimensão política deste município. Neste sentido, concretamente o caso do movimento social surgido em Alhama em 2001 (a partir do corte da água termal descarregada nas poças públicas¹³³), o qual está relacionado com o processo de luta e reivindicação social pelo acesso e uso da água termal.



Observamos que o vínculo sentimental, histórico e identitário de muitos moradores em relação a água termal, junto com o sentimento de injustiça relacionado com as restrições e inviabilidade ao acesso a este recurso, é uma das maiores motivações frente a defesa do carácter comunal deste recurso presente em Alhama de Granada. Na verdade, o conflito estudado em torno à água minero-medicinal se expressa na luta de grande parte da população pelo seguimento de sua “cultura da água termal”, expressada através de uma visão baseada na sua identidade coletiva.

Por outra parte, a dimensão social se interrelaciona com a cultural, tendo em vista que o uso e acesso à água termal está baseado e mediado por um conjunto de valores identitários e culturais no qual o bem-estar coletivo caminha unido a inclusão da população no processo de aproveitamento das águas termais. Este conjunto é oposto à ordem estritamente econômica, pois é fundamentada em relações históricas, culturais e identitárias entre muitos moradores e a natureza, onde a mesma

¹³³ Sobre detalhes do conflito pelo corte da água termal derramada nas poças públicas, ver capítulo sete.

não pode ser concebida somente a uma simples mercadoria apropriada e, portanto, excluída do acesso e uso histórico por parte de gerações de cidadãos marcados por esta convivência “homem - natureza”.

Voltando à dimensão social, esta se retroalimenta da dimensão política, uma vez que a falta de diálogos, acordos e relações dos mais diversos tipos – fundamentalmente, entre empresa privada (balneário), governo local e sociedade civil (incluindo membros da *Plataforma de defesa da água termal de Alhama*) – encontram-se desconectados e imersos em uma situação de constantes enfrentamentos. Por isto, os dados etnográficos obtidos durante a realização do trabalho de campo, apresentam, em primeiro lugar, a necessidade de promover mecanismos de participação social relacionados com o aumento e consolidação de colaboração entre os agentes públicos e privados do município.

A outro nível, a dimensão política se retroalimenta da ecológica, uma vez que encontramos aspectos e elementos que interactivam de forma a poderem ser representados, por exemplo, através de colaborações, acordos e projetos relacionados com planos de integração do termalismo local com a promoção e união de outros recursos (naturais, históricos, arquitetônicos e culturais) do município. Além disto, a interação dessas duas dimensões também estabelece uma conexão que influencia a esfera social da sustentabilidade (relacionada com a manutenção do bem-estar coletivo local por meio da proteção e conservação integral dos recursos presentes em Alhama de Granada).

Por outra parte, encontramos a retroalimentação da esfera econômica com a cultural, que se sobressai devido a existência de impactos gerados quando os valores de mercado, ameaçam a integridade cultural da comunidade. Isto é, trata-se de uma atitude que diz respeito, no caso da empresa privada que atualmente explora as águas termais de Alhama de Granada, de uma lógica empresarial que se preocupa com o seu lado econômico, porém, por outro lado, se preocupando em preservar e conservar as reminiscências históricas e culturais presentes nesta população.

De outro modo, a dimensão econômica se retroalimenta da social, visando a obtenção do lucro, unida à concentração dos benefícios econômicos gerados pela exploração da água termal, direcionam o desenvolvimento de Alhama a uma trajetória oposta ao bem-estar coletivo desta comunidade. À vista disto, o fato de praticamente não haver a participação da população alhamenha nos benefícios gerados – seja através de uma distribuição mais equitativa destes benefícios ou através da possibilidade de geração de uma dinamização econômica capaz de criar mais empregos – faz com que o caminho para uma autêntica e integral sustentabilidade encontre-se obstaculizado.

Assim, para entender estes nexos entre a interação das dimensões citadas anteriormente, partimos da concepção de que a sustentabilidade de Alhama deve ser pensada priorizando a cooperação das dimensões, ou seja, a consideração da necessidade de uma planificação que leva em conta a ação conjunta dos diversos elementos capazes de criarem um melhor desempenho do que aquele obtido tomando as partes do todo isoladamente. Em outras palavras, por mais que se estudem as partes para entender o “todo”, acreditamos que seja necessário considerar o contexto da totalidade em que as mesmas estão inseridas.

Desta forma, este enfoque multidimensional revela um modo de abordar determinados fenômenos e problemas presentes na sociedade alhamenha por meio de uma visão ampla e inter-relacionada da “totalidade”. Trata-se de ver as coisas partindo do todo e não das partes. Assim, o marco da retroalimentação das dimensões consiste em um modo de pensar sobre os componentes e o seu conjunto integral.

Portanto, a nosso juízo, nos resultou importante conhecer em profundidade as relações existentes entre as dimensões do desenvolvimento sustentável que atuam sinergicamente em Alhama de Granada. Este conhecimento foi capaz de nos fornecer a compreensão de como o avanço rumo a sustentabilidade deve implicar um salto qualitativo importante no sentido de uma mudança de paradigma. A mesma consiste em valorizar uma série de elementos (identidade, cultura e

patrimônio histórico-arquitetônico) presente em Alhama e vinculados ao termalismo desta comunidade. Porém, de forma paradigmática, estes elementos vêm sendo ignorados de maneira a não contribuírem para uma melhor relação os alhamenhos e a empresa privada que explora atualmente o “ouro líquido” que é o recurso hídrico termal deste município.

Desta forma, valorizamos a consideração de que seja preciso desenvolver mecanismos que apoiem o fortalecimento da relação entre moradores e empresa privada. Em outras palavras, consideramos a necessidade de que sejam criados novos espaços que permitam desenvolver um aproveitamento das águas termais em concordância com o sentido de pertencimento e identificação da população local com este valioso recurso. Por isso, não resta dúvida de que para alcançar pautas de sustentabilidade, é necessário preservar as reminiscências históricas e culturais desta comunidade, além do fortalecimento das capacidades locais de cooperação e colaboração dos atores sociais e setores econômicos, políticos e institucionais.

Logo, resulta imprescindível adotar uma visão voltada para a construção de um território dotado de políticas inovadoras e pensadas a longo prazo. Estas políticas devem ser estabelecidas partindo de mecanismos importantes tais como a valorização do capital social (aspecto imprescindível para que técnicos, políticos e agentes comunitários estejam aptos para intervirem adequadamente frente aos problemas locais).

Desta maneira, esta mudança considera a necessidade de instituições flexíveis, bem articuladas e preocupadas com o coerente e frutífero diálogo, além da aposta por uma planificação ajustada à identificação de situações que interferem no processo de participação da sociedade local.

Deste modo, a promoção e incentivo da participação cidadã constitui uma peça importante para assumir desafios vinculados com a sustentabilidade, posto que o objetivo da mesma caminha unido a melhoria da qualidade de vida do conjunto integral da sociedade alhamenha.

CONCLUSÕES

Partindo da necessidade de síntese e clareza que as conclusões de um trabalho como este requer, não será possível referir à totalidade das questões analisadas, mas sim, àquelas mais relevantes. Neste sentido, gostaríamos de ressaltar que no decorrer desta pesquisa realizamos leituras, interpretações e análises em torno ao tipo de aproveitamento da água termal do município de Alhama de Granada. Por meio de nossas observações durante o trabalho de campo foi possível “mergulhar” no interior de diversos elementos e aspectos da realidade da população granadina. Uma comunidade caracterizada por um recurso natural que historicamente exerceu um papel fundamental como “elemento tronco”, capaz de desencadear aspectos vinculados as suas atividades sociais, culturais, econômicas, ambientais e políticas, materializando, deste modo, a presença física e simbólica dessa substância como emblema local mais importante.

Com a descrição da história e da “vida” do estabelecimento termal mais antigo de Alhama, assim como do “ouro líquido” que nasce em seu interior, foi possível aproximar-nos ao entendimento de como este recurso está sendo usado, explorado e administrado nos dias de hoje frente a um suposto desenvolvimento sustentável. As implicações, conflitos, identificações coletivas, discursos e propostas dos atores sociais e dos distintos enfoques, segundo uma série de elementos encadeados e profundamente interconectados, foram fundamentais em nossa análise. Estando esta centrada em investigar – a partir de um marco interdisciplinar – aspectos importantes vinculados à incidência do tipo de uso, exploração e gestão do recurso hídrico minero-medicinal de Alhama de Granada.

Por conseguinte, uma contribuição importante do presente estudo é a de que podemos afirmar que o conjunto dos elementos vinculados à atividade termal da sociedade pesquisada não é algo estático, e sim, algo que se transforma, acrescentando e redefinindo elementos e valores. Por exemplo, valores que se cruzam com significados que têm a ver com a história e as tradições de Alhama, como a origem da mesma e com suas características capazes de constituírem uma espécie de *Cultura da Água Termal*. A evolução das mobilizações sociais durante o conflito pela água termal em 2001 confirma esta ideia de *Cultura da Água Termal*. Estas mobilizações, impulsionadas em enorme medida pela luta da população alhamenha ao direito histórico de utilização das águas termais do *Balneario Viejo*, ganharam novos significados a partir do momento em que a prática cultural de uso das poças começou a ser desarticulada tendo em vista interesses individuais contrários ao seguimento de um direito de acesso para moradores e visitantes. Neste sentido, uma das contribuições que a nosso juízo resultam ser uma das mais valiosas do presente estudo está relacionada com a densidade de aspectos surgidos a partir da experiência do conflito, em torno à água termal, em maio de 2001.

Assim, a aproximação do conflito relacionado com o uso e exploração de outras práticas termais de Alhama – como um processo de interação entre atores individuais e coletivos organizados em um contexto de negociação e representatividade social e política – contribuiu ao nosso olhar sobre distintas perspectivas que em grande medida guiaram nossa investigação. Em primeiro lugar, desde o ponto de vista da dimensão da sustentabilidade vinculada à esfera sociocultural integrada ao sentimento de identificação de muito alhamenhos de pertencerem a um município termal que percebem como próprio, vimos que essa concepção é fundamental para o desenvolvimento sustentável deste

município. Ou seja, a identificação de um grande número de moradores faz com que o sentimento de apego às águas termais do *Balneario Viejo* aumente a possibilidade de proteção e conservação deste recurso e seus múltiplos elementos. Desta maneira, no caso da identificação de grande parte desta população com a água termal presente nas poças, gerou desde 2001 importantes elementos para o estudo de como determinadas formas de identificação vinculadas ao termalismo foram capazes de reativar a consciência e o sentimento de pertencimento a um coletivo, o orgulho de pertencer a um município com águas termais, precisamente ressaltando o sentido e o caráter sem precedentes do uso deste recurso, isto é, seus vínculos com a construção de uma sociedade humana que leva em seu próprio nome a causa deste elemento natural emblemático que é o *Al Hammán* (“os Banhos”). Logo, foi por meio de um discurso coletivo sobre o direito de acesso e uso aos banhos termais públicos, por parte dos moradores, que se chegou à reivindicação institucional e pública, baseada nas recordações, na tradição e no costume materializado, pelo menos desde 1960 no espaço das poças públicas situadas na beira do rio Alhama.

Em segundo lugar, convém destacar o importante fenômeno de conscientização social ocorrida a partir da experiência do conflito. Ou seja, foi possível abordar nos capítulos correspondentes, a experiência surgida desde o momento em que se corta o fluxo de água termal que abastecia as poças e que se converteu em um dispositivo relevante no processo de conscientização da população alhamenha em relação a sua história e a seus emblemas identitários mais importantes. O despertar da consciência leva muitos cidadãos à ação política (Escalera, 1998). Neste sentido, o fato da importância simbólica que representava e representa as poças, não somente como símbolo da identidade local, mas também como atrativo turístico de Alhama, deu lugar a um movimento social que possui uma forte e evidente dimensão política. Este movimento sem dúvida foi capaz de dar vida à luta pelo

“direito histórico dos moradores”, cujos efeitos e implicações vão progressivamente abrangendo muitos aspectos e dimensões da realidade do município, até o ponto em que, independentemente do alcance explícito da recuperação da água quente derramada nas poças, a dinâmica da participação social gerada constitui claramente um capital social importantíssimo para a configuração e fortalecimento da sociedade alhamenha rumo ao seu desenvolvimento sustentável.

Em terceiro lugar, convém esclarecer que a ideia de que a população alhamenha não leva em conta as atuações realizadas pelos interesses privados ligados ao termalismo praticado nas poças, está absolutamente descartada neste trabalho. Segundo o que estivemos descrevendo e analisando, importantes agentes e coletivos sociais do município não são indiferentes em relação às ações colocadas em prática pelos proprietários e administradores da empresa Balneários de Alhama de Granada S.A. Pelo contrário, a pauta de atuação colocada em prática por um significativo coletivo de moradores é perfeitamente visível no caso da constituição da Plataforma de Defesa da Água Termal de Alhama. Esta Plataforma promoveu uma centralidade emblemática no modelo de luta e reivindicação cidadã da água termal deste município. Deste modo, abordamos as principais atuações desenvolvidas por este mecanismo participativo, tratando de mostrar as características e as diferentes etapas deste movimento social organizado e que lutou incansavelmente até alcançar a manutenção da atividade termal desenvolvida nas poças. Além disso, o movimento reivindicatório proporcionado por essa Plataforma – unido intrinsecamente com a experiência do conflito – teve um papel fundamental no processo de abertura das redes de indivíduos que antes não imaginavam compartilhar inquietudes e apego em relação às águas termais do seu município. Aliás, a Plataforma funcionou como um impulsor social no sentido de fortalecer os vínculos entre população e recurso hídrico

termal, ou seja, sendo capaz de ativar novas leituras da água, baseadas em uma ideia de recurso coletivo, que se configura a partir de um leque de valores identitários e históricos, conforme estivemos constatando ao longo de nossa análise.

Desta maneira, levando em conta estes elementos sublinhados, destacaríamos resumidamente três importantes leituras analíticas: Primeiro, que nas reivindicações existe uma reação a uma problemática concreta que atua de forma a abrir o caminho para a ação social, motivada fundamentalmente por uma construção identitária, de caráter histórico e cultural, que qualifica e fortalece as mobilizações sociais justificadas com base nas ignorante(s) atitude(s) da direção do balneário, no sentido de não considerar o sentimento de apego dos vizinhos em relação a seus banhos termais de caráter comunal. Segundo, os moradores se articulam com o objetivo de lutarem e dar voz a uma reivindicação que consideravam omissa (pouco firme e que esteve em grande parte marcada pela falta da atuação) do governo local, representado naquele momento pela maioria absoluta de políticos do partido *Partido Socialista Obreiro Espanhol* (PSOE). Terceiro, representando a fusão dos dois pontos anteriores, e nem por isso menos importante, encontramos a falta de colaboração e diálogo entre cada agente ou grupo local que atua de maneira quase integralmente inflexível. Neste sentido, tais grupos e agentes defendem suas posturas e suas medidas de atuação a nível discursivo e jurídico (registro de denúncias e processos perante às instituições destinadas a esse fim) sem abrir praticamente nenhum espaço para um diálogo construtivo.

Por tudo isto, entendemos que para alcançar um autêntico desenvolvimento sustentável é necessário conhecer os significados que são atribuídos por parte dos distintos coletivos e as implicações que estes sentidos têm em diversas legitimações e aspirações dos grupos e atores. A partir deste conhecimento, entendemos que será possível gerar um

compromisso rumo à sustentabilidade do município alhamenho, isto é, um compromisso que se manifeste na orientação dos processos e sistemas de participação, diálogo e acordos que sirvam, inclusive, como garantia da consolidação e coerência das políticas vinculadas com a atividade termal alhamenha. Por esta razão, os dados obtidos durante nosso trabalho de campo apresentam, em primeira ordem, a necessidade de impulsionar mecanismos de maior participação local e auto-organização capazes de promoverem maior conhecimento sobre o manejo e gestão de conflitos entre os agentes sociais do município responsáveis pelas decisões orientadas à sustentabilidade local.

Por outra parte, nossa leitura reflete sobre a carência de políticas direcionadas em implementar sistemas eficazes e capazes de englobarem esforços entre os distintos atores locais e supralocais, no contínuo processo de aprendizagem e intercâmbio de experiências e conhecimentos. Desta maneira, a criação de redes institucionais de coordenação e colaboração em diferentes escalas e entre diferentes setores, com o objetivo de recuperar e promover a confiança nas instituições locais e regionais, constitui um dos pilares para o desenvolvimento sustentável.

Finalmente, outra consideração importante que gostaríamos de mencionar para o fechamento desta tese concerne à discussão sobre o título da propriedade da água termal do *Balneario Viejo* de Alhama de Granada. Sobre este assunto, que leva em conta nossa conclusão de que em estudos como o que acabamos de realizar, as evidências sempre são questionáveis e aqui estamos buscando a realização de um trabalho como uma oportunidade para abrir caminho a novas discussões, conhecimentos e propostas, levamos em conta, deste modo, que um dos principais problemas que existe atualmente em Alhama de Granada, em relação ao seu autêntico desenvolvimento sustentável, é justamente a situação “legal”, jurídica, da água termal do *Balneario Viejo*. Isto porque um recurso historicamente reconhecido e comprovado como sendo

comunal (Bermúdez, 2007) foi apropriado desde 1955 como sendo parte da propriedade privada dos donos do hotel-balneário.

Ademais, falar de sustentabilidade de uma população na qual seu principal elemento de referência identitária, patrimonial, histórica, dentre outras, está em mãos de empresários que exploram e administram este recurso sem nenhum tipo de compromisso com a população local, é uma contradição em relação a um autêntico desenvolvimento sustentável.

Em suma, acreditamos ser legítimo e necessário que a sociedade local siga se organizando e pressionando as autoridades, políticos e administrações do Estado para que seja possível a recuperação da propriedade comunal dessa água minero-medicinal. Um recurso que aproveitado de maneira equilibrada, justa e equitativa, unida à adequada conservação e preservação ambiental, identitária e histórica-cultural, poderá favorecer efetivamente um autêntico desenvolvimento sustentável deste município alhamenho.

Deste modo, não podemos deixar de citar alguns exemplos nos quais os cidadãos não foram vítimas passivas das práticas de exclusão e da tomada autoritária de decisões políticas correspondentes a este importante recurso vital que é a água. Entre estes exemplos incluímos, como citado por Esteban Castro (2008), as famosas guerras pela água na Bolívia – que cancelaram os projetos de privatização em Cochabamba (2000) e em La Paz-El Alto (2006) – ou por meio de confrontações políticas como o plebiscito no ano de 2004 no Uruguai que culminou na proibição da privatização da água na Constituição Nacional. A estes exemplos se incluem também os Conselhos Comunitários da Água na Venezuela, que enfatizam a promoção da participação cidadã na tomada de decisões no âmbito local.

Portanto, a defesa e recuperação da água como um bem comum constitui uma linha de pesquisa importante na conjuntura global atual em que este recurso vem sendo mercantilizado e, por isto, provocando a exclusão de seres humanos, além da perda de valores sobressalentes de contextos e dinâmicas socioculturais.

Deste modo, nossa pesquisa contribui ao início de um campo de trabalho que forma parte de um primeiro estudo com o objetivo de avançar, aportar e iniciar novas ideias que não estão limitadas apenas ao caso estudado, mas também a outros municípios termas. Tudo isto considerando que a diversidade de estudos sempre ajuda a aprimorar a compreensão da realidade. Desta maneira, descrever e analisar o caso alhamenho proporcionou uma compreensão da realidade que não pode ser ignorada, mas sim revalorizada para incorporá-la à análise de outros contextos.

CONCLUSIONES

Partiendo de la base de que las conclusiones de un trabajo como este requieren síntesis y claridad, buscaremos referenciar aquí las cuestiones más importantes analizadas. De esta manera, nos gustaría resaltar que durante el recorrido de esta investigación realizamos lecturas, análisis e interpretaciones en torno al tipo de aprovechamiento del agua termal del municipio de Alhama de Granada. A través de nuestras observaciones durante el trabajo de campo realizado ha sido posible “bucear” en el interior de diversos elementos y aspectos de la realidad de esta población granadina. Una comunidad caracterizada por la posesión de un recurso natural que a nivel histórico ejerció un papel fundamental como “elemento matriz” capaz de derivarse en esferas vinculadas a sus actividades sociales, culturales, económicas, ambientales y políticas, materializando, de este modo, su presencia física y simbólica como emblema local más importante.

Con la descripción de la historia y “la vida” del balneario más antiguo de Alhama, así como del “oro líquido” que nace en su interior, fue posible acercarnos al entendimiento de como se ha gestionado el agua termal en los últimos años de cara a un supuesto desarrollo sostenible de la población. Los conflictos, las identificaciones colectivas, los discursos, las propuestas de los actores sociales y los distintos enfoques según una serie de elementos encadenados y profundamente entrelazados, han sido fundamentales en nuestro análisis. Un análisis centrado en investigar – a partir de un marco interdisciplinar – aspectos importantes vinculados a la incidencia del tipo de uso, explotación y gestión del recurso hídrico mineromedicinal de Alhama de Granada.

De esta manera, hemos averiguado que el conjunto de elementos vinculados al termalismo local no es algo estático, sino que se transforma, añadiendo y sustrayendo elementos y redefiniendo sus

valores. Valores que se entrelazan con significados que tienen que ver con la historia y las tradiciones del pueblo, como su origen, y como conformadores de una especie de *Cultura del Agua Termal*. Sobre esta *Cultura*, la evolución de las movilizaciones ciudadanas durante el conflicto por el agua en 2001 confirma este planteamiento. Estas movilizaciones, derivadas en gran medida del interés de un gran número de moradores interesados en luchar por un derecho histórico del agua termal del Balneario Viejo como un “bien común”, han ganado nuevos matices a raíz de la tradición de uso de las pozas localizadas en la orilla del río Alhama. Siendo su uso una tradición que empezó a ser desarticulada cada vez más, teniendo en vista la “lógica de rendimiento y tendencias” de la empresa privada, o sea, una empresa con intereses individuales contrarios al seguimiento de una práctica y costumbre de los vecinos y visitantes. En este sentido, una de las aportaciones que a nuestro juicio resulta más valiosa del presente estudio está relacionada con la densidad de aspectos surgidos a partir de la experiencia del conflicto en torno al agua termal en el mes de mayo de 2001.

Así, la aproximación al conflicto en torno al tipo de uso y explotación del termalismo alhameño – como un proceso de interacción entre actores individuales y colectivos organizados en un contexto de negociación y representatividad social y política – nos ha brindado la lectura de distintas perspectivas que, en gran medida, han guiado nuestra investigación. En primer lugar, desde el punto de vista de la dimensión de la sostenibilidad vinculada a la concepción del sentimiento de los alhameños y alhameñas de pertenencia a un municipio termal que identifican como propio, hemos visto que esta concepción es fundamental para el desarrollo sostenible de dicho municipio. Es decir, la identificación de los vecinos hace que el sentimiento de apego a las aguas termales del Balneario Viejo aumente la posibilidad de protección y conservación del espacio y sus múltiples elementos. De esta manera, la identificación de gran parte de la población alhameña con el agua termal de las pozas ha generado desde 2001 un caleidoscopio de ingredientes importantes para el estudio de cómo unas formas de identificación muy concretas

vinculadas al termalismo han sido capaces de reactivar la conciencia y el sentimiento de pertenencia a un colectivo, el orgullo de pertenecer a un pueblo con aguas termales, precisamente subrayando el sentido y carácter inmemorial del uso de este recurso, es decir, sus vínculos en la construcción de una comunidad humana que lleva su propio nombre a causa de este elemento natural, emblema absoluto de *Al Hammán* (“los Baños”). Luego, fue a través de un discurso colectivo sobre el derecho vecinal de los baños termales públicos, cuando se llega a la reivindicación institucional y popular de los recuerdos de un pasado, de la tradición y la costumbre materializada, por lo menos desde 1960, en el espacio de las pozas aledañas.

En segundo lugar, conviene subrayar el importante fenómeno de toma de conciencia surgido a partir de la experiencia de este conflicto. Es decir, hemos podido abordar en los capítulos correspondientes, la experiencia surgida a partir del momento que se corta el suministro del agua termal vertida a las pozas y que se ha convertido en un dispositivo detonante del proceso de toma de conciencia de la población alhameña hacia su historia y sus emblemas identitarios más importantes. La toma de conciencia lleva a la acción política (Escalera, 1998). En este sentido, el hecho de la importancia simbólica que representaban y representan las pozas, no solo como símbolo de identidad local, sino también como atractivo turístico para el pueblo, dará lugar a un movimiento social que tendrá una fuerte y evidente dimensión política. Este movimiento será capaz de rescatar el “derecho histórico de los vecinos” cuyos efectos e implicaciones irán progresivamente abarcando muchos aspectos y dimensiones de la vida del pueblo, hasta el punto de que, independientemente del logro del objetivo explícito de la recuperación del agua caliente vertida a las pozas, la dinámica de participación generada constituye indudablemente un capital social importantísimo para la vertebración y fortalecimiento de la sociedad alhameña hacia su desarrollo sostenible.

En tercer lugar, conviene aclarar que la idea de que la población alhameña suele ser indiferente respecto a la acción derivada de los intereses privados ligados al termalismo en las pozas aledañas,

queda totalmente descartada en este trabajo. Según lo que hemos venido describiendo y analizando, importantes agentes y colectivos sociales del pueblo no son indiferentes a las acciones llevadas a cabo por los propietarios de la empresa Balnearios de Alhama de Granada S.A. Por el contrario, la pauta de actuación puesta en marcha por un amplio colectivo vecinal es perfectamente visible en la constitución de la Plataforma por el Agua Caliente. Esta Plataforma ha tenido una centralidad emblemática en el modelo de lucha y reivindicación vecinal del agua termal de Alhama. De este modo, nos hemos adentrado en las acciones promovidas por este mecanismo participativo, tratando de mostrar las características y las diferentes etapas de este movimiento social organizado que ha luchado incansablemente hasta lograr definitivamente mantener la actividad termal desarrollada en las pozas tal como hoy la conocemos. Asimismo, el movimiento reivindicativo proporcionado por esta Plataforma – unido intrínsecamente a la experiencia del conflicto – ha tenido un papel fundamental en el proceso de apertura de redes de individuos que antes no imaginaban compartir inquietudes y apego en torno a las aguas termales del pueblo. Además, la Plataforma ha funcionado como un impulsor social en el sentido de fortalecer los vínculos entre la población y al recurso hídrico termal, o sea, siendo capaz de activar nuevas lecturas del agua, basadas en una idea de recurso colectivo, al que se dota de dimensión, valores identitarios e históricos conforme hemos constatado a lo largo de nuestro análisis.

En definitiva, desde esos elementos ya subrayados debemos resaltar tres importantes lecturas analíticas: Primero, que en las reivindicaciones subyace una reacción a una problemática concreta que actúa como desencadenante de la acción social, motivada fundamentalmente por una construcción identitaria – de carácter histórico y cultural – que cualifica y da fuerza a unas movilizaciones justificadas por la actitud de la dirección del balneario de no tener en cuenta el sentimiento de apego de los vecinos hacia sus baños termales de carácter comunal. Segundo, la acción de los vecinos se ha articulado con el objetivo de luchar y dar voz a una reivindicación que consideraban olvidada (rayando en la dejación de funciones y actuaciones) en la agenda de

actuación de la Administración local, representada en su momento por el equipo de gobierno del Partido Socialista Obrero Español (PSOE). Tercero, pero no por eso menos importante, hay una fusión de los dos puntos anteriores personificada en la falta de colaboración y diálogo en torno al que cada agente o grupo local se reafirma constantemente defendiendo su postura y sus medidas de actuación a nivel discursivo y jurídico (registro de denuncias y procesos en el Juzgado) sin dejar abierto prácticamente ningún espacio al diálogo.

Por todo lo dicho, entendemos que para lograr un auténtico desarrollo sostenible es necesario conocer los significados que se les atribuyen por parte de distintos colectivos y las implicaciones que esos sentidos tienen en diversas legitimaciones y aspiraciones de los grupos y los individuos. A partir de este conocimiento entendemos que será posible generar un compromiso hacia la sostenibilidad del municipio alhameño, es decir, un compromiso que se manifieste en la orientación de los procesos y sistemas de participación, diálogos y acuerdos que sirvan incluso como garantía de la consolidación y la coherencia de las políticas vinculadas a la actividad termal alhameña. Por esta razón, los datos obtenidos durante nuestro trabajo de campo presentan en primer término la necesidad de impulsar mecanismos de mayor participación local y auto-organización capaces de generar un conocimiento amplio e integrado, así como conocimiento sobre manejo de conflictos entre los agentes sociales del pueblo responsables de la toma de decisiones orientadas a la sostenibilidad local.

Por otra parte, nuestro trabajo refleja la carencia de políticas destinadas a implementar sistemas eficaces y capaces de aglutinar esfuerzos entre los distintos actores locales y supralocales, la de procesos continuos de aprendizaje e intercambio de experiencias y conocimientos. De esta manera, la creación de redes institucionales de coordinación y colaboración a diferentes escalas y entre diferentes sectores, con el objetivo de recuperar y promover la confianza en las instituciones locales y regionales, constituye uno de los pilares para el desarrollo sostenible.

Finalmente, otra consideración importante que nos gustaría mencionar para cerrar esta tesis concierne a la discusión sobre el título de propiedad del agua termal del Balneario de Alhama de Granada. Sobre este asunto consideramos que uno de los principales problemas que existe actualmente en Alhama de Granada, en relación a su auténtico desarrollo sostenible, es justamente la situación “legal”, jurídica, del agua termal. O sea, un recurso históricamente reconocido como “bien comunal” (Bermúdez, 2007) y que, desde 1955, los propietarios del hotel-balneario se lo apropiaron de una forma ilegal una vez que no se tuvo en consideración el legado histórico que desde los Reyes Católicos (Real Carta de las Mercedez, 1495) dejaba claro que el agua termal del Balneario es un bien comunal, o sea, de los vecinos de Alhama.

Además, es una contradicción hablar de sostenibilidad de una población cuando su principal elemento de referencia identitaria, patrimonial e histórica está en manos de empresarios que explotan y administran este recurso sin ninguno tipo de compromiso con la población local.

En suma, a nivel de conclusión, acreditamos ser legítimo y necesario que la sociedad local siga organizándose y presionando a las autoridades, políticos y administraciones del Estado, para que sea posible la recuperación de la propiedad comunal de este agua minero-medicinal. Un recurso que aprovechado de manera equilibrada, justa y equitativa, junto a una adecuada conservación y preservación ambiental, identitaria e histórico-cultural podrá favorecer efectivamente un autentico desarrollo sostenible del municipio alhameño.

De este modo, no podemos dejar de citar algunos ejemplos en los que los ciudadanos no fueron víctimas pasivas de las prácticas de exclusión ciudadana y de la toma autoritaria de decisiones políticas correspondientes a un recurso vital como es el agua. Entre esos ejemplos incluimos, como citados por Esteban Castro (2008), las famosas guerras por el agua en Bolivia – que cancelarán los proyectos de privatización en Cochabamba (2000) y en La Paz-El Alto (2006) – las confrontaciones políticas como el plebiscito en el año de 2004 en Uruguay, que culminó en la prohibición de la privatización del agua en la Constitución nacional. A estos ejemplos se pueden

añadir también los Consejos Comunitarios del Agua de Venezuela, que enfatizan la promoción de la participación ciudadana en la toma de decisiones en el ámbito local.

Por lo tanto, la defensa y recuperación del agua como un bien común constituye una línea de investigación importante en el panorama actual de este recurso que viene siendo mercantilizado y, con ello, provocando la exclusión de seres humanos y la pérdida de valores sobresalientes de contextos y dinámicas socioculturales.

De este modo, nuestra investigación contribuye a los primeros pasos de un campo de trabajo que forma parte de un primer estudio con el objetivo de avanzar, aportar e iniciar nuevas ideas que no están limitadas solamente en el caso estudiado, sino también a otros municipios termales.

BIBLIOGRAFIA

Acselrad, H. e Leroy, J. (1999) “Novas premissas da sustentabilidade democrática” em *Série Cadernos de Debate Brasil Sustentável e Democrático*. N.º. 1, Ed. Fase, Rio de Janeiro, pp. 11-23.

Aguilera Klink, Federico (1988) “El agua como recurso de propiedad común: una perspectiva económica” en *Estudios Regionales*. N.º. 20, pp. 17-32.

Aguirre, Angel. (1997) *Cultura e identidad cultural. Introducción a la Antropología*. Ed. Bardenas. Barcelona.

Aizpuru, María Teresa Zapiain (2011) “Reflexiones identitarias en el territorio contemporáneo. La construcción colectiva de lugar. Caso de la Vega de Granada” en *Cuadernos Geográficos*. N.º. 48, España, pp. 79-108.

Albuquerque, F. S. (1999) *Direito de propriedade e meio ambiente*. Ed. Juruá, Curitiba.

Alén González, M. E. (2007) *Calidade de servizo en establecementos termais de Galicia*. Ed. Xunta de Galicia, Santiago de Compostela, España.

Allende, M. (2006) “El balneario de Alhama cambia de propietarios” en *Ideal de Granada*. Noticia del día 27 de maio de 2006. Disponível em: www.ideal.es (última consulta em 15 de maio de 2011).

Almaguer Riverón, Carmen (2007) “Desarrollo local sostenible y comunidad minera: un enfoque sociocultural” em *Revista Futuros* [en línea]. N.º 7, Vol. V. Disponible en: www.revistafuturos.info (última visita en 4 de noviembre de 2012).

Alonso Álvarez, Luis (2010) “El turismo de salud en España, 1750 - 2009” en *Anuario CEEED*. N.º. 2, Año 2, Facultad de Ciencias Económicas, Universidad de Buenos Aires, pp. 11-40.

Alonso Álvarez, Luis (2011) “El agua como ventaja. Orígenes y expansión del turismo termal en España, 1750-2010” en *X Congreso Internacional de la AEHE* [en línea]. Universidad Pablo de Olavide, 8, 9 y 10 de septiembre de 2011. Disponible en: www.aehe.net/xcongreso/pdf (última visita en 02 de noviembre de 2014).

Alonso Álvarez, L.; Lindoso Tato, E. y Villar Rodríguez, M. (2011) *O lecer das augas. Historia dos balnearios de Galicia, 1700-1936*. Ed. Galaxia, Vigo, España.

Alonso Álvarez, L.; Lindoso Tato, E., y Villar Rodríguez, M., (2012) *El agua bienhechora. El turismo termal en España, 1700 – 1936*. Ed. Observatorio Nacional del Termalismo y Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente (Madrid).

Alvim-Carvalho, Frederico (2009) *Resiliencia y sostenibilidad: transformaciones medio ambientales y cambios sociales. Un estudio de caso de la comunidad del delta del río Paraíba do Sul, Rio de Janeiro (Brasil)*. Trabajo final de Máster. España, Universidad Pablo de Olavide, Sevilla.

Alvim-Carvalho, Frederico (2010) *El conocimiento ecológico tradicional sobre las aguas termales y mineromedicinales de Alhama de Granada: un análisis a partir del concepto de etnoecología y resiliencia*. Trabajo final de Máster. España, Universidad Internacional de Andalucía, Palos de la Frontera, Huelva.

Alvim-Carvalho, Frederico e Navarro-García, Jesús Raúl (2013) “Aguas mineromedicinales y termalismo en España: fuentes bibliográficas para su estudio” en Navarro-García, J. R. (org.), *Dossier Estudios sobre el agua en España: revisión documental y bibliográfica*. Revista Agua y Territorio. Ed. Colégio de Michoacán A. C., México.

Anand, Sudhir and Sen, Amartya (1994) “Sustainable human development: concepts and priorities” in *Human development report office*. N. 8, UNDP, New York.

Andrade, R. O. B.; Carvalho, A. B. e Tachizawa, T. (2002) *Gestão ambiental. Enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável*. 2ª Ed. Makron Books, SP, Brasil.

Andreu, Javier et al. (2008) “El culto a las aguas en la Lusitania romana: novedades arqueológicas y epigráficas” en *International Congress of Classical Archaeology*. Roma, [en línea]. Disponível em: www.bollettinodiarcheologiaonline.beniculturali.it (última consulta em 02/01/2011).

Araújo, Geraldino Carneiro e Silva, Roberto Pereira (2004) “Desenvolvimento Sustentável do Meio Ambiente: Estudo no Instituto Souza Cruz” em *Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária*. Belo Horizonte, Brasil.

Araújo, L. A. D. (2002) *A tutela da água e algumas implicações nos direitos fundamentais*. Ed. Bauru, ITE, Brasil.

Arcos-Sánchez, Juan (2008; 2009; 2010; 2011; 2012) *Relatórios Anuais sobre el balnerio de Alhama de Granada*. Material no publicado. Archivo privado del autor (Médico-Director del Balneario de Alhama de Granada).

Armijo Valenzuela, M. y San Martín Bacaicoa, J. (1984) *La salud por las aguas termales*. Edaf, Madrid.

Armijo Valenzuela, M. y San Martín Bacaicoa, J. (1994) *Curas balnearias y climaticas: talasoterapia y helioterapia*. Editorial Complutense, Madrid.

Arranz Gil, J.; Graña Deveraux, N.; Párraga de las Marinas, E.; García Sánchez, M., y Maraver Eyzaguirre, F. (2010) “Análisis crítico de la revista Voprosy Kurortologii Fizioterpii i Lechbenoi Fizicheskoi Kultury”, en *Anales del 37th Congreso Mundial de la Sociedad Internacional de Hidrología Médica y Climatología*, ISMH, París.

Arrojo Agudo, Pedro (1996) “El valor económico del agua” en *Afers Internacionals*. N°. 45-46, pp. 145-167.

Arrojo Agudo, Pedro (2013) “Lo público y lo privado en la gestión del agua” en *Libro de Actas del VIII Congreso Ibérico de Gestión y Planificación del Agua* [en línea]. Lisboa, 5-7 de diciembre de 2013. Organización Fundación Nueva Cultura del Agua y Universidade Lusíada de Lisboa. Disponible en: www.fnca.es (última consulta en 04 de noviembre de 2014).

Arrow, K. (1999) “Observations on social capital” in *Social Capital, a Multifaceted Perspective*. Banco Mundial, Washington, D. C.

Barbieri, José Carlos (2000) “Desenvolvimento sustentável regional e municipal: conceitos, problemas e pontos de partida” em *Revista Administração Brasil*. Volume 1, N°.4, Brasil.

Barlow, Maude (2010) “El agua nuestro bien común: hacia una nueva narrativa del agua” en *Boletín Latinoamérica Org.* Disponible en: www.boell-latinoamerica.org/downloads/water_commons-ES-2.pdf (última visita en 03 de enero de 2014).

Barriobero Martínez, Ignacio (2006) *El régimen jurídico de las aguas minerales y termales*. Ed. Fundación Instituto Euromediterráneo, Murcia, España.

Bastos, Cristiana (2011) “From sulphur to perfume: spa and SPA at Monchique, Algarve” en *Anthropology & Medicine*. Vol. 18, Issue 1, pp. 37-53.

Beck, Ulrich (1996) *Risk Society: towards a new ecology*. Ed. Sage, Londres, UK.

Bellen, Hans Michael (2010) “As dimensões do desenvolvimento: um estudo exploratório sob a perspectiva das ferramentas de avaliação” em *Revista de Ciências da Administração*. Vol. 12, Nº.27, pp. 143-168.

Berbert, C. O. (2003) “O desafio das águas” em Martins, Rodrigo. e Felicidade, Norma Valencio (Orgs.) *Uso e gestão dos recursos hídricos no Brasil*. Ed. Rima, São Carlos, Brasil.

Bermúdez Sánchez, Javier (2007) *Aguas comunes, minerales y termales*. Ed. Comares, Granada, España.

Berkes, F. (2005) “Sistemas sociais, sistemas ecológicos e direitos de apropriação de recursos naturais” em Vieira, P. F; Berkes, F. e Seixas, C. S. *Gestão integrada e participativa de recursos naturais: conceitos, métodos e experiências*. Ed APED e Secco, Florianópolis, pp. 47-72.

Brenner, Eliane Lopes (2002) *El reto de la conservación ambiental y la diversificación del turismo masificado de balneario: el diseño de una estrategia para Caldas Novas, Brasil*. Tesis doctoral, Departamento de Geografía, Universitat Autònoma de Barcelona, España.

Brenner, Eliane Lopes (2005) “El desarrollo turístico de la región de aguas termales de Goiás, Brasil” en *Cuaderno de Turismo de la Universidad de Murcia*. Núm. 16. Julio-Diciembre, pp. 105-121.

Bollier, David (2008) “Los bienes comunes: un sector soslayado de la riqueza” en Helfrich, Silke (Org.) *Genes, bytes y emisiones: bienes comunes y ciudadanía*. Fundación Heinrich Boll y Frente & Vuelta, México. Disponible en: <http://libros.metabiblioteca.org/handle/001/404?mode=full> (última consulta en 11 de octubre de 2015).

Boni, V. e Quaresma, S. J. (2005) “Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais” em *Revista Eletrônica dos Pós-Graduados em Sociologia Política da UFSC*. Vol. 2, Nº. 1, pp. 68-80. Disponível em: www.emtese.ufsc.br (última visita em 21 de maio de 2014).

Bordalo, Carlos Alexandre Leao (2008) “A gestão dos recursos hídricos a luz da ecologia política: um debate sobre o controle público versus o controle privado da água no Brasil” em *Cuadernos de Geografía, Revista Colombiana de Geografía*. N. 17, Bogotá, pp. 117-125.

Bourguerra, Mohamed (2004) *As batalhas da água: por um bem comum da humanidade*. Petrópolis, Editora Vozes, Brasil.

Bourg, Dominique (2005) *¿Cuál es el futuro del desarrollo sostenible?* Ed. Akal, Madrid, España.

Brière, Bénédicte y Rawlings Laura B. (2006) *Examining Conditional Cash transfer Programs: A Role for increased Social inclusion?* Ed. Word Bank Institute.

Bromley, D. et al. (1992) *Making the commons work: theory, practice and policy*. ICS Press, San Francisco.

Brown, K.; Tompkins, E. L.; Adegger, W. N. (2002) *Making waves: integrating coastal conservation and development*. Earthscan, 2ª Ed.

Caldosso, Liandra Peres (2013) “A gestão dos recursos de propriedade comum. A importância de estabelecer direitos de propriedade” conferencia apresentada durante o *XXIX Congresso Alas Crise e Emergência Sociais na América Latina*. Santiago do Chile, 29 de setembro a 4 de outubro de 2013.

Calvente, Arturo M. (2007) “Resiliencia: un concepto clave para la sostenibilidad” [en línea] Publicación: UAIS – Universidad Abierta Interamericana. Ref. Complejidad y sustentabilidad, UAIS-SC-200-003. Disponible en: www.sustentabilidad.uai.edu.ar (última visita em 04 de março de 2011).

Casal García, R. y González Soutelo, S. (2010) *Os balnearios de Galicia: orixe e desenvolvemento*. Ed. Universidad de Santiago de Compostela, Galicia, España.

Casas Morales, Ángel (1949) “La estación prehistórica de los baños de Alicún (Granada)” en *Actas y memorias de la Sociedad Española de Antropología, Etnología y Prehistoria*. Núm. 24, Madrid, pp. 85-93.

Castellanos Guerrero, J. (1998) *La medicina en el siglo XX: estudios históricos sobre medicina, sociedad y Estado*. Ed. Sociedad Española de Historia de la Medicina, Málaga.

Castells, Manuel (1999) *La era de la información: economía, sociedad y cultura*. Ed. Siglo XXI, México.

Castillo Campos, María Jesús (1993) *Historia del Balneario de Mondariz hasta 1936*. Tesis doctoral, Universidad Complutense de Madrid, Madrid.

Castillo Martín, A., coord. (2008) *Manantiales de Andalucía*, Consejería de Medio Ambiente, Junta de Andalucía, Sevilla.

Castro, José Esteban (2008) “Los bienes comunes y la ciudadanía: contradicciones de una relación en pleno desarrollo” en Silke, Helfrich (Org.) *Genes, bytes e Emisiones: bienes comunes y ciudadanía*. Libro electrónico, pp. 68-80. Disponible en: <http://libros.metabiblioteca.org/handle/001/404?mode=full> (última consulta en 11 de octubre de 2015).

Cátedra Tomás, María (2009) “El agua que cura” en *Revista Dialectología y Tradiciones Populares*. Vol. 64, Cuadernos N°. 1, pp. 177-210.

Cavalcanti, C. et al. (1997) *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. Ed. Cortez, São Paulo, Brasil.

Ceballos Hernansanz, María de los Ángeles (2001) *Glosario de Hidrología médica*, Universidad Europea-CEES ediciones, Madrid.

Ceballos Hernansanz, María de los Ángeles (1992) *Estudio histórico científico de las aguas minero-medicinales de Baños de Montemayor, Cáceres*. Ed. Universidad Complutense. Madrid, España.

Chacón, Paola Zambrano (2012) *Análisis preliminar sobre los sistemas de depuración en las Villas Termales granadinas desde una perspectiva histórica. Implicaciones actuales y futuras*. Trabajo final de Máster. Departamento de Cristalografía, Mineralogía y Química Agrícola. Universidad de Sevilla, Sevilla.

Cohen, L. e Manion, L. (1994) *Research Methods in Education*. 4th ed., Routledge, London.

Coller, Xavier (2000) *Estudio de caso*. Cuadernos Metodológicos, N° 30. Centro de Investigaciones Sociológicas, Madrid.

Cortés Samper, C. (2012) *Estrategias de desarrollo rural en la UE: Definición de espacio rural*. Universidad de Alicante.

Costabeber, J. A. e Caporal, F. R. (2003) “Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável” em Vela, Hugo (Org.) *Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul*. Ed. UFSM/Pallotti, Santa Maria, RS, Brasil, pp. 157-194.

Costanza, Robert (1987) *Ecological Modelling*. El Sevier, Vol. 38, Lousiana State University, USA.

Cristo, Carlos M. Pedroso Neves (2003) “Prospectiva estratégica: instrumentos para construção do futuro e para a elaboração de políticas públicas” em *Revista do Serviço Público*. Ano 54. Número 1. Brasil.

Cruz Cantero, Pepa, (1986) *Balnearios: guía de estaciones termales*, Dirección General de Política Turística, Madrid.

Cunha, Eduardo Vivian (2012) *A sustentabilidade em Ecovilas: práticas e definições segundo o marco da economia solidária*. Tese de doutorado. Universidade Federal da Bahia. Salvador, Brasil.

Cunha, Luis Henrique (2004) “Da tragédia dos comuns à ecologia política: perspectivas analíticas para o manejo comunitário dos recursos naturais” em *Revista Raízes*. Vol. 23, Campina Grande, Brasil, pp. 10-26.

Daly, H. (1994) *For the common good: redirecting the economy toward community, the environment, and a sustainable future*. Beacon Press, Boston.

Dasgupta, P. (2001) *Human well-being and the natural environment*. Oxford University Press.

Dasí, Joaquín Farinós (2008) “Gobernanza territorial para el desarrollo sostenible: estado de la cuestión y agenda” en *Boletín de la A.G.E.* N°. 46, pp. 11-38.

Del Caz, María del Rosario (2000) *Agua en el seno de las aguas. La ordenación del espacio balneario en el Cantábrico*. Universidad de Valladolid, Valladolid.

Díaz-Albertini, Javier (2003) “Capital social, organizaciones de base y el Estado: recuperando los eslabones de la sociabilidad”, en Raúl Atria y otros (compiladores), *Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe: en busca de un nuevo paradigma*. CEPAL y Michigan State University, Santiago de Chile, pp. 241-261.

Diegues, A. C. (2001) “Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais” em Diegues, A. C e Moreira, A. C (orgs.) *Espaços e recursos naturais de uso comum*. NUPAUB, USP, Sao Paulo, pp. 97-124.

Díez de Velasco, F. (1998) *Termalismo y religión. La sacralización del agua termal en la Península Ibérica y el norte de África en el mundo antiguo* en Ilu. Series de monografías, Instituto Universitario de Ciencia de las Religiones, Universidad Complutense, Madrid.

Diccionario Médico Español Doctissimo (2010) versión on line <http://www.salud.doctissimo.es/diccionario-medico/> (Consultado em 22 de maio de 2010).

Diccionario terminológico de ciencias médicas (1998) edit. Masson S.A., Madrid.

Dourojeanni, Axel y Jouravlev, Andrei (2001) “Crisis de gobernabilidad en la gestión del agua” en CEPAL. Santiago, Especial “Desafíos que enfrenta la implementación de las recomendaciones contenidas en el Programa 21”, pp. 83-95.

Escalera-Reyes, Javier (1998) “Lucha por el agua e identificación colectiva. La defensa del patrimonio como movimiento social: el caso de Pedagajar” en *Demófilo: Revista de cultura tradicional*. Nº. 27, pp. 157-166.

Escalera-Reyes, Javier y Cáceres Fera, Rafael (2010) “Turismo de base local, identificaciones colectivas, desarrollo sostenible y resiliencia socioecológica en las fuentes del río San Juan” en Escalera-Reyes e Benavides Calvo (Eds.) *Turismo sostenible, desarrollo local y articulación regional transfronteriza en el río San Juan (Costa Rica-Nicaragua)*. 1ª ed. San José, FLACSOC.

Escalera-Reyes, Javier y Porrah, Huan Blanco (2011) “Turismo termal, apropiación y patrimonialización del agua caliente: el caso de Alhama de Granada en el PN de las Sierras de Tejeda, Almijara y Alhama” en Escalera-Reyes (Coord.) en *Consumir naturaleza: productos turísticos y espacios protegidos en Andalucía*. 1ª Ed., pp. 231-262.

Falkenmark, Malin and Rockstrom, Johan (2004) *Balancing water for humans and nature, the new approach in ecohydrology*. Ed. Earthscan, UK.

Faria, José Eduardo (1998) “Democracia e governabilidade: os direitos humanos à luz da globalização econômica” em Faria, José Eduardo (Org.) *Direito e globalização econômica. Implicações e perspectivas*. São Paulo, Malheiros.

Fenny, D. (1994) “Frameworks for understanding resource management on the commons” en Pomeroy, R. S. (Ed.) *Community management and common property of coastal fisheries in Asia and Pacific*. Ed. ICLARM, 45.

Fenny et al. (2001) “A tragédia dos comuns: vinte e dois anos depois” em Diegues, A. e Moreira, A. C. (Orgs) *Espaços e recursos de uso comum*. Sao Paulo, Ed NUAPAUB, USP.

Fernández, James (1987) “The calls to the commons: decline and recommitment in Asturias, Spain” in McCay, B.; Acheson, J. M. (Orgs.) *The question of the commons: the culture and ecology of communal resources*. Tucson, University of Arizona Press, pp. 266-289.

Fernández, Juan Oliver Sánchez (1996) “Problemas en la gestión de bienes comunales: examen de dos casos en Asturias” en Noelle Chamoux, Marie y Contreras, Jesús (Eds) *La gestión comunal de los recursos. Economía y poder en las sociedades locales de España y América Latina*. Icaria, Institut Català d’Antropologia, Barcelona, pp. 169-192.

Ferreira, Claudino (1995) “Estilos de vida, práticas e representações sociais dos termalistas. O caso de Curia” em *Revista Crítica de Ciências Sociais*. N. 43, pp. 93-122.

Ferreira, Leila da Costa e Viola, Eduardo (1996) *Incertezas de sustentabilidade na globalização*. Ed. UNICAMP, Campinas, Brasil.

Ferrer, Amparo Rodríguez (1982) *Paisaje y propiedad en la tierra de Alhama (Granada, siglos XVIII-XX)*. Universidad de Granada, Granada.

Flores, Murilo (2008) “La identidad cultural del territorio como base de una estrategia de desarrollo sostenible” en *Revista Opera*. N. 7, Universidad Externado de Colombia, Bogotá, pp. 35-54.

Freire, Juan (2006) “Una visión alternativa de la sostenibilidad: mecanismos de mercado en la gestión y conservación de los recursos naturales” en *Grial*. N. 169, pp. 42-51.

Freire Magariños, Antonio (1998) *Mondariz, un agua con historia: la pasión de una burbuja*. Fundación Mondariz Balneario, Mondariz.

Freitas, V. P. (2002) *Águas, aspectos jurídicos e ambientais*. Ed. Juruá, 2ª edição, Curitiba.

Galizoni, Flavia e Ribeiro, Eduardo Magalhaes (2004) “Saber local e água. Um estudo em três ambientes de Minas Gerais” conferência apresentada durante o *Encontro ANPPAS*. Indaiatuba, São Paulo, Brasil.

Galizoni, Flávia Maria (2005) *Águas da vida: população rural, cultura e água em Minas Gerais*. Tese de doutorado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Brasil.

García Maldonado, Andrés (1993) *El reino nazarí. Alhama y la guerra de Granada*. Centro cultural Azahara, Málaga.

_____. (1998) *Breve historia de la Comarca de Alhama (I)*. *Alhama Histórica*. Rincón de la Victoria.

_____. (1998) *Breve historia de la Comarca de Alhama (II)*. *Alhama Histórica*. Rincón de la Victoria.

_____. (1998) *Fernando de Vergara y su Apología de los Baños de Alhama*. *Alhama Histórica*. Rincón de la Victoria.

_____. (1998) *Una dedicatoria de Fernando de Vergara a Alhama*. Rincón de la Victoria.

_____. (1999) *La comarca de Alhama, pueblo a pueblo*. Mancomunidad de Municipios de la Comarca de Alhama, Granada.

García, Rolando (2011) “Interdisciplinarietà y sistemas complejos” en *Revista Latinoamericana de Metodología de las Ciencias Sociales*. Vol. 1, Nº. 1. Disponible en: www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/art_revistas/pr.4828 (última consulta em 10 de junho de 2012).

Garrett, Hardin (1968) "The Tragedy of Commons", in *Science*. Vol. 162, Nº. 3859, December, pp. 1243-1248. Disponível em: <http://www.eumed.net/cursecon/textos/hardin-tragedia.htm> (última consulta em 21/09/2014).

Gil de Arriba, Carmen (1992) *Casas para baños de Ola y Balnearios Marítimos en el Litoral Montañés, 1868-1936*. Universidad de Cantabria y Fundación Marcelino Botín, Santander.

Gilabert, F. Martí (2003) *La desamortización española*. Ed. Rialp, Madrid.

Gila Medina, L. (2003) *Alhama de Granada. Patrimonio artístico y urbano*. Ayuntamiento de Alhama de Granada.

Gilbert, A. y Carnot, P. (1915) *Crenoterapia Española, Alemana, Austriaca, Inglesa, Americana, etc.* (Tomo VIII bis), Barcelona.

Giovannini, F. (1993) "La democracia es buena para el medio ambiente?" en *Ecología Política. Cuadernos de Debate Internacional*. Nº 5, Barcelona, pp.61-72.

Godard, Olivier (1997) "O desenvolvimento sustentável: paisagem intelectual" em Castro, Edna; Pinto, Florence (Orgs.) *Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Ed. Cejup/UFPA-BAEA, Belém, Brasil.

Godínez, Víctor (2007) *Cohesión social y cooperación descentralizada. La experiencia europeo-latinoamericana*. Barcelona, Observatorio de la Cooperación Descentralizada.

Godoy, A. S. (1995) "Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades" em *Revista de Administração de Empresas*. EAESP-FGV. Mar./Abr., V. 35, N. 2, São Paulo, pp. 57-63.

Godoy, Amália (2006) "A sugestão sustentável e a concessão das florestas públicas" em *Revista Economia Contemporânea*. Vol. 10, N. 3, pp. 631-654.

Gomes de Nóbrega, Rosângela (2001) "Prospecção" em *Revista Tema*. Serpro, Ano 8, Nº. 53, tema 1, pp. 3-4.

Gómez de bedoya y Paredes, P. (1764-1765) *Historia universal de las fuentes minerales de España*. Imprenta de Ignacio Aguayo, Santiago de Compostela [en línea]. Biblioteca digital hispánica: www.bne.es (última visita en 11 de junio de 2015).

González Alfaya, María Elena (2007) *Intervención de la universidad en la promoción de la salud de sus estudiantes*. Tesis doctoral. Departamento de Didáctica e Organización Escolar, Universidad de Santiago de Compostela, España.

Gonçalves, Carlos Walter Porto (2008) *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Ed. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, Brasil.

Gonçalves-Escada, Patrícia Isabel (1999) *Turismo termal e desenvolvimento em Monte Real*. Dissertação de mestrado. Portugal, Instituto de Estudos Geográficos, Universidade de Coimbra.

González de Molina Navarro, Manuel Luis e Ortega Santos, Antonio (2000) "Bienes comunes y conflictos por los recursos en las sociedades rurales, siglos XIX y XX" em *Historia Social*. Nº 38, 2000, pp. 195-116.

González, J. A.; Montes, C.; Santos, I. y Monedero, C. (2008) “Invirtiendo en capital natural para luchar contra la pobreza: un marco para integrar la sostenibilidad ambiental en las políticas de cooperación al desarrollo” en *Revista Ecosistemas*. Vol. 17, N°. 2, pp. 52-69.

González Rey, F. L. (1997) *Epsitemología cualitativa y subjetividad*. Ed. EDUC, São Paulo.

González Rey, F. L. (1999) *La investigación cualitativa en psicología: rumbos y desafíos*. Ed. EDUC, São Paulo.

Goulart, Rodrigo Fortunato (2011) “Trabalho e socioambientalismo: justiça social como elemento” em *Revista da Faculdade de Direito da UFG*. Vol. 35, N°. 1, pp. 1-29.

Guimarães, B. C. (2009) “Direitos coletivos ambientais e exploração” em *Sustentável das águas minerais*. Ed. Mandamentos, Belo Horizonte, pp. 231-244.

Gutiérrez-Arenas, J. (2012) *Los hijos de Lcuas Gutiérrez López. Una historia de la gente de Alhama de Granada*. Ed. La Peña, Granada.

Gutiérrez Espeleta, Ana Lucía y Mora Moraga, Flavio (2011) “El grito de los bienes comunes: ¿qué son? ¿qué nos aportan?” en *Revista Ciencias Sociales*. Vol. I-II, N° 131-132, pp. 127-145.

Hamlin, C. (2000) “Waters'or `Water'? master narratives in water history and their implications for contemporary water policy” in *Water Policy*. Vol. 2, London, pp. 313-325.

Hanifan, L. J. (1916). "The Rural School Community Center" in *Annals of the American Academy of Political and Social Science*. Vol. 67, pp. 130–138.

Hanna, S. (2006) “Will structural reform help the regional fishery management councils?” in *Bulletin of Marine Science*. Vol. 78 (3), pp. 547–562.

Hardi, Peter e Barg, Stephan (1997) *Measuring sustainable development: review of current practice*. Winnipeg, IISD.

Hawkes, Jon (2005) *Culture as a fourth pillar of sustainability*. Common ground, Melbourne.

Helfrich, Silke (2010) “Bens comuns: elementos da nova agenda Foro Social Mundial, 10 anos depois” em *Boletim Forum Social Mundial, Porto Alegre, Brasil*. Disponível em: <http://commonsblog.files.wordpress.com/2010/01/bens-comuns-jan-2010.pdf> (última consulta em 24 de outubro de 2014).

Helfrich, S. e Hass, J. (2008) “Genes, bytes y emisiones: acerca del significado estratégico del debate de los bienes comunes” em Helfrich, S. (Org.) *Genes, bytes y emisiones: bienes comunes y ciudadanía*. Ed. Boll, México. Disponible en: <http://libros.metabiblioteca.org/handle/001/404?mode=full> (última consulta en 11 de octubre de 2015).

Icaza Longoria, Pedro Alvarez (2006) “Los recursos de uso común en México: un acercamiento conceptual” en *Gaceta Ecológica*. Vol. 80, pp. 5-18.

Instituto Geológico y Minero de España (1986) *Las aguas minero-medicinales, minero-industriales y de bebida envasadas existentes en España*. Ed. IGME, Madrid.

Instituto Geológico y Minero de España (2000) *Panorama actual de las aguas minerales y mineromedicinales en España*. Ed. IGME, Madrid.

Instituto Geológico y Minero de España (2001) *Las aguas minerales de España, versión histórica, contexto hidrogeológico y perspectivas de utilización*. Ed. IGME, Madrid.

Irigaray, C. T. J. H. (2003) “Água: direito fundamental ou uma mercadoria?” em Benjamin, A. H. (Org.) *Direito, água e vida*. Imprensa Oficial, São Paulo, Brasil.

Jacobi, Pedro (1999) “Poder local, políticas sociais e sustentabilidade” em *Revista Saúde e Sociedade*. Nº. 8, pp. 31-48.

Jamot, C., (1987) “Les caracteres originaux du tourisme thermal vus à travers l’exemple français” en *Problems of Tourism*. Núm. 1 (35), vol. X.

Julios-Campuzano, Alfonso (2004) “Globalización desde abajo: ciudadanía democrática y revitalización política” en Bonetoo, Maria Susana y Piñero, Maria Teresa (Orgs.) *Ciudadanía y costos sociales. Nuevos marcos de regulación*. Ed Dickinson, Madrid.

Kurz, R. (2002) “Modernidade autodevoradora” em *Folha de São Paulo*. 14 de julho de 2002, Caderno Mais!

Lacomba, Juan Antonio A. (2008) “Sobre la identidad de los pueblos”, en Moreno Navarro, Isidoro (Ed.) *La identidad cultural de Andalucía*. Ed. Fundación Pública Andaluza Centro de Estudios Andaluces.

Lara García, María Pepa (1997) *La cultura del agua: los baños públicos de Málaga*. Ed. Sarriá, Málaga, España.

Larrinaga, Carlos (2003) “Le tourisme thermal dans l’Espagne de la Restauration”, en Tissot, Laurent (Org.) *Construction d’une industrie touristique aux 19^e et 20^e siècles. Perspectives internationales*. Alphil, Neuchatel.

Larrinaga, Carlos (2010) “Patrimonio del sector turístico: los balnearios. El caso guipuzcoano” en *Revista Internacional de Ciencias Sociales AREAS*. Núm. 29, pp. 91-101.

Larrinaga, Carlos y Vallejo, Rafael (2013) “El turismo en el desarrollo contemporáneo” en *Transportes, Servicios y Telecomunicaciones*. N. 25, pp. 12-29.

Leboreiro Amaro, M. A. (1994) *El balneario: la ciudad ensimismada*. Colegio Oficial de Arquitectos de Galicia, Vigo.

Leff, Enrique (2002) *Epistemologia ambiental*. Ed. Cortez, São Paulo, Brasil.

Lessa de Oliveira, Cristiano (2008) “Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características” en *Revista Travessias*. Vol. 2, Nº. 3, pp. 2-16.

Lima, Deborah e Pozzobon, Jorge (2005) “Amazônia socioambiental. Sustentabilidade ecológica e diversidade social” em *Revista de Estudos Avançados*. Vol. 19. Nº 54. São Paulo, Brasil, pp. 45-76.

Limón Montero, A. (1697) *Espejo Cristalino de las Aguas de España*, Imp. F. García Fernández, Alcalá.

López-Burgos, M^a. Antonia (1997) *Por tierras de Alhama-Temple. Relatos de viajeros ingleses (1809-1952)*. Ed. Biblioteca de temas alhameños.

Luis Gómez, A. (1987) "La producción de una nueva imagen para la montaña y la génesis de las actividades de ocio" en *Cámara Oficial de Comercio, Industria y Navegación de Santander*. Santander.

Macgillivray, A. (1997) "Social development indicators" in *Sustainability Indicators: report of the Project on indicators of sustainable development*. Chichester.

Macías, Javier Delgadillo y Torres, Felipe (2009) "La gestión territorial como instrumento para el desarrollo rural" en *Revista Estudios Agrarios*. Nº 42.

Macua, Juan Ignacio (1996) "Turismo y patrimonio, un matrimonio de conveniencia" en *El impacto del turismo en el patrimonio cultural*. Ed AECl.

Madoz, P. (1850) *Diccionario geográfico-estadístico-histórico de España y sus posesiones de Ultramar*. Ed. Facsímil, Ámbito Ediciones. Valladolid, 1987.

Madureira A. F. A. e Branco A. U. (2001) "A pesquisa qualitativa em psicologia do desenvolvimento: questões epistemológicas e implicações metodológicas" em *Temas em Psicologia*. Nº. 9, Vol. 1, pp. 63-75.

Maffezzolli, E. C. F. e Boehs, C. G. E. (2008) "Uma reflexão sobre o estudo de caso como método de pesquisa" em *Revista da FAE*. Vol. 11, Nº. 1, Curitiba, pp. 95-110.

Maraver Eyzaguirre, F. (2006) *Establecimientos balnearios: historia, literatura y medicina*. Universidad Complutense, Madrid.

Maraver Eyzaguirre, F. y Armijo Castro, F. (2010) *Vademecum II de aguas mineromedicinales españolas*. Editorial Complutense, Madrid.

Martins, Andrade Gilberto (2008) "Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil" em *Revista de Contabilidade e Organizações*. Vol. 2, Nº. 2, Universidade de São Paulo, pp. 8-18.

Martins, José C. e Belfo, Fernando (2011) "Métodos de Investigação qualitativa: estudos de caso na investigação em sistemas de informação" em *Proelium*. Vol. 14, pp. 39-71.

Martins, Maria Azucena (1993) *El balneario de Puente Viesgo (1796-1936): el turismo balneario de interior en Cantabria: génesis, esplendor y decadencia de un espacio de ocio*. Ed. Fundación Marcelino, Universidad de Cantabria, Santander.

Martins, Rodrigo e Felicidade, Norma Valencio (2003) "Concretude Moderna e crise sócio-ambiental" em Martins, R. e Felicidade, N. V. (Orgs.) *Uso e gestao dos recursos hídricos no Brasil*. Ed. Rima, Sao Carlos, Vol. 2, Brasil.

Martos, J. C. M.; García, E. C. y Valverde, F. A. N. (2012) "El reto para los balnearios del siglo XXI: mejorar la oferta de salud integral de calidad para nuestra población mayor" en María Gloria Pérez Serrano (Org.) *Envejecimiento activo y solidaridad intergeneracional: claves para un envejecimiento*. España.

Mason, M. (1999) *Environmental democracy*. Earthscan, London, UK.

Maxwell, Joseph A. (1996) *Qualitative research design: an interaction approach*. Sage Publications, Thousand Oaks.

McCay, Bonnie (1989) "Sea tenure and the culture of the commoners" em Cordell, J. (Org.) *A sea of small boats*. Cultural Survival, Cambridge.

McKean, M. A. (2000) "Common property: what is it, what is it good for, and what makes it work?" em Gibson, C. C.; McKean, M. A.; Ostrom, E. (Orgs.) *People and Forests* Cambridge, MIT Press, pp. 27-55.

Mela, A. Belloni, M^aC. Davico, (2001) *L. A Sociologia do Ambiente*. Ed. Estampa, Lisboa.

Méndez Aparicio, J. A. (2008) *Catálogo de memorias de las aguas minero-medicinales españolas (siglos XIX y XX) existentes en la Biblioteca de la Facultad de Medicina de la Universidad Complutense de Madrid*, Universidad Complutense de Madrid, Madrid.

Miranda, Taymer; Suset, A.; Cruz, Aida; Machado, Hilda; Campos, Maybe (2007) "El desarrollo sostenible" en *Perspectivas e enfoques en una nueva época*. Estación Experimental de Pastos y Forrajes, Cuba, Vol. 30, Núm. 2, pp. 191-204.

Molano, Olga Lucía L. (2007) "Identidad cultural un concepto que evoluciona" en *Revista Opera*. Núm. 7, Universidad Externado de Colombia Bogotá, Colombia, pp. 69-84.

Molina Navarro e Ortega Santos (2000) "Bienes comunes y conflictos por los recursos en las sociedades rurales, siglos XIX y XX" en *Historia Social*. N^o. 38, pp. 95-116.

Molina Villar, Juan José (2004) *Termalismo y turismo en Catalunya: un estudio geohistórico contemporáneo*. Tesis doctoral, Depto. de Geografía, Universidad de Barcelona.

Momm Schult, Sandra Irene (2006) *Desafios da gestão integrada de recursos naturais: a relação entre a gestão de recursos hídricos e a gestão do território em bacias urbano-rurais. Um estudo de caso na Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí (SC)*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, Brasil.

Montserrat, Octavio Zapater (1995) "Un espacio de salud y ocio en el Pirineo aragonés: el balneario de Panticosa" en *Eria: Revistar cuatrimestral de Geografia*. Núm. 36, pp. 35-53.

Morales Ortega, I. (2008) Alhama información (Revista de Información Municipal de Alhama). Disponível em: www.alhama.org (última consulta em 10 de julho de 2013).

Moreno Acuña, M. (2008) "Los baños califales de Córdoba y su puesta en valor" en *Libro de actas. IX Congreso Internacional de Rehabilitación del Patrimonio Arquitectónico y Edificación. Patrimonio Cultural e Innovación*. Vol. 3, Gran Canaria, Centro Internacional de Conservación de Patrimonio, Universidad de Las Palmas, pp. 175-180.

Moreno Rebato, Mar (2002) "El aprovechamiento de las aguas minerales y termales: el problema del título habilitante" en *Revista de Administración Pública*. Núm. 158, Madrid, pp. 415-430.

Mourelle Mosquera, M. L. y Freire Magariños, A. (2006) *El universo del SPA*. Ed. Videocinco, Madrid.

Mourelle Mosquera, M. L.; Meijide, R.; Freire, A.; Maraver, F. y Carretero, M^a I. (2009) *Técnicas Hidrotermales y Estética del Bienestar*. Ed. Paraninfo, Madrid.

Naredo, José Manuel (2004) *Ideas y propuestas para una nueva cultura del agua*. Ed. Bakeaz, Centro de documentación de La Paz.

Naredo, José Manuel (2010) “El modelo inmobiliario español y sus consecuencias” conferencia dictada durante el *Coloquio sobre Urbanismo, democracia y mercado: una experiencia española (1970-2010)*, Institut d’Urbanisme de Paris, Université de Paris 12 Val-de-Marne, 15-16 de marzo de 2010.

Nascimento, Elimar Pinheiro (2001) “Os conflitos na sociedade moderna: uma introdução conceitual” em Bursztyn, M. (Org.) *A difícil sustentabilidade*. Ed. Garamond Universitária, Rio de Janeiro, pp. 85-106.

Nascimento, Elimar Pinheiro (2012) “Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico” em *Dossiê Sustentabilidade, Estudos Avançados*. Vol. 26. Nº. 74. São Paulo, Brasil.

Navarro García, J. Raúl (2011) “Salud y paisaje: contribución desde el termalismo a la revitalización de zonas rurales. El caso de Pozo Amargo, Cuenca del Guadaira” en *VII Congreso Ibérico sobre gestión y planificación del agua*. Talavera de la Reina, Toledo, 16-19 de febrero.

Navarro García, J. Raúl (2012) “El paisaje en los balnearios y villas termales españoles. Un acercamiento a las referencias paisajísticas y su valor terapéutico en obras literarias” en *Scritture Silenziate. Il Paesaggio come Storia*. Imola, Editrice La Mandrágora, pp. 237-242.

Navarro-García, J. R. e Alvim-Carvalho, F. (2013) “Proposals for Combining Landscape and Thermalism in the Guadaira Basin, Spain” em Joukes, V.; Lourenço-Gomes, L.; Marta-Costa, A. (Orgs.) *Sustainable Medical and Wellness Destinations*. Publisher Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal, pp. 109-123.

Nerín Rotger, M^a A. (1998) *Balneario Baños de Benasque*. Ed. Instituto de Estudios Altoaragoneses, Huesca.

Ninis, A. B. (2006) *A ecologia política e a exploração da água mineral de São Lourenço*. Dissertação de mestrado. Universidade de Brasília, Brasil.

Nogueira López, Alba (2009) *Titularidad, competencias y fiscalidad de las aguas minerales y termales. Marco comunitario de protección ambiental*. Ed. Aranzadi.

Nogueira, R. (2006) *Água: a luta do século XXI*. Editora Sol, Rio de Janeiro, Brasil.

Oakerson, R. J. (1992) “Analyzing the Commons: a framework” in Bromley et al. (Orgs.) *Making the Commons Work: theory, practice and policy*. ICS Press, San Francisco, pp. 41-59.

Obiol Menero, E. M. (1988) “Los balnearios de Castelló. El primer turismo conocido en el norte del País Valenciano” en *Cuadernos de Geografía*. Núm. 43, Valencia, pp. 55-81.

Olabuénaga, J. I. Ruiz (1996) *Metodología de la investigación cualitativa*. Ed. Universidad de Deusto, Bilbao, España.

Oliveira, Maria Cristina Ribeiro (2010) *Ação coletiva e ambiente: as associações de catadores de papelão na cidade de Manaus*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Brasil.

Oliveira Marrichi, Jussara Marques (2009) *A cidade termal: ciência das águas e sociabilidade moderna entre 1839 a 1931*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, SP, Brasil.

Olson, Mancur (1965) *The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups* (Revised ed., 1971). Harvard University Press. Disponível em: https://books.google.es/books?id=jzTeOLtf7_wC&print (última visita em 3 de abril de 2014).

- Olsson, P., Folke, C., Berkes, F. (2003) *Adaptive co-management for building resilience in social-ecological systems*. Environmental Management. Springer-Verlog, New York.
- Oró Fernández, E. (1996) “El balneario romano: aspectos médicos, funcionales y religiosos” en *Antigüedad y Cristianismo*. Núm. XIII, pp. 23-151.
- Ortega, Antonio Santos (2001) “La desarticulación de la propiedad comunal en España, siglos XVIII-XIX: una aproximación multicausal y socioambiental a la historia de los montes públicos” en *Revista Ayer*. Nº. 42. Ed. Marcial Pons-Asociación de Historia Contemporánea, pp. 191-213.
- Ortigosa Moya, Nélica (2009) *Análisis de la población de Alhama de Granada y algunos recursos socioeconómicos para el turismo*. Ed. Tutorial Formación, Almería, España.
- Ostrom, Elinor (1990) *Governing the commons: the evolution of institution for collective action*. Cambridge University Press.
- Pamplona, Karla Marques (2013) “A tragédia dos comuns e algumas propostas para o uso adequado dos bens comuns” em *Revista Saber Jurídico*. Centro Universitário do Estado do Pará, CESUPA, Belém, Brasil, pp. 34-52.
- Pascual Fernández, José (1996) “El paradigma de la tragedia de los comunes y el caso de los pescadores” en Noelle Chamoux, Marie y Contreras, Jesús (Orgs.) *La gestión comunal de los recursos. Economía y poder en las sociedades locales de España y América Latina*. Icaria, Institut Catalá d’Antropologia, Barcelona, pp. 143-168.
- Pedroso Neves, Carlos Cristo (2003) “Prospectiva estratégica: instrumentos para construção do futuro e para a elaboração de políticas públicas” em *Revista do Serviço Público*. Ano 54, Número 1, Brasil, pp. 63-78.
- Pelizzoli, Marcelo (1999) *A emergência do paradigma ecológico*. Ed. Vozes, Petrópolis, Brasil.
- Pereira, C. C. y Chaves, J. H. (2002) “O estudo de caso na investigação em tecnologia educativa em Portugal” em *Revista Portuguesa de Educação*. Vol. 15, Nº. 1., pp. 221-243.
- Pereira Silva, Susana (2011) “Turismo termal em Portugal: as perspectivas dos gestores das estâncias termais da região centro” em *Actas del V Congreso Internacional sobre Turismo y Desarrollo*. Del 5 al 22 de julio de 2011, Málaga.
- Pérez, Juan José (2005) “Dimensión ética del desarrollo sostenible de la agricultura” en *Revista de Ciencias Sociales*. V. 11. Nº. 2.
- Pérez, Irene; Pedreño, Andrés (2009) “Aportaciones desde la investigación social al debate sobre auga y regadío” en *Revista Andaluza de Ciencias Sociales*. Número 8, pp. 83-98.
- Pérez, Leticia Merino (1999) “La gestión colectiva de los recursos forestales” en *Revista Banco Nacional de Comercio Exterior de México*. Vol. 1, pp. 6-27.
- Pérez, X. Labaca (2006) *Lendas, contos e outros relatos de Mondariz e do Balneario*. Ed. Diputación de Pontevedra, España.
- Pérez-Sánchez, Y. (2005) *El balneario de Mondariz, la creación de un lugar, 1873-1931*. Tesis Doctoral, Universidad de Santiago de Compostela.
- Petrella, R. (2002) “Uma necessidade vital se torna mercadoria” em *Cadernos Diplô – Le Monde Diplomatique*. Nº. 3, Especial “A disputa pelo ouro azul”, pp. 12-15.
- Philip, George (2003) *Democracy in Latin America*. Ed. Cambridge Polity Press.
- PNUMA/ORPALC (2002) “La sostenibilidad del desarrollo en América Latina y el Caribe: desafíos y oportunidades” en *Programa de las Naciones Unidas para el Medio Ambiente* [en línea]. Oficina Regional para América Latina y el Caribe. Disponible en: www.rolac.unep.mx (última visita en 11 de junho de 2015).

Policarpo, Mariana Aquicante e Santos, Claudia Regina (2008) “Proposta metodológica de uma gestão integrada e participativa dos recursos naturais de uso comum: a contribuição da análise trade-off” em *Revista de Estudos Ambientais*. Vol. 10, Nº. 2, Universidade Regional de Blumenau, Brasil, pp. 71-87.

Porrah Blanco, Huan (2010) “Turismo y participación social en el Parque Natural de las Sierras de Tejeda, Almijara y Alhama. El termalismo en Alhama de Granada” en *Ankulegi*. V. 14, pp. 119-136.

Porto-Gonçalves, C. W. (2006) *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, Brasil.

Pozueta Echavarri, J. (1980) *El proceso de urbanización turística. La producción del Sardinero*. Tesis doctoral, Universidad de Cantabria, Santander.

Queiroz, Josiane Teresinha Matos (2011) *O campo das águas envasadas: determinantes, políticas públicas, consequências socioambientais, qualidade das águas e percepções*. Tese de doutorado. Brasil, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Quintela, Maria Manuel (2003) “Banhos que curam: práticas termais em Portugal e Brasil” em *Etnográfica*. Vol. VII (1), pp. 171-185.

Quintela, Maria Manuel (2004) “Saberes e práticas termais: uma perspectiva comparada em Portugal (Termas de S. Pedro do Sul) e no Brasil (Caldas da Imperatriz)”, em *Historia, Ciências, Saúde*. Vol. 11, Manguinhos, Rio de Janeiro, pp. 239-260.

Ramos, Adília Rita (2005) *O Termalismo em Portugal. Dos factores de obstrução à revitalização pela dimensão turística*. Tese de Doutoramento, Universidade de Aveiro, Portugal.

Rani, G. (2004) “Human development and economic growth” em *Center Discussion Paper*. Nº. 117, Economic Growth Center, Yale University.

Rani, G. y F. Stewart (2002) “Crecimiento económico y desarrollo humano en América Latina” en *Revista de la CEPAL*. Nº. 71, diciembre de 2002.

Rattner, Henrique (1999) *Liderança para uma sociedade sustentável*. Ed. Nobel, São Paulo, Brasil.

Raya Retamero, Salvador (1998) *Apología por los baños de la Muy Noble y Leal Ciudad de Alhama, contra el desengaño que de ellos escriuió Francisco Fregoso (Fernando Vergara Cabezas. Granada, 1636)*. Selección de textos impresos de los siglos XVI-XVIII para la historia de Alhama. Editorial Axares, Granada.

_____ (2000) *La imagen de una ciudad andaluza en la literatura. Alhama de Granada (siglos XIV-XIX)*. Ed. Delegación de Turismo del Excmo. Ayuntamiento de Alhama de Granada.

_____ (2001) *Breve historia de Alhama de Granada*. Ed. Sarriá, Málaga.

_____ (2003) *Alhama la huella de una ciudad em sus documentos: 1568-1637*. Ayuntamiento de Alhama de Granada.

_____ (2008) *Guia histórico artística de Alhama de Granada*. Editorial Grupo de Investigación em Filosofia y Antropología de la Universidad de Granada.

_____. (2009) *Historia de los baños termales de Alhama de Granada*. Editorial Grupo de Investigación en Filosofía y Antropología de la Universidad de Granada.

_____. (2012) *II República Revolución y Contrarrevolución en una comarca granadina. Alhama (1930-1954)*. Vol. I y II. Editorial Godel.

Rebouças, A. (2004) *Uso inteligente da água*. Ed. Escrituras, São Paulo, Brasil.

Redclift, Michael (2000) “El desarrollo sostenible: necesidades, valores, derechos” en *Desarrollo sostenible: un concepto polémico*. Iñaki Barcena, Pedro Ibarra, Mario Zubiaga (Eds.). Bilbao: Servicio Editorial. Universidad del País Vasco.

Retamiro, Silvio (2005) “O regime jurídico da propriedade, uso e tutela das águas” em *Revista da Faculdade de Direito*. Presidente Prudente, Brasil, pp. 35-87.

Retamiro, Silvio dos Santos e Gomes, Luís Roberto (2006) “O regime jurídico da propriedade, uso e tutela das águas” em *Revista Intertemas*. Vol. 11, Nº. 11. Disponível em: <http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/Juridica/article/viewArticle/385> (última consulta em 11 de julho de 2014).

Reverter, Joaquín (2005) “Estaciones termales en zonas rurales, servicios asociados y titulaciones oficiales” en *Apunts: Educación Física y Deportes*. N. 4º trimestre, pp. 59-69.

Ribeiro, Flávio de Miranda (2012) *Reforma da regulação ambiental: características e estudos de caso no estado de São Paulo*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo, Brasil.

Ribeiro Romero, Ademar (2012) “Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômica-ecológica” em *Revista de Estudos Avançados*. Vol. 26, Nº 74, SP, pp. 65-92.

Ribeiro, W. C. (2008) *Geografia política da água*. Ed. Annabluma, São Paulo, Brasil.

Richardson, P. (1997) “The politics of sustainable development” en Baker, S. et al. (Orgs.), *The politics of sustainable development*, Londres, Routledge, pp. 43-60.

Riverón, Carmen Almaguer (2007) “Desarrollo local sostenible y comunidade minera: un enfoque sociocultural” en *Revista Futuros* [en línea]. Nº 17, Vol. V. Disponible en: www.revistafuturos.info (última visita en 22 de octubre de 2014).

Rodríguez Estrella, T. (1979) *Geología e hidrogeología del sector de Alcaraz-Liétor-Yeste (provincia de Albacete): síntesis geológica de la zona Prebética*, Ministerio de Industria y Energía, Madrid.

Rodríguez Míguez, L. (1988) “El termalismo en Galicia en la década de los ochenta” en *II Xornadas de termalismo*. Xunta de Galicia, España.

Rodríguez Míguez, L., (1995) *Estudio histórico bibliográfico del termalismo: principales surgencias de la provincia de Orense*. Ed. Diputación Provincial de Ourense, Ourense.

Rodríguez Sánchez, J. A. (1994) *Historia de los balnearios de la provincia de Málaga*. Ed. Diputación Provincial de Málaga, Málaga.

_____(2001) “Antecedentes históricos: las memorias del agua”, en Baeza J., López, J. A., y Ramírez, A. (Orgs.), *Las aguas minerales en España*. IGME, Madrid, pp. 1-15.

_____(2006) “Institucionalización de la Hidrología médica en España” en *Balnea*. Núm. 1, Madrid, pp. 32-43.

_____(2007) “Agua que aún mueve molino: aproximación a la historia balnearia” en *Anales de Hidrología Médica*. Vol. 2, Madrid, pp. 9-26.

Rodríguez, Juan García e Peña, Antonio Rafael Sánchez (1997) “Evolución del grado de concentración de la superficie agraria andaluza en la década de los 80” en *I Congreso de Ciencia Regional de Andalucía: Andalucía en el umbral del siglo XXI*. Universidad de Cádiz, España.

Rubio, Pedro María (1853) *Tratado completo de las fuentes minerales de España*. Establecimiento tipográfico de D.R.R. de Rivera, Madrid.

Saavedra Sierra, J. (2007) *Los baños de Graena. Un manantial que sana*. Asociación para el Desarrollo Rural de la comarca de Guadix, Guadix.

Sachs, Ignacy (2000) *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Ed. Garamond, Rio de Janeiro, Brasil.

San José Arango, M^a C. (1996) *Balnearios y curhoteles andaluces*. Turismo Andaluz, Sevilla.

San Pedro Martínez, M^a. A. (1993) *El balneario de Puente Viesgo, 1796-1936: el turismo balneario de interior en Cantabria. Génesis, esplendor y decadencia de un espacio de ocio*. Tesis doctoral. Universidad de Cantabria, Santander.

Sánchez, David (2010) “Metodología e conceptos básicos del Desarrollo rural” en *Manual de estrategias de desarrollo rural*. Editorial CEP, Madrid.

Sánchez, Francisco Javier Toro (2007) “El desarrollo sostenible: un concepto de interés para la geografía” en *Cuadernos Geográficos*. N^o 40, España, pp. 149-181.

Sánchez Ferré, J. (1994) “Les bains en Espagne: santé, loisirs, affaires” en *Villes d'eaux des Pyrénées Occidentales. Actas del Coloquio Abril 1994*. Salies de Béarn.

_____(2000) “Historia de los balnearios en España. Arquitectura, patrimonio, sociedad” en *Panorama actual de las aguas minerales y minero-medicinales en España*. IGME, Madrid, pp. 213-230.

_____(2008) “El paisaje del patrimonio termal en nuestro país. Arquitectura, patrimonio y sociedad en Andalucía” en *Libro de actas. IX Congreso Internacional de Rehabilitación del Patrimonio Arquitectónico y Edificación. Patrimonio Cultural e Innovación*. Vol. 3, Gran Canaria, Centro Internacional de Conservación de Patrimonio, Universidad de Las Palmas.

Sánchez Martín, Micaela et al. (2011) *Detección de nuevos yacimientos de empleo y evaluación de la formación profesional para el empleo en la comarca de Alhama de Granada*. Ed. Emgraf. Dúrcal, Granada.

- Santana, A. (1997) *Antropología y Turismo. ¿Nuevas hordas, Viejas Culturas?*. Ed. Ariel.
- Santos, A. (2012) “De aguas, tierras y políticas hidráulicas en España contemporánea” en *Vinculos de Historia*. Número 1, pp. 73-94.
- Santos, B. S. e Rodríguez, C. (2002) “Introdução: para ampliar o cânone da produção” em Santos, B. S. (Org.) *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização brasileira.
- Santos, Mateus Carlos (2011) *Desenvolvimento sustentável: interpretações crítico-científicas*. Trabalho de conclusão de curso apresentando ao Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Londrina, Brasil.
- Sayer, J. e Campbell, B. (2004) *The science of sustainable development: local livelihoods and the global environment*. Cambridge: University Press.
- Schmitz, Heribert; Mota, Dalva Maria; Silva Júnior, Josué Francisco (2009) “Gestao coletiva de bens comuns no extrativismo da magaba no nordeste do Brasil” em *Ambiente e Sociedade*. Vol. XII, Nº. 2, Campinas, pp. 273-292.
- Seminario Permanente da Comarca de Alhama (1990) *La Comarca de Alhama*. Ed. Delegación Provincial de Educación y Ciencia de Granada, Junta de Andalucía.
- Sen, A. e Anand, S. (1994) *Desarrollo humano sostenible: conceptos y prioridades*. Ed. PNUD.
- Sepúlveda, Sergio (2008) *Metodología para estimar el nivel de desarrollo sostenible de territorios*. Biograma: San José, Costa Rica.
- Serrano-Barquín, Rocío C. (2008) “Hacia un modelo teórico-metodológico para el análisis del desarrollo, la sostenibilidad y el turismo” en *Economía, Sociedad y Territorio*. Vol. VIII, Nº. 26, pp. 313-356.
- Serrano Martínez, J. M. (1987) “Los balnearios de aguas termales en la región de Murcia. Una utilidad con proyección turística poco desarrollada pero con posibilidades de crecimiento” en *Actas de la XIII Reunión de Estudios Regionales*. Santander, 28-31 de octubre de 1987, pp. 587-604.
- Shiva, Vandana (2004) *Las guerras del agua: contaminación, privatización y negocio*. Ed. Icaria, España.
- Silva Oliveira, Braz (2011) “Evolução do turismo e as potencialidades termas na ótica da responsabilidade e sustentabilidade no município de Juscimeira, MT” em *Revista de Ciências Sociais aplicadas da EDUVALE*. Ano IV, Número 06, Nov de 2011, Vale de São Lourenço, Jaciara, MT, Brasil.
- Silverman, D. (2000) *Doing Qualitative Research: A Practical Handbook*. Sage Publications, London.
- Souto Figueroa, M. G.. (2009) *Galicia, Terma bimilenaria*. Ed. Diputación de Ourense, Ourense.
- Stake, Robert (1998) *Investigación con estudio de caso*. Ed. Morata, Madrid.
- Steinke, Rosana (2009) “Entre a literatura e a história cultural: crônica de costumes ambientada em uma estância balneária” en *CELLI, Colóquio de Estudos Linguísticos e Literários*. Vol. 3. Maringá, pp. 866-874.
- Strauss, A.; Corbin, J. (1990) *Basics of qualitative research: Grounded theory procedures and techniques*. Ed. Sage, London.

Swyngedouw, E. (2007) “Dispossessing H2O: the contested terrain of water privatization” in *Capitalism Nature Socialism*. Vol. 16, Nº. 1, pp. 81-98.

Tabales, Alfonso F. e Pavón, Enrique S. (1999). “Turismo e patrimônio histórico en Andalucía: magnitudes generales y estrategias de planificación” en *Boletín de la AGE*. Nº 28, págs. 119-134.

Teixeira, E. (1996) “Reflexões sobre o paradigma holístico e holismo e saúde” em *Revista da Escola de Enfermaria da USP*. Vol. 30, Nº. 2. São Paulo, Brasil pp. 286-290.

Teixeira Martins, Maria Teresa (2009) *Aglomerados termais portugueses. Proveitos da sua revitalização na competitividade urbana*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto.

Thiry-Cherques, Robert H. (2009) “Max Weber: o processo de racionalização e o desencantamento do trabalho nas organizações contemporâneas” em *Revista de Administração Pública*. FGV, N. 43, Rio de Janeiro, pp. 897-918.

Trillo, G. L. y Angulo, V. R. (2008) *Guía de la energía geotérmica*. Ed. Dirección General de Industria, Energía y Minas. Comunidad de Madrid, España.

Urquía Echave, J. M. (1985) *Historia de los balnearios guipuzcoanos*. Ed. Euskal Medikuntzaren Historia-Mintegia y Medikuntza Historiaren Euskal Elkarte, Bilbao.

Urkía Etxabe, J. M. (2006) “Literatura balnearia en España: Azorín y Baroja” en *Balnea*. Núm. 1, Madrid, pp. 41-62.

Vaitsaman, D. S. (2005) *Água mineral*. Ed. Interciência, Rio de Janeiro, Brasil.

Valcuende, JM^a. (2004) “Algunas paradojas en torno a la vinculación entre patrimonio y turismo” en Hernández y Quintero (Orgs.) *Antropología y patrimonio: investigación, documentación e intervención*. Cuadernos Técnicos IAPH. Junta de Andalucía.

Varas Verano, B., e Iglesias Esquiroz, P. A. (1988) “El médico hidrólogo en el resurgir del termalismo español” en *Boletín de la Sociedad de Hidrología Médica*. Vol. III, núm.1, Madrid.

Vargas, J.; Mateos, V. E Aparicio, F. (2007) “Intervención arqueológica en la terma romana de Baños de Montemayor (Cáceres)” en *Caesaraugusta*. N. 78, pp. 555-564.

Vargas, Remedios Larrubia, y Gil, Ana María Luque (2002) “Las estaciones termales en Andalucía: de la explotación tradicional a la configuración de un nuevo producto turístico integral” en *Cuadernos de Turismo de la Universidad de Murcia*. Núm. 10. Julio-diciembre, pp. 101-122.

Vasilachis de Gialdino, I. (2009) “Itinéraires dans et depuis les situations de pauvreté: une proposition d’analyse sociologique-linguistique de la narration” en *Recherches Qualitatives*. Nº. 28, Vol. 2. Disponível em: [http://www.recherche-qualitative.qc.ca/numero28\(1\)/gialdino\(28\)1.pdf](http://www.recherche-qualitative.qc.ca/numero28(1)/gialdino(28)1.pdf) (última consulta em 3 de janeiro de 2014).

Veiga, José Eli (2005) *Desenvolvimento sustentável*. Ed. Garamond, 2ª ed., Rio de Janeiro, Brasil.

Veiga, M. (2010) *Antioquia, Colombia: El lugar más contaminado con mercurio en el mundo: impresiones de dos visitas de campo*. Medellín, ONUDI.

- Vera Rebollo, J. F. (1987) *Turismo y urbanización en el litoral alicantino*. Diputación Provincial e Instituto de Estudios Juan Gil Albert, Alicante.
- Vidal Morante y Pol Urrútia (2005) “La apropiación del espacio: una propuesta teórica para comprender la vinculación de las personas y los lugares” en *Anuario de psicología*. Vol. 36, Nº. 3, pp. 281-297.
- Vidal-Sánchez, Francisco (2011) *El terremoto de Alhama de Granada de 1884 y su impacto*. Ed. Anuari Verdaguer.
- Vieira, P. F. e Weber, J. (2002) *Gestão de recursos renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental*. Ed. Cortez, São Paulo.
- Vilar Rodríguez, Margarita (2011) “Balnearios, intereses políticos y desarrollo turístico en el noroeste de España: el caso de A Toxa y Mondariz (1874-1935)” en *Cuadernos de Historia Contemporanea* [en línea]. Vol. 33, Universidad Complutense de Madrid. Disponible en: <http://revistas.ucm.es/index.php/CHCO/article/view/36670> (última visita en 23 de septiembre de 2014).
- Vilar Rodríguez, M. y Lindoso Tato, E. (2014) “La industria del agua embotellada en Europa, siglos XIX-XX” en *Revista Agua y Territorio* [en línea]. Núm. 4, Universidad de Jaén, España. Disponible en: <http://revistaselectronicas.ujaen.es/index.php/atma> (última visita en 22 de octubre de 2015).
- Vílchez Vílchez, Carlos (1987) “Baños Árabes” en *Diputación de Granada*. Universidad de Granada, pp. 111-112.
- Villar Ezcurra, J. L. (1980) *Régimen jurídico de las aguas minero-medicinales*. Ed. Montecorvo, Madrid.
- Wanderley, Maria (2004) *Globalização e desenvolvimento sustentável*. Ed. Pólis, São Paulo, Brasil.
- Weber, M. (2004) *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Ed. UnB, Brasil.
- Yin, Robert K (2001) *Estudo de Caso: planejamento e métodos*. Bookman, Porto Alegre, Brasil.
- Zapianin Aizpuru, Maria Teresa (2011) “Reflexiones identitarias en el territorio contemporáneo. La construcción colectiva del lugar: el caso de la Vega de Granada” en *Cuadernos Geográficos*. Nº. 48 (2011-1), pp. 79-108.

Apêndice I: Tipologia dos entrevistados e número total de entrevistas (abertas e semi-estruturadas) realizadas:

Grupo:	Tipologia dos entrevistados:	Número de entrevistas realizadas:
Diretores e membros de associações e plataformas existentes em Alhama de Granada	Associação de Hoteleiros e Iniciativas Turísticas de Alhama e sua comarca (ASHITUR)	Abertas: 2 Semi-estruturadas: 1
	Associação Termalismo de Andalucía	Abertas: 4 Semi-estruturadas: 3
	Associação de Comerciantes e Empresários da Comarca de Alhama (ACECAT)	Abertas: 1 Semi-estruturadas: 1
	Associação de Desenvolvimento do Ponente Granadino	Abertas: 1 Semi-estruturadas: 1
	Associação Ecologista e Voluntários El Quejido (âmbito local e comarcal)	Abertas: 2 Semi-estruturadas: 1
	Plataforma Cidadã de defesa pela Água Termal de Alhama de Granada	Abertas: 3 Semi-estruturadas: 4
	Outros (incluindo, por exemplo: Associação de Senderistas de Alhama de Granada, Associação de Idosos de Alhama, etc)	Abertas: 3 Semi-estruturadas: 1

Grupo:	Tipologia dos entrevistados:	Número de entrevistas realizadas:
Trabalhadores e empresários (proprietários de estabelecimentos)	Proprietários e trabalhadores de <i>hostais</i> , pensões e alojamentos rurais de Alhama de Granada e comarca	Abertas: 4 Semi-estruturadas: 2
	Proprietários e trabalhadores de restaurantes, bares e cafeterias de Alhama de Granada	Abertas: 3 Semi-estruturadas: 2
	Proprietários e trabalhadores de empresas de esporte e turismo local	Abertas: 1 Semi-estruturadas: 1
	Proprietários e trabalhadores de empresas agro-ganadeiras (azeite de oliva, carne, queijo e leite) e outras (tais como empresas locais de produção de vinho, doces ou artesanato)	Abertas: 4 Semi-estruturadas: 1

Grupo:	Tipologia dos entrevistados:	Número de entrevistas realizadas:
Representantes políticos e trabalhadores da prefeitura de Alhama	Representantes dos partidos políticos PSOE, PP e IZ (incluindo atuais e ex-prefeitos e vereadores).	Abertas: 3 Semi-estruturadas: 6
	Técnicos de turismo, meio ambiente, arquitetura, desenvolvimento local, entre outros (que estão ou estiveram realizando algum tipo de trabalho para a prefeitura de Alhama)	Abertas: 2 Semi-estruturadas: 3

Grupo:	Tipologia dos entrevistados:	Número de entrevistas realizadas:
Educadores	Diretores e professores de colégios e institutos de educação de Alhama	Abertas: 2 Semi-estruturadas: 3
	Professores universitários e pesquisadores que estiveram realizando algum tipo de trabalho científico em Alhama e sua comarca	Abertas: 2 Semi-estruturadas: 1

Grupo:	Tipologia dos entrevistados:	Número de entrevistas realizadas:
Turistas	Turistas alojados na empresa Balnearios de Alhama de Granada S.A. (diferenciados entre aqueles clientes “particulares” e aqueles oriundos do Programa de Termalismo Social do IMSERSO)	Abertas: 8 Semi-estruturadas: 0
	Turistas alojados no município alhamenho em <i>hostais</i> , pensões e alojamentos rurais	Abertas: 4 Semi-estruturadas: 0
	Turistas alojados em residências de amigos ou familiares	Abertas: 2 Semi-estruturadas: 1
	Turistas alojados na comarca de Alhama (porém, em um município fora de Alhama de Granada)	Abertas: 2 Semi-estruturadas: 0

Grupo:	Tipologia dos entrevistados:	Número de entrevistas realizadas:
Outros	Profissionais do setor da construção (empresas imobiliárias e construtoras)	Abertas: 2 Semi-estruturadas: 1
	Profissionais liberais que vivem e desenvolvem sua atividade dentro do município ou da comarca de Alhama	Abertas: 2 Semi-estruturadas: 2
	Donas de casa	Abertas: 6 Semi-estruturadas: 1

Fonte: elaboração própria.

Apêndice II: Critérios de análises estabelecidos para a realização de nossas entrevistas

A) Critérios utilizados para, previamente, identificar e localizar nossos principais informantes:

Basicamente, levamos em conta a atividade realizada (na atualidade – e no passado) de nossos informantes, além do tempo que eles levam vivendo em Alhama de Granada ou na comarca. Neste sentido, estivemos considerando sua profissão, idade, sexo e também sua população de origem (além dos possíveis vínculos familiares com alhamenhos).

B) Critérios estabelecidos a partir de nossos interesses *gerais* (1) e *específicos* (2):

CRITÉRIOS ESTABELECIDOS A PARTIR DE NOSSOS INTERESSES:	PERFIL DOS INDÍVIDOS E GRUPOS ENTREVISTADOS:
<p>1. Interesses gerais (maioritariamente direcionados à construção de nossas perguntas presentes nas “entrevistas abertas” realizadas):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Pesquisar as principais características e fenômenos do contexto social, econômico, cultural, político e ambiental de Alhama e sua comarca. Além disto, buscar um entendimento mais aprofundado sobre os tipos de atividades que estão sendo desenvolvidas atualmente e também aquelas que foram desenvolvidas décadas ou séculos atrás. - Buscar entender as razões para muitas das mudanças do município, ou seja, tanto a nível sócio-cultural e político, como a nível econômico e ambiental. - Estudar os modos de representação coletiva e a forma em que representam e se articulam alguns coletivos com outros, assim como as relações e vínculos que são estabelecidos entre eles. - Buscar um melhor entendimento sobre os problemas e as vantagens de viver e trabalhar em Alhama. As opções de trabalho existentes no município, etc. - Pesquisar o perfil dos clientes do balneário de Alhama, além das principais características vinculadas com o turismo desta população e sua comarca. - Buscar uma melhor compreensão da relação entre a empresa Balneário de Alhama de Granada S. A. e a população local (a partir de sua articulação econômica, social e simbólica-identitária-cultural). - Investigar os projetos desenvolvidos ou que estão sendo colocados em prática atualmente no município alhamenho. Isto, tendo em vista, por exemplo, aspectos importantes tais como o desemprego no município e na comarca, além do déficit da atividade agro-ganadeira (setor primário), etc. 	<ul style="list-style-type: none"> o Trabalhadores de estabelecimentos turísticos e de outros setores de Alhama (empresas agro-ganadeiras, empresas de produção de vinho, queijo, doces e artesanato). o Representantes políticos e técnicos da prefeitura de Alhama. o Turistas alojados no Hotel-Balneário de Alhama ou nos <i>hostais</i>, pensões, casas de amigos ou alojamentos rurais. o Profissionais do setor da construção (empresas imobiliárias, construtoras, etc). o Donas de casa.

<p>2. Interesses mais específicos (principalmente direcionados à elaboração das perguntas das “entrevistas semi-estruturadas” realizadas):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estudar o papel das instituições locais no processo de desenvolvimento do município. - Pesquisar aspectos vinculados com a incidência do tipo de aproveitamento das águas termais de Alhama. - Estudar a relação entre o desenvolvimento local sustentável e as políticas de conservação e gestão das águas termais e demais recursos (naturais, culturais, patrimoniais, etc...) do município. - Estudar a articulação dos distintos discursos e leituras do território alhamenho, além da participação de indivíduos e coletivos no aproveitamento das águas termais de Alhama (sua percepção e atuação frente as distintas práticas e representações relacionadas com este recurso). - Pesquisar como foram sido usadas, exploradas e administradas as águas termais de Alhama no passado e a partir de agora. Neste sentido, buscando também estudar a relação existente entre o aproveitamento deste recurso frente a um suposto desenvolvimento local sustentável. - Pesquisar as relações do balneário com o governo local, além de estudar também as evolução das relações. - Estudar a estrutura de dominação e apropriação das águas termais do município alhamenho. 	<ul style="list-style-type: none"> o Diretores e membros das seguintes associações e plataformas existentes em Alhama: <ul style="list-style-type: none"> -Associação de Hoteleiros e Iniciativas Turísticas de Alhama e sua comarca (ASHITUR); -Associação Termalismo de Andalucia; -Associação de Comerciantes e Empresários da Comarca de Alhama (ACECAT); -Associação de Desenvolvimento do Ponente Granadino; -Associação Ecologista e Voluntários El Quejido (âmbito local e comarcal); -Plataforma Cidadã de defesa pela Água Termal de Alhama de Granada. o Trabalhadores e empresários (proprietários de estabelecimentos): <ul style="list-style-type: none"> -Proprietários e trabalhadores de hotéis, <i>hostais</i>, pensões e alojamentos rurais de Alhama de Granada e comarca; -Proprietários e trabalhadores de restaurantes, bares e cafeterias de Alhama de Granada; -Proprietários e trabalhadores de empresas de esporte e turismo local; -Proprietários e trabalhadores de empresas agro-ganadeiras (azeite de oliva, carne, queijo e leite) e outras (tais como empresas locais de produção de vinho, doces ou artesanato). o Representantes políticos e trabalhadores da prefeitura de Alhama: <ul style="list-style-type: none"> -Representantes dos partidos políticos PSOE, PP e IZ (incluindo atuais e ex-prefeitos e vereadores); -Técnicos de turismo, meio ambiente, arquitetura, desenvolvimento local, entre outros.. que estão ou estiveram realizando algum tipo de trabalho para a prefeitura de Alhama. o Educadores: <ul style="list-style-type: none"> -Diretores e professores de colégios e institutos de educação de Alhama; -Professores universitários e pesquisadores que estiveram realizando algum tipo de trabalho científico em Alhama e sua comarca.
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: elaboração própria.

Apêndice III – Guia das entrevistas semi-estruturadas

FICHA/GUIÓN DE LAS ENTREVISTAS

Investigador: Frederico Alvim Carvalho

INTRODUCCIÓN:

Hola! Buenos días/tardes! Soy un estudiante brasileño y estoy haciendo un estudio sobre los conocimientos tradicionales, populares, culturales...sobre las aguas termales de aquí de Alhama de Granada. Me gustaría entrevistarle ¿Le importaría responderme a unas preguntillas rápidas? Le agradecería de antemano su colaboración.

Entrevista n°: _____ Fecha ____/____/____ Ciudad: *Alhama de Granada, Andalucía.*

Lugar de la entrevista:

Hora de inicio:

Hora de finalización:

Anotaciones:

Nombre del entrevistado:

Año de nacimiento:

Profesión:

Estudios:

¿Vive en Alhama?

¿Ha vivido en Alhama?

¿Tiene familia en Alhama?

Oficios de los padres:

¿Conoce personalmente las aguas termales del municipio? Sí__ No__

¿Estas aguas son buenas? ¿por qué?

¿Quién le ha hablado sobre las aguas termales de Alhama por la primera vez?

¿Cómo era el balneario antes? ¿Qué cambios hubo en su entorno? ¿Qué representa el balneario culturalmente para ti? Y económicamente? ¿Qué aportes económicos el balneario trae para el pueblo, para la población de Alhama?

¿Quién deja más dinero, los clientes del IMSERSO o los clientes particulares?

¿Qué tipo de gente frecuentaba el balneario hace décadas? Y ahora?

Anotaciones:

¿Tiene usted la costumbre de bañarse en las aguas termales? Sí__ No__ ¿dónde, en el balneario o en las pozas externas cerca del río?

Anotaciones:

¿Su familia tiene la costumbre de bañarse? Sí__ No__ ¿Por qué, podría explicar brevemente?

Anotaciones:

Observaciones: Posibles vínculos de los padres con las aguas de Alhama:

Anotaciones:

- ¿Para usted, las aguas termales de Alhama son importante? Si__ No__ Por qué?

- ¿Tienes orgullo de éstas aguas en tu pueblo?

¿Qué representación hay en relación a las aguas termales para la identidad de pueblo? El balneario? Las pozas?

Anotaciones:

-¿Sabe usted como es clasificada las aguas termales de Alhama? ¿su temperatura? ¿sus propiedades mineromedicinales? Etc...

Si __ No __

¿Podría explicarlo brevemente?

Anotaciones:

-Respecto a las pozas públicas en la orilla del río Alhama:

¿Quién actualmente se baña con las aguas termales de Alhama? ¿solamente turistas o la gente de aquí también?

¿Hace cuanto tiempo usted viene aquí bañarse en estas pozas?

¿Sus tíos, padres, familiares también vienen o venían antes aquí?

¿Cual el es mejor mes para venir aquí bañarse? Por que?

¿Cuales son los principales horarios que usted viene?

¿Quien normalmente viene aquí bañarse?

¿Como eran estas pozas antiguamente? ¿Quien as frecuentaba?

¿En que época el año? Qué época es buena? Qué época no es tan buena?

¿Quien debería ser responsable en cuidar de estas pozas?

¿Hay asociaciones o grupos que cuidan de mejorar estas pozas aquí? Cuales?

¿Usted ya ha tenido dificultad de bañarse aquí?

¿Qué podría hacer para mejorar estas pozas?

[¿Usted sabe que el agua del rio está contaminada?]

Anotaciones:

-¿Usted se siente, de alguna manera, vinculado/relacionado con las aguas termales de Alhama?

Si __ No __

¿Podría explicarlo brevemente?

Anotaciones:

-Por favor, ¿podría decir usted, en orden de importancia 10 palabras con las que relaciona/identifica/asocia a Alhama de Granada?

- | | |
|----|-----|
| 1. | 6. |
| 2. | 7. |
| 3. | 8. |
| 4. | 9. |
| 5. | 10. |

PREGUNTAS MÁS COMPLEJAS (ALTERNATIVAS)

EN CASO DEL ENTREVISTADO CONOCER EL CONTEXTO DEL TERMALISMO DEL PUEBLO

-¿Según su percepción, el ayuntamiento de Alhama y otras organizaciones tiene influencia en relación a las decisiones vinculadas a las aguas termales del pueblo? Qué tipo de influencia tiene el ayuntamiento y las organizaciones o asociaciones como “la plataforma del agua caliente” y la “Asociación termalismo de Andalucía”?

Anotaciones:

-¿Para usted, cuales son los problemas más relevantes que tiene Alhama de Granada actualmente en relación a sus aguas termales?

(problemas organizados en orden descendente de importancia)

Relacionado con el tema de las aguas termales como “bien público”, “bien comunal” o “bien privado”...

Para usted, ¿el agua de Alhama es un bien común? Por qué?

Es también un patrimonio? En que sentido? Colectivo? De todos? De los alhameños?

Y las aguas termales del Balneario Nuevo? También es un bien común?

Cómo usted distinguiría agua termal como un bien común y como un bien privado?

Crees que hay diferencia entre bien común de bien público?

Anotaciones:

Sobre la relación del balneario con la población local....

¿Crees que el balneario tiene una buena (y fuerte) relación con el pueblo? Por qué?

¿Cómo era la relación del balneario con la población hace 10, 20 años? Y ahora?

¿Desde que tienes conocimiento, como era la relación entre el balneario y el pueblo en el pasado? Y ahora?

¿Qué proyectos han sido llevados a cabo para integrar las aguas termales al pueblo?

Y sobre la relación entre la empresa balnearia y la administración local: ¿Cómo era? Y ahora?

¿Cómo crees que se puede mejorar esta relación entre empresa privada y población local?

[Delante de lo significa las aguas termales para Alhama: ¿Qué factores han causado ese alejamiento de la población con el balneario?]

Anotaciones:

Respecto al conflicto relacionado con el balneario y la población local...

En 2001, la empresa corta el abastecimiento de agua termal para las pozas públicas...: ¿te acuerdas?

¿Qué recuerdos vienen a tu cabeza sobre aquello episodio? Del conflicto? Cómo fue?

¿Hubo muchas manifestaciones? ¿Cómo fueron?

¿Qué discursos fueron reproducidos durante ese episodio?

¿Cómo fue el nacimiento de la Plataforma por el Agua Caliente? ¿Qué papel esta Plataforma ha desarrollado?

¿Te acuerdas cómo el Ayuntamiento, en su momento, ha actuado?

Y la plataforma?

Y la IU?

Y los empresarios?

Anotaciones:

Sobre el tema de la apropiación del agua termal...

¿Por qué es complejo el proceso de apropiación de las aguas termales de Alhama?

Sobre este contexto de apropiación y uso del agua de las pozas publicas y del balneario viejo ¿crees que el diálogo sea posible?

Anotaciones:

Sobre o tema de la especulación urbanística en Alhama de Granada...

¿Sobre el PGOU, como es el proceso de construcción de segundas residencias cerca del balneario?

¿El PGOU ya fue aprobado? ¿para ti, que representa esta aprobación?

¿qué opinas sobre la actitud del ayuntamiento frente a esos planes de ordenación urbanística?

Anotaciones:

Sobre los efectos del turismo termal en Alhama de Granada...

¿En tu opinión cual es el actual contexto del turismo termal en Alhama?

¿Qué proyectos han sido llevados a cabo en los últimos años en Alhama y que han estado vinculados a las aguas termales del pueblo?

¿Ha habido un desplégue en los últimos años?

¿Crees que el agua termal puede funcionar como una especie de motor de desarrollo local?
 ¿Cuáles son las limitaciones en relación al desarrollo del sector termal en Alhama?
 ¿Qué potencialidades tiene, o puede venir a tener el turismo termal en el caso de Alhama? ¿cuál es su trascendencia actualmente?
 ¿En tu opinión como es la gestión actual del balneario?
 ¿Crees que sería posible fomentar el grado de identificación de la gente con sus aguas termales? ¿Qué tipo de relaciones podrían ser creadas?
 ¿Qué relaciones podrían ser creadas entre el balneario y el pueblo? ¿y entre el balneario y el parque natural?

Anotaciones:

El relación a la participación social en municipio...

¿En relación a Alhama y sus aguas: ¿Qué camino hacia un futuro más sostenible el pueblo tiene que recorrer?
 ¿Qué relación, en tu opinión, hay entre agua termal y el desarrollo de Alhama?
 En tu opinión: ¿qué posibilidades hay para que Alhama se desarrolle mejor a partir de las aguas termales?
 ¿Crees que es posible un desarrollo integral y que sea capaz de involucrar Ayuntamiento, población local y los dueños del balneario?
 ¿Crees que la actual política de gestión de Alhama y sus aguas termales es correcta o errónea? Por que?
 ¿Qué falta en el balneario para su desarrollo? ¿qué aspectos hay que avanzar hacia un posible desarrollo local sostenible?
 Como crees que el turismo termal puede influir en el proceso de desarrollo del pueblo?
 ¿Crees que el agua termal puede actuar como una especie de cohesión social entre las población de aquí? ¿de que manera?

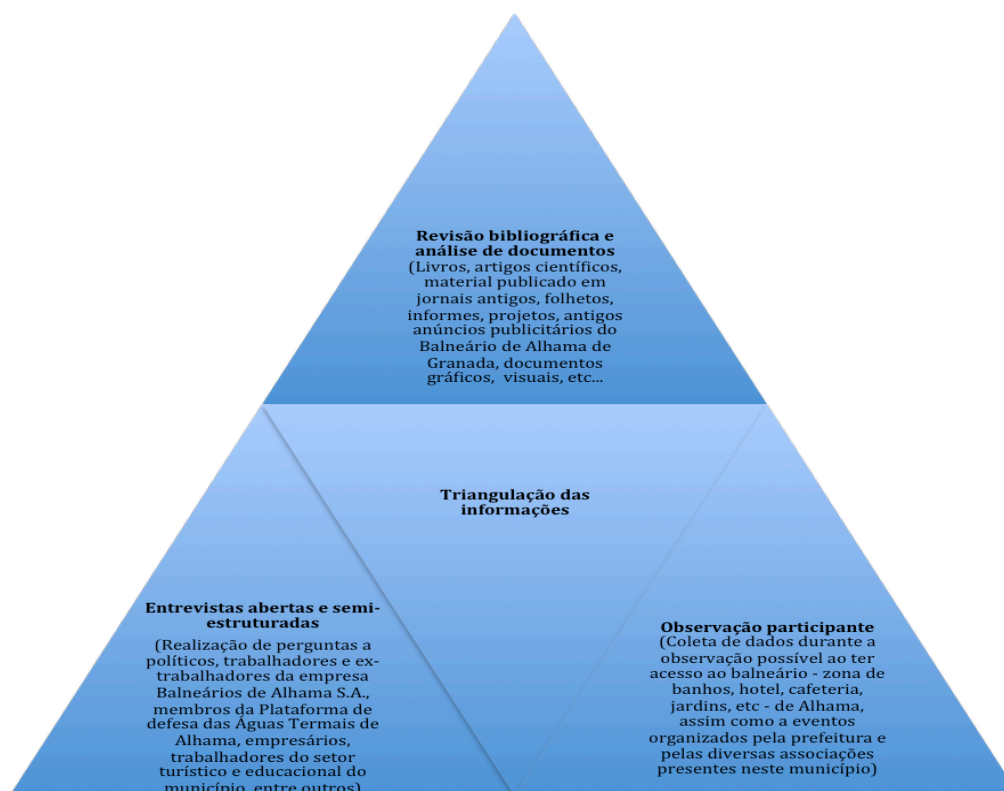
Anotaciones:

Cuestiones a responder por el encuestador una vez realizada la encuesta:

(marcar con una X)

Indicadores de la encuesta	Alta	Medio	Bajo
Grado de motivación del encuestado			
Grado de comprensión de las preguntas formuladas			
Grado de fiabilidad de las respuestas obtenidas			

Apêndice IV: Métodos utilizados para a triangulação das informações



Durante a etapa da *triangulação* foram elaborados esquemas e fichas detalhadas sobre os principais aspectos relacionados com a nossa problemática central de pesquisa. Neste caso, formulamos esquemas que nos ajudaram a compreender as principais características e fenômenos do contexto social, econômico, cultural, político e ambiental de Alhama e sua comarca. Em primeiro lugar, foram criadas fichas com informações sobre os tipos de atividades que estão sendo desenvolvidas atualmente no município, além daquelas que foram desenvolvidas décadas atrás. Em segundo lugar, organizamos em esquemas separados os modos de representação coletiva e a forma em que representam e se articulam alguns coletivos com outros, assim como as relações e vínculos que são estabelecidos entre eles. Em terceiro lugar, anotamos o perfil dos clientes do balneário de Alhama, além das principais características vinculadas com o turismo desta população e sua comarca. Em quarto lugar, apontamos em nossas fichas os projetos desenvolvidos – ou que estão sendo colocados em prática atualmente – no município alhamenho. Isto, tendo em vista, por exemplo, aspectos importantes tais como o desemprego no município e na comarca, além do *déficit* da atividade agro-ganadeira (setor primário), etc. Em quinto lugar, anotamos algumas ideias obtidas durante o cruzamento de dados relacionados com a articulação dos diferentes discursos sobre o território alhamenho, além da participação de indivíduos e coletivos no aproveitamento das águas termais de Alhama (sua percepção e atuação frente as distintas práticas e representações relacionadas com este recurso). Além disto, elaboramos um esquema sobre como as águas termais de Alhama foram usadas, exploradas e administradas no passado e a partir de agora (ou seja, a partir primeira década do século XXI). Finalmente, em sexto lugar, registramos (a modo de diagrama) nossa leitura sobre as relações do balneário com o governo local, além da evolução das relações. Nesta parte, incluímos também nossas anotações sobre a estrutura de dominação e apropriação das águas termais do município alhamenho.

Apêndice V: Transcrição retirada do livro do professor Javier Bermúdez Sánchez (2007) sobre os argumentos que comprovam a titularidade comunal das águas de Alhama de Granada

Título do livro: El régimen jurídico de las aguas comunes, minerales y termales (2007).

Segundo a argumentação de base jurídica escrita pelo advogado e professor Javier Bermúdez:

“Las aguas termales [fueron] cedidas a los vecinos de Alhama [...] por los Reyes Católicos en 1495 “para que los tengáis y poseáis ahora y de aquí en adelante para siempre jamás”. [...]. Es un caso más en el que a lo largo de la historia se ha ido desapoderando a los vecinos de sus derechos al aprovechamiento de las aguas termales favoreciendo a “concesionarios privados” [...], al menos con una inexcusable dejadez municipal y que bien podría constituir el tipo de la prevaricación. La Administración autonómica de Minas, en principio, también ha obviado, de momento, el aprovechamiento vecinal de las aguas termales y, de nuevo, a favor del antiguo “concesionario” de la finca del balneario”. (2007: 90).

“En definitiva, existe un título de adquisición de las aguas termales de Alhama a favor de los vecinos (cesión por los Reyes Católicos el 10 de noviembre de 1495), aguas que efectivamente y sin solución de continuidad han aprovechado ininterrumpidamente de forma gratuita desde entonces (al menos) hasta ahora. Este título debe ser respetado en virtud de la D. T. 2.ª LMin. No se considera que el censo de 1830 afectara a las aguas, sino solo al inmueble (mesón y hospedería), que, en su caso, se tratará de un aprovechamiento sobre algunos derechos (sobre la finca exclusivamente) de un bien comunal (los baños en su conjunto) que no se vería afectado ni tan siquiera por una inscripción registral, o tal vez que ha sido aprovechado tal inmueble como bien de propios, cuestión que ahora no se discute; las aguas termales son indiscutiblemente derechos comunales, título aceptado por la D. T. 2.ª Lmin 1973 citada. Y, en cualquier caso, la errada pretensión de la propietaria registral de la finca acerca de la titularidad de parte del caudal, que en todo caso tendría origen en el censo de 1830, habría incumplido las condiciones de tal censo (5.ª y 10.ª), en las que estipulaba la obligación de respetar el baño gratuito a los vecinos de Alhama como desde tiempo inmemorial, de tal forma que tal título de la propiedad registral, de existir, deberá declararse caducado conforme a la misma D. T. 2.ª LMin 1973, y su titularidad revertida de nuevo al común de vecinos” (Bermúdez, 2007: 114).

“Los titulares del dominio útil inscribieron la propiedad en el Registro en virtud del art. 205 de la Ley Hipotecaria sin que hiciesen constar gravamen alguno sobre la misma. Esta forma de acceder a la titularidad del inmueble a favor de la sociedad Balneario Alhama de Granada S. A. da noticia por sí sola del origen del inmueble y de cómo se apropia el enfiteuta (adquiriente) del bien inmueble (edificio del balneario y fincas). Téngase en cuenta que cuando se inscribe en el Registro, en 1955, no habían transcurrido más de dieciséis años desde que finalizó la Guerra Civil española [...], lo que facilitaba que el nuevo ayuntamiento desconociera el origen y los documentos que informaban acerca del censo constituido sobre la finca [...]. El ayuntamiento dispone del privilegio de recuperación posesoria de sus bienes, de acuerdo con el art. 82, a) Ley de Bases de Régimen Local. [...] En ningún caso es posible la usucapión sobre bienes o derechos comunales como es el caso, de nuevo, de esta servidumbre”. (Bermúdez, 2007: 105).

Apêndice VI: Transcrição retirada do livro do historiador Dr. Salvador Raya Retamero (2009) sobre a transferência da propriedade do *Balneário Viejo* de Alhama de Granada ao senhor D. José Lafuente Vida em 1831

Título do livro: “Historia de los Baños Termales de Alhama de Granada. De Roma a la actualidad” (2009), pp. 190-198.

*Siglas: AMA: Archivo Municipal de Alhama. AA. CC.: Actas capitulares.

“2. El final de la propiedad municipal: 1831”

“Tradicionalmente, se ha supuesto y escrito sin fundamento alguno cómo la enajenación del Balneario fue debido al proceso desamortizador. Esto no es así. La enajenación se produce con anterioridad a la llegada de Mendizábal al poder. La explicación se ha de buscar en el estado calamitoso del complejo termal que hemos descrito y en la carencia de medios disponibles por parte de los poderes locales y nacionales, frente a lo que dos centurias antes defendió Francisco de Vergara Cabezas con ciego razonamiento. Las urgentes reformas se realizaban tarde, mal y nunca; y el edificio fue cargándose de un mal superlativo, de un estado deplorable de desidia y ruina. Aquí pude encontrarse la causa principal de la enajenación del Balneario en 1830-31, facilitada por la práctica de venta de baldíos y bienes comunales realizada por la Corona durante la Edad Moderna, tema que ha sido tratado con frecuencia por los historiadores, y en los repartos a censo perpetuo llevados a efecto desde 1766 – que prolongaron las Cortes de Cádiz, por decreto en enero de 1813. (...)”

El apremio fiscal a que el Estado somete a los Ayuntamientos durante la Edad Moderna, la carestía que ocasiona la guerra de la Independencia, los gastos que conllevaban las funciones educativas, sanitarias y de infraestructura, realizadas por los Ayuntamientos, y la falta endémica de liquidez de los mismos empujaban a los municipios a encontrar en la venta de sus propios la solución ideal para los problemas económicos. No olvidemos que Alhama pasa la generalidad de la Edad Moderna con sus propios intervenidos. Y si bien nosotros no hemos constatado de forma directa el deseo de enajenación del Balneario, después de haber analizado la generalidad de actas capitulares del momento estudiado, tampoco la oposición a ello cuando la situación lo planteaba.

Es abundante la normativa emanada del Gobierno desde las Cortes de Cádiz, entre 1813 y 1855, tendente a facilitar, si no a impulsar, las enajenaciones de los propios o bienes comunales. Por ello, se ha hablado de un *protodesamortización*, según los decretos de 1770 y 1813, como las ventas del período napoleónico, que serían²⁹² legalizadas más tarde. La normativa del

decreto de Cortes de 1813, facultaba a los Ayuntamientos para la enajenación de sus propios, supervisado todo ante autoridades reconocidas y con condición de determinar las prioridades en el empleo de los capitales obtenidos. Todo ello se contiene en el decreto de 4-1-1813, la orden de 28-11-1820 y en la ley provincial de 3-2-1823, que dejaban en manos de los Ayuntamientos y de las Diputaciones Provinciales las principales competencias en ese terreno. Es por ello que, durante los años treinta y cuarenta, los Ayuntamientos y juntas de mayores contribuyentes dispusieron de un margen de maniobra amplio e indiscutible para llevar adelante estas ventas, con el beneplácito de las Diputaciones o de los gobernadores civiles, el programa de “reducción a propiedad particular” de los bienes de propios y de los terrenos comunales”.

La Real Orden de 30 de julio de 1848, manifestaba la dificultad de tutelar las enajenaciones por el Ministerio de Gobernación y Consejo Real, pues decía que *algunos Gefes políticos, fundados sin duda en la autorización que les concedía la Real Orden de 24 de agosto de 1834, han continuado y aún continúan en la práctica de aprobar por sí los acuerdos de los Ayuntamientos sobre enajenación o permuta de los bienes de propios y comunes de los pueblos, igualmente que las subastas de las fincas puestas en venta, sin tener presente que desde que se publicó el real decreto de 22 de septiembre de 1845 semejante facultad quedó reservada al Gobierno, después de consultado el Consejo Real.* (Retamero, 2009: 190).

Cuando el Gobierno advierte en 1845 que el proceso en gran medida escapaba a su control, dictará los decretos y órdenes de 22-9-1845, 30-7-1848 y 28-9-1848, y en septiembre de 1847 se planteaba por segunda vez la venta de los bienes de propios. El 20% de los capitales obtenidos se destinaría a la amortización de la deuda pública, entregándose el resto en forma de títulos intransferibles a los Ayuntamientos y a las Diputaciones; la cantidad sobrante se destinaría a inversiones de caminos e infraestructuras. Tras 11 días del decreto en vigor, se volvió a la enajenación, en un clima económico, social y político idóneo para la liquidación de los bienes de propios, desviando para el Estado el 20% de las ventas.

Recordemos nuevamente que, en los albores del siglo XIX, Alhama y Vélez-Málaga perdían la jurisdicción de su antigua dehesa de Zafarraya, en la que se habían establecido desde 1775 progresivamente nuevos pobladores, que conseguirían para 1830 la creación de los núcleos poblacionales que en la actualidad se reparten la dehesa: Ventas, Zafarraya y el Almendral. Los innumerables pleitos a que tal proceso dio lugar, la bancarrota permanente de las arcas municipales, el estado deficiente en el mantenimiento del edificio y los problemas que lo acompañaron durante centurias, unido a los hacendísticos del Estado, dieron al traste con el régimen de propiedad tradicional sobre los baños termales desde los Reyes Católicos, antes de que Mendizábal llegase al Gobierno, en los preámbulos de esta *protodesamortización*, como hemos dicho.

Los intentos desamortizadores contenidos en leyes y decretos son numerosos:

-R. D. de 29 de junio de 1822. Faculta a los Ayuntamientos para la “enajenación, permuta o dación a censo” de fincas de propios mediante el oportuno expediente de la Diputación para su aprobación por el Gobierno.

-Ley de 3 de febrero de 1823, para el gobierno de las provincias. El artº 104 otorgaba a las Diputaciones la facultad de conceder permiso para la “venta, permuta, dación a censo u otra enajenación de las fincas de los propios o de los pueblos”.

-Real Orden de 24 de agosto de 1834. Tendente a facilitar la “reducción a dominio particular” de los bienes de propios por parte de los Ayuntamientos, bajo la supervisión de los gobernadores civiles.

-Real Orden de 3 de marzo de 1835. Aclaraba el procedimiento para enajenar bienes de propios.

-Ley de 14 de julio de 1840. Sobre la organización y atributos de los Ayuntamientos. Su artº 109 preveía la venta de fincas de propios y comunes.

Es en este proceso donde se ha de encuadrar la enajenación del baño termal de Alhama, como preámbulo de la acción de Mendizábal. Con Madoz, en 1855, el proceso será más contundente, pasando un número mayor de Balnearios, hasta entonces en manos de municipios y algunos en manos de órdenes religiosas, a manos privadas. Ello, sin duda, impulsará un proceso de reformas en la generalidad de los mismos, rivalizando por situarse a la avanzadilla, tanto en procedimientos hidrológicos, como de hostelería. Un ejemplo de lo que se dice es el de Alhama, que en manos de un rico propietario verá materializarse las reformas que el municipio y la administración estatal fueron incapaces de realizar durante centurias. (Retamero, 2009: 191).

Hasta 1829, no se documenta en las actas municipales conservadas inquietud alguna relativa a la necesidad de enajenación del Balneario; en esa fecha, se cita entre los establecimientos públicos de Alhama (AMA, leg. XII, pieza s/n).

Tras la muerte de Fernando VII, se sucederán las reformas que demandaba la burguesía en el campo económico, y tras la llegada de los liberales al poder, durante la regencia de María Cristina. Todo ello se plasmará en la Constitución de 1837 y la desamortización de Mendizábal primera, que conllevará la venta de los bienes, tanto eclesiásticos como civiles y su paso a manos privadas. En definitiva, un modo de paliar la bancarrota de la hacienda estatal, consecuencia de las guerras carlistas y otros problemas de diversa índole, que hicieron imposible su financiación con recursos ordinarios. Por ello, y con el sustrato legal citado, en 1834, ordenaba la Reina gobernadora la venta de los bienes propios, en los umbrales de la desamortización de Mendizábal, y no faltan ejemplos del considerable movimiento de venta de bienes de propios y comunales que siguió al triunfo de la revolución liberal. En 1979 A. M. Bernal calificaba irónicamente a

la década de 1840 como “el período de los alcaldes y corporaciones municipales con afanes de albañilería y obras públicas”, dado su empeño en vender bienes concejiles para sufragarlas.

La clave para el origen de la enajenación, que confirma lo relacionado anteriormente, nos la da el médico-director del Balneario Juan de la Monja en su Memoria sobre el establecimiento termal de Alhama de Granada con las noticias estadísticas del año 1834. Es bastante contundente en su afirmación, Al considerar el deplorable estado de sus instalaciones y administración, como causa de su enajenación en 1834 a *censo recesivo*. Así se expresa:

Este establecimiento termal desopinado y abandonado por muchos años, a causa de las ruinosas, sucias e inhabitables hospederías, a la par que caras y en corto número, por la mala asistencia y trato que se hacía de los enfermos, sin otra mira que negociar con sus vidas e intereses por la escasez de piscinas y baños, teniendo que bañarse a la vez las personas más delicadas de todas las jerarquías con los desaliñados mendigos, en donde se custodian las dolencias, sin ser posible recibir los baños a las diversas temperaturas que necesitaba cada uno. Y últimamente por la situación del establecimiento, su descampado y abierto, no ofrecía defensa alguna ni protección.

Este estado, tolerado y aun protegido por muchos años y que ofrecía una idea tan triste de nuestra situación política, ha desaparecido desde que enajenado el establecimiento a censo reservativo en el año 1834, recayó sus venta en un particular que promoviendo las obras de primera necesidad, y dando otro giro a su administración anterior, ha desvanecido el mal concepto, cabiéndome la satisfacción de haber sido uno de los principales agentes de la transformación que está experimentando en beneficio de la humanidad y del decoro nacional. (Retamero, 2009: 192)

En la misma línea, en 1855, escribía el médico Pedro María Rubio su libro *Tratado completo de las fuentes minerales de España*, donde manifestaba que el Balneario fue enajenado forzosamente en 1834 a los propios de la ciudad. Y en 1881, el médico Juan Perales, al frente del balneario muchos años, es más explícito y nos confirma que la pérdida de la propiedad del Baño se debió al proceso desamortizador: *No hace muchos años, que el establecimiento de baños de Alhama de Granada no ofrecía al enfermo comodidad alguna para su permanencia en él, ni posibilidad de administrar sus aguas con la decencia y la regularidad que la ciencia exige. El Gobierno de su Majestad, que conocía la importancia de las virtudes medicinales de sus aguas, se propuso mejorar las condiciones de este establecimiento, y determinó su enajenación forzosa, a favor del que aceptase la obligación de realizar las grandes reformas que el mismo reclamaba. En la subasta, que fue consiguiente a este proceso del Gobierno, fueron adjudicados estos baños al señor don José Lafuente y Vida, rico propietario de Málaga, que dio principio a las obras, y en el trascurso de algunos años cambió en efecto su miserable aspecto.*

Esta venta a censo reservativo, obligaba al tomador del censo a abonar 4.500 reales al Ayuntamiento, según certificaba en 1841 en médico del Baño, Juan de la Monja:

Estas cantidades son independientes de los honorarios al médico y pago de bañeros. De la cantidad que percibe el propietario por hospederías y baños, se debe deducir la de cuatro mil quinientos reales que paga de censo al Ayuntamiento de la ciudad de Alhama y la de otros cuatro mil reales que le tendrá de costo el Administrador del expresado establecimiento.

La transacción forzosa estaba determinada por la necesidad de mejoras que demandaba el inmueble; así fue llevado a subasta pública. Todo ello antes del primer gran proceso desamortizador de Mendizábal. Parece que el paso a manos privadas transcurrió con el beneplácito tanto de las autoridades locales como provinciales, en palabras del que fuera su director-médico en 1841, *sus autoridades locales extienden hacia él su influencia benéfica, y las provinciales, todo género de protección.*

Por las citas bibliográficas y documentales anteriores, nos situamos en 1834. Pero por otra parte, contamos con una referencia documental excepcional, la sesión capitular municipal de 21 de mayo de 1830, cuando el cabildo municipal se refería al *expediente instruido para la tasación de los Baños termales*, por solicitud de don José Lafuente y Vida y se ordenaba la tasación, en un plazo de 15 días. El texto sorprende también por ser su futuro propietario quien pide la tasación de los Baños Termales, lo cual carece de toda lógica, dado que no es posible conocer el propietario antes de la celebración de la subasta y adjudicación del inmueble. Lo que nos lleva a sospechar cierta prevaricación en la adjudicación. Por otro lado, es de notar que este proceso quedaba sujeto, no solo a *venta* sino también a *renta*. Quedaría por determinar el momento y las causas por las que tal renta deja de realizarse, lo que pudiera encontrarse en la abolición de los censos en el periodo histórico que nos ocupa. Si bien, tal hipótesis se encuentra carente de cualquier apoyo documental que lo certifique. (Retamero, 2009: 193)

Se dio cuenta de una orden del Señor Intendente de la provincia con inserción del expediente instruido para la enajenación de los Baños termales de esta ciudad, formado a solicitud de don José de Lafuente y Vida (...) y del comercio de la villa de Estepota, en que se prebiene la tasación en venta y renta con varias prebenciones que han de acompañar al informe, todo lo que ha de realizarse en el término de quince días. Y enterado el Ayuntamiento acordó comisionar a don Juan de Ortúzar el que acompañado del maestro mayor de obras, y caso necesario de otro examinado, pasen a la casa-mesón de los Baños y, bajo la certificación, tasen su verdadero valor. Y echo, dese cuenta para disponer la ejecución de los demás extremos, todo bajo la responsabilidad que se le impone a la Corporación (AMA, AA. CC., sesión de 21 de mayo de 1830).

La siguiente referencia, ofrecida por Bermúdez Sánchez, aunque no ofrece

referencia alguna para la localización de la fuente en que se basa, es interesante, corresponde- teóricamente- al acuerdo municipal de enajenación que acordó el Ayuntamiento en la sesión de 15 de julio de 1830. Este acuerdo daba cumplimiento a la orden del Intendente del 21 de junio del mismo año, *para que se propongan las condiciones en que deberán enajenarse los expresados baños*; y señala el autor citado que la mención de enajenación lo era *mediante censo*. Decimos *teóricamente* porque se encuentra ausente del libro capitular correspondiente. En esa sesión el Ayuntamiento de Alhama elaboraba el acuerdo de enajenación *mediante censo*, que respondía a once condiciones, alusivas, al baño gratuito para los vecinos de Alhama, los pobres y la tropa. Algunos de los puntos del hipotético acuerdo, del cual nos hubiera gustado ofrecer y conocer la referencia correspondiente son los siguientes:

5º) *Ha de darse habitación gratis para hombres y mujeres pobres de solemnidad hasta el número de veinte para ambos sexos con separación; cuyas habitaciones tendrán un tablado para cortar los daños que podrá causar la humedad si estuvieran en bajo. Para la tropa habrá una cuadra en iguales términos y con separación...*

7º) *El sensualista no podrá abusar de la administración de las aguas termales ni disponer de ella a su arbitrio en perjuicio del público, ni podrá mezclarse de ninguna manera en los asuntos propios de la Dirección médico-política del establecimiento, por ser de la atribución del Médico-director.*

8º) *Se tendrá siempre el establecimiento corriente y provisto de todos los utensilios necesarios para el mejor uso del remedio y comodidad de los enfermos, con sujeción en todo el reglamento últimamente aprobado por la Dirección de Aguas Termales.*

10º) *Deberá haber una habitación decentemente contenida para que puedan ocuparla los individuos del Ayuntamiento o las familias de éstos en todas las ocasiones que necesiten de usar de las aguas de los expresados Baños; y esto será gratis como se ha observado de tiempo inmemorial.* (Bermúdez Sánchez, 2007: 94-96).

Llegados este punto el tema cobra tintes-nos atrevemos a decir *de intriga*-. Por un lado, ninguno de estos documentos se localizan en el Archivo Municipal de Alhama, de donde se encuentra ausente el legajo correspondiente a las sesiones indicadas, aunque presentes, los legajos anterior y posterior; por otro lado, el autor citado ofrece cuatro puntos relativos a las 11 condiciones del acuerdo municipal, sin que podamos ofrecer a la fuente, y para nada se nombra el tipo de censo que hemos documentado. (Retamero, 2009: 194).

Se ha querido ver que lo que se cede en este acuerdo sería la administración de los bienes inmobiliarios: mesón, hospedería, graneros, etc., en manos municipales desde la donación de los Reyes Católicos, quedando a salvo el uso y disfrute tradicional de las aguas, cuya propiedad- diríamos- quedaría dentro del ámbito de los bienes comunales, destinados al

aprovechamiento de los vecinos, como las dehesas, etc., por tanto, se mantendría , en esta línea, en la misma forma en que se acostumbraba: *la gratuidad de las mismas*. Y que ahora, en este acuerdo municipal, se circunscribe a los vecinos de Alhama, cobrándose por las aguas una cantidad comprendida entre 20 reales y 30 reales, según se usara de la hospedería o no.

Sí hemos encontrado –por el contrario- en el Ayuntamiento de Alhama la referencia al real decreto en el que ordenaba el rey se practicara la venta de los Baños a don José Lafuente, *mediante un canon anual*, que nos recuerda el *canon anual* de la venta a censo perpetuo de Zafarraya, regulado por los peritos correspondientes. Se ordenaba, además, al Ayuntamiento otorgar la escritura correspondiente. La fecha de este documento, 1831, nos confirma nuevamente que la enajenación del Baño de Alhama se produce con anterioridad a la desamortización de Mendizábal. El texto de la sesión municipal es el siguiente:

Se dio cuenta de una Orden del Señor Intendente de esta Provincia, fecha doce del corriente, en la que se inserta en Real Decreto de Su Majestad mandando se lleve a efecto las órdenes de la venta de los Baños de Alhama a D. José de la Fuente y Vida, afianzando éste con la misma finca y demás pertenencias para la seguridad del pago del canon anual (s)egún la regulación de los peritos que acompaña, previniéndose a este Ayuntamiento, se otorgue la correspondiente escritura con las formalidades de derecho; y que, a un tiempo debido, se remita testimonio de la misma, para los efectos que se aprecian. Y en su vista el Ayuntamiento, obedeciendo dicha Real Orden comunicada, con el debido respeto y sumisiones, acordó se guarde, cumpla y ejecute en todos sus extremos; y que para el otorgamiento de la escritura, bajo las (...) que se proponen se oficie inmediatamente por la secretaría con la instrucción bastante al mencionado don José de la Fuente y Vida, a fin de que se presente sin demora para la celebración y confirmación del contrato en la forma que se determina, certificando el oficio para evitar extravíos a los efectos oportunos (AMA, AA. CC., sesión 20 de enero de 1831).

De esta sesión, se desprende que el 20 de enero, aunque no era propietario el Sr. Lafuente, todo se hallaba dispuesto al efecto. Por la sesión del 4 de agosto de ese año de 1831, conocemos que continuaban los trámites para una nueva tasación del Balneario:

Sobre Baños. Se dio cuenta de un oficio del Señor Intendente de esta provincia, fecha 21 de junio de este año en que previene se nombre por parte del Ayuntamiento un arquitecto o maestro aprobado para la nueva tasación en venta de los Baños termales de esta ciudad para que en (...) con los que nombre la Sub(...) principal y la parte de de don José Lafuente y Vida se practique dicha tasación y en su vista el Ayuntamiento acordó nombrar al maestro de albañilería aprobado, Antonio Martín Ruiz, y que así de diga al dicho Señor Intendente (AMA, AA. CC., sesión 20 de enero de 1831).

Por tanto, hemos de considerar que el Balneario de Alhama pasaba a *gestión* o a

manos privadas en 1831; el 21 de julio, por ser esta referencia documental la que más nos aproxima a su enajenación. En la memoria del Médico-director de 1841 se reconoce que fue vendido a censo reservativo-aunque se dice en 1834-, debiendo el propietario abonar una cantidad anual al Ayuntamiento de 4.500 reales: *De la cantidad que percibe el propietario por hospederías y baños, se debe deducir la de cuatro mil quinientos reales que paga el censo al Ayuntamiento de la ciudad de Alhama.* (Retamero, 2009: 195).

En el *Diccionario* de Pascual Madoz se ofrecerá la información, concorde siempre con lo estipulado por el Ayuntamiento en 1830:

Cada persona que toma el baño paga 20 reales, sea corto o larga la temporada que invierta y siempre que habite dentro del establecimiento; pero si vive fuera satisface por dicha temporada 30 reales. De este pago se exceptúan los vecinos de Alhama y los pobres de solemnidad a quienes acompaña la oportuna carta de caridad, o sea, un documento que acredite su pobreza y enfermedad; para los de esta clase hay una habitación separada del establecimiento principal, en la cual se hallan distintos locales para los dos sexos, alberca para tomar los Baños y el agua corriente para que perciban los parciales y de percusión. En la actualidad se da también el Baño gratis a los militares, desde sargento abajo, y habitación a los imposibilitados mediante un corto estipendio, proporcionándoles el vecindario de Alhama camas con intervención del Ayuntamiento; como este asunto en lo concerniente a la clase de tropa no tiene en el día bases fijas, parece que se está arreglando entre el Gobierno y el propietario del establecimiento D. José de Lafuente y Vida.

Queda claro igualmente, que desde ahora se introduce en la historia de este milenario recinto del Balneario un nuevo elemento: *el propietario* Es Madoz también quien en 1845 ofrece el nombre del titular, cuando dice: *En la actualidad se da también el Baño gratis a los militares, desde sargento abajo, y habitación a los imposibilitados mediante un corto estipendio, proporcionándoles el vecindario de Alhama camas por intervención del Ayuntamiento; como este asunto en lo concerniente a la clase de tropa no tiene en el día bases fijas, parece que se está arreglando entre el Gobierno y el propietario del establecimiento D. José Lafuente y Vida.*

Carecemos desde ahora y hasta 1844 de noticias documentales al respecto. Conocemos que –efectivamente- la venta se había realizado, lógicamente, si bien escapa el procedimiento a nuestro conocimiento, como hemos dejado de manifiesto. Este año el propietario vuelve a aparecer en las actas capitulares a fin de solicitar la exención de algunos impuestos municipales, dice así:

Los síndicos sobre la reclamación de don José Lafuente y vida. Se dio cuenta del dictamen emitido por los caballeros síndicos en el expediente formado sobre la reclamación que hace don José Lafuente y Vida para ser incluido

excluido de todas las demás por los Baños termales de que es propietario. Y conforme en un todo, el Ayuntamiento, con el dictamen de los caballeros síndicos, acordó continúe el D. José de la Fuente comprendido en el repartimiento de paja y utensilio como propietario de los Baños termales de esta ciudad, poniéndose en conocimiento de esta Intendencia” (AMA, AA.CC., sesión de 14 de febrero de 1844).

Y de nuevo, en agosto de ese año 1844, el propietario volvía a hacer acto de presencia en el Ayuntamiento:

Baños. Seda de un oficio que dirige el médico don Eduardo Henares, médico-director de los Baños termales de esta ciudad en que manifiesta el no poder asistir a los Baños en la próxima temporada, le ha hecho sustituir su encargo al farmacéutico don José María Serrano y el Ayuntamiento quedó enterado (AMA, AA.CC., sesión de 27 de agosto de 1844).

Baños. Oficio de Jefe Político de la Provincia, acompañado de una instancia de don José Lafuente Vida, dueño de los Baños termales de esta ciudad, exige se informe sobre ella lo que se ofrezca y parezca, reduciéndose aquella a pedir indemnización de los muchos perjuicios que le causan los muchos militares que vienen destinados al establecimiento para el uso de las aguas. En su vista el Ayuntamiento acordó pase con todos los antecedentes la instancia referida al caballero síndico para que emita su dictamen (AMA, AA.CC., sesión de 27 de agosto de 1844). (Retamero, 2009: 196).

En octubre, se recoge igualmente el dictamen:

Baños. Se dio cuenta del dictamen evacuado del caballero síndico sobre la instancia de don José de la Fuente que se le pasó en cabildo de veinticinco de septiembre último, y conformándose con el Ayuntamiento cuando se tramita al Sr. Jefe político en oficio que se le dirija, incluyéndole la instancia de Lafuente y archivándose los demás antecedentes en el legajo de Baños (AMA, AA.CC., sesión de 1 de octubre de 1844).

De lo expuesto, se desprende que la enajenación del edificio se preparaba en 1830 y se materializaba en 1831, y que – por tanto – no se debe al proceso desamortizador de 1836, sino que es anterior del mismo. No tenemos tan claro que su venta se realizara, como afirmaba Villanúa Fungairiño, en pública subasta, pero sí que su primer propietario fue don José Lafuente Vida, y que tras su fallecimiento le sucedió en la propiedad su hija en 1884, doña Concepción de la Fuente Romero, casada con don José Martos. También, se ha de desestimar su venta en 1850, como mantenía Manzano Martos que afirmaba que la enajenación por parte del Ayuntamiento se produjo en 1850 a don José de la Fuente y Prieto, secretario real, el promotor de la restauración que el edificio sufrió en 1850, muy acertada, especialmente en el Baño árabe, en palabras de Manzano Martos, según una lápida que existió en el edificio; pero – nuevamente – nos es absolutamente desconocida la fuente de la que extraía esas afirmaciones.

Siguiendo al primero, fallecida doña Concepción de la Fuente, sus descendientes continúan con la propiedad y explotación del Balneario alhameño, los cuales constituyeron el 7 de junio de 1944 la *Sociedad Balneario de Alhama S.A.*, según su correspondiente escritura pública, otorgada en Málaga ante el notario don Alfonso de Miguel Martínez, quedando el capital social formado por la aportación indivisa de cada uno de los comuneros (Villa Fungairiño, op. Cit. p. 353). Efectivamente, en el Registro de la Propiedad de Alhama, así consta. Los numerosos descendientes del primer propietario, integrantes del dominio de la finca, por los títulos y en la forma que se recoge en el Registro, donde concurren al menos tres generaciones de propietarios, con participaciones vitalicias, en usufructo..., todo ello reflejado en los correspondientes títulos de propiedad. El edificio es descrito, a tal efecto, en el Registro de la Propiedad de Alhama de la forma siguiente:

Rústica. Un predio formado por el Balneario llamado Baños de Alhama de Granada, con sus anejos, dependencias, tierras contiguas, formando todo una sola finca radicante en término municipal de esta ciudad, partido de los Baños comprendiendo una superficie total aproximadamente de veinte y cuatro fanegas, seis celemines de tierra, equivalente a quince hectáreas, veinte y nueve áreas, setenta centiáreas, existiendo dentro de sus límites: El Balneario propiamente dicho, edificio compuesto de pisos bajos, entresuelo, principal y segundo, con catorce huecos por planta en su fachada central y diez y ocho en la lateral derecha; veintitrés habitaciones en el piso bajo, treinta y seis en el entresuelo, veinticuatro en el principal, treinta y cuatro en el segundo. Existen, además, en el principal, una galería, casino, salón billar, comedor, cocina, y de duchas y de descanso y de inhalaciones; tres albercas y el Baño Fuerte o piscina, en que se halla el manantial, con su patio en el centro, otro edificio de dos pisos de altura con su corral cercado de trescientos metros, novecientos sesenta milímetros cuadrados. Otra casa de dos cuerpos de elevación y superficie de doscientos ochenta y seis metros cuadrados, sesenta y ocho milímetros. Una pequeña construcción destinada a tiendas. Otro edificio de dos pisos de altura y cuatro mil pies cuadrados de superficie, con destino a cuadra en el piso y vivienda en el alto, con otra pequeña casa para el jardinero. Un depósito cubierto de agua, era empedrada, jardines y el resto son tierras de riego y de secano con diferentes plantaciones. (Retamero, 2009: 197).

Los linderos generales de la finca son: por el Norte, con tierras de don Rafael Calle, don Manuel Triviño, doña María Toledo, antes don Rafael Toledo, herederos de doña Luisa Cortés y don José Martos, antes don Lucas Cortés; por el Sur, con el tajo que llaman de los Baños y tierras de doña Mariana Tello, antes don Fernando Toledo; por el Este con tierras de don Rafael Calle, don José Rando, don Benito Pérez, doña María Teresa Acosta, doña Mariana Tello, antes don Fernando Toledo, y herederos de Martos, antes don Francisco Velluti; y por el Oeste,

con tierras de don José Raya, doña María Toledo, antes don Rafael Toledo, doña Luisa Cortés, doña Francisca Cortés, herederos de don José Martos y el camino Viejo de Alhama, hallándose toda la finca atravesada de Sur a Norte por el río Marchat.

Para mejora y beneficio del referido Balneario, disfruta de estas tres concesiones:

a) Una de derecho de peaje por el puente para carruajes sobre el río Marchat, otorgada el día diez y siete de abril de mil ochocientos noventa y seis a razón de dos céntimos por paso de cada peatón; cinco céntimos, por el de cada caballería; y diez por el de cada caballería de carros y carruajes.

b) Otra de aprovechamiento de quinientos litros de agua por segundo, derivados del río Marchat o río Frío, para utilizarla como fuerza motriz en la producción de electricidad, otorgada el diez y siete de abril de mil ochocientos noventa y seis.

c) Otra de una línea telefónica que pone en comunicación el aludido Balneario con la estancia telegráfica de Alhama, con servicio oficial durante las temporadas.

Con este fin, se constituía la Sociedad Mercantil denominada *Balneario de Alhama de Granada Sociedad Anónima*, con el objeto de explotar los Balnearios llamados entonces *Termas de Martos y Baños Nuevos*, de las concesiones y negocios anejos y complementarios y de cualesquiera otras de lícito comercio, que la *Junta General de Accionistas* acordase. La sociedad se regía por los estatutos correspondientes, incorporados a la escritura de constitución, con una duración indefinida. El capital social se fijaba en dos millones cien mil pesetas, representado en dos mil cien acciones de mil pesetas cada una, por el valor total asignado a la finca. Esta Sociedad estaba formada por un consejo de administración compuesto por cinco miembros accionistas: presidente, vicepresidente, secretario y dos vocales, con poderes, para la cesión, venta o hipoteca de los bienes sociales. Todo ello se estipulaba el 7 de julio de 1944, ante el notario en Málaga don Alfonso de Miguel y Martínez. Así, sería inscrita en el Registro el 24 de octubre de 1955 (Archivo del Registro de la Propiedad de Alhama de Granada, libro 83, fols. 98-101v)". (Raya Retamero, 2009: 198).

Apêndice VII: Convênio urbanístico apresentado para votação em reunião plenária municipal em 29/12/09

Convenio modificado por los negociadores el 24/11/09

“Constituye el objeto del presente convenio urbanístico las siguientes actuaciones:

1ª. Potenciación del Termalismo social mediante un Proyecto de Actuación en el actual Balneario de Alhama de Granada, consistente en la rehabilitación de uno de los Hoteles existentes para su reconversión en Hotel de tres estrellas e implantación de un Balneario de última generación y ampliación en 200 habitaciones en terrenos adyacentes.

2ª. Gestión y ejecución de los terrenos clasificados en el Plan General de Ordenación Urbana de Alhama de Granada como *“suelo urbanizable sectorizado”* incluido en el Sector A-SR2, para la implantación –previo su desarrollo urbanístico- de suelo Residencial de viviendas libres y de protección oficial, conforme a los parámetros descritos en el documento de Plan General de Ordenación Urbanística y a la legislación urbanística vigente en Andalucía, así como la previsión de clasificación de *“suelo urbanizable no sectorizado”*.

En lo que respecta al Suelo urbanizable sectorizado A-SR2, cuenta con un total de 113.466 m2 de superficie. Su ubicación, objetivos territoriales y urbanísticos, condiciones urbanísticas y desarrollo del sector y condiciones para su gestión, vienen determinadas en el PGOU, en la aprobación efectuada para su nueva exposición al público por el Pleno del Excmo. Ayuntamiento de Alhama de Granada, en sesión celebrada con fecha 8 de octubre de 2009.

Igualmente, se prevé la clasificación como Suelo urbanizable no sectorizado A- NSR (A), con un total de 52.678 m2 de superficie, localizado al norte del suelo

urbanizable sectorizado A-SR2. Su ubicación, objetivos territoriales y urbanísticos, instrucciones específicas para su ordenación, condiciones urbanísticas y de gestión, vienen determinadas en PGOU, en la aprobación efectuada para su nueva exposición al público por el Pleno del Excmo. Ayuntamiento de Alhama de Granada, en sesión celebrada con fecha 8 de octubre de 2009.

3ª. Igualmente, el Excmo. Ayuntamiento de Alhama de Granada se compromete a la tramitación y aprobación de un Plan Especial de Ordenación de Usos Turísticos y Deportivos, contemplado en el documento de PGOU en tramitación, que será formulado por ARTIGIS TURÍSTICO RESIDENCIAL S.A. para la implantación de una actuación de interés público en terrenos clasificados como suelo no urbanizable, teniendo por objetivos la creación de instalaciones complementarias turístico- deportivas para reforzar la oferta de turismo termal del Balneario de Alhama, con una extensión de 89,5 hectáreas, localizadas en finca denominada Garcés, supeditado al previo cumplimiento y viabilidad del trámite o autorización ambiental que proceda con arreglo a la legislación medioambiental.

Su uso característico es turístico reglado, compatible con el uso asistencial o salud, deportivo y dotacional. Las condiciones de implantación de actividades vienen determinadas en el PGOU, en la aprobación efectuada para su nueva exposición al público por el Pleno del Excmo.

Ayuntamiento de Alhama de Granada, en sesión celebrada con fecha 8 de octubre de 2009.

4ª. Igualmente el Convenio incluye una propuesta a incluir en el PGOU sobre sistema general viario en ensanche norte de Alhama de Granada. El ámbito definido como Sistema General Viario (Balneario) tiene una superficie de 29.223 m2, adscrito al Sector A-SR2.

La exigibilidad del presente Convenio y todas sus estipulaciones se supeditan a condición suspensiva referenciada en la aprobación definitiva del Plan General de Ordenación Urbanística del Municipio de Alhama de Granada, manteniéndose hasta dicho en estado de pendencia. A partir la aprobación definitiva del planeamiento general comenzarán a surtir los efectos del Convenio hasta el total cumplimiento de las estipulaciones contenidas en el mismo”.

PS: Sometido a votación a la propuesta de acuerdo presentada anteriormente, se obtuvo en el día 29 de diciembre de 2009 su aprobación. “diez de los trece miembros que integran el Pleno Municipal estuvieron presentes en el momento de emitir el voto, votando a favor de la propuesta los siete Concejales y Concejales presentes del Grupo Socialista, y tres votos en contra de los miembros de la Corporación presentes del Grupo Popular”.

Fuente: Acta de la Sesión Plenaria celebrada en el Ayuntamiento de Alhama el 29/12/2009. Disponible en: Disponible en: <http://www.ayuntamientodealhama.com/plenos.html> (última visita en 15 de noviembre de 2013).

Apéndice VIII: Respuesta do grupo PSOE em relação aos argumentos apresentados pela vereadora do partido Esquerda Unida (IU) – Dolores Iglesias Maiztegui – e ao representante da Plataforma em defesa da água termal de Alhama de Granada (D. Antonio López Ramos)

Expedientes:

- Nº 2769, de fecha 2 de agosto de 2009: D^a Dolores Iglesias Maiztegui (Concejala de la Izquierda Unida).
- Nº 2774, de fecha 3 de agosto de 2009: D. Antonio López Ramos (Plataforma por el Agua Caliente)

Sobre las alegaciones presentadas por la concejala de IU, D^a Dolores Iglesias Maiztegui, el Equipo de Gobierno del PSOE durante Sesión Plenaria Municipal celebrada el 08/10/09 contesta a las alegaciones de dicha concejala afirmando que:

Sobre la “Estipulación de concesiones de aguas termales declaradas comunales”:

PSOE: “El Convenio en su redacción para aprobación definitiva no contempla cuestión alguna atinente a la titularidad del agua termal. Entre las estipulaciones se contempla que la mercantil Artigis Turístico Residencial S.A. se compromete a ceder el 50% del aprovechamiento del agua minero medicinal y termal al Excmo. Ayuntamiento de Alhama de Granada, para lo que se faculta al Excmo. Ayuntamiento de Alhama de Granada para que se inste a la Consejería competente en materia de aguas minerales y termales, una vez aprobado con carácter definitivo el PGOU, la cotitularidad de la autorización del aprovechamiento en la proporción indicada sobre el citado recurso, consintiendo ARTIGIS TURÍSTICO RESIDENCIAL, S.A. en que el Ayuntamiento proceda a la regulación de la concesión de su caudal, otorgándose al Ayuntamiento derecho exclusivo de utilizar el referido porcentaje de caudal. Por consiguiente, y en tanto que una cuestión es la titularidad del recurso y otra la titularidad de su aprovechamiento, atribuido mediante autorización o concesión por parte del órgano competente en materia de minas, no se establecen disposiciones sobre la titularidad dominical del mismo. En cuanto al aprovechamiento de aguas termales debe decirse igualmente que se permite legalmente la cesión de dicho aprovechamiento previa autorización administrativa del órgano competente, citándose a tales efectos, los arts. 25 de la Ley 22/1973, de 21 de julio, de Minas y 67 del Real Decreto Legislativo 1/2001, de 20 de julio, por el que se aprueba el Texto Refundido de la Ley de Aguas”.

Sobre la “Contravención de la normativa de contratación del sector público sobre las obras de instalación termal municipal y posterior gestión”:

PSOE: “De la redacción contenida para aprobación definitiva no se infiere incumplimiento de la normativa de contratación del sector público, por cuanto la adjudicación de las obras deberá hacerse con arreglo a la Ley 30/2007, de 30 de octubre, de Contratos del Sector Público y disposiciones de desarrollo y concordantes. En lo que respecta a la gestión de la futura Estación Termal Municipal, se efectuará con arreglo a la normativa de gestión de servicios de la Administración contenida en las disposiciones legales vigentes”.

Respecto a la “Insostenibilidad de instalación de un campo de golf”:

PSOE: “Mediante la propuesta de aprobación definitiva de Convenio urbanístico no se

contempla con carácter expreso la implantación de un campo de golf, sino la previsión en el planeamiento general de un Plan Especial de Ordenación de Usos Turísticos y Deportivos, cuyo uso característico es turístico reglado, compatible con el uso asistencial o salud, deportivo y dotacional. Será en el referido Plan especial las especificaciones del mismo, en consonancia con la planificación territorial, ambiental y urbanística”.

Sobre la “Presión urbanística derivado de la previsión de elevado número de viviendas”:

PSOE: “A resultas del informe de incidencia territorial emitido por la Consejería de Vivienda y Ordenación del Territorio de la Junta de Andalucía se ha minorado considerablemente el número de viviendas a incluir en nuevos desarrollos urbanos, dándose cumplimiento al Plan de Ordenación del Territorio de Andalucía”.

Ya sobre las alegaciones presentadas por D. Antonio López Ramos, en nombre y representación de la Plataforma Ciudadana por el Agua Caliente de Alhama de Granada, el Equipo de Gobierno del PSOE durante Sesión Plenaria Municipal celebrada el 08/10/09 contesta a las alegaciones presentadas por López Ramos afirmando que:

Sobre la “Titularidad comunal del agua termal”:

PSOE: “Como se ha expresado anteriormente en el estudio de las alegaciones presentadas por Da Dolores Iglesias Maiztegui, el Convenio en su redacción para aprobación definitiva no contempla cuestión alguna atinente a la titularidad del agua termal, por lo que son de aplicación las consideraciones efectuadas anteriormente al respecto. En aras a facilitar la transparencia en la negociación y publicidad del Convenio, y estando avanzados los trabajos para la redacción definitiva del texto. Visto cuanto antecede, se considera que el expediente ha seguido la tramitación establecida en la Legislación aplicable, procediendo su aprobación por el Pleno de este Ayuntamiento por mayoría absoluta, de conformidad con el artículo 22.2.c) y 47.2.11) de la Ley 7/1985, de 2 de abril, Reguladora de las Bases del Régimen Local”.

Apêndice IX: Pronunciamentos dos três partidos políticos de Alhama de Granada sobre os convênios urbanísticos aprovados em dezembro de 2005

Pronunciamentos publicados en el Anuario del Patronato de Estudios Alhameños. Publicación conmemorativa del Día Histórico de Alhama de 2006. Excmo. Ayuntamiento de Alhama de Granada, febrero de 2006. Págs.: 9 y 10.

Izquierda Unida (IU)

“En España estamos vinculados demasiado nuestro desarrollo económico con el inmobiliario. La cantidad de viviendas adicionales que se quieren construir no solo significan problemas ambientales, sino de congestión de infraestructura o deficiencias de equipamientos públicos; es decir, de reducción de la calidad de la oferta turística. El actual modelo urbanístico puede matar la gallina de los huevos de oro porque los turistas buscan zonas libres de edificación, valiosas desde el punto de vista ambiental. Estas palabras no son nuestras sino de la Excm. Sra. Ministra de Medio Ambiente, doña Cristina Narbona, pero las asumimos en su totalidad.

La tierra que nos han legado nuestros antecesores no es nuestra, pertenece a los que nos suceden. Se puede afirmar sin exageración alguna, que estamos fracasando estrepitosamente en la salvaguarda del desarrollo sostenible. Una nueva especie de depredadores, con el consentimiento y empuje de responsables de algunos municipios y, porque no admitirlo, de irracionales conciudadanos, ha iniciado una operación devastadora que sólo tiene como objetivo el dinero fácil y rápido que se reparte desigualmente entre entidades públicas y sociedades privadas. Con infinita arrogancia y prepotencia, legalmente avalada, presentan planes urbanísticos faraónicos con el solo material de los papeles que los sustentan y la esperanza de un lucrativo incremento en sus patrimonios a costa de los espacios de convivencia. Algunos municipios se prestan a sus planes y, lo que es peor, deciden convencer a sus representados, ofreciéndoles el proyecto como el maná creador de puestos innumerables de trabajo y beneficios sin fin. El municipio promete a sus vecinos que con el dinero recaudado se mejorarán los servicios. El dinero se gasta en la pompa y la ostentación. La educación, sanidad y vivienda es tarea que se reclama de las autoridades autonómicas o estatales.

No se puede expresar mejor y por eso hemos transcrito las palabras del Sr. Magistrado del Tribunal Supremo, D. José A. Martín Pallín, publicadas en EL PAÍS de 24 de enero de 2006. Estamos y hastiados de oír tan tremendas osadías como equiparar uno de los emblemas urbanísticos por excelencia como es la Alhambra (venerada desde una concepción del urbanismo moderado) a una urbanización de 750 viviendas agrupadas de diez en diez, un campo de golf (deporte tan nuestro y autóctono) y un hotel.

Desde hace tiempo y tras la conferencia mundial sobre medio ambiente GAYA, los países civilizados entienden legislan sobre medio ambiente como una sola cosa interconectada que nos hace comprender que si una especie animal o vegetal se agrede y extingue, sufre las consecuencias todo lo vivo que existe. Alardeamos en los foros internacionales de poseer una de las legislaciones sobre medio ambiente más progresistas y así espero en las trastiendas de algunos despachos, alguien abre la puerta para que se nos cuelen esos *depredadores* que denuncia Martín Pallín y oímos con horror como se califica como *pequeño matiz* el hecho de que en ninguno de estos convenios se explique lo de las viviendas sociales (matiz que ha obligado a modificar toda la ley del suelo), o la pretensión inaudita de que las águilas, búhos y las magníficas especies que poseemos en Júrtiga, circunscriban su habitat (su vuelo, su comida, su agua) al pequeñísimo reducto de área LIC (lugar de interés comunitario) en el que serán arrinconados por las casitas, las piscinas y el club hípico. Toda una lección magistral de biología.

Ni tenemos más espacio, ni nos queda nada fundamental que añadir, solo que los alhameños podemos aún evitar esa calificación de *irracionales conciudadanos* que alude Pallín y demostrar que estamos dispuestos a crecer y mejorar avalados y amparados por el desarrollo sostenible.”

Dolores Iglesias Maiztegui. Concejala por I.U.L.V en Alhama de Granada.

Partido Popular (PP)

“Postura del Partido Popular sobre los Convenios³⁰⁷urbanísticos firmados por el Ayuntamiento de

Alhama de Granada.

1. Nuestro parecer, es que los 4 convenios debían ser tratados por separado, ya que no es lógico que se traten conjuntamente al existir diferencias notables entre todos ellos, van desde Valparaíso (se pretenden construir 100 viviendas) a La Corregidora (serían más de 1.500) o cabe el ejemplo del ofrecimiento al convenio del Llano 40 de una concesión de aguas del balneario de 5 L/s (cuando este Ayuntamiento no ha impugnado ni siquiera el perímetro de presentado por sus actuales dueños de Minas).
2. El tan llamado desarrollo sostenible, el futuro del municipio y todas aquellas frases que se utilizan para hacer creer por aquellos que los han aprobado, que es la única forma de ofrecer mejoras en la población, es una tontería. En Alhama lo que realmente es necesario desde hace mucho tiempo, es que las conexiones hacia Málaga y Granada sean lo mejor posible (aún no sabe el Sr. Alcalde el tiempo previsto de finalización de las obras de mejora del trazado a Moraleda, ni le importa, a razón de las contestaciones que hace en los Plenos a preguntas de este Grupo), así mismo es necesario que sanitariamente estemos mejor cubiertos (hasta ahora cualquier contratiempo sanitario se va a Granada), y educacionalmente mejora en colegios, instalaciones deportivas, culturales, etc., para que sean lo más completas posibles. Ese es el desarrollo necesario y demandando, por que a la población el que varias empresas inmobiliarias se establezcan en el municipio por resultarles el suelo principal barato, no nos repercute en absoluto, el trabajo de la construcción en esta zona no es necesario cuando para cualquier obra se tiene que esperar actualmente más de un año a conseguir albañiles.
3. No hemos podido pronunciarnos al ser punto único de todos los convenios, cuando hasta frutero vende las naranjas según clase, tamaño, origen, etc., aquí todo junto. Pero nuestra postura es clara ¿En que nos favorece la implantación de tres Nuevas Alhamas? La respuesta es sencilla EN NADA”.

Partido Socialista (PSOE)

“Es bueno que se dé el debate, como diálogo y contraste de ideas y posibilidades, como camino hacia la verdad y el conocimiento real, no manipulado e intencionado para unos concretos propósitos y radicales posturas políticas. Así, en estas breves líneas, que se han reducido en razón al espacio indicado, ante todo debe quedar claro, ya que se está manipulando tan demagógicamente, es que el entorno y vista de los Tajos no va a sufrir modificación alguna, las viviendas que se construyesen en el Llano 40 quedan a cerca de medio kilómetro de los Tajos y con unas condiciones de edificabilidad que en nada dañan al entorno paisajístico.

En primer lugar quede bien patente que los dictámenes jurídico y urbanístico al respecto, son totalmente favorables a los pre-convenios, de ahí nuestra aprobación previa. Lo que no quita que nosotros mismos sigamos aceptando sugerencias, propuestas que puedan mejorar, ahora y en cada momento que corresponda, todo cuanto sea posible, siempre a favor del verdadero interés de Alhama y sus habitantes. Quede claro, igualmente, que los pre-convenios firmados van a cumplir la normativa de la que todos nos hemos dotado, la que da garantías de que antes de la aprobación definitiva de los mismos tienen que emitir informe FAVORABLE las Consejerías de Cultural, Medio Ambiente y Obras Públicas. El Ayuntamiento no podrá aprobar los convenios urbanísticos sin estos informes favorables.

Vayamos ahora, siempre mantenido la realidad de lo dicho, a aspectos que tampoco pueden pasarnos desapercibidos y que a alguien parece no importar. Conociendo la realidad de Alhama y las posibilidades que ha venido teniendo en estos últimos cuarenta años, se hacen necesarias urgentes actuaciones de autentica transcendencia positiva pues, de lo contrario, sin rodeos, Alhama no solo es que envejece sino que desaparece. Un dato, en 1977 en Alhama fueron inscritos 119 niños/as; en el pasado 2005, sólo 45. Y no se diga que es por la baja de natalidad, más bien por la falta de desarrollo y posibilidades de nuestro pueblo.

¿Cuántas parejas jóvenes se quedan en Alhama? ¿De qué vive Alhama y de qué puede vivir? No tenemos industrias, la agricultura no es la respuesta a nuestras necesidades, menos aún cuando el trigo se puede traer más barato de México o un buen año hortofrutícola en Marruecos nos deja sin capacidad de vencer su competencia, allí un trabajador puede ganar cien euros al mes, aquí esa cantidad en uno o día y medio.

Dicho de otra forma, siempre respetando nuestros valores paisajísticos, monumentales, etc., consigamos participar en el buen desarrollo de los 308 pueblos y ciudades. Si en lugares no lejanos,

como la Axarquía, se han producido desastres urbanísticos, sirvanos de experiencia para que aquí no se den. Actuemos adecuada y legalmente, pero no frenemos nuestro porvenir, por no decir nuestro mismo presente. Así, construyamos ordenadamente, con garantías y con todas las infraestructuras servicios necesarios.

Si es que el desarrollo puede pararse, volvamos a la Edad Media. Si pensáramos en impactos urbanísticos, muchas de las maravillas con las que ahora contamos no podrían realizarse en la actualidad. Avancemos un poco más en el tiempo ¿Qué impacto produciría la construcción de la mole de la iglesia parroquial en aquella Alhama de principios del siglo XVI? ¿Se permitiría construirla ahora? Todo tiene su tiempo y su momento pero, ante estas situaciones, ¿Quitamos la Encarnación de Alhama? No, es una de nuestras maravillas, nuestro máximo monumento, totalmente incorporado y parte fundamental ya de nuestro urbanismo histórico. Por lo tanto, hagamos las cosas bien; pero, eso hagámoslas.

Además, ¿podemos dejar de tomar medidas para que el pueblo tenga nuevas posibilidades en tantos órdenes?: generación de empleo, creación y mantenimiento de más y mejores servicios, desarrollo adecuado y sostenible en un lugar que ahora retrocede, mejor economía municipal en beneficio de todos los vecinos, etc. Las demagogias, como viven del aire, y las intransigencias, que no son actitudes válidas ante los problemas, nada nos dicen sobre estos proyectos y las necesidades que legal y adecuadamente con ellos se pretenden cubrir. Menos aún, a la hora de aportar soluciones viables.

Ante la verdadera mentira y provocación que supone la foto fantasma que se ha utilizado para anunciar una reunión sobre los pre-convenios – por cierto, de verdadero mal gusto al elegir los rascacielos elegidos -, ha de quedar claro que, en Alhama, lo que es de verdadero impacto son las traseras de la calle Llana, las de la calle Enciso, las de las Peñas, las del Carmen, las de esta parte del Tajo, jamás lo serán las del Tajo de Enfrente, ya que las viviendas de las que se hablan se situaran de la carretera para el campo y a la distancia y edificabilidad establecida.

Y así todo, pensando siempre en el interés general de Alhama, en el desarrollo que nos llega y en la conservación y MEJORA EN TODOS LOS ÓRDENES DEL PUEBLO QUE VAMOS A LEGAR A NUESTROS HIJOS, los que quizá sí puedan quedarse a vivir aquí porque tendrán posibilidades de trabajar aquí y de poseer una ciudad que ha sabido combinar tradición, en sus mejores sentidos, con adecuado desarrollo”.

PSOE de Alhama.

Apêndice X: Relação das atuações dos atores envolvidos no conflito ligado a negociação de venda da empresa Balnearios de Alhama de Granada S. A. para a empresa do setor urbanístico espanhol Artigis Turismo Residencial S. A.

Elaboração própria a partir do trabalho de campo realizado e também das Atas das reuniões plenárias realizadas na prefeitura de Alhama de Granada entre os anos de 2001 e 2010.

	Partido Socialista Obrero Español (PSOE)	Izquierda Unida (IU)	Partido Popular (PP)	Plataforma por el Agua Caliente de Alhama de Granada	Dueños del Balneario y la empresa Artigis Turismo Residencial S.A.
2005	- Inicia las negociaciones y la redacción de un contrato de compraventa del Balneario, además de una propuesta de convenio urbanístico en las inmediaciones del establecimiento termal.	- Sra. Dolores Iglesias Maiztegui se queja durante Pleno Municipal de la entrega solamente de la primera hoja del expediente administrativo referente al asunto de compraventa del Balneario (Sesión Plenaria celebrada el 30/05/05).	- Sr. Molina López ruega al Ayuntamiento que se dé la máxima información respecto al asunto de la compraventa del Balneario y la propuesta de Convenio Urbanístico (Sesión Plenaria celebrada el 30/05/05).	- Exige más informaciones sobre el asunto de compraventa del Balneario y del convenio urbanístico denominado "Lomas del Balneario".	- Inician la negociación con el Ayuntamiento del municipio a través de la redacción de un pre contrato de compraventa de la empresa del Sr. Manuel Rodríguez López denominada Balnearios de Alhama de Granada S.A.
2006	El ayuntamiento decide autorizar a Sra. Dolores Iglesias Maiztegui (IU) la consulta del expediente relativo a la tramitación y aprobación de convenio urbanístico denominado "Lomas del Balneario" (Sesión Plenaria celebrada el 06/09/06).	- La concejala D. Iglesias consulta el expediente referente al convenio urbanístico "Lomas del Balneario" y se opone a diversas clausuras, en especial a la clausura referente a la utilización del agua termal del Balneario Viejo.	- Concejales del PP solicitan informaciones precisas sobre el convenio urbanístico "Lomas del Balneario".	- Miembros de la Plataforma empiezan a reunirse semanalmente para organizar mecanismos de protesta contra el convenio "Lomas del Balneario".	- El Ayuntamiento de Alhama y la empresa Artigis Turismo Residencial siguen en proceso de negociación y cambios de algunas de las clausuras del pre convenio firmado.
2007	- Aprueba el convenio urbanístico "Lomas del Balneario", de gestión con la empresa Artigis Turismos Residencial S.A. (Sesión Plenaria Municipal de 30/04/07)	- Sra D. Iglesias durante Sesión Plenaria en el Ayuntamiento (30/04/07) solicita que se dé lectura a la parte del Convenio referente a las aguas termales. El Secretario da lectura de dicha cláusula. La concejala muestra su disconformidad con dicha cláusula, considerando que las "aguas son del común de los vecinos y vecinas". La concejala vota contra el convenio urbanístico.	- El PP, representado por un concejal durante Sesión Plenaria Municipal del 30/04/07, vota a favor del convenio urbanístico Lomas del Balneario.	- Miembros de la Plataforma se movilizan en contra del convenio firmado denominado "Lomas del Balneario". Las movilizaciones ocurren a través de obtención de firmas en Alhama y también durante Sesiones Plenarias celebradas en el Ayuntamiento del pueblo.	- intensifica el proceso de negociación de compraventa del Balneario y del convenio urbanístico con el Ayuntamiento de Alhama. Establecimiento de las cláusulas del convenio urbanístico establecido entre Ayuntamiento y empresas Balnearios de Alhama S.A y Artigis T Residencial S.A.

2008	<p>- El Alcalde F. Escobedo, atendiendo a la solicitud del PP y IU, agenda una <i>Sesión Extraordinaria del Pleno</i> para el día 18/12/08.</p> <p>- D. Francisco Escobedo afirma durante Sesión Extraordinaria (18/12/08) que <i>"su formación está convencida de la titularidad pública de las aguas termales de Alhama de Granada, por lo que se seguirá trabajando para que con arreglo a la legislación de aguas y minas, se reconozca el derecho al aprovechamiento público de las aguas"</i>.</p> <p>- Asimismo, F. Escobedo declara, durante <i>Sesión Extraordinaria</i> (18/12/08), no aprobada la Moción presentada por IU, al no existir el quórum legalmente exigido.</p>	<p>- IU solicita Sesión Ordinaria del Pleno Municipal para tratar del tema de la "titularidad de las aguas termales de Alhama".</p> <p>- IU presenta al Ayuntamiento el 17/11/08 Moción sobre titularidad de las aguas del Bañeario.</p> <p>- Dolores Iglesias abandona el Salón de Plenos (18/12/08) en protesta a las palabras de F. Escobedo, en el momento de este último llamar la atención respecto al reordenamiento del debate vinculado a la Moción presentada por IU.</p>	<p>- PP de manera conjunta con el Grupo IU solicita Sesión Ordinaria de Pleno Municipal para tratar el tema de la titularidad de las aguas termales.</p> <p>- D. José Manuel Moles Cuevas (portavoz del PP) respalda la postura del Grupo IU y señala durante Sesión Plenaria (18/12/08) la necesidad de que se investigue y se defienda la titularidad comunal de las aguas termales.</p> <p>- Sr. Ariza Rojo (Concejal del PP) abandona el Salón de Plenos (18/12/08) en protesta a las palabras de F. Escobedo, en el momento de este último llamar la atención respecto al reordenamiento del debate vinculado a la Moción presentada por IU.</p>	<p>- Miembros de la Plataforma se movilizan a través de Sesiones Plenarias celebradas en el Ayuntamiento a través de los medios de comunicación (afirmando que el Ayuntamiento estaría negociando con una empresa "de la especulación urbanística" un recurso natural que es público y de los vecinos del pueblo).</p>	<p>- Los inversores de la empresa Artigis T. Residencial y el dueño del balneario aguardan por la resolución definitiva del Ayuntamiento de Alhama sobre la aprobación del convenio y del PGOU.</p>
2009	<p>- Siete concejales y concejales del PSOE presentes en Pleno Municipal del 29/12/2009 votan A FAVOR de la propuesta del Convenio urbanístico Lomas del Bañeario. De esta manera, dicho Convenio Urbanístico fue una vez más aprobado durante Sesión de Pleno Municipal (Diciembre de 2009).</p>	<p>- La concejala Dolores Iglesias da entrada en el día 2 de agosto de 2009 (expediente nº. 2769) a una serie de alegaciones en contra al Convenio Urbanístico "Lomas del Bañeario". Sin embargo, mismo con sus alegaciones dicho convenio fue aprobado durante Pleno Municipal celebrado en diciembre del mismo año.</p>	<p>- Tres concejales y concejales del PP presentes en Pleno Municipal del 29/12/2009 votan en CONTRA de la propuesta del Convenio urbanístico Lomas del Bañeario.</p>	<p>- El representante de la Plataforma por el Agua Caliente, Antonio López Ramos, da entrada en el día 2 de agosto de 2009 (expediente nº. 274) a una serie de alegaciones en contra al Convenio Urbanístico de Planeamiento denominado "Lomas del Bañeario".</p>	<p>- La Sra. María Mercedes Rodríguez Ros, en representación de la empresa Bañearios de Alhama S.A. entrega un expediente (Nº 5300) el 30/12/09 al Ayuntamiento solicitando que "no se estime la inclusión de parte de los terrenos de su representada en el Parque Periurbano de los Tajos".</p>

2010

- El Ayuntamiento de Alhama desestimula la alegación realizada por la Sr. María Mercedes Rodríguez Ros, en representación de la empresa Balnearios de Alhama S.A., referente a su solicitud de que “no se estime la inclusión de parte de los terrenos de su representada en el Parque Periurbano de los Tajos” (Expediente nº. 5300).	- La concejala Dolores Iglesias, durante Sesión Plenaria Municipal del 28/01/10, ruega para que conste en acta que se ha presentado en el Registro General de Documentos, la petición de nulidad del acuerdo adoptado por el Pleno relacionado a la aprobación del Convenio Urbanístico de Lomas del Balneario.	- Los concejales y concejalas del PP siguen en contra la propuesta del convenio urbanístico Lomas del Balneario.	- La concejala del partido IU (Sra. Dolores Iglesias) para a representar activamente no solo su grupo parlamentar como también la Plataforma que mantiene su postura en contra el convenio urbanístico Lomas del Balneario.	- Los dueños del Balneario y el grupo Artigis T. Residencial pasan a no se manifestaren más en relación al contrato de compraventa del Balneario de Alhama. Asimismo se intensifica la crisis económica en España, motivo que según algunos vecinos, hace con que el grupo citado se quedase sin dinero para la negociación de compra del Balneario.
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Elaboração própria.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a meus pais, Elaine T. Alvim de Carvalho e Geraldo F. de Carvalho, ao meu querido irmão, Fabrício Alvim Carvalho e minha cunhada Ive Muzitano. Em especial, agradeço a minha querida mãe, Elaine Terezinha, amiga, revisora e principalmente a responsável por uma enorme parte deste trabalho. Obrigado a senhora e obrigado a todos vocês que estiveram me apoiando desde o início enviando sempre ânimo e carinho. Vocês são tudo para mim.

Por outra parte, este trabalho não seria possível sem o apoio de J. Raúl Navarro García e F. Javier Escalera Reyes. A vocês sou eternamente grato pela confiança, tempo e dedicação durante minha superação e crescimento como pesquisador. A vocês também dedico este trabalho. Muito obrigado pela paciência, conselhos, orientação, implicação e interesse.

Agradeço a Junta de Andalucía e a Escola de Estudos Hispano-Americanos de Sevilha (Conselho Superior de Investigações Científicas, CSIC) pela bolsa de estudos que possibilitou a realização deste estudo.

Por outro lado, agradeço a Universidade Pablo de Olavide, em especial ao apoio de Gumersindo Caballero Gómez e Antonio (*oficina de postgrado*), a Gwendoline Sardinha, José Valcuende del Río, Augustin Coca, Esteban, Elodía e Macarena Hernández. E também aos colegas do GISAP, em especial a Elena, Cristina, Sherman e Curro.

De forma particular quero agradecer aos habitantes de Alhama de Granada, ativos participantes desta pesquisa e a quem estou profundamente agradecido pela disponibilidade, ajuda, tempo e valiosa informação. Em especial agradeço a Amparo Olmos, Ana Molina, Carlos Molina, Dr. Juan Arcos Sánchez, Antonio Villa, Manolo Retamero (e sua esposa Concha), Ana Crespo, Lola e Paco Moyano, Francisco G., Francisco Escobedo, Miguel Angel, Salvador Raya Retamero, Maria del Carmen Nuñez, Maria Blanca Ramirez, Amparo Retamero, Andrés García Maldonado e Miguel Angel Leal (obrigado pelo material visual),³¹² Alejandro (oficina de turismo), Marília,

Maria das Angustias, Paco e Fina, José (diretor do grupo de *senderistas* de Alhama).

Agradeço também a todos da Associação Termalismo de Andalucía. A eles por sua disponibilidade para tudo o que necessitei, ademais pela oportunidade e amabilidade de abrirem as portas dessa instituição para o desenvolvimento do meu trabalho e das informações em “primeira mão”. Em especial agradeço a Xavier Ballbé, Raquel Díaz Ocampo, David Sánchez Raya, Jesús Rosino, Evelin Ortigosa Pérez, Mônica, Lola, Maripaz, Vanessa e Ana Belém (colegas e amigos que acompanharam os primeiros passos desta pesquisa). Obrigado a vocês pelo carinho, ajuda e confiança.

Por outra parte gostaria de agradecer aos grandes amigos (e anfitriões em terras espanholas): Marcelo Carlos Gantos e Silvia Martinez; J. Raúl Navarro García, Ana Maria Serrano, Francisco Serrano e Raúl Serrano Navarro; Lucía Artista e Gabriel; Raquel Ocampo; Elisa P. De las Marinas e Alejandro. Obrigado a todos vocês pela atenção, amizade, carinho e paciência durante minha estadia em seus respectivos lares. Obrigado por fazerem da casa de vocês, minha casa!

A Gabriel, companheiro de estudos e grande amigo. Obrigado pelo enorme apoio durante tantos momentos difíceis, principalmente, durante os dois últimos anos de redação deste trabalho. Muito obrigado por tudo.

A minha grande amiga Lara Luna, que mesmo trabalhando e com a sua correria cotidiana, tratou de separar tempo para me ajudar com as correções, fazendo tudo com muito cuidado e carinho. Muito obrigado Lara.

Ao meu querido amigo José de Carmona. Muito obrigado pelas correções e por sempre estar “aí”. Muito obrigado por tudo José.

Aos queridos amigos de Jaén (Elisa Párraga de las Marinas e Alejandro), Benacazón (Raúl Navarro e Ana Maria Serrano) e Sevilha (Bea, Rafa e Ana). Muito obrigado por fazerem parte desta superação e por fazerem parte de minha “família” em Espanha.

A Rodrigo Carvalho, primo-irmão pelo apoio e pela digitalização das fotos presentes nesta tese.

A Elton Carvalho e aos professores David Cook e Victor Uribe, obrigado pelo apoio e por tudo antes e durante a estadia na Flórida.

A Viviane e Gabriela Oliveira Carvalho. Obrigado por todo o carinho durante o período de trabalho no Brasil.

A Eduardo Paiva também agradeço muito pelo enorme apoio, confiança e pela amizade sincera. A você que me acompanhou desde os meus primeiros meses em Sevilha quando ainda trabalhava nos bares e restaurantes próximos a *Escuela E. Hispano-Americanos*.

A minha querida tia Edinha, tia Mathildes e tio Helder. Por sempre estarem ao meu lado enviando apoio, inspiração e amor.

Ao meu grande irmão Fabrício Alvim Carvalho, pelo apoio e ajuda nas correções finais do trabalho.

A Beatriz Gómez, pelo apoio, carinho pelos valiosos comentários e, sobretudo, pela amizade sincera e constante. *Muchas gracias querida Bea!*

A Angela Alcaraz Alberto pelo enorme apoio durante a reta final deste trabalho.

Ao grupo de estudos de Brasil, em especial as amigas Lara, Bonnie e Lidiane pelo apoio e pela convivência agradável e produtiva durante nossas jornadas de trabalho.

Aos amigos Jesús, Mingo e Suah. Obrigado por tantas vezes me receberem e fazerem da casa de vocês meu reduto de paz e tranquilidade para desconectar da tese.

A Giselle e Angela Mesa agradeço pelas palavras de carinho e apoio e também pelas correções durante estes últimos meses.

Aos trabalhadores da EEHA-CSIC, vai meu313sincero agradecimento. Em especial a Chari,

Juan, Antonio, Fran, José e Maria Jesús (recepção). A Alfonso, Teresa e Marina. A Juan e José Antonio (biblioteca). A Marisol (informática). A Rosa e minha colega russa que não sei como escrever seu nome.

Meu sincero agradecimento a todas aquelas pessoas que cruzaram meu caminho durante as estadias de pesquisa na Espanha, Portugal, Estados Unidos e Brasil. Um agradecimento especial a Maria Manuel Quintela, Cristiana Bastos, Álvaro Ferreira da Silva, Ana Firmino, Jorge Umbelino (Lisboa). Victor Uribe e David Cook (FIU-Miami). Leandro del Moral, Immaculada Simón, Pilar Paneque Salgado, Berta Ares, José Hernández Palomo, Laura Giraldo e Juan Sánchez, Antonio Gutiérrez, Salvador Bernabéu, Rafael Cámara Artigas, Fernando Díaz del Olmo, Francisco Borja (Sevilla). Carlos Montes e Javier Bermúdez Sánchez (Madri). Eduardo Paiva, Leo e Lao Heller (Belo Horizonte, Brasil).

Em resumo, aos meus amigos economizo palavras de agradecimento resumindo um MUITO OBRIGADO por tudo: Beatriz Gómez, Lara Luna, Rafa Borrego, Ana Belém, Sarah Bachman, Renate Mann, Rodrigo López, Irma Pirtz, Raquel Ocampo, Xavier Ballbé, David Sánchez Raya (Alhama), Amparo Olmos, Penélope (Alhama), César Infanti, Marluce Aguiar, Aline Reyes, Dina, Santiago, Maria Jesús (Los Palacios), Rosabel, Bonnie, Silvia Aquino, Francisca Caroline, Lidiane, Yuri Amaral, Fernandinha, Thiago Pestana, Victor Rita Lee, Camila Daniel. Em Lisboa: Marco Fonseca, André Camponês, Joao Pascual, Ricardo e Luís.

Aqueles ex-companheiros de trabalho nos hotéis, bares e restaurantes que estive trabalhando durante o período que não havia obtido a bolsa de estudos. Em especial, a Soraya (amiga e sempre disposta a ajudar a todos), a Maria (ex-companheira de trabalho e de piso, obrigado pela paciência e pelas palavras de apoio). A Antony (minha amiga italiana), que durante tantas horas trabalhando no interior de uma cozinha soubemos fazer do trabalho um ambiente de aprendizado. A Jazmin, ex-chefe, e que com muito carinho soube me ajudar e apoiar durante os primeiros meses em Sevilha.

Finalmente, durante a reta final deste trabalho agradeço aos professores Juan Manuel Matés Barco, Álvaro Ferreira da Silva, Francisco Costa, José Manuel Lopez Cordeiro, Maria Manuel Quintela e Cristiana Bastos. Muito obrigado.

Agradeço também as palavras de apoio de Anabella, Gema, Simonne Teixeira e Teresa Peixoto. Obrigado por sempre demonstrarem atenção e apoio. Aos amigos de Carmona e Lora del Río: José (amigo e revisor desta tese), Puppo (grande amigo, muito obrigado pela ajuda com os dados relacionados ao turismo de Andalucía), Carmen, Fran, Sara, Jose-Loreño (e sua família), Ana e Ruben.